



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DOMINAÇÃO:

*formas weberianas no pensamento político de Raymundo Faoro e Maria Sylvia de
Carvalho Franco (1958-1975)*

CAMPINAS

2023

PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DOMINAÇÃO: *formas weberianas no pensamento político de Raymundo Faoro e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1958-1975)*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Miggiolaro Chaguri

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES, E ORIENTADA PELA PROF^a. DR^a. MARIANA MIGGIOLARO CHAGURI

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M791e Moraes, Paulo Henrique Rigolin de, 1986-
Estratificação social e dominação : formas weberianas no pensamento político de Raymundo Faoro e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1958-1975) / Paulo Henrique Rigolin de Moraes. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Mariana Miggiolaro Chaguri.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Faoro, Raymundo, 1925-2003 - Donos do poder - Crítica e interpretação. 2. Franco, Maria Sylvia de Carvalho, 1930-. 3. Weber, Max, 1864-1920. 4. Sociologia. 5. Capitalismo - Brasil - Aspectos sociais. 6. Estratificação social. I. Chaguri, Mariana Miggiolaro, 1983-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Domination and social stratification : weberian forms in Raymundo Faoro's and Maria Sylvia de Carvalho Franco's political thinking (1958-1975)

Palavras-chave em inglês:

Faoro, Raymundo, 1925-2003 - Donos do poder - Criticism and interpretation

Sociology

Capitalism - Brazil - Social aspects

Social stratification

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora:

Mariana Miggiolaro Chaguri [Orientador]

André Pereira Botelho

Bernardo Ricupero

Elide Rugai Bastos

Gabriel Cohn

Data de defesa: 31-05-2023

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8951-570X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8946095524607698>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 31 de maio de 2023, considerou o candidato Paulo Henrique Rigolin de Moraes aprovado.

Prof^a. Dr^a. Mariana Miggiolaro Chaguri (presidente)

Prof. Dr. André Pereira Botelho

Prof. Dr. Bernardo Ricupero

Prof^a. Dr^a. Elide Rugai Bastos

Prof. Dr. Gabriel Cohn

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à agência pelo financiamento, sem o qual a pesquisa que resultou nesta tese não teria sido possível.

Agradeço aos professores e funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp pelas enriquecedoras experiências intelectuais ao longo desses anos. À Priscila Gartier, secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela solução sempre eficiente das mais variadas demandas burocráticas. Também, à Cecília Nicolau, Maria Júlia Rodrigues e Neiva Oliveira, assim como toda a equipe da Biblioteca Octávio Ianni, sempre muito solícitos.

Ao Fundo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da UFSCar e à bibliotecária Izabel da Mota Franco, por disponibilizar a correspondência do autor com Maria Sylvia de Carvalho Franco depositada no arquivo.

Aos professores Alexandro Henrique Paixão, Alejandro Blanco, Michel Nicolau Netto, Antonio Brasil Jr., Anderson Ricardo Trevisan e Luiz Gustavo da Cunha de Souza, que – em ocasiões diversas – comentaram versões preliminares de textos que compõe seções desta tese e ofereceram sugestões que ajudaram nos caminhos da pesquisa. Também a Mário Augusto Medeiros e Fabio Mascaro Querido, pela cuidadosa leitura e pelas sugestões em meu exame de qualificação.

Aos colegas do grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia, pelo agradável ambiente de trocas intelectuais que permitiu testar algumas hipóteses de pesquisa que aparecem aqui.

A André Pereira Botelho, Bernardo Ricupero e Elide Rugai Bastos, por aceitarem compor a banca examinadora de meu doutorado. Foi um grande privilégio poder discutir esta tese com autores que são importantes interlocutores das interpretações apresentadas nesta tese.

Agradeço a Gabriel Cohn, Josué Pereira da Silva, Marcia Tosta Dias e Mariana Miggiolaro Chaguri – professores generosos com quem tive a felicidade de cruzar. Quatro sociólogos brilhantes – de diferentes gerações – com quem aprendi algo fundamental (e, que muitas vezes escapa aos livros e artigos): um fazer acadêmico-científico extremamente gentil.

À Mariana agradeço, também, pelas leituras rigorosas. Pelo cuidado e pelo incentivo, pelas preciosas sugestões, pela paciência, enfim, pela contribuição decisiva para minha formação intelectual.

À Anita Fattori, amiga historiadora que trouxe vários volumes das bibliotecas de São Paulo, pelo carinho e interesse em acompanhar todo o processo desta pesquisa.

Ao Lucas e à Gabriela, à Silvia, ao Leo, Samuel, Dirson, Daniel, Alex e Amanda pela amizade de tantos anos, que torna as coisas mais leves.

A Cláudia, Rodrigo, Stella, Edna, Bruno, Aline, Bia e Lucas pelo incentivo. A Giovana, Tania, Vandrê, Adriana e Elci (em memória) pela inestimável ajuda. A Márcia Rigolin, Aparecido Paulo de Moraes, Marlene Ruiz e Geraldo Salustiano, pelas mais variadas formas de apoio – sem as quais não teria sido possível a dedicação à pesquisa que resultou nesta tese.

Ao Victor e ao Bernardo, que enchem a casa de alegria. E, à Amanda, por caminhar ao meu lado.

Resumo

Esta tese analisa a forma pela qual o arcabouço teórico weberiano é apropriado em trabalhos de Raymundo Faoro e de Maria Sylvia de Carvalho Franco para pensar aspectos da modernização da sociedade brasileira. Para os dois autores, a adequada compreensão dos marcadores das diferenças sociais e das formas de dominação a eles associadas permite descortinar importantes elementos que fundamentam as relações de poder e as bases sociais do Estado. Assim, tendo Max Weber como uma importante – mas não exclusiva – mediação teórica, a leitura cruzada das obras de ambos torna possível elucidar como os textos, temas e conceitos weberianos apropriados – e, igualmente, aqueles escanteados – fazem emergir uma visão particular sobre o conjunto da produção de Weber, por um lado; e apontam para um amplo circuito de produção e circulação de ideias que se inspira, adere, recusa e modifica um corpo teórico para interpretar aspectos da modernidade e do processo de modernização, numa dinâmica que acaba por alargar o próprio conceito de modernidade, por outro. Sinteticamente, a forma seletiva de apropriação do aparato weberiano impacta significativamente no tipo de interpretação produzida.

Para tanto, tomamos como objetos centrais as duas edições de *Os Donos do Poder* (publicadas em 1958 e – revista e ampliada – em 1975), de Raymundo Faoro, e o estudo sobre *os Homens livres na ordem escravocrata* (apresentado como tese de doutorado em 1964 e publicado como livro em 1969) de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Buscamos situar as obras no conjunto da produção dos autores e colocá-las em diálogo com o momento histórico em que foram produzidas. Os dois autores retomam problemas sobre patriarcalismo e patrimonialismo que encontram espaço para serem desenvolvidos a partir de uma análise fundada nas categorias da sociologia weberiana da dominação – num sentido estrito, no estudo da organização do Estado partindo da tipologia da dominação legítima; de modo mais abrangente, na compreensão das relações sociais tendo em vista a capacidade de se fazer cumprir um mandato. Nesse sentido, Faoro concentra seus esforços na compreensão da gênese e na persistência de uma forma de dominação estamental-patrimonial, que – de modo bastante resiliente – se amolda a diferentes configurações históricas de Estado. Carvalho Franco, a seu turno, propõe uma análise histórica do ciclo do café no século XIX para pensar o modo pelo qual se institui uma forma específica de dominação que difere conceitualmente tanto da dominação tradicional quanto da noção de interesses de classe. Assim, nas relações que se estabelecem entre fazendeiros e homens livres e expropriados constituem-se um padrão de dominação pessoal.

Abstract

This thesis analyzes the manner by which the Weberian theoretical framework is applicable in the works of Raymundo Faoro and Maria Sylvia de Carvalho Franco to reflect on aspects of the modernization of Brazilian society. For the two authors, the adequate understanding of the markers of social differences and the forms of domination associated with them allows the unveiling of important elements that underlie the power relations and the social foundations of the State. Therefore, with Max Weber as an important – but not exclusive – theoretical mediation, the cross reading of the work of both authors makes it possible to enlighten how they appropriate Weberian writings, themes and concepts – and, likewise, those disregarded – to bring out a particular vision on Weber's body of work; and point to a broad circuit of production and circulation of ideas which inspires, adheres, refuses and changes a theoretical framework in order to expound aspects of modernity and the process of modernization, in a dynamic which results in a broadening of the very own concept of modernity. In summary, the selective appropriation of the Weberian apparatus has a meaningful impact on the kind of interpretation produced.

For this purpose, we take for central objects Raymundo Faoro's two editions of *Os Donos do Poder* (published in 1958 and – reviewed and expanded – in 1975), and Maria Sylvia de Carvalho Franco's *Homens livres na ordem escravocrata* (presented as her doctorate's thesis in 1964 and published as a book in 1969). We intend to situate the works within the authors' oeuvre and to converse with the historical moment in which they were produced. The two authors resume problems of patriarchalism and patrimonialism and advance them based on an analysis founded on the categories of Weber's sociology of domination - in a strict sense, in the study of the organization of the State starting from the typology of legitimate domination; in a more comprehensive way, in the understanding of social relations, observing the ability to mandate. In this sense, Faoro focuses his efforts on understanding the genesis and persistence of a form of estate-patrimonial domination, which – in a very resilient way – conforms to different historical configurations of the State. Carvalho Franco, in turn, proposes a historical analysis of the coffee plantation era in the 19th century, in order to untangle the way a specific form of domination is instituted which conceptually differs both from traditional domination and from the notion of class interests. Thus, in the relationships that are established between landowners and free and expropriated men, a pattern of personal domination is constituted.

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	8
Sumário	9
Introdução	11
Capítulo 1	19
A construção social de um clássico	19
1.1. A posição de Max Weber no ambiente acadêmico alemão	19
1.2. Difusão póstuma da obra	24
1.3. Max Weber como crítico do marxismo?	40
1.3.1. Conciliação e ruptura.....	45
1.4 A modernidade como problema teórico	54
Capítulo 2	65
Max Weber no Brasil	65
2.1. Caminhos da obra de Weber no Brasil	65
2.2. Raymundo Faoro	75
2.2.1. A província e o Quixote	79
2.3. Maria Sylvia de Carvalho Franco: análise histórica e padrões de conduta	85
2.4. Sobre o sentido de ser ‘weberiano’	100
Capítulo 3	103
A pirâmide invertida	103
3.1. Centralização do Estado português, colonização e “feudalismo brasileiro”	103
3.2. Dominação, Estado estamental e Estamento burocrático	116

3.3. <i>Os donos do poder</i> : a crítica ao ensaio	124
Capítulo 4	134
Sociedade, Estado e Economia: alguns debates acadêmicos nos anos de 1960.....	134
4.1. Burocracia e desenvolvimento: a leitura de Mário Wagner Vieira da Cunha	134
4.2. Organização patrimonial da sociedade: a leitura de Fernando Henrique Cardoso ...	142
4.2.1. Escravidão e desejo de liberdade	149
4.3. Florestan Fernandes: análise sociológica do subdesenvolvimento.....	158
4.3.1. Estado e desenvolvimento	163
Capítulo 5	168
Capitalismo e mundo rural.....	168
5.1. O processo histórico e seu sentido.....	171
5.2. Diferenciação social e dominação	178
Considerações finais	184
Referência bibliográfica	188

Introdução

No pensamento social brasileiro, o período que se inicia na década de 1950 marca um notável ponto de inflexão. Neste momento, se colocam de “maneira particularmente enfática, para políticos, intelectuais e para a sociedade em geral, *as questões da construção de um Estado moderno no Brasil*” (GOMES, 1998, p.539, grifo nosso). Mais do que isso, as possibilidades de modernização não só do Estado, mas da sociedade brasileira num sentido amplo, aparecem como desafio teórico central para o pensamento social e constituem o grande debate público do período. Noutros termos, há – como aponta Gildo Marçal Brandão – “uma mudança profunda de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais, marcadas dessa vez não apenas pela construção do Estado, mas pela emergência da sociedade e de sua transformação como problema” (2005, p. 240).

Assim, o período que se inicia na década de 1950 aparece como momento importante para pensar o acelerado processo de modernização da sociedade brasileira – bem como as transformações da estrutura social a ele relacionadas¹. Esse processo aparece para a intelectualidade como questão central. Ou, noutros termos, autores e autoras constroem problemas de pesquisa relacionados à modernização da sociedade brasileira, bem como à compreensão das razões históricas de nosso “atraso”. Importa observar, nesse sentido, que o universo cognitivo no qual as obras são produzidas é pautado pelas indagações ligadas às possibilidades e aos obstáculos para as mudanças sociais, bem como às permanências no processo social. Nesse contexto, “a busca de remissão do *passado* e de perspectivas de *futuro* [...] acabou por introduzir novos paradigmas que permitiram que novas formulações, novas questões, novas respostas fossem descortinadas” (BOTELHO, 2008, p. 17).

Como política de Estado, esse processo de mudanças sociais ganha inteligibilidade no *desenvolvimentismo* e no *Plano de Metas* de Juscelino Kubitschek – embora, evidentemente, o

¹ O país passa por uma urbanização intensa – entre 1950 e 1980 cerca de 39 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades; ocorre, também, uma expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e ao Norte. O processo de industrialização – tomado como um projeto consistente a partir do forte investimento estatal na indústria de base iniciado nos anos 1930 – ganha novos contornos com o volumoso aporte de capital estrangeiro em setores que eram considerados tecnologicamente avançados (cf. MELLO e NOVAIS, 1998, p. 581). Ao final da década de 1960, a população urbana iria, pela primeira vez, superar a rural (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 639).

processo não se restrinja ao período de sua presidência (1956-1961). Em linhas gerais, a compreensão das razões históricas de nosso ‘atraso’ em relação aos países centrais do capitalismo, bem como as possibilidades de superação desse atraso apareciam como questões centrais. Nesse momento, “a ideia-força, organizadora do campo intelectual, é a do desenvolvimento” (BRANDÃO, 2005, p. 240). Desse modo, também a reflexão sobre a organização do Estado partia dessa perspectiva, procurando estabelecer as bases para a construção de um Estado moderno que superasse a organização tradicional e arcaica da administração.

No âmbito da política institucional, o interstício democrático que vai de 1946 a 1964 tem como principal fiador um partido político (o PSD, Partido Social Democrático) que é, também, “o partido da velha política do favor miúdo e da astúcia provinciana, cujos líderes regionais, sustentados por ‘coronéis’ locais, mantinham eterno controle sobre os deputados de suas bancadas” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 592), como consequência, o Plano de Metas de JK encontrou um gargalo que não pôde ser alargado.

O gargalo, contudo, não estava na ambição do moderno, mas na estratégia adotada por Juscelino ao tentar implantar um projeto dessa magnitude sem alterar as bases de desigualdade política e social. E, também nesse caso, um bocado de improvisação sustentava sua estratégia. *Na burocracia do Estado [...] Juscelino criou a ‘administração paralela’. A intenção, mais uma vez, era contornar o sistema de clientela — o uso do serviço público para distribuir favores e empregos a quem ajudava o governo a conseguir votos — sem a necessidade de contestá-lo radicalmente.* A “administração paralela” compunha-se de vários centros de assessoria, planejamento e execução de políticas que dominavam a linguagem técnica, recebiam generosas doses de financiamento e tinham dupla utilidade: permitiam recrutar gestores dinâmicos, capazes de implementar rapidamente o Plano de Metas, e criavam as condições para o governo *driblar o conflito e deixar intocadas as razões da ineficiência da administração pública, as práticas de clientela e o empreguismo* (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 637, grifos nossos).

Se, por um lado, havia consenso em relação à ideia de desenvolvimento, por outro, “projetos distintos, aliados e opostos de ‘superação do atraso’ lutam para imprimir à mudança social, direção” (BRANDÃO, 2005, p. 240). Como apontam João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais,

o que estava em jogo [...] eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos (1998, p. 618).

Os autores prosseguem, afirmando que o golpe que instaura a ditadura civil-militar em 1964 “representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista no Brasil” (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 618).

Especificamente no campo da Sociologia, esse período corresponde à consolidação da disciplina em universidades e centros de pesquisa em vários pontos do globo – processo impulsionado pela ação da recém-criada *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) e abundantemente financiado por fundações filantrópicas privadas. Entedia-se que este campo de pesquisa poderia ajudar na compreensão dos processos de modernização e no planejamento de políticas públicas.

Nesse processo, se destaca

a ‘americanização’ da teoria social europeia por Talcott Parsons. [...] O sociólogo de Harvard construiu uma teorização vigorosa do funcionamento dos sistemas sociais, concebendo-os como um conjunto de subsistemas diferenciados mas integrados a partir de um padrão normativo mais geral. O impacto das formulações de Parsons teria sido tamanho que Anthony Giddens chegou a dizer certa vez sobre a existência de um “consenso ortodoxo” em torno de suas proposições (BRASIL Jr., 2013b, p. 24)².

Com o estrutural-funcionalismo parsoniano se apresentando como corrente teórica dominante da Sociologia, ocorrem – também – movimentos de canonização de alguns dos autores que servem de base para as formulações de Parsons como pais fundadores da disciplina, especialmente com Émile Durkheim e Max Weber e – posteriormente – Karl Marx³ – cujos escritos alicerçavam estudos no campo da sociologia do trabalho. Assim, o período aqui abarcado (1958-1975) corresponde – grosseiramente – ao período de construção da tríade de sociólogos clássicos⁴, e, tema que nos interessa em particular, à consolidação de Max Weber como um dos grandes clássicos da sociologia, aqui e alhures. Passa-se de um cenário no qual ele era visto como um autor entre tantos de uma tradição alemã que influencia a sociologia

² O autor aponta, na sequência do texto que essa história canônica da Sociologia

já há algum tempo tem sido criticada por seu autocentramento, isto é, por sua circunscrição aos autores e problemas dos países centrais da disciplina. Isso porque, simultaneamente ao deslocamento do centro da sociologia para os Estados Unidos, a sociologia também se consolidava institucional e intelectualmente em diferentes paragens periféricas ou semiperiféricas, graças a articulações entre atores e instituições locais e estrangeiros dos mais variados tipos (BRASIL Jr., 2013b, p. 24).

³ Que não possui a mesma importância no esquema parsoniano.

⁴ A apresentação mais lembrada dos três autores nesses termos é de Anthony Giddens, em texto de 1972. Marx, Durkheim e Max Weber são descritos como “os autores que lançaram as bases da sociologia moderna” (2005, p. 11). No Brasil, há – ao menos – uma importante síntese anterior à de Giddens que enfatiza a importância desses três autores. Em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, Florestan Fernandes os introduz como os “autores cuja obra tem maior significação do ponto de vista da explicação sociológica”, destacando a “importância de cada um deles na constituição das principais orientações da teoria da investigação sociológica” (1959, p. 75).

brasileira para outro em que ele é considerado como um dos fundadores da disciplina, com um importante instrumental teórico e analítico.

Nesse caudal há, ainda, um processo de difusão da obra do autor na América Latina que acompanha os dois movimentos: tanto a questão da modernização, cara à análise dos processos sociais de países como Argentina e México (para além do Brasil), quanto à consolidação do autor como uma destacada referência no pensamento social. Nesse sentido, a forma pela qual a circulação da produção weberiana no Brasil encontra essas dinâmicas de difusão vindas do exterior influencia as leituras feitas sobre o autor. Além disso, em alguma medida, algumas questões têm seu desenvolvimento conformado pelo acesso restrito aos textos, citados principalmente em traduções de línguas inglesa ou espanhola (publicadas nos Estados Unidos ou no México, especialmente) e, em menor número, de língua francesa.

Este é, enfim, o pano de fundo para as obras que protagonizam as páginas desta tese.

Tomamos como objetos centrais as duas edições de *Os Donos do Poder* (publicadas em 1958 e – revista e ampliada – em 1975), de Raymundo Faoro, e o estudo sobre os *Homens livres na ordem escravocrata* (apresentado como tese de doutorado em 1964 e publicado como livro em 1969) de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Buscamos situar as obras no conjunto da produção dos autores e colocá-las em diálogo com o momento histórico em que foram produzidas. Analisamos a forma pela qual o arcabouço teórico weberiano é apropriado em trabalhos de Raymundo Faoro e de Maria Sylvia de Carvalho Franco para pensar aspectos da modernização da sociedade brasileira. Para os dois autores, a adequada compreensão dos marcadores das diferenças sociais e das formas de dominação a eles associadas permite descortinar importantes elementos que fundamentam as relações de poder e as bases sociais do Estado. Assim, tendo Max Weber como uma importante – mas não exclusiva – mediação teórica, a leitura cruzada das obras de ambos torna possível elucidar como os textos, temas e conceitos weberianos apropriados – e, igualmente, aqueles escanteados – fazem emergir uma visão particular sobre o conjunto da produção de Weber, por um lado; e apontam para um amplo circuito de produção e circulação de ideias que se inspira, adere, recusa e modifica um corpo teórico para interpretar aspectos da modernidade e do processo de modernização, por outro. Sinteticamente, a forma seletiva de apropriação do aparato weberiano impacta significativamente no tipo de interpretação produzida.

Nos dois casos, os autores retomam questões de matriz weberiana que remontam ao debate brasileiro sobre o tema realizado na década de 1930 – nomeadamente as análises do

patriarcalismo e do patrimonialismo – e encontram espaço para serem desenvolvidas a partir de uma análise fundada nas categorias da sociologia weberiana da dominação – num sentido estrito, na análise da organização do Estado partindo da tipologia da dominação legítima; de modo mais abrangente, na análise das relações sociais tendo em vista a capacidade de se exercer um mandato. As obras podem, então, serem tomadas como casos exemplares de duas chaves analíticas – ambas dialogando com o instrumental de Max Weber – sobre as relações de poder na sociedade brasileira: de um lado, a análise de Raymundo Faoro que pensa a dominação e o exercício do poder com o foco na forma histórica das instituições; do outro, a interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco que se debruça sobre as relações de dominação que permeiam o tecido social, bem como em sua conformação nas bases sociais do Estado; a primeira tomando como eixo de análise uma forma de dominação patrimonial-estamental que olha para a sociedade de cima para baixo; a segunda girando em torno de formas patriarcais de dominação para pensar o tema partindo do mundo privado.

Fica claro pela terminologia utilizada que, a despeito dessa diferença estruturante entre os projetos analíticos dos autores, há – ao menos – uma aproximação fundamental. Os dois discutem a Política e o Estado pensando em termos de adesão ao poder, de capacidade de mobilizar as instituições, de apropriação dos instrumentos públicos com fins privados, enfim, em termos de formas de dominação. Há um segundo, e igualmente importante, ponto de confluência entre as obras. Tanto Faoro quanto Carvalho Franco propõem que a utilização de critérios puramente econômicos para a divisão de grupos sociais – ou seja, em classes sociais – é insuficiente para a compreensão dessas relações de dominação. Nesse sentido, procedem à estratificação da sociedade segundo critérios outros.

Nos dois casos – tanto no estudo das formas de dominação, quanto da estratificação social –, e para os dois autores, o recurso ao aparato weberiano é condição para que as análises fossem possíveis. Estes são, assim, os elementos que conferem – como ponto de partida – coerência à escolha dessas obras como objeto da pesquisa. No mesmo sentido, são os pontos sobre os quais se coloca o foco na leitura dos textos. A leitura cruzada dessas obras permite perceber, assim, diferenças finas na forma pela qual os autores apropriam-se de aspectos da obra de Max Weber no interior de seus próprios esquemas conceituais.

Vale dizer, que – naturalmente – os debates do período não se limitam aos dois autores aqui destacados. São eles, contudo, numa abordagem que põe foco “nas bases sociais do Estado e da vida política, em suas relações com a estrutura social e as condições de protagonismo dos atores sociais” (BOTELHO, 2013, p. 335), aqueles que mais destacadamente colocam-se como

desafio teórico a interpretação sistemática das categorias weberianas para, em seguida, colocar tais categorias à prova na análise de um contexto histórico bastante diverso daquele para os quais elas foram originalmente formuladas.

A discussão do problema aqui delineado se divide em duas partes. Na primeira metade da tese procuramos colocar os textos em seu contexto. Para tanto, os dois primeiros capítulos tratam de um modo mais amplo algumas condições de produção e circulação das ideias centrais para os debates em que Faoro e Carvalho Franco estão inseridos. Assim, no primeiro capítulo procuramos apresentar – em quatro aspectos diversos – alguns elementos importantes do processo de canonização de Max Weber como um clássico da Sociologia. A primeira seção do capítulo buscar traçar um panorama do ambiente acadêmico alemão nos anos finais da vida do autor; na sequência, apresentamos alguns processos de circulação da obra, partindo do ano de sua morte (1920) até meados dos anos 1960; no terceiro bloco, discutimos a relação de Max Weber com a obra de Karl Marx e o marxismo – uma vez que, como veremos em detalhe, os autores foram muitas vezes colocados em polos antagônicos –; e, por fim, esboçamos uma interpretação dos escritos weberianos, buscando destacar pontos que servem de subsídio para a discussão das obras de Faoro e Carvalho Franco.

No segundo capítulo, tratamos de modo mais específico da circulação dos escritos weberianos no Brasil: na primeira seção apresentamos um processo de difusão dos textos, desde os primeiros leitores, ainda na década de 1920, até o período que coincide com as obras que são objeto desta tese; em seguida, apresentamos as primeiras leituras que Raymundo Faoro faz de *Economia e Sociedade*, assim como a inserção do autor nos círculos intelectuais porto-alegrenses; adotamos abordagem análoga para a apresentação de Maria Sylvia de Carvalho Franco – procuramos situá-la no contexto da Sociologia na Universidade de São Paulo e, na sequência analisamos uma brochura publicada pela autora em 1962 da qual é possível extrair elementos importantes sobre a interpretação de Max Weber. Fechando a primeira parte do texto, discutimos as possibilidades e os significados de se atribuir a estes dois autores o adjetivo de ‘weberianos’.

A segunda parte da tese é concentrada na análise das obras de Faoro e Carvalho Franco. Assim, no terceiro capítulo tratamos com mais vagar de alguns aspectos da economia argumentativa de *Os Donos do Poder*. Partimos da formação do Reino de Portugal, passamos pelos fundamentos do processo de colonização para chegar à discussão da inadequação teórica de se explicar o período colonial em termos de um ‘feudalismo brasileiro’. Na sequência do texto, discutimos a teoria da dominação que sustenta a análise do autor, a formação social que

ele denomina ‘estamento burocrático’ e os critérios de estratificação da sociedade. Discutimos, enfim, a forma pela qual o texto foi recebido pela crítica.

No quarto capítulo tratamos de alguns debates acadêmicos nos anos de 1960 que dialogam com as teses interpretativas de Faoro e de Carvalho Franco. Inicialmente, tomamos como objeto uma comunicação de Mário Wagner Vieira da Cunha apresentada em 1959. O autor discute Estado e burocracia a partir de conceitos weberianos e faorianos. Em seguida, colocamos foco em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (publicado em 1962), de Fernando Henrique Cardoso. Interessa, inicialmente, a forma pela qual o autor propõe que a sociedade senhorial escravocrata gaúcha organizava-se de forma patrimonial dialogando, também, com Faoro e Weber. Para nossa questão, é pertinente, também, a construção analítica dos aspectos econômicos da escravidão, assim como aquilo que o autor chama ‘desejo de liberdade’. Há uma tentativa, inspirada na obra de György Lukács, de conciliar uma análise marxista com categorias weberianas. Por fim, apresentamos um projeto de pesquisas coordenado por Florestan Fernandes intitulado *Economia e Sociedade no Brasil*. Dividido em quatro eixos temáticos, ele coloca o desenvolvimento como problema central.

O último capítulo tem como objeto central o estudo sobre os *Homens livres na ordem escravocrata*. A análise se inicia na forma pela qual a autora apresenta o caráter eminentemente moderno do processo colonial português, porquanto este insere-se na gênese do moderno capitalismo. E assim é, segundo a autora, porque o latifúndio modifica um modo específico de produção. Nesse sentido, a discussão que segue sobre a escravidão se faz com o capitalismo como conceito inclusivo. Com esse arcabouço conceitual em vista, ela trata das relações sociais no mundo rural, buscando construir categorias explicativas que deem conta de compreender formas pessoalizadas de dominação.

Apresentamos, por último, considerações sobre algumas afinidades e pontos de tensão entre as duas obras que são objeto desta tese.

PARTE I

Capítulo 1

A construção social de um clássico

1.1. A posição de Max Weber no ambiente acadêmico alemão

Durante a década de 1910, Max Weber “estava no ápice da sua atividade intelectual” (COHN, 1979, p. 3). Ao longo desse período, ganhava corpo uma pesquisa histórica de longo alcance centrada na compreensão de processos históricos de racionalização: os estudos comparativos sobre a “ética econômica” das grandes religiões mundiais [*Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*]⁵; além deles, também em grande parte do que – posteriormente – foi compilado nos volumes publicados como *Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*] e o único texto (ainda inacabado, contudo) de uma planejada sociologia da arte, os *Fundamentos racionais e sociológicos da música* [*Die rationalen und soziologischen Grundlagen der Musik*]⁶. Concomitantemente, o autor refinava as bases teóricas da explicação histórico-sociológica fundada na compreensão do sentido visado pela ação social⁷, assim como as bases político-filosóficas de uma compreensão do mundo como conflito de valores⁸.

Além de ser um período bastante produtivo do ponto de vista da escrita de obras, essa década marca, também, o retorno de Weber à docência universitária. Sua trajetória docente havia se iniciado logo após a defesa de sua tese de Habilitação, como *Privatdozent* de Direito

⁵ Como indica o autor, sua “sociologia da religião [...] precisa e pretende ser uma contribuição para a tipologia e sociologia do racionalismo em si” (WEBER, 1986, p. 537).

⁶ Texto que por muito tempo ficou esquecido nas estantes, tomado como “mera peça de circunstância, uma espécie de curiosidade na vasta produção weberiana”. Muito longe disso, “trata-se do resultado de estudos sérios e prolongados, que incidem sobre o ponto mais central das preocupações que animam a sua obra” (COHN, 1995, p. 10). Assim, esse escrito “insere-se de maneira clara e essencial em seus estudos acerca do Racionalismo Ocidental, oferecendo [...] um novo enfoque do problema e enriquecendo sobremaneira a discussão” (WAIZBORT, 1995, p. 24).

⁷ Notadamente no importante artigo “*Sobre algumas categorias da Sociologia compreensiva*” [*Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie*], publicado em 1913 e reescrito em 1919-20 para *Economia e Sociedade* (renomeado como “*Conceitos sociológicos fundamentais*” [*Soziologische Grundbegriffe*]).

⁸ Tema que permeia os escritos weberianos agrupados sob a rubrica de Teoria da Ciência, mas que é especialmente discutido em textos desse período: a discussão sobre *O sentido de ‘estar livre de valores’ para as ciências sociais e econômicas* [*Der Sinn der “Wertfreiheit” der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften*] – apresentado em 1913 em um evento científico e publicado como artigo em 1917 –, as várias versões da *Consideração intermediária: Teoria dos níveis e direções da rejeição religiosa do mundo* [*Zwischenbetrachtung: Theorie der Stufen und Richtungen religiöser Weltablehnung*] – de 1915 e 1920 – e a conferência sobre a *Ciência como vocação* [*Wissenschaft als Beruf*] - proferida em 7 de novembro de 1917.

comercial na Universidade de Berlim⁹. Em 1893, passou a *außerordentlichen Professor* na mesma universidade. No ano seguinte, ainda bastante jovem, assumiu a posição de Professor Catedrático de Economia Política [*Ordinariats für Nationalökonomie und Finanzwissenschaft*] na Universidade de Freiburg¹⁰, sucedendo Eugen von Philippovich – que aceitara uma cadeira da mesma disciplina em sua cidade natal, Viena. Três anos mais tarde, trocou a cidade da Floresta Negra pela Universidade de Heidelberg, em que permaneceu – formalmente – até 1903. Weber não lecionava, contudo, desde 1898 – quando fora abatido por uma dura crise nervosa. Neste hiato de cerca de duas décadas, o autor tinha sua escrivania como seu principal local de trabalho: atuou como editor, escreveu (de modo intermitente) a maior parte de suas principais obras e esteve envolvido (também de modo intermitente) em associações científicas ou políticas.

No final do ano de 1917, especialmente motivado por questões financeiras¹¹, aceita a oferta de lecionar – em caráter experimental – durante o semestre letivo de verão (de 1918) na Universidade de Viena, novamente numa cátedra antes ocupada Eugen von Philippovich (que havia recentemente falecido). Além da Universidade de Viena, Weber recebera – ao anunciar sua intenção de voltar à docência –, também, ofertas de emprego das universidades de Göttingen, Bonn e Munique, além da possibilidade de sua recontração pela Universidade de Heidelberg. Os vários convites ilustram que o autor gozava de prestígio no ambiente acadêmico alemão.

O semestre em Viena fora muito bem sucedido: as aulas ministradas por Weber atraíam centenas de estudantes¹². Quando – em julho de 1918 – Weber retorna à Alemanha, ele estava decidido a retomar em definitivo as atividades acadêmicas. Entre as várias opções que se apresentavam, o autor decidiu pela universidade de Munique – na cátedra do recém aposentado Lujó Brentano. Academicamente, Weber entendia tal escolha como vantajosa pela possibilidade de ingressar, também, na Academia de Ciências da Baviera¹³. Do ponto de vista das relações

⁹ Atualmente *Humboldt-Universität zu Berlin*, à época chamada *Friedrich-Wilhelms-Universität*.

¹⁰ Sobre a progressão na carreira docente na Alemanha daquele período, o próprio Weber faz uma apresentação em sua célebre conferência sobre a *Ciência como vocação* (1992, p. 71-78). Ainda sobre esse tema, ver também, RINGER (1969, p. 32-42). Sobre os cursos ministrados por Weber nas universidades de Freiburg e de Heidelberg, ver BORCHARDT (2012).

¹¹ Cf. (SCHRÖDER, 2013, p. 17). Em carta datada de 25 de março de 1919, Weber também aponta tais motivos (cf. MWG II/10, p. 542-543).

¹² Cf. EHRLE (1991), KÄSLER (2014, p. 984-1009).

¹³ A despeito de ter aceitado a indicação para a Academia, Weber não demonstrava grande interesse em participar das reuniões da instituição. Em carta de janeiro de 1920, o autor descreve tais reuniões como “chatas de morrer!”. Continua, afirmando que “é incrível que isso ainda aconteça. Uma verdadeira sociedade do sono, com metade da plateia de cerca de 40 a 50 [pessoas] ao redor da mesa, enquanto uma delas lê algo aos outros por uma ou duas horas. [...] É simplesmente maluco” (MWG II/10, p. 542-543, carta a Mina Tobler).

peçoais, a mudança à cidade possibilitava estar próximo de Else Jaffé-von Richthofen¹⁴, o que Weber “desejava desesperadamente, [...] agora que os dois tinham restaurado seu antigo afeto com muita intensidade” (ROTH, 2011, p. 38).

Do outro lado, em virtude de uma situação política bastante conturbada – e, de um ponto de vista prático, nas implicações desses acontecimentos no ambiente acadêmico –, Munique era uma escolha menos provável. No final do ano de 1918, num contexto em que a permanência dos Impérios Centrais na Guerra já era insustentável e as notícias sobre a Revolução Russa se espalhavam pela Europa, movimentos revolucionários eclodiram em várias grandes cidades da Alemanha. Entre 29 e 30 de outubro, inicia-se a revolta dos marinheiros em Kiel. Em poucos dias, o movimento se espalhou por toda a costa do país, sendo especialmente bem sucedido em Wilhelmshaven – em 6 de novembro a cidade passou a ser comandada por conselho de soldados e operários. No dia seguinte, o movimento liderado por Kurt Eisner (então presidente do Partido Social-Democrata Independente, USPD) proclamou em Munique a República do Estado Livre da Baviera [*Volksstaat Bayern*]. Em 9 de novembro, o evento similar aconteceu em Berlim (esta segunda proclamação da República deu origem à República de Weimar¹⁵).

A República da Baviera e sua sucessora – a República dos Conselhos [*Bayrische Räterepublik*] – tiveram curta duração: em meados de 1919 os revolucionários foram depostos pelas tropas das forças armadas [*Reichswehr*] e pelas milícias protofascistas dos *Freikorps*. O período que se seguiu foi de “aumento da xenofobia, do antissemitismo e do nacionalismo pangermânico. [...] Com a Baviera tornando-se a ‘*Ordnungszelle*’¹⁶ do Império Alemão” (WEBER, Marianne, 1984, p. 672).

¹⁴ Else von Richthofen foi, sob a orientação de Max Weber, uma das primeiras mulheres a obter o título de doutora na Alemanha – com uma dissertação *Sobre as mudanças históricas nas posições dos partidos autoritários sobre a legislação de proteção ao trabalhador e os motivos dessas mudanças* [*Über die historischen Wandlungen in der Stellung der autoritären Parteien zur Arbeiterschutzgesetzgebung und die Motive dieser Wandlungen*], publicada em 1901. Até o início do século XX era vedado ao acesso das mulheres às universidades alemãs. Max Weber e, mais fortemente, sua esposa Marianne Weber estiveram entre os militantes para que essa proibição fosse derrubada cf. ALDENHOFF-HÜBINGER (2008) e, também, ALDENHOFF-HÜBINGER, FEHLEMANN (2009).

Em 1902, Else von Richthofen casou-se com Edgar Jaffé – que era, assim como Max Weber, professor de economia política. Dois anos mais tarde ele se tornaria, ao lado de Weber e de Werner Sombart, editor do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*.

No momento de que tratamos no texto (fim de 1918), o casal Jaffé estava em Munique porque Edgar Jaffé aceitara o cargo de *Ministro de Finanças* da recém-proclamada República da Baviera.

¹⁵ Embora a Constituição de Weimar, aprovada pela Assembleia Nacional em 11 de agosto de 1919, instituisse uma organização republicana do Estado e um regime de governo parlamentarista e democrático, o nome oficial do país permanecia Império Alemão – tal como estabelecido em 1871 durante a unificação liderada por Bismark.

¹⁶ Literalmente “Célula da ordem”. O termo – que era utilizado nos discursos políticos da época – consolidou-se na historiografia alemã para descrever esse movimento ultraconservador e reacionário surgido na Baviera nos anos iniciais da República de Weimar (cf. SCRIBA, 2014).

Esses poucos meses de República dos Conselhos constituem, contudo, um momento bastante singular. “Foi [...] a revolução dos literatos. Nela foram testadas e discutidas, com suas esperanças e contradições, algumas das utopias mais profundas do início do século XX” (SELL, 2019, p. 160) Este perfil dos revolucionários pouco entusiasmo Max e Marianne Weber que não demonstram qualquer simpatia pela Revolução de Novembro. Sobre os intelectuais que participaram dos governos revolucionários (alguns deles, inclusive, próximos ao autor), Weber diz – citando Simmel – que eles possuem uma “excitação estéril”, que se trata de “um ‘romantismo do intelectualmente interessante’ que incorre no vazio e é desprovido de qualquer senso de responsabilidade objetiva”. Por fim, o movimento é chamado de “carnaval orgulhosamente decorado com o nome de ‘revolução’” (WEBER, 1992, p. 227). Essa denominação é compartilhada por Marianne Weber, que trata os eventos como um “carnaval sangrento” (1984, p. 642, 647 e 672).

Para além das discordâncias de cunho ideológico, o ambiente em Munique era bastante agitado. Weber assim descreve a cidade em junho de 1919: “O estado da cidade ainda é muito ‘beligerante’ [...] eles estão cavando mais fundo as trincheiras, fortalecendo os emaranhados de arame e assim por diante, provavelmente porque [as tropas d]o governo virão novamente, as prisões acontecem ininterruptamente” (MWG II/10, p. 647, carta a Marianne Weber).

Esse momento implica, também, em consequências relevantes no ambiente acadêmico. A indicação de Weber para a cátedra de *Ciências Sociais, História econômica e Economia* foi contestada tanto pela extrema-direita que ganhava força na Baviera, quanto pela esquerda revolucionária que ocupava o governo. Isso porque, apesar do reconhecimento acadêmico de que ele gozava, sua reputação política o colocava numa posição bastante peculiar. Embora sempre tenha se posicionado politicamente, esse é o momento de sua vida em que Weber esteve mais diretamente ligado à política institucional: ele participou ativamente da campanha eleitoral pelo *Partido Democrático Alemão [Deutsche Demokratische Partei]* – do qual foi um dos fundadores, em 1918 (cf. WAGNER, 1998), foi membro da comissão de juristas responsável pela elaboração da constituição da recém fundada República (cf. KÄSLER, 2014, p. 1121-1138 e MOMMSEN, 1974, p.356-406), esteve entre os membros da comitiva de negociação dos termos do *Tratado de Versalhes* com as potências aliadas (cf. MOMMSEN, 1974, p. 335-355)¹⁷ e foi, também, fundador (ao lado de Max von Baden) – em 1919, da associação liberal *Heidelberger Vereinigung* (cf. WENGER, 2017, p. 35).

¹⁷ Max Weber, assim como seu irmão Alfred e – também – sua esposa Marianne, discordava profundamente dos termos do tratado (cf. WEBER, Marianne et al., 1919 e WEBER, Marianne, 1984, p. 673-675). O que ele tomava como um grande fracasso da comitiva de negociação do tratado é um dos principais motivos para que ele

Por conta desse envolvimento político, e da posição que ele representava no espectro político alemão daquele momento, Weber era visto pelos conservadores como um “demagógico encenqueiro” – sendo acusado, inclusive, de ser um “*padrinho intelectual da república soviética*” (MWG II/10, p. 804-805, carta a Karl von Amira, grifo nosso)¹⁸. Do outro lado, a esquerda revolucionária ofereceu resistência à nomeação de Weber para a cadeira na universidade por entender que ela “deveria ser ocupada somente por alguém que tenha um profundo entendimento das necessidades dos que enfrentam dificuldades e, acima de tudo, por alguém que não seja hostil ao socialismo” (BayHStA, 1919b). Ainda nos termos do governo, a cátedra deveria ser ocupada por alguém “que saiba como preenchê-la com a convicção [*Gesinnung*] do jovem espírito socialista”. Nesse sentido, não deveria ser ocupada por Max Weber – que se movia “*nos trilhos do pensamento burguês-capitalista*” (BayHStA, 1919a, p. 4, grifo nosso).

Esse conturbado ambiente político implicou, assim, em um processo de contratação mais turbulento e demorado que o esperado, em adiamentos dos semestres letivos e em conflitos do autor com grupos estudantis politicamente engajados. Weber procurou livrar-se dos “efeitos da cansativa experiência e das decepções de sua curta incursão na política” (SCHRÖDER, 2013, p. 24) imergindo nas atividades acadêmicas. Assim como fora em Viena, seus cursos em Munique atraíam centenas de estudantes¹⁹ e, também, alguns ouvintes ilustres – como Elsa Bernstein, Carl Schimdt e seu antecessor na cátedra, Lujo Brentano (cf. SCHÖDER, 2013, p.28).

Weber dedicava enorme energia à preparação das aulas, ao atendimento aos alunos e, ainda, à redação dos textos que preparava para publicação. Esse regime intenso de trabalho o levou, rapidamente, à exaustão. “Sua correspondência privada está cheia de reclamações sobre o desgaste físico de sua nova vida em Munique” (SCHRÖDER, 2013, p. 24) Ainda no fim do ano de 1919, Weber solicita à universidade a redução de sua carga de trabalho – pedido que permaneceu sem resposta (WEBER, Marianne, 1984, p. 683). Seu amigo Karl Jaspers – lembrando muitas décadas depois – diz que em março de 1920, na última vez em que se

abandonasse a sua curta carreira política: a partir dali ele deixaria de dedicar à “política ativa e continuaria sua carreira como cientista e professor” (SCHRÖDER, 2013, p.17).

¹⁸ Em janeiro de 1920, Weber escreve a József von Lukács que “o ambiente acadêmico [em Munique] é extremamente reacionário” (MWG II/10, p. 883). No final do mesmo mês seu curso foi invadido por estudantes nacionalistas que o impediram de concluir a aula (cf. BERBER, 1963 e REHM, 1963).

¹⁹ O que o desagradava e ao que ele reagia de modo bastante curioso. Em carta à Marianne Weber, ele diz que “há muitas, muitas pessoas [em suas aulas], e muitas em pé. Mas, desta vez, eles irão embora; Falo intencionalmente de modo bastante abstrato, puramente conceitual” (MWG II/10, p. 663) numa tentativa de esvaziar a sala de aula. Marianne Weber estima que as aulas tinham cerca de 600 ouvintes no início do curso (1984, p. 688).

encontra com Weber, “ele estava quase em estado de êxtase, com uma energia enorme para o trabalho. Provavelmente foi assim também quando ele adoeceu [...] com isso veio a crise. Provavelmente ele teria logo outra crise”²⁰.

Pouco depois da visita de Jaspers, em 14 de junho de 1920, Weber faleceu precocemente, aos 56 anos, vítima de pneumonia que o acometeu como consequência de uma infecção anterior pela Gripe Espanhola, “uma forma particularmente agressiva de Influenza, que impôs – somente à Europa – um total de 20 milhões de mortos em 1918 e nos anos seguintes. Max Weber [...] foi uma das vítimas tardias desta pandemia, uma das piores a atingir a humanidade até aquele momento” (KÄSLER, 2014, p. 16)²¹. Assim como Jaspers, várias pessoas próximas a Weber sustentam que sua saúde já estava debilitada pelo duro (e autoimposto) regime de trabalho. Joseph Schumpeter, por exemplo, afirma que “o retorno à cátedra talvez tenha custado sua vida” (1963, p. 71)²².

Ao funeral no *Ostfriedhof* de Munique, três dias depois, “apenas um pequeno número de familiares, amigos, colegas e estudantes²³ compareceram” e, muito provavelmente, nenhum deles “teria imaginado que Max Weber teria se tornado a figura fundadora mais importante de uma tradição da sociologia atual” (KÄSLER, 2004, p. 4).

1.2. Difusão póstuma da obra

Entre estudiosos de Max Weber, tornou-se um lugar comum justificar a importância do autor tomando como base uma pesquisa realizada ao final século XX pela Associação Internacional de Sociologia (ISA) entre seus membros, cujo resultado aponta duas obras de Weber entre os mais importantes trabalhos da disciplina no século (*Economia e Sociedade* a obra mais lembrada na pesquisa, por 20,9% dos votantes, e *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* – a quarta da lista)²⁴. Essa menção, quase anedótica – e com um universo de

²⁰ Carta à Else Jaffé, em 5 de maio de 1967, tal como citada em (RADKAU, 2009, p. 548).

²¹ Narrativas mais detalhadas em KÄSLER (2014, p. 919-924) e RADKAU (2009, p. 544-550). Este volume, a tradução norte-americana de RADKAU (2005).

²² Texto originalmente publicado em 7 de agosto de 1920.

²³ Joachim Schröder sustenta que o pequeno número de estudantes presentes se relaciona com os conflitos políticos e os protestos dos grupos estudantis nacionalistas de extrema-direita contra Weber (2013, p.34).

²⁴ A lista completa e obras pode ser consultada em (ISA, s./d.). Apenas à guisa de exemplo – entre tantas menções –, no Brasil tal pesquisa é também recuperada por Pierruci (2008, p.41). Um dos mais destacados especialistas

votantes bastante restrito –, não transmite a dimensão da importância alcançada por Weber no interior da sociologia na aurora do século XXI.

Desde o último quartil do século passado, o volume da produção secundária acerca do autor tem alcançado grandes dimensões, impossíveis de serem seguidas por um estudioso sozinho²⁵. Wolfgang Mommsen aponta, em 1987, um “ressurgimento do interesse na obra de Max Weber entre acadêmicos do mundo todo”, do qual resulta um “crescimento incomensurável da bibliografia sobre Weber” (cf. MOMMSEN, 1987, p. 1-6). Stephen Kalberg (1994, p.16) define o mesmo período como “*international Weber renaissance*”. Guenther Roth fala no surgimento de “toda uma indústria Weber” (ROTH, 1993, p. 149). Em suma, ganha corpo nesse período – e em diversos países – um interesse na exegese dos escritos weberianos.

Nesse contexto, o recurso a Weber – enquanto um dos pais fundadores da disciplina e autor de obra extremamente profícua – passa a servir de mecanismo de legitimação a empreitadas acadêmicas ao redor do mundo. Desde o Reino Unido²⁶ – onde Whimster²⁷ e Lash, em sua *introdução* para a coletânea *Max Weber, Racionalidade e Modernidade*, publicada em 1987, apontam que “conforme entramos na década final do século XX, há um reconhecimento crescente de que Max Weber é o mais destacado teórico social da condição moderna. Sua proeminência, que *só agora começa a ser realmente valorizada*, origina-se do escopo, da amplitude e da intensidade com que ele conduziu seu projeto” (p. 1, grifo nosso) – até Bangladesh – onde o autor foi tema da primeira edição da publicação acadêmica da sociedade de sociologia local (BSS, 2004) –, passando por países tão diversos quanto Brasil, China²⁸, Estados Unidos da América²⁹, França³⁰, Índia³¹, Itália, Japão³² – nos quais o autor e seus intérpretes são amplamente traduzidos e debatidos. Além, evidentemente, da terra natal do autor, onde o estudo sobre Max Weber, sua obra e as implicações metodológicas que dela possa-

alemães na obra de Max Weber, Wolfgang Schluchter, também recorre a esse argumento (cf. MORAES, NERI, TUFANO, 2014, p. 237).

²⁵ Tentativas recentes de sistematizar aspectos da difusão dos textos e ideias de Max Weber ao redor do mundo podem ser encontradas em HANKE (2014 e – em versão resumida – 2016). A autora concentra seus esforços, contudo, nas traduções de Weber – não em seus intérpretes. Empreitadas similares, focadas nos países de língua espanhola, são conduzidas por Yolanda de la Fuente (2006) e Álvaro Laiz e Eduardo Weisz (2016).

²⁶ Sobre leitores de Weber na sociologia britânica, ver ALBROW (1989).

²⁷ Sam Whimster é – também – editor do *Max Weber Studies Journal*, importante publicação acadêmica sobre o autor.

²⁸ Um balanço sobre o debate chinês está disponível em TSAI (2020).

²⁹ Sobre o tema, ver SCAFF (2006 e 2014).

³⁰ Ver POLLAK (1986).

³¹ Ver THAPAR (2018).

³² Ver UCHIDA (1981), SCHWENTKER (1998).

se extrair para a análise de questões contemporâneas passou a ser tratado com uma subárea específica da sociologia, a *Weber-Forschung* [“weberologia”]³³.

Estudiosos da difusão da obra de Weber sugerem, contudo, que se deve evitar uma “‘ilusão retrospectiva’ de atribuir a Weber, dada sua importância contemporânea, um lugar no passado que, na época, não lhe cabia” (BLANCO, 2004, p.675). Trata-se de compreender, mais especificamente, que há uma diferença qualitativa entre aquela importância que o autor tinha quando vivo – fica claro pelos eventos narrados anteriormente, centrados nos anos finais da carreira de Weber, que ele era um intelectual que gozava de grande prestígio, envolvido com os grandes debates nacionais de seu tempo – com esta de autor clássico, inescapável para várias disciplinas da Ciências Humanas ao redor do mundo. A canonização do autor é um processo social que se estende por várias décadas. E cabe compreender, nesse sentido, os aspectos – que são aqui relevantes – desse processo intelectual e histórico.

Como dado fundamental, contrasta à reputação de Weber no ambiente acadêmico alemão a dificuldade de acesso a seus textos. Em vida, Max Weber fez publicar como livro apenas os textos necessários à sua titulação acadêmica: *História das companhias comerciais na Idade Média* [*Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter*], em 1989, que continha sua dissertação de doutoramento – apresentada no mesmo ano³⁴. Dois anos mais tarde, Weber publica sua tese de Habilitação, intitulada *A história agrária romana e sua significação para o direito público e privado* [*Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht*]. Em 1895, sua aula inaugural como professor de Economia Política na Universidade de Freiburg, intitulada *O Estado Nacional e a Economia política* [*Der Nationalstaat und die Volkswirtschaftspolitik*], foi publicada como uma pequena brochura pela Editora Mohr Siebeck³⁵. Também as conferências sobre a *Ciência como vocação* [*Wissenschaft als Beruf*] – proferida em 1917 – e sobre a *Política como vocação* [*Politik als Beruf*] – de 1919 – foram publicadas no mesmo formato – ambas em 1919 – pela Editora Duncker und Humblot.

³³ Cf. (KÄSLER, 2010).

³⁴ O título original da dissertação era “O desenvolvimento do princípio de responsabilidade conjunta e dos fundos na companhia comercial pública e nas comunidades comerciais nas cidades italianas” [*Die Entwicklung des Solidarhaftprinzips und des Sondervermögens der offenen Handelsgesellschaft aus den Haushalts- und Gewerbevereinigungen in den italienischen Städten*].

³⁵ A bicentenária casa editorial utilizou vários nomes durante sua existência, adotamos aqui a denominação atual (sobre a história da editora, cf. MOHR SIEBECK, s./d.). Embora os direitos autorais da obra de Max Weber sejam atualmente de domínio público, a editora – de propriedade da família Siebeck desde 1878 – foi, e ainda é, responsável pelas edições canônicas dos textos weberianos.

No mais, os textos do autor vieram a lume em produções institucionais³⁶, compêndios³⁷, periódicos científicos³⁸ e anais de eventos³⁹.

Pela natureza dessas publicações – pequenas tiragens e circulação restrita a círculos especializados –, a maior parte dos escritos weberianos era – como dissemos – inacessível a um público mais amplo. Some-se a isso o fato de que aquelas que posteriormente seriam tidas como suas principais obras, nas quais é possível seguir o fio que guia suas preocupações passavam por processo de reescrita, sem que nenhum de seus volumes tivesse ainda chegado ao prelo. Nesse cenário, quando de seu falecimento, tanto Weber quanto “sua obra estavam (*quase*) condenados ao esquecimento” (KÄSLER, 2004, p. 4, grifo nosso).

Agente fundamental para que isso não tenha acontecido é a viúva Marianne Weber. Ela produziu – entre 1900 e 1919 – uma notável obra histórico-sociológica, que toma como ponto de partida a posição da mulher no âmbito jurídico⁴⁰. Politicamente, foi uma militante bastante ativa do feminismo burguês de seu tempo, tendo papel importante na *Federação das Associações Femininas Alemãs* [*Bund Deutscher Frauenvereine*] – de que foi presidente entre 1919 e 1923. Além disso, foi – também – uma das fundadoras da *Heidelberger Vereinigung* e do *Partido Democrático Alemão*, pelo qual foi eleita para a Assembleia Nacional Constituinte de Baden⁴¹. Nesse cargo de constituinte foi a primeira mulher da história a discursar nesse Parlamento.

³⁶ Os principais exemplos são os estudos sobre o trabalho rural no leste da Prússia: *A condição dos trabalhadores rurais na Alemanha à leste do Elba* [*Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland*] – publicado em 1892 – e *Tendências de desenvolvimento na situação dos trabalhadores rurais à leste do Elba* [*Entwicklungstendenzen in der Lage der ostelbischen Landarbeiter*] – em 1984 –, ambos financiados pela Associação para Política Social [*Verein für Sozialpolitik*].

³⁷ Como exemplo, o texto sobre as *Relações agrárias na antiguidade* [*Agrarverhältnisse im Altertum*], publicado em 1909 no *Dicionário de bolso das Ciências do Estado* [*Handwörterbuch der Staatswissenschaften*].

³⁸ Notadamente o *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, revista da qual Weber era – a partir de 1904 – coeditor, ao lado de Werner Sombart e Edgar Jaffé (foram publicados na revista, entre outros, o ensaio sobre a “Objetividade” do conhecimento nas ciências sociais e políticas [*Die »Objektivität« sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*], as duas partes do ensaio sobre a *Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, assim como os estudos sobre a *Ética econômica das religiões mundiais* [*Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*], ou, ainda, o texto sobre *O sentido da “liberdade em relação a valores” nas ciências sociológicas e econômicas*).

³⁹ Especialmente as reuniões da Associação para Política Social e da Sociedade Alemã de Sociologia [*Deutsche Gesellschaft für Soziologie*].

⁴⁰ Em português, sobre a obra de Marianne Weber, ver VIEIRA DA MATA (2017 e 2021), ALDENHOFF-HÜBINGER(2021) e, também, PEDRON (2019, p. 47-56 e 2020). Um apanhado bastante abrangente da bibliografia sobre Marianne Weber pode ser encontrado em VIEIRA DA MATA (2014, p. 147-148).

Excertos de suas obras foram, também, recentemente traduzidos no Brasil. Trechos de *Esposa e mãe no desenvolvimento jurídico* [*Ehefrau und Mutter in der Rechtsentwicklung*] – originalmente publicado em 1907 – e de *Autoridade e autonomia no casamento* [*Autorität und Autonomie in der Ehe*] – de 1912 – estão disponíveis, respectivamente em WEBER, Marianne (2021 e 2022).

⁴¹Atualmente parte do estado de Baden-Württemberg.

Após a morte do marido, ela abandonou praticamente todas as atividades intelectuais e políticas de que antes se ocupava para se dedicar, integralmente, à edição dos textos dele – fazendo da escrivania de Max Weber seu “altar”⁴². Nos primeiros anos da década de 1920, ela empreendeu um grande esforço de compilação dos textos de Max Weber, em diversos tomos organizados tematicamente. Os volumes foram publicados – entre 1920 e 1924 – pelo antigo editor e amigo de Weber, Paul Siebeck. Além disso, ela publicou em 1926 uma biografia [*Max Weber: ein Lebensbild*] que – apesar de algumas imprecisões – é, ainda hoje, importante referência nos estudos sobre o autor⁴³. Ela também foi responsável pela organização dos segundo e terceiro volumes dos *Ensaio de Sociologia da religião* (publicados em 1921)⁴⁴. Organizou, também, os textos ligados ao projeto dos *Elementos de economia social* [*Grundriss der Sozialökonomie*] – compilando aqueles que Weber reescrevera entre 1919 e 1920 com os textos do período anterior à Guerra – publicando-os com o título que ainda hoje conhecemos: *Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*] (edição publicada, também, em 1921)⁴⁵.

Além desses, Marianne Weber editou os *Escritos políticos* [*Gesammelte politische Schriften*]; o texto sobre os *Fundamentos racionais e sociológicos da música* (estes dois volumes também publicados em 1921); os *Escritos de teoria da ciência* [*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*] (publicados no ano seguinte); as aulas do curso sobre *História social e econômica* [*Wirtschaftsgeschichte. Abriss der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*] (publicado em 1923) – este que não é, em uma acepção estrita, uma obra de Weber. O *Prefácio conceitual* [*Begriffliche Vorbemerkung*] foi escrito por Weber como uma apresentação ao curso que ele ministrou sobre o tema durante o semestre acadêmico de inverno de 1919/1920 na Universidade de Munique. O restante dos capítulos foi compilado a partir de notas de estudantes⁴⁶ –; e, por fim, os *Escritos de sociologia e política social* [*Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*] e os *Escritos de história social e econômica* [*Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*].

⁴² O termo é da autora. Em suas memórias, Marianne Weber diz – referindo-se a esse momento, em meados de 1920 – que “a escrivania de Max Weber é agora o meu altar, o local que foi por ele consagrado. Trabalho nisso, cercada por suas ferramentas de trabalho. Tudo o que ele guardava possui [agora] valor de relíquia” (WEBER, Marianne, 2004, p. 115). A frase serviu, também, de título para um texto recente que foi bastante importante no debate sobre a autora (cf. HANKE, 2006).

⁴³ No mesmo ano, foi outorgado a Marianne Weber o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade de Heidelberg.

⁴⁴ O primeiro deles já estava pronto para publicação quando do falecimento de Weber, vindo a público ainda em 1920.

⁴⁵ Sobre o processo de edição de *Economia e Sociedade* ver SCHLUCHTER (1988, p. 597-634 e 1998), MOMMSEN (2000), PIERUCCI (2008) e RAINER LEPSIUS (2012).

⁴⁶ Acerca da edição dessa obra, ver (TRIBE, 2006, p. 11-23) e a *Introdução e o Relatório editorial* em (WEBER, 2011, p. 1-70).

O impacto desse gigantesco empreendimento editorial conduzido por Marianne Weber fez-se sentir de imediato. Nesse ponto, convergem os estudiosos de Weber: Dirk Käsler trata da biografia de Max Weber como o estudo sobre “a vida de um [autor] póstumo” (2011, p.6). Lawrence Scaff fala da “criação [também póstuma] do texto sagrado” (2011, p. 211). Assim,

a diversidade da sociologia alemã dos anos de 1920 - de Oppenheimer a Mannheim, de Scheler a Groethuysen, de Lederer a Kracauer, de von Wiese a Adler, de Lukács a Freyer, de Landshut a von Martin, de Loewith a Sombart, de Schütz a Plessner, para ficarmos por aqui - foi ampla, intensa e variegadamente fertilizada pela interlocução com Weber, propiciada pela edição de Marianne (WAIZBORT, 2012, p. 10).

Na virada para a década seguinte, isso se faz perceber não só na sociologia, mas em várias disciplinas afins. No período, algumas das grandes questões da obra de Weber influenciavam estudiosos alemães em campos diversos do pensamento social,

a obra de Weber já começava a ser apreciada por trabalhos acadêmicos específicos, emergindo daí publicações que destacam sua face política (Carl Schmitt), epistemológica (Alexander von Schelting) ou mesmo sociorreligiosa (Lennert). Nesse contexto, foi especialmente o tema da racionalização, em um sentido fortemente filosófico, que recebeu atenção dos primeiros interpretes de Weber, como testemunham os trabalhos de Andreas Walther (1926), Siegfried Landshut (1929), Hans Freyer (1930), Christoph Steding (1932), Karl Löwith (1932) ou mesmo a leitura de Weber como filósofo, feita por Karl Jaspers (1932). Nessa fase inicial, a teoria weberiana também se difunde por outros contextos teóricos e passa a influenciar trabalhos como o de Georg Lukács (1922) [...], a Fenomenologia Social de Alfred Schütz (1932) ou mesmo a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim (1935) (SELL, 2013, p.30).

Há, contudo, um ponto de inflexão inescapável nos impactos da ditadura nazista, que se iniciou em 1933. Nas Humanidades, de um modo geral, e na Sociologia, especificamente, período do governo nacional-socialista implicou em uma drástica ruptura e praticamente não há – por conta disso – continuidade entre os debates do período da República de Weimar e aqueles do pós-guerra⁴⁷. A partir de 1933, paulatinamente as cátedras de Sociologia foram fechadas, assim como os periódicos especializados deixaram de ser publicados (a *Zeitschrift für Sozialforschung* do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt passa a ser publicada em Paris, a *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Soziologie*, editada por Richard Thurnwald, é fechada em 1933 e o *Kölner Vierteljahrshefte für Soziologie*, editado por Leopold von Wiese, deixa de ser publicado no ano seguinte). Jovens pesquisadores foram demitidos e professores catedráticos

⁴⁷ Parte da discussão que se segue sobre as condições para o estabelecimento da Sociologia como disciplina acadêmica na Alemanha foi apresentada como versão de trabalho em comunicação intitulada “Do milagre econômico às revoltas estudantis: teoria crítica no contexto alemão do pós-guerra” no *II Seminário Teoria Crítica e Sociologia* realizado no IFCH em setembro de 2017. Versão revista desse texto foi publicada, com o mesmo título, em MORAES (2019).

foram aposentados compulsoriamente. À exceção de Hans Freyer, então professor na Universidade de Leipzig, não havia outros docentes de sociologia na Alemanha ao final da década de 1930⁴⁸. Mas, mesmo ele não ministrava mais cursos regulares a partir de 1938. Também a Sociedade Alemã de Sociologia teve suas atividades encerradas em 1934⁴⁹.

Além disso, outros tantos foram forçados à emigração. “A dispersão de 3.120 professores universitários, entre eles 234 estudiosos dos campos da economia e ciências sociais, por diversas universidades e instituições estrangeiras, e seu refúgio, principalmente nos Estados Unidos a partir de 1933, é uma dimensão histórica que não pode ser desconsiderada” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 8) e que possui impactos notáveis no ambiente acadêmico. Esse exílio de um grande número de acadêmicos possibilitou a emergência de novos temas de pesquisa e criou uma nova dinâmica de circulação de textos e ideias – bastante diversa daquela esperada em condições democráticas.

Com isso, o principal eixo de interpretação da obra de Max Weber se desloca para o outro lado do Atlântico Norte⁵⁰, nos Estados Unidos da América. Há, nesse processo, um ator de importância capital: o sociólogo norte-americano Talcott Parsons, que realizou – durante a segunda metade da década de 1920 – seu doutoramento na Universidade de Heidelberg, sob a orientação de Alfred Weber, irmão mais novo de Max Weber. Sua dissertação tinha como tema o *Conceito de capitalismo na bibliografia alemã recente* [*The Concept of Capitalism in the Recent German Literature*]. O autor compara, ali, as análises do capitalismo propostas por

⁴⁸ Conservador em sua visão política, Freyer possui uma relação um tanto ambígua com a ditadura Nacional-socialista (o que ajuda a compreender porque não fora deposto de sua cátedra): nunca foi próximo ao Partido Nazista, mas também não externou suas críticas às práticas violentas de que discordava. Além disso, serviu aos interesses do partido durante o período em que lecionou na Universidade de Budapeste – ainda que não tenha o feito por motivações políticas. Uma análise sociológica bastante rica sobre a trajetória de Hans Freyer e sua relação com o conservadorismo alemão pode ser lida em MULLER (1992).

⁴⁹ Sobre esse contexto ver RAINER LEPSIUS (1983, p. 3-10) e WIGGERHAUS (2002, p. 157-178).

⁵⁰ Sob qualquer hipótese deve-se tomar esta como a única corrente de interpretação de Weber. No mesmo período histórico, o texto sobre *As bases sociais para a queda da cultura antiga* [*Die sozialen Gründe für den Untergang der antiken Kultur*] já havia sido traduzido na Espanha (em 1926) e a conferência sobre a *Política como vocação* na Checoslováquia (em 1929). Em 1935, Raymond Aron (que esteve na Alemanha entre 1930 e 1933 como professor e pesquisador visitante) publicou um volume sobre a *Sociologia alemã contemporânea* (ARON, 1981) e três anos depois, sua tese de doutoramento em dois volumes sobre *A teoria da História no pensamento alemão* (cf. ARON, 1938a e ARON, 1938b) – nos dois casos a reconstrução de aspectos do pensamento weberiano desempenha papel importante no texto do autor francês. Quando Weber ainda era vivo, alguns de seus textos foram traduzidos para o russo (cf. HANKE, 2016, p. 81-83) e o autor também já era estudado no Japão desde 1905 (cf. UCHIDA, 1981 e, também, SCHWENTKER, 1998). O país é, também, aquele que possui – com larga margem – o maior número de traduções de Weber publicadas (HANKE, 2016, p. 72). Contudo, a posição insular do país – não só geográfica, mas, antes, linguisticamente – faz que as interpretações lá produzidas tenham pouquíssimo impacto para além das fronteiras japonesas.

Werner Sombart e Max Weber, argumentando em favor do segundo⁵¹. Poucos anos depois, ao retornar a seu país, Parsons tornar-se-ia um dos principais divulgadores em língua inglesa da obra de Weber.

Uma primeira tradução de Weber para o inglês fora publicada em 1927. A *História social e econômica universal* [*Wirtschaftsgeschichte: Abriß der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*] foi traduzida por Frank Knight e publicada sob o título *História econômica geral* [*General Economic History*]⁵². Três anos depois, Parsons seria responsável pela publicação de outra tradução de Weber, essa de maior e mais duradouro impacto editorial: a celebre tradução para a versão de 1920 da *Ética protestante e o espírito do capitalismo*⁵³. Mais tarde, Parsons traduziu, em colaboração com A. M. Henderson, excertos de *Economia e Sociedade* – publicados, em 1947, com o título *A teoria da organização social e econômica* [*The Theory of Social and Economic Organization*]⁵⁴.

Além disso, em sua *A estrutura da ação social* [*The Structure of Social Action*], que publica em 1937, Parsons expõe sua interpretação da obra de Weber – que serve como uma das bases para o estabelecimento de sua teoria voluntarista da ação⁵⁵. A importância alcançada pelo estrutural-funcionalismo parsoniano – a perspectiva dominante nas ciências sociais nas décadas de 1940 e 1950 – fez de sua interpretação de Weber, também, a mais influente no período.

Isso não significa, contudo, que o estrutural-funcionalismo tenha sido a única corrente teórica em voga no período. Essa ideia é, antes – como aponta Brasil Jr. –, uma percepção contida nas

narrativas canônicas da história da sociologia, [que] o período que se inicia em 1950 e que se estende até meados dos anos de 1970 poderia ser visto como a história da emergência, consolidação, crítica e dissolução do ‘consenso ortodoxo’ organizado em torno do ‘estrutural-funcionalismo’, em suas inúmeras variações. Processo que seria acompanhado, em termos geográficos, pelo deslocamento do centro dinâmico da disciplina da Europa para os Estados Unidos, onde figuras como Talcott Parsons,

⁵¹ As linhas gerais da interpretação de Parsons sobre o tema são expostas em seus artigos intitulados ‘*Capitalismo*’ na *bibliografia alemã recente: Sombart e Weber* [*"Capitalism" In Recent German Literature: Sombart and Weber*]. Cf. (PARSONS, 1928) e (PARSONS, 1929).

⁵² Texto que, como dissemos, fora compilado a partir de notas de estudantes.

⁵³ Diversas traduções da *Ética protestante*, entre elas a primeira edição brasileira – publicada em 1967 pela Editora Pioneira –, tomaram a tradução de Parsons como referência.

⁵⁴ Como exemplo da importância dessa tradução de Parsons, um ano antes de sua publicação, Guerreiro Ramos escreve que “a anunciada tradução do seu primeiro volume [de *Economia e Sociedade*], realizada por Parsons-Henderson, não foi editada até o presente e, ao que me consta, circula mimeografada, em restritos centros de estudo dos Estados Unidos” (RAMOS, 2006, p. 267).

⁵⁵ Também em obras publicadas no pós-guerra Parsons confere a Max Weber posição de destaque na construção de seu argumento (cf. Parsons and Shils, 1951 e Parsons, 1951)

Robert K. Merton, Paul Lazarsfeld, entre outros, constituiriam suas novas lideranças intelectuais (2013, p. 141).

Essa narrativa apresenta, entretanto, uma série de fissuras. Trata de modo unilateral a multiplicidade de perspectivas teóricas concorrentes no interior da disciplina - tanto no contexto norte-americano, quanto na Europa em reconstrução e, ainda, nas “produções situadas no amplo espectro das sociologias periféricas” (BRASIL Jr., 2013, p. 141). Em todos esses casos, os debates no interior da disciplina foram interpelados por uma série de mediações locais. No mesmo sentido, a circulação de textos e ideias não se fez de modo linear, se deu, antes, no interior de debates que procuravam enfrentar uma constelação de problemas teóricos que, no mais das vezes, olhavam para horizontes delimitados por contextos específicos.

Como exemplo, podemos tomar os debates da Alemanha em reconstrução no pós-Guerra. O estrutural-funcionalismo parsoniano foi, sim, a perspectiva dominante nas ciências sociais alemãs durante a década de 1950. Assim como à Parsons, eram frequentes também as referências à Robert Merton, Kingsley Davis e George Homans (cf. HARTMANN, 1967; TENBRUCK, 1979). Entretanto, o que se nota é uma apropriação ampla, mas não sistemática da sociologia norte-americana. Particularmente importante no período foi a adoção de métodos de pesquisa social empírica trazidos dos Estados Unidos da América. Nesse período, se formam os primeiros intelectuais que iniciaram suas habilitações no pós-guerra e, também, passam a publicar de modo mais ativo vários pesquisadores que retornavam ao país de seus exílios.

Além daqueles centros que estavam reestabelecendo suas atividades, várias outras escolas de Sociologia foram fundadas no período. Um estudo dirigido por Max Horkheimer entre 1950 e 1951 a partir de encomenda da *Divisão de Assuntos Europeus* do Congresso dos Estados Unidos e com financiamento do *Oberlaender Trust* (fundação filantrópica privada) apresenta um panorama bastante abrangente desse contexto. Segundo o autor, das dezesseis universidades em funcionamento na República Federal da Alemanha naquele momento, apenas três possuíam cátedras dedicadas exclusivamente à Sociologia: Colônia, Göttingen e Hamburgo – esta última ainda vaga desde o expurgo promovido pela ditadura nazista na primeira metade dos anos 1930. Em outras cinco universidades, cadeiras de Sociologia dividiam as atividades com outras disciplinas: em Berlim, Frankfurt am Main, Heidelberg, Kiel e Tübingen ela dividia espaço com a Economia Política e, além dessas, havia em Frankfurt – também –, uma cadeira de Sociologia e Filosofia (cf. HORKHEIMER, 1952, p. 1-4). Como exemplo dos novos centros criados no pós-guerra, pode-se mencionar o *Centro de Pesquisa Social* [*Sozialforschungsstelle*] em Dortmund – então vinculado à Universidade de Münster, atualmente parte da *Technische*

Universität Dortmund – fundado em 1946 com financiamento da Fundação Rockefeller; o *Instituto para Pesquisa em Ciências Sociais [Institut für sozialwissenschaftliche Forschung]* criado em Darmstadt em 1949 com apoio do Exército estadunidense; o Instituto UNESCO para Ciências Sociais [*Institut für Sozialwissenschaften*] criado em Colônia em 1951⁵⁶.

Com isso, a Sociologia se consolida como disciplina no campo acadêmico alemão e, assim como cresceu o número de institutos e faculdades, cresceu também o número de formados na disciplina (cf. ADORNO, 2007, p. 42-48 e RAINER LEPSIUS, 1983, p. 37-49). Em consonância com tais processos, novos temas também vêm à tona. Por exemplo, questões ligadas à emergência da sociedade industrial ganham centralidade no debate, assim como o estudo das relações de trabalho ligadas ao trabalho industrial, estratificação e mobilidade social e conflitos sociais aparecem como temas privilegiados – no estudo deles, uma perspectiva que buscava extrair do marxismo categorias de análise que pudessem fundamentar uma sociologia marxista ganhou proeminência nos debates. Nas questões de método, Ralf Dahrendorf se destaca como um autor importante (e como um crítico da sociologia parsoniana). Com esse influxo de temas encontra-se uma questão nacional inevitável para os alemães naquele momento: a experiência da Guerra e o fim do regime nazista. E as tentativas de lidar com ela se deram retomando categorias analíticas do período da República de Weimar. Antes mesmo da fundação da República Federal, em 1949, intelectuais que haviam sido silenciados pela ditadura iniciaram um debate em torno das questões presentes – mas a partir de constructos teóricos do período anterior: vários autores remetem a uma perspectiva “histórico-universal” remete fortemente ao debate da Sociologia alemã nas décadas de 1910-20. No mesmo sentido, o pensamento social era entendido enquanto ciência prática-moral com algum horizonte normativo (os diagnósticos eram, contudo, bastante diversos entre si).

Nesse contexto, tais debates impulsionam um movimento mais amplo de reestabelecimento das instituições existentes em 1933. Então aos 77 anos, Alfred Weber retomou suas atividades em Heidelberg (ele havia sido aposentado compulsoriamente em 1933). Em *Adeus à história passada [Abschied von der bisherigen Geschichte]* – publicado em 1946 – e em *O terceiro ou o quarto homem [Der dritte oder der vierte Mensch]* – em 1953 – ele buscou, a partir de “uma perspectiva histórico-universal e sociológico-cultural, interpretar

⁵⁶ Além desse, outras duas instituições de pesquisa foram impulsionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em áreas então consideradas subdesenvolvidas na Alemanha: o *Instituto de Pesquisas sobre a Juventude [Institut für Jugendforschung]* em Hamburgo e o *Instituto de Serviço Social [Institut für Sozialarbeit]* em Gauting. É pertinente lembrar que a ação da UNESCO e das fundações filantrópicas privadas se inserem no contexto do plano Marshall. Sobre isso, ver – além do mencionado estudo de Horkheimer – RAINER-LEPSIUS (1983), HARTMANN (2007, p. 83-93), LAIZ (2016) e LAIZ e SCHLICHTE (2016).

a catástrofe recente como uma ruptura ética na história” (RAINER LEPSIUS, 1983, p. 12). As publicações de Karl Jaspers (*Sobre a origem e o destino da História* [*Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*], publicado em 1949), de Alexander Rüstow (a série *Orientação do presente: uma crítica cultural histórico-universal* [*Ortsbestimmung der Gegenwart: eine universalgeschichtliche Kulturkritik*], em três volumes publicados entre 1950 e 1957), de Alfred Müller-Armack (*Diagnóstico de nosso presente* [*Diagnose unserer Gegenwart*], publicado em 1949) e de Hans Freyer (*História mundial da Europa* [*Weltgeschichte Europas*], em 1948 e *Teoria do tempo presente* [*Theorie des gegenwertigen Zeitalters*], 1955) inserem-se, também, neste debate.

Embora tenha uma contribuição menos relevante para o debate teórico, a atuação institucional de Leopold von Wiese é de grande importância. Sob sua direção, a Sociedade Alemã de Sociologia retoma suas atividades em 1946. Von Wiese foi responsável, também, pelo reestabelecimento do Instituto de pesquisa em ciências sociais e administrativas [*Forschungsinstitut für Sozial- und Verwaltungswissenschaft*] de Colônia – 1948 –, bem como do período acadêmico lá editado, agora sob o título *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*. Mesmo após sua aposentadoria (ao completar 70 anos), von Wiese continuou lecionando em Colônia – ministrando, também, cursos em Bonn, Mainz e Frankfurt como professor visitante (cf. RAINER LEPSIUS, 1983, p. 12). Também, o Instituto de pesquisa social de Frankfurt retoma suas atividades em 1949 – com o retorno, entre outros, de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. Havia na Alemanha, enfim, uma multiplicidade de perspectivas teóricas que disputavam o campo da Sociologia. Entre elas, o único ponto de convergência era uma orientação comum à consolidação disciplina.

Tudo isso presta-se a exemplificar que a importância de Parsons e do estrutural-funcionalismo não devem ser desprezadas quando pensamos a história da Sociologia, mas que elas devem, também, ser matizadas – na medida em que no processo histórico elas foram colocadas de frente a mediações diversas.

Feitas essas ressalvas, interessa-nos desse contexto reter a importância de Parsons como um divulgador fundamental da obra de Max Weber para além dos limites de um debate estritamente alemão⁵⁷. Nesse processo, a interpretação de Parsons, que lê Weber no sentido de formular uma “grande teoria” que “caminha para a abstração extrema de um vocabulário

⁵⁷ Vale destacar a importância de outra tradução de textos de Weber em língua inglesa – posterior às edições pioneiras de Parsons – nesse processo de difusão de sua obra. Trata-se da coletânea *From Max Weber: essays in Sociology* [volume publicado no Brasil, pela primeira vez em 1967, sob o título *Max Weber: ensaios de sociologia*], organizada por Charles Wright Mills e Hans H. Gerth (publicada em 1946).

conceitual utilizável para a compreensão de qualquer sociedade” (ARON, 2002, p. 825) – e que, nesse sentido, afasta-se da interpretação histórica, basilar para o pensamento weberiano – é carregada com seus textos e traduções (ainda que se deva lembrar que tal interpretação não fora sempre aceita sem críticas).

Grosso modo, a interpretação parsoniana enfatiza as categorias normativas. Ao tomar as regularidades (típicas ou empíricas) como normativamente válidas, Parsons atribuiu às orientações normativas de ação social, da legitimidade e da integração da coletividade uma importância significativamente maior que Weber, e, no mesmo sentido, esvaziou a relevância de aspectos não-normativos da ação social e das estruturas de dominação. Deste modo, Parsons apreende a sociologia weberiana de modo metonímico: toma por regularidades na ação aquilo que em Weber deve ser pensado como regulação normativa (fundadas em preceitos ético-morais) das condutas – afastando, assim, as variáveis históricas da análise⁵⁸.

No mesmo sentido, a interpretação de Parsons acerca dos juízos valorativos e sua relação com a prática científica influenciaram significativamente as leituras que se fez de textos de Weber sobre o tema. “O postulado de Weber segundo o qual as valorações devem estar separadas do trabalho científico causal e interpretativo [...] converte-se em um mandato de ‘neutralidade ética’ para Edward Shils, ou na ênfase em não se fazer ‘juízos de valor’” para Parsons (em *Estrutura da ação social*) ou, ainda, “em uma suposta ‘liberdade de valores’” (LAIZ e WEISZ, 2015, p. 28) – também em Parsons (em *Liberdade de valores e objetividade* [*value freedom and objectivity*], texto apresentado em 1964). Assim, a interpretação de Parsons simplifica o objeto do conhecimento científico sobre o social, criando um abismo entre sociedade e a ciência⁵⁹.

Também a perspectiva histórica de Parsons paira sobre a interpretação que o autor faz de Weber. Como apontam Laiz e Weiss, “a inevitabilidade da modernidade levou Parsons a imputar uma teoria inerentemente evolutiva a Weber, que deixava de lado aspectos decisivos de seu trabalho, tanto sobre a história quanto sobre a própria modernidade” (2015, p. 27). Assim, a ênfase parsoniana na evolução social atribui à leitura weberiana da História um caráter etapista, alheio aos escritos do autor. Antes, a análise histórica weberiana tem como objeto a análise retrospectiva de desenvolvimentos históricos simultâneos não teleológicos, segundo

⁵⁸ Sobre isso ver COHEN (1975), COHEN, HAZELRIGG e POPE (1975 e 1977) e, também, LAIZ e WEISZ (2015, p. 23-29). Sobre a importância de Parsons para a difusão da sociologia da modernização durante o pós-guerra, ver BRASIL Jr. (2011, especialmente p. 69-111 e p. 146-153).

⁵⁹ Sobre isso ver PARSONS (1965), HABERMAS (1965) e ROTH (1965).

uma perspectiva histórico-comparativa que permita realizar uma análise multicausal que se dedica aos vários lados da cadeia causal. Como aponta Wolfgang Schluchter,

para Weber não existem apenas diferentes tipos de racionalismo e racionalização, não apenas diferentes esferas da vida que podem ser racionalizadas, não apenas diferentes portadores da racionalização e, como consequência, não apenas diferentes tipos de ordens racionais e tipos de racionalização; existe, acima de tudo, um fenômeno especial de racionalismo e racionalização que coloca um problema histórico de identificação e explicação e demanda, portanto uma ‘teoria histórica’ adequada. Essa teoria não pode ser uma teoria de estágios universais; tampouco pode ser restrita a uma comparação tipológica. A teoria deve fornecer uma perspectiva histórica desenvolvimental [*entwicklungsgeschichtlich*] (1985, p.12)⁶⁰.

O intérprete aponta, também, que a ideia de história enquanto desenvolvimento é bastante difundida no pensamento alemão da virada do século XX. Especificamente no caso de Weber, tal uso estaria ligado à leitura que ele faz da obra de Heinrich Rickert, pois “Rickert move o historicamente individual – constituído pela relação de valor teórica – do simultâneo para o sucessivo e, deste modo, separa logicamente a história desenvolvimental da mera mudança, e também do desenvolvimento ‘progressivo’” (SCHLUCHTER, 1996, p. 305). Já em 1904, no ensaio sobre a *Objetividade*, Weber adere a essa concepção proposta por Rickert. Desse modo, seria possível a Weber falar estágios de desenvolvimento [*Entwicklungsstadien*] e analisar processos históricos de longuíssima duração sem identificar-se com a ideia de *progresso* ou com o *evolucionismo* clássico. Os estágios são, assim, construções conceituais que permitem analisar uma constelação singular de fatores, jamais sendo tomados como representações do real usadas para se chegar a conclusões – seja por dedução ou analogia (cf. SCHLUCHTER, 1988, p.410-414)⁶¹.

Voltando à Parsons, é preciso destacar que também em suas traduções são inúmeras as escolhas terminológicas imputam sua interpretação aos escritos weberianos. No caso da ação social, ou, mais especificamente, dos fundamentos valorativos que podem orientar uma ação social, interessa a Weber o sentido subjetivamente visado pelo agente (WEBER, 1980). Nesse sentido, a existência de valores divergentes é um pressuposto da análise, na medida em que ações orientadas segundo pressupostos diversos tendem a visar sentidos que são, igualmente,

⁶⁰ A expressão alemã *Entwicklungsgeschichte* não possui tradução direta para o português. Usualmente é traduzida com o neologismo *história desenvolvimental*, numa derivação da versão para o Inglês: *developmental history*.

⁶¹ Sobre a concepção de história em Weber ver, também, ROTH (1975, 1987) e SCHLUCHTER (1976, 1996, 1998). Sobre a influência da leitura de Rickert na epistemologia weberiana, ver HENRICH (1952, p. 7-53), COHN (2003, p. 75-97) e BRUUN (2007).

diversos⁶². Quando tratando da racionalização dos valores que fundamentam as imagens de mundo, Weber aponta que “pode-se mesmo ‘racionalizar’ a vida de pontos de vista últimos extremamente diversos e nas mais diversas direções. O ‘racionalismo’ é um conceito histórico que encerra um mundo de contradições” (2004, p. 68-69).

Temos, assim, que processos de racionalização de uma determinada imagem de mundo podem ser (e frequentemente são) irracionais sob outro ponto de vista. Nos termos do autor, pode-se racionalizar as mais diversas áreas “sob os pontos de vista e com direções finais extremamente diversos e aquilo que é, para um, ‘racional’ pode, quando considerado por outro, ser ‘irracional’. Racionalizações ocorreram, portanto, em diferentes ordens da vida nas mais variadas formas em todas as civilizações” (WEBER, 1986, p. 11). O conflito entre valores é, portanto, pressuposto da análise. Ao lidar com essa questão, Parsons versa *Ordnung* como *normative system*, escolha que esmaece esse elemento conflitivo basilar para a análise weberiana, enfatizando o aspecto consensual que interessa a seu próprio esquema teórico (cf. PARSONS, 1947 e 1966).

Problema similar acontece com o conceito de *Herrschaft* [dominação]. Como aponta Schluchter, “não há equivalente para essa palavra alemã em inglês. Ela compreende tanto legitimidade quanto a estrutura de regência [rulership]” (MORAES, TUFANO, NERI, 2014, p. 238-239). Parsons traduz *Herrschaft* como *autoridade* ou, com frequência, como *coordenação imperativa* (cf. PARSONS, 1947, p. 152-153). Com isso, enfatiza o caráter normativo do termo, em detrimento do aspecto que pensa as relações de poder⁶³ – escolha que justificada com o seguinte argumento: “Fiz uma cuidadosa distinção, o que também faz Weber [em *Economia e Sociedade*], entre *Herrschaft* legítima e não legítima. Onde *Herrschaft* legítima estava envolvido, eu usei o termo ‘autoridade’, reservando outros modos de expressão para os casos não-legítimos” (PARSONS, 1975, p. 668-669).

Não se trata, com a problematização destes termos⁶⁴, de apontar para uma tradução equivocada por Parsons. Como argumenta Glaucia Villas Bôas, “a apropriação das ideias é seletiva e interpretativa, submetendo-se a valores e interesses” (2014, p. 25). O mesmo pode

⁶² Sobre isso, ver SCHLUCHTER (1996).

⁶³ Caminho diverso, já em 1960, é tomado pelo alemão radicado nos Estados Unidos Reinhard Bendix, que traduz o termo por *dominação* e, por vezes, por *autoridade* – “tomado como sinônimo de dominação sempre que isso for interessante para a fluência [do texto]” (BENDIX, 1998, p. 296).

⁶⁴ Entre outros que poderiam ser elencados. Em fato, várias das questões apresentadas por Pierruci, em sua *tábua de correspondência vocabular* (2006), podem ser relacionados às traduções de Parsons. Entre eles, a versão de *Entwicklung* [desenvolvimento] por *evolução*, de *Lebensführung* [condução da vida] como *modo de vida* ou *estilo de vida* ou, ainda, a célebre metáfora *stahlhartes Gehäuse* [rija crosta de aço] em *Jaula de ferro*.

ser dito do processo de tradução, que, inevitavelmente, implica em deslocamento e em interpretação⁶⁵. Trata-se, antes – como já dissemos – de apontar aspectos importantes da interpretação que faz Parsons dos escritos weberianos. E de salientar que tal interpretação fora carregada com seus textos e traduções.

Questão similar pode ser apontada em outra importante tradução de textos de Weber em língua inglesa – posterior às edições pioneiras de Parsons – nesse processo de difusão de sua obra. Trata-se da coletânea *From Max Weber: essays in Sociology* [volume publicado no Brasil, pela primeira vez em 1967, sob o título *Max Weber: ensaios de sociologia*], organizada por Charles Wright Mills e Hans H. Gerth (publicada em 1946). Com ela difundiu-se também (ao menos) um mal-entendido: a *introdução* [*Einleitung*] aos ensaios da *Ética econômica das religiões mundiais* [*Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*] “recebeu o inexplicável título de ‘a psicologia social das religiões mundiais’ e assim ficou conhecido também em português” (PIERUCCI, 2005, p. 89), sugerindo uma proximidade de Weber com uma disciplina com a qual o autor pouco se relaciona.

Ao final da década de 1950, surgem – paulatinamente – interpretações de Max Weber que abordam aspectos outros de sua obra que aqueles enfatizados pela que era, ainda, a mais importante leitura até então: a de Parsons. Os estudos de Pietro Rossi (1956 e 1958), de Johannes Winckelmann (1952 e 1957)⁶⁶ e de Julien Freund (1966) podem ser tomados como exemplos nesse sentido. Também o texto de Wolfgang Mommsen, *Max Weber a política alemã* (1974), publicado pela primeira vez em 1959, pode ser pensado como parte dessa tendência. Inicia-se com isso, um movimento – que se estende até meados da década de 1970 – no sentido de “desparsonizar” Weber. Com isso, a ênfase dada por Parsons a aspectos normativos da ação social passou a ser, mais e mais, colocada em questão. Já em 1975, se lê em uma dura crítica que

o cerne da má interpretação de Parsons [está] em sua ênfase desmedida na categoria do normativo. A confusão de ‘regularidades factuais’ com ‘validade normativa’ – apesar de várias advertências de Weber contra tal – levou Parsons a um exagero da importância que Weber atribuiu a orientações normativas de ação social, da legitimidade e da integração da coletividade, e, correspondentemente, a uma grave subavaliação da importância dos aspectos não-normativos da ação social e das estruturas de dominação. Em consequência, Parsons expandiu o que era apenas uma

⁶⁵ Questão amplamente discutida na bibliografia das humanidades. Sobre problemas de tradução de textos de Max Weber, ver Cohn (1994), Pierucci (2006), Tribe (2006), Abellán (2010) e Käsler (2012).

⁶⁶ Winckelmann foi, também, responsável pela reedição de vários textos de Weber na Alemanha entre as décadas de 1950 e 1970.

parte da sociologia de Weber e tornou-a quase o todo (COHEN, HAZELRIGG e POPE, 1975, p.229)⁶⁷.

Dentre os autores que se inserem nesse contexto, um é de especial importância para nosso problema: o alemão radicado nos Estados Unidos Reinhard Bendix. Seu livro intitulado *Max Weber: um retrato intelectual* [*Max Weber: An Intellectual Portrait*] – publicado nos EUA. em 1960 e, quatro anos depois, na Alemanha (com o título *Max Weber: a obra. exposição, análise, resultados* [*Max Weber: Das Werk. Darstellung, Analyse, Ergebnisse*]) coloca luz em uma temática central para a análise histórica weberiana, que por décadas foi deixada em segundo plano: a análise dos processos históricos de racionalização e a questão da racionalidade ocidental. Bendix volta a atenção aos escritos em que esse tema é desenvolvido mais extensamente: os ensaios sobre a *Ética econômica das religiões universais* (cf. BENDIX, 1998, p. 71-285); e, com isso, abre-se espaço para novas interpretações e debates que se estenderiam pelas décadas seguintes⁶⁸. Além disso, sua interpretação de Weber serve como fundamento teórico para a sociologia histórico-comparada (da qual Bendix tornou-se um dos mais importantes representantes) – assim como interpretação parsoniana fundamentava o estrutural-funcionalismo.

Daí em diante, esse conjunto de revisões, retornos e apropriações da obra de Max Weber irá – cada vez mais – consolidar a posição do autor, “juntamente com Marx e Durkheim, [como] um dos pilares de uma ‘Santíssima Trindade’ da sociologia internacional” (KÄSLER, 2004, p. 5). Interessam-nos, contudo, esses processos de circulação da obra weberiana narrados até aqui. Veremos, adiante, que algumas das interpretações aqui destacadas serviram como influxos importantes para leitores de Weber no Brasil – especialmente aqueles que o fizeram num contexto acadêmico. Cabe, porém, antes de tratar dos leitores brasileiros de Weber, apresentar outro processo que desempenha papel importante na difusão dos escritos weberianos: a relação entre seus escritos e interpretações sociológicas de matiz marxista.

⁶⁷ Essa crítica insere-se no debate – que se estende por alguns anos na década de 1970 – entre Parsons e seus críticos. Cf. COHEN (1975), COHEN, HAZELRIGG e POPE (1975 e 1977) e, as respostas em PARSONS (1975) e PARSONS (1976).

⁶⁸ Entre tantos outros, cf. ROTH (1977); TENBRUCK (1975); SWEDBERG (2003) e PIERUCCI (2003).

1.3. Max Weber como crítico do marxismo?

Em 1910, ao discutir a apresentação de Werner Sombart sobre *Técnica e Cultura* [*Technik und Kultur*] no primeiro congresso da Sociedade Alemã de Sociologia – realizado em Frankfurt –, Weber afirma que

o chamado materialismo histórico apresenta-se hoje como completo obscurecimento de seu sentido original [*eigentlich*]. É um exemplo da desesperadora confusão trazida para a discussão sobre a concepção materialista da história que um acadêmico muito extraordinário, [Rudolf] Stammler, tenha a interpretado de tal forma que Marx ficaria absolutamente abismado. De acordo com esta interpretação [de Stammler], o conteúdo da ordem social – os interesses religiosos ou, igualmente, os econômicos, por exemplo – são a “matéria” dos fatos [*geschehen*] sociais, e uma concepção “materialista” da história é, portanto, aquela que coloca a matéria da vida como a causa [dos problemas sociológicos] [...]. Evidentemente, deste modo retira-se todos os pontos da concepção materialista da história no sentido em que fora pensada por Marx (WEBER, 1988b, p. 450).

O autor afirma, na sequência, que esta breve análise é uma digressão e que cabe voltar ao tema da discussão – *técnica e cultura* – e dizendo que “acredito que a concepção materialista da história enquanto tal poderia ser debatida por nós em outra ocasião” (WEBER, 1988b, p. 451). Este artifício esconde que muito da análise sobre técnica que se segue é feita em debate com Marx. Weber parte de uma ideia bastante ampla de técnica: a capacidade do ser humano de planejar antecipadamente [*voraussehen*] o produto final que deseja produzir [*herstellen*]. Esta definição é bastante próxima ao que, em termos marxianos seria o trabalho genérico como *auto-atividade* [*Selbsttätigkeit*] – atividade vital do ser humano que é “objeto de sua vontade e de sua consciência” (MARX, 2004, p. 84; 1968, p. 516)⁶⁹. Esta afinidade conceitual serve, contudo, para fundamentar uma diferença radical: Weber sustenta que, se assim se define o que seja “técnica”, ela é característica comum a todas as formas de capitalismo existentes na história.

Deste modo, assim como a concepção geral de técnica, a definição do que seja “capitalismo” para Weber é, também, bastante ampla. Segundo o autor, o capitalismo apresenta-se como controle para impulsos irracionais ou violentos de ganho. Ele é, nesse sentido, a expectativa de ganho sempre renovado, a expectativa de rentabilidade. Segundo o autor, “capital deve ser sempre compreendido (na economia *privada*) a partir do *ganho* de capital, do lucro nas trocas comerciais. Se a terminologia quiser reter algum valor classificatório, [devemos entender que] mercadorias servem para a obtenção de lucro através do comércio” (WEBER,

⁶⁹ A interpretação que Weber faz de Marx é essencialmente fundada na leitura de *O Capital*. Escritos importantes de Marx, como os *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844* ou os textos compilados em *A ideologia alemã*, só viriam a público após a morte de Weber (ambos na década de 1930).

1988a, p. 13, grifos do autor). Assim, um ato econômico capitalista define-se pela expectativa de ganho formalmente pacífico através da troca (WEBER, 1986, p. 4). Do ponto de vista da racionalização econômica, isso implica em uma necessidade de cálculo de capital (capacidade de previsão através do cálculo): os ganhos devem, continuamente, superar as perdas. O que varia entre as experiências históricas é, nesses termos, o grau de racionalização do cálculo de capital.

O mesmo termo, “capitalismo”, refere-se a algo bastante diverso no sistema conceitual marxiano: trata-se de um momento específico no processo histórico, um *modo de produção* singular. E, em Marx, “*modo* não se reduz a referência caracterizadora” – como, possivelmente, aconteceria em Weber –, mas “é condição material de possibilidade para falar daquilo que (literalmente) modifica, como se dá na expressão ‘modo de produção’, sem a qual o termo produção fica entregue ao isolamento e à abstração” (COHN, 2017, p. 60-61). A este momento do processo histórico, Weber dá o nome de *capitalismo avançado* [*Hochkapitalismus*], ou *capitalismo moderno*, buscando qualificá-lo segundo uma série de características exclusivas em relação às outras formas de capitalismo.

De um ponto de vista econômico, Weber aponta que somente na modernidade ocidental se conheceu “a organização racional capitalista do trabalho (formalmente) livre” (WEBER, 1986, p. 4, grifo nosso). Esse é o alicerce sobre o qual se ergue o capitalismo moderno em sua visão. Mas, se essa forma específica da organização racional do trabalho capitalista moderno é basilar, ela não é a única característica exclusiva. A separação entre a economia doméstica e a economia da empresa, bem como aquela que é a racionalização máxima do cálculo de capital: a contabilidade racional; são, igualmente, elementos que definem o moderno capitalismo. De todo modo, todas as características ulteriores devem sua existência à organização racional do trabalho capitalista. Desde o desenvolvimento do comércio até a especulação nas bolsas (ou até mesmo a contraposição moderna entre grandes empresários industriais e trabalhadores assalariados), toda a estrutura do capital encontra-se ancorada, segundo Weber, nessa organização. Isso porque o cálculo exato só é possível nessa organização do trabalho.

De outro lado, o autor entende que esse desenvolvimento econômico está intimamente ligado ao desenvolvimento de outras ordens da vida em um sentido específico, em uma conjunção de elementos sem as quais o surgimento do moderno capitalismo seria igualmente impossível. Capitalismo moderno, nesses termos aqui apresentados, seria inconcebível sem o desenvolvimento da ciência. A utilização técnica dos conhecimentos científicos nos meios de

produção e o avanço e racionalização dos princípios da calculabilidade são *condiciones sine quibus non* para a sua existência. Da mesma forma, o desenvolvimento da estrutura racional do Direito e da administração pública possibilita o funcionamento pleno do sistema econômico. O cálculo de capital da empresa racional privada é infinitamente mais seguro quando realizado sob um Direito previsível e sob o Estado guiado por regras formais positivas. A organização do trabalho formalmente livre só é possível com esse Direito positivo, assim como a separação jurídica entre patrimônio pessoal e patrimônio da empresa – e a decorrente separação entre economia doméstica e economia da empresa (cf. WEBER, 1986, p. 3-11).

Marx e Weber concordariam, somente, que o modo de produção capitalista ou o capitalismo avançado apresenta-se como “o poder decisivo no destino de nossa vida moderna” (WEBER, 1986, p. 4).

O exemplo acima serve para iluminar parte da visão que há de Marx na obra de Weber. A despeito de partirem de uma questão similar – a explicação da conjunção de fatores que permite compreender historicamente o capitalismo moderno – e de convergirem em alguns aspectos do diagnóstico, os autores se afastam em suas bases teóricas, no método de análise e, também, em seus horizontes políticos.

Noutros termos, “os pressupostos epistemológicos são absolutamente distintos, mas principalmente porque seus horizontes normativos são completamente opostos, pois enquanto Marx, na tradição de Hegel, é um teórico da reconciliação [*Versöhnung*], Weber, na tradição kantiano-liberal, é um teórico do politeísmo de valores” (SELL, 2019, p. 166). As diferenças são, destarte, irreconciliáveis. Weber em qualquer momento se pôs a rebater a interpretação marxiana da História. As poucas menções que faz a Marx são bastante respeitadas⁷⁰ – Weber o qualifica como um “grande pensador”; sua obra é apresentada como um divisor de águas na Economia Política⁷¹, é elogiada pelas qualidades literárias do texto (de *O Capital*)⁷² e pela “‘precisão’ [*Richtigkeit*] lógica da forma de pensar de Marx” (WEBER, 1985, p. 246).

A debate de Weber é, como fica claro na referência à interpretação de Rudolf Stammler, com o materialismo histórico de seu tempo, embora – e essa ressalva é de suma

⁷⁰ A mais notável exceção é a afirmação de que “as ‘leis’ e construções do desenvolvimento histórico” feitas por Marx constituem, “de longe, o mais importante [exemplo] de construções de tipo ideal” (WEBER, 1985, p. 205; 2006, p. 92). Ainda assim, a provocação é muito mais gentil que o tratamento dispensado por Weber a vários de seus contemporâneos.

⁷¹ Segundo Weber, a partir de Marx a disciplina passa a tratar não somente de fenômenos puramente econômicos, mas, “também, dos ‘economicamente relevantes’ e ‘economicamente condicionados’” (WEBER, 2006, p.33; 1985, p. 163)

⁷² cf. (WEBER, 1985, p. 253-254).

importância – isto seja, também, marginal para o conjunto de sua produção. As divergências se dão, nesse caso, em dois aspectos diversos: científica e politicamente.

No primeiro campo, Weber entende que o materialismo histórico a ele contemporâneo interpreta Marx de modo grosseiro⁷³ e que, ao olhar para a História de modo unilateral, essa perspectiva é incapaz de explicar adequadamente a empiria. Isso fica evidente no argumento que encerra o estudo sobre *A Ética Protestante e o 'Espírito' do Capitalismo*. Ali, Weber sustenta que

a tarefa [da pesquisa sociológica] seria muito mais a de mostrar a significação que o racionalismo ascético, apenas a florada no presente esboço, teve para o conteúdo da ética político-social, ou seja, para o modo de organização e de funcionamento das comunidades sociais, desde o conventículo até o Estado. Depois seria preciso analisar sua relação com o racionalismo humanista 306 e seus ideais de vida, suas influências culturais e, além disso, com o desenvolvimento do empirismo filosófico e científico, sua relação com o desenvolvimento técnico e com os bens culturais espirituais. Por fim, valeria a pena acompanhar seu vir a ser histórico, desde os primeiros ensaios medievais de uma ascese intramundana até a sua dissolução no puro utilitarismo, passando em revista cada uma das zonas de disseminação da religiosidade ascética. Só daí se poderia tirar a medida da significação cultural do protestantismo ascético em comparação com outros elementos que plasmam a cultura moderna. O que aqui se tentou foi apenas, se bem que num ponto único mas importante, fazer remontar a seus motivos o fato e o modo de sua influência. Mas depois, ainda seria preciso trazer à luz o modo como a ascese protestante foi por sua vez influenciada, em seu vir-a-ser e em sua peculiaridade, pelo conjunto das condições sociais e culturais, também e especialmente as econômicas. Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o efetivo alcance da significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, *não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente "materialista" da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. Ambas são igualmente possíveis, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser, não a etapa preliminar, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica* (WEBER, 2004, p. 156-157, grifos nossos).

Em oposição a essa interpretação unilateral que Weber atribui ao materialismo histórico de seu tempo, ele propõe uma análise multicausal que se dedica aos vários lados da cadeia de eventos históricos. Tem, assim, a pretensão de investigar as precondições históricas do capitalismo moderno – tanto “as ‘subjéctivas’ quanto as ‘objectivas’, as motivacionais e as institucionais” (SCHLUCHTER, 1996a, p.107). Para tanto, entende que se deve pensar, de um lado, essas precondições historicamente em suas relações mútuas e em suas relações teóricas com os valores e, do outro, segundo uma perspectiva histórico-comparativa que permita elucidar o caráter singular dessas condições. “O recurso às formas organizacionais, especialmente a econômica, nunca é suficiente, uma vez que essas são apenas algumas dos importantes elementos

⁷³ Ver, por exemplo, a crítica à “*Superação*” da concepção materialista da História por Rudolf Stammler [R. Stammers „Überwindung“ der materialistischen Geschichtsauffassung] (WEBER, 1985, p. 291-359).

que moldam a conduta. [...] Portanto, deve-se levar em conta não só as forças econômicas, mas também as culturais [...] se se pretende reconstruir a história” (SCHLUCHTER, 1996, p. 109)⁷⁴.

Do outro lado, politicamente, o autor se opõe ao marxismo como doutrina política por razões outras. Weber entende a postura dos intelectuais e dos partidos políticos marxistas era “sem qualquer senso objetivo de responsabilidade” (WEBER, 1992, p. 227). A questão é nada trivial. Não se trata, somente, de “força ‘que sempre quer o bem e sempre faz o mal’” (WEBER, 2004, p. 146). É um problema que toca nas concepções políticas mais caras a Weber. Para ele, faltava aos dirigentes da República dos Conselhos “a capacidade de deixar a realidade agir com calma e equilíbrio interior”, e isso os condenou à “incapacidade para a política” (WEBER, 1992, p. 227-228). Isso pode ser compreendido, por exemplo, na relação desses grupos com a violência: de um lado, pacifistas que tomam este fim como valor absoluto, “unilateral, incondicional, sem levar em consideração as consequências” (WEBER, 1992, p. 236); do outro, grupos que apontam para uma sacralização dos meios – desejando manter a Alemanha por mais tempo na Grande Guerra, se isso servisse para impulsionar uma revolução socialista. Nesse âmbito, o autor sustenta que

com o bolchevismo e o espartaquismo, e em geral com qualquer tipo de socialismo revolucionário, a questão é exatamente a mesma [de que o fim que exige meios desse tipo – a permanência na Guerra, neste caso]. E é claro que é extremamente ridículo quando os ‘políticos violentos’ do antigo regime são moralmente rejeitados pelos revolucionários por usar os mesmos meios (WEBER, 1992, p. 239).

Essa ideia, como muito de suas formulações sobre o tema, é decorrente da reflexão sobre a Revolução de Novembro e a subsequente experiência da República dos Conselhos durante sua estadia em Munique nos anos finais de sua vida. O autor entendia que uma administração socialista levaria a um desenvolvimento acentuado do processo de burocratização, o que ele via com muitas ressalvas. Esse processo levaria, segundo Weber, a uma organização burocrática

ocupada em fabricar a forma externa daquela servidão do futuro, à qual, talvez um dia, os homens estarão obrigados a submeter-se sem resistência [...], se uma administração por funcionários boa do ponto de vista puramente técnico (e isto significa: racional, e com correspondente abastecimento), chega a ser para eles o último e único valor que deve decidir sobre a em que se tratam seus assuntos. Pois isso a burocracia faz incomparavelmente melhor do que qualquer outra estrutura de dominação. *E esta carapaça exaltada por nossos ingênuos literatos, completada pelo agrilhoamento de cada indivíduo à empresa [...], à classe [...] e, talvez, no futuro, à profissão [...], ficaria ainda mais inquebrantável, se na área social, como nos Estados baseados no trabalho forçado do passado, uma organização “estamental” dos dominados fosse agregada à burocracia (e isto significa, na verdade, subordinada a*

⁷⁴ Não há como não notar um problema terminológico nesse trecho. No interior do pensamento weberiano parece-nos inadequado opor as *forças econômicas* às *culturais*, uma vez que economia é pensada como uma das esferas da cultura (cf. WEBER, 1986, p. 536-573).

esta). Emergirá, então, uma estrutura social “orgânica” [...] com o caráter rigorosamente racional de uma máquina. [...] E isto significa: o pacifismo da impotência social sob as asas do único poder inescapável: a burocracia no Estado e na economia (WEBER, 2015, p. 542; 1988c, p. 332, grifo nosso).

Este avanço do processo de burocratização se daria, segundo Weber, a partir do avanço da burocracia sobre a vida econômica. Ele afirma que

seria teoricamente imaginável uma eliminação progressiva do capitalismo privado, ainda que isso não seja mesmo uma coisa fácil, como sonham alguns que não o conhecem. Mas, posto que um dia isso aconteça, esta eliminação de modo algum significaria, na prática, uma ruptura da prisão de aço do moderno trabalho industrial, mas sim uma burocratização também da direção das empresas estatizadas ou transformadas em algum outro tipo de empresas “coletivas”. As formas de vida dos funcionários de escritório e dos trabalhadores da administração estatal prussiana de minas e ferrovias não são perceptivelmente diferentes daquelas dos empregados de grandes empresas capitalistas privadas. Mas os primeiros são menos livres porque toda luta pelo poder contra uma burocracia estatal é inútil e porque não se pode recorrer a nenhuma instância que, em princípio, esteja interessada em combater essa burocracia e seu poder, como é possível diante da economia privada. A isto se resume a diferença. Se acabasse eliminado o capitalismo privado, a burocracia estatal dominaria sozinha. [...] A situação seria análoga à do Egito da Antiguidade, só que assumiria uma forma incomparavelmente mais racional e, por isso, muito mais inescapável. (WEBER, 2015, p.541; 1980, p. 835, grifo nosso).

1.3.1. Conciliação e ruptura

Após a morte de Weber, os primeiros autores a tentar estabelecer relações entre sua obra e a de Marx o fazem explorando pontos de afinidade entre elas, notadamente no que se refere à diagnose do moderno.

Em *Reificação e consciência do proletariado*, peça central de *História e consciência de classe* (texto publicado em 1923), György Lukács apropria-se da discussão weberiana sobre racionalização para sua construção conceitual da ideia de reificação e, assim, busca inserir na crítica marxista aspectos da análise de Weber sobre a modernidade. Lukács coloca-se a analisar os “problemas fundamentais que resultam do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade” (LUKÁCS, 2001, p. 194) – ou seja, o fenômeno da reificação – “e do comportamento do sujeito submetido a ela”, para, a partir dessa dualidade, “ter uma visão mais clara dos problemas ideológicos do capitalismo e do seu declínio” (LUKÁCS, 2001, p. 194). Para tanto, ele afirma tomar as análises econômicas de Marx como pressuposto; e sustenta que, na medida em que não há – segundo a análise materialista – problema da sociedade capitalista que não remeta à estrutura da forma mercadoria, é fundante para compreender o fenômeno da reificação entender a relação entre as formas de objetividade decorrentes da estrutura mercantil e as formas de subjetividade a elas correspondentes.

De forma bastante sintética: a estrutura econômica unificada do capitalismo produz uma estrutura de consciência que é – formalmente – unitária, ou seja, o fetichismo da forma mercantil, a objetividade fantasmagórica da mercadoria, reproduz sua estrutura na consciência dos homens. Pois, se

o próprio objeto particular que o homem enfrenta diretamente, enquanto produtor ou consumidor, é desfigurado em sua objetivação por seu caráter de mercadoria, é evidente que esse processo deve então intensificar-se na proporção em que as relações que o homem estabelece com os objetos enquanto objetos do processo vital em sua atividade social forem mediadas” (LUKÁCS, 2001, p. 210).

Os objetos da produção capitalista, submetidos ao processo de extração de mais-valia na produção e, portanto, explicáveis apenas a partir da essência do capitalismo industrial, aparecem à consciência como formas puras. Assim, as propriedades e faculdades da consciência aparecem objetivadas em relação a ela, desligadas do homem, como “coisas” que se pode possuir. Segundo o autor, esses problemas de consciência referentes ao proletariado

se repetem na classe dominante de forma refinada, espiritualizada, mas, por outro lado, intensificada. E o ‘virtuoso’ especialista, o vendedor de suas faculdades espirituais objetivadas e coisificadas, não somente se torna um expectador do devir social [...], mas também assume uma atitude contemplativa em relação ao funcionamento de suas próprias faculdades objetivadas e coisificadas. (LUKÁCS, 2001, p. 222).

Explica-se assim a unidade formal da consciência. Na sequência, Lukács expõe as diferenças de pontos de vista de classe na relação com mundo reificado que aparece – igualmente para burguesia e proletariado – como único possível. O pensamento burguês reproduz – de forma essencialmente antinômica – a estrutura mercantil do capitalismo industrial, já que “a filosofia crítica moderna nasceu da estrutura reificada da consciência. Nessa estrutura, têm origem os problemas específicos dessa filosofia.” (LUKÁCS, 2001, p. 240).

Para essa filosofia crítica, o mundo deixa de ser visto de forma independente em relação ao ser racional e passa a ser visto como produto do próprio sujeito, em outras palavras, “o objeto do conhecimento só pode ser conhecido porquê e na medida em que é criado por nós mesmos” (LUKÁCS, 2001, p. 242). O fundamento que leva a razão a compreender o mundo desta forma é aceito como evidente, não há esforço no sentido de entender as bases ontológicas desta visão.

O pensamento burguês interessa a análise de Lukács não apenas como teoria do conhecimento (que operou somente no sentido de investigar as possibilidades das formas de pensar e agir dadas na realidade), mas, principalmente, no esforço de superar a reificação do sujeito. O filósofo aponta que é necessário “encontrar na história o ponto a partir do qual se

podem resolver todos esses problemas e ainda exibir *concretamente* o ‘nós’, o sujeito da história, esse ‘nós’, cuja ação é realmente a história” (LUKÁCS, 2001, p. 303, grifo do autor). Ele afirma que, na tentativa de solucionar essa questão, a filosofia clássica chegou à dualidade do sujeito e do objeto. Essa dualidade levou ao extremo as antinomias do pensamento, mas estas permaneceram sem solução. Assim,

a filosofia clássica só pode, portanto, deixar de herança ao desenvolvimento (burguês) futuro essas antinomias não resolvidas. A continuação desse novo rumo tomado pela filosofia clássica e que começava, pelo menos no que diz respeito ao método a apontar para além desses limites, em outras palavras, o método dialético como método da história, foi reservado à classe que estava habilitada a descobrir em si mesma, a partir de seu fundamento vital, o sujeito-objeto idêntico, o sujeito da ação, o ‘nós’ da gênese: o proletariado (LUKÁCS, 2001, p. 308).

Essa posição particular ocupada pelo proletariado explica-se na medida em que a reificação, que serve à burguesia como forma de confirmação – a classe tem nesse fenômeno de estranhamento de si uma aparência de existência humana –, é um dilaceramento para o proletariado, nela evidenciam-se a impotência e a existência desumana da classe. Para a superação dessa realidade imediata reificada, necessária a todo homem sob o capitalismo, requer um esforço constante de referência concreta às contradições do desenvolvimento global e a conscientização do sentido imanente dessas contradições. Somente quando o proletariado for capaz de tomar consciência da dialética do processo histórico é que a consciência despertará. E somente aí surgirá o sujeito-objeto da história, e a práxis de transformação da realidade.

A leitura de Weber serve para compreender essa forma burguesa de confirmação. Segundo Lukács, falta à interpretação weberiana a categoria de *totalidade*. Com isso em vista, ao trazer a análise weberiana de racionalização Lukács irá relacioná-la ao “fundamento econômico” que lhe falta. O autor aponta, então, para uma racionalização crescente do processo de trabalho, eliminando cada vez mais as propriedades qualitativas do trabalhador, associada à fragmentação do processo de produção. Dessa forma, conforme se intensificam a racionalização e a mecanização da produção, o tempo de trabalho socialmente necessário deixa de ser tempo médio para se mostrar como quantidade objetivamente calculável.

Para o autor,

o mais importante é o *princípio* que assim se impõe: o princípio da racionalização baseada no cálculo, na *possibilidade do cálculo*. [...] Para poder calcular o processo de trabalho, é preciso romper a unidade orgânica irracional, sempre qualitativamente condicionada, do próprio produto. Só se pode alcançar a racionalização [...] pela análise mais precisa de cada conjunto complexo em seus elementos, pelo estudo de leis parciais específicas de sua produção. Portanto, a racionalização deve [...] romper com a unidade orgânica dos produtos acabados, baseados na *ligação tradicional de experiências concretas de trabalho*: a racionalização é impensável sem a especialização (LUKÁCS, 2001, p. 202, grifos nossos).

Assim como o fenômeno da reificação estende-se sobre todas as consciências que vivem sob o capitalismo, a racionalização estende-se sobre a totalidade da sociedade de forma decisiva, atuando, por exemplo, na ciência (no pensamento fragmentado e essencialmente antinômico), no Estado e no Direito, como Lukács explica citando o próprio Weber:

Max Weber também acrescenta a essa descrição, muito justamente, a razão e o significado social desse fenômeno: ‘A empresa capitalista baseia-se internamente sobretudo no *cálculo*. Para existir, ela precisa de uma justiça e de uma administração, cujo funcionamento também possa ser, pelo menos em princípio, *calculado racionalmente* segundo regras sólidas, tal como se calcula o trabalho previsível de uma *máquina*. [...] Em oposição às formas muito antigas da aquisição capitalista, é específico do capitalismo moderno o fato de que a *organização* estritamente racional do *trabalho*, no âmbito da *técnica racional*, não surgiu nem poderia surgir *em parte alguma* no seio de sistemas políticos construídos também de forma irracional. Pois essas formas modernas de empresa, com seu capital fixo e seus cálculos exatos, são muito sensíveis às irracionalidades do direito e da administração para que se tornem possíveis. Só poderiam [...] no Estado burocrático, com suas leis racionais, [...] cujo funcionamento [...] fosse em geral *calculável*’ (LUKÁCS, 2001, p. 215-216, grifos do autor).

Assim, Lukács incorpora a seu esquema a análise sobre a racionalização das ordens da vida, realizando essa operação dentro dos preceitos epistemológicos da dialética marxista – colocando de lado, portanto, todo o restante da análise weberiana (tomada como uma forma de autoconsciência burguesa das relações sociais). Em sua economia argumentativa, Lukács toma a cisão entre proprietários e expropriados em termos ontológicos, concentrando sua atenção nessa divisão da sociedade.

Esse tipo de análise seria visto com muitas ressalvas por Weber. Para ele,

quem quer que tenha trabalhado com conceitos marxistas conhece a eminente e inigualável importância heurística desses tipos ideais, quando utilizados para comparar com a realidade, mas conhece igualmente *seu perigo, tão logo sejam apresentados como construções com validade empírica ou até mesmo como tendências ou ‘forças ativas’ reais* (WEBER, 2006, p. 92-93, grifo nosso).

Em 1932, quase uma década depois da publicação do texto de Lukács, também Karl Löwith tenta estabelecer relações entre Marx e Weber⁷⁵ – em termos bastante diversos dos de Lukács: uma análise igualmente rigorosa, mas com preocupações políticas muito menos visíveis que no texto do autor húngaro.

Assim como Lukács, Löwith também parte da cisão da sociedade entre burguesia e proletariado, bem como da reprodução dessa divisão na análise social. Em seus termos, tem-se que “assim como nossa sociedade atual, a ciência social que a estuda não é unificada, mas

⁷⁵ Texto publicado pela primeira vez no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Republicado, com pequenas alterações, em LÖWITH (1960).

dividida em duas: *sociologia burguesa* e *marxismo*. Os dois mais importantes representantes dessas duas linhas de pesquisa são Max Weber e Karl Marx”. A despeito dessa partição⁷⁶, continua afirmando que há uma confluência fundamental: “O objeto de suas investigações é o mesmo: a organização ‘capitalista’ da economia moderna e da sociedade” (LÖWITH, 2003, p. 42).

Uma vez estabelecido esse pressuposto básico, Löwith passa à definição do objeto central de seu texto. Sua questão se define em termos antropológicos: para ele, tanto a análise “da ‘economia e sociedade’ capitalista” quanto “do ‘processo’ de produção capitalista” (LÖWITH, 2003, p. 42) tem como pressuposto uma visão acerca do gênero humano. Em outros termos, ele entende que está em questão para os dois autores “que consequências se colocam para a ‘humanidade’, quando as ordens racionalizadas do cotidiano não permitem mais tal unidade [da personalidade]? [...] Esta é a pergunta central que Weber, na esteira de Marx, põe para o mundo em que ‘estamos colocados’” (HENNIS, 1987, p. 101). Assim, as investigações sobre o capitalismo têm como motivação o destino da humanidade no mundo moderno. As perspectivas divergem: “político-prática” em Marx, “teórico-histórica” em Weber, mas “ambas as críticas dizem respeito a nós mesmos em nossa situação histórica” (LÖWITH, 2003, p. 44). Se é assim – diz Löwith – a tarefa a análise deve ser “delimitar a similaridades e as diferenças nas ideias sobre a humanidade como base da economia e da sociedade em Marx e em Weber” (2003, p. 43).

Apesar desse movimento teórico inicial de tentativas de aproximação explorando afinidades entre os pensamentos de Marx e de Weber o que prevaleceu com o passar dos anos foi o desenvolvimento em sentido contrário, acentuando as diferenças entre os dois autores (algo que nem Lukács, nem Löwith ignoram). Essa tendência no debate – feito especialmente pela esquerda – intensificou-se no pós-II Guerra.

As posições políticas de Weber – sua crítica ao socialismo, em especial – rederam material para uma caricata apresentação na *Grande Enciclopédia Soviética* (em sua segunda edição, de 1951): o autor é descrito “como um ‘reacionário sociólogo, economista e historiador alemão, neokantiano e inimigo mortal do marxismo além de ‘apologeta’ do capitalismo” (WEISS, 1981, p.28). Completa o verbete uma citação de Lenin sobre os escritos de Weber acerca da revolução russa de 1905. Segundo o líder bolchevique, “as análises do ‘douto’ senhor

⁷⁶ O próprio Weber destaca a diferença entre sua abordagem no tocante à divisão da sociedade em classes e a de Marx. Depois de apontar uma série de diferenciações internas das “classes aquisitivas negativamente privilegiadas” (operariado urbano – subdividido em trabalhadores qualificados e não-qualificados, artesãos, camponeses e classes-médias), ele afirma que Marx “pretendia evidentemente ocupar-se do problema da unidade de classe do proletariado, apesar de sua diferenciação qualitativa” (WEBER, 1994, p. 201).

professor Weber sobre os eventos russos de 1905 mostram com ‘sabedoria professoral a covardia burguesa’” (WEISS, 1981, p.28-29)⁷⁷.

Em tom muito menos agressivo, também o marxismo ocidental se pôs a ler criticamente a obra de Weber. Questão que era, como dissemos, mais relevante à esquerda do espectro político. Na “década de 1960 e inícios dos anos de 1970, Max Weber era considerado uma figura marginal e ultrapassada por pensadores conservadores como Hans Maier e Wilhelm Hennis”, o mesmo não acontecia “*no ambiente de esquerda, [em que] ocorreu um debate mais intenso sobre Weber, visando uma rejeição radical de suas posições, tal como realizado inicialmente por Herbert Marcuse e por Jürgen Habermas*” (HANKE, 2012, p. 104, grifo nosso)⁷⁸.

Exemplo disso é a discussão sobre *Industrialização e capitalismo* que Marcuse realiza no Congresso da Sociedade Alemã de Sociologia de 1964 – organizado em Heidelberg pela ocasião do centenário de nascimento de Max Weber. Marcuse discutiu o diagnóstico histórico do autor sobre a moderna sociedade ocidental e os processos de racionalização, pensando as esferas econômica, política e intelectual (cf. MARCUSE, 1965).

Não deixa de ser curioso que, apesar de sua postura crítica em relação a Weber, o texto de Marcuse possa ser pensado como um impulso para os estudos weberianos. No congresso de Heidelberg,

os grandes nomes [*the ‘makers’*] da sociologia internacional reuniram-se para a comemoração de seu progenitor alemão: Talcott Parsons (Harvard), Pietro Rossi (Turim), Raymond Aron (Paris), Herbert Marcuse (Boston) e Reinhard Bendix (Berkeley). Todos eles celebraram – não sem algumas observações críticas – o homem que, *sem quaisquer contribuições significativas de sociólogos alemães*, havia gradualmente, durante os mais de 40 anos desde a sua morte, se tornado universalmente reconhecido como uma figura de central importância da sociologia internacional. Somente graças aos esforços concentrados desses estudiosos estrangeiros ou exilados pode o acadêmico alemão Max Weber gradualmente tornar-se [um dos grandes clássicos da sociologia] (KÄSLER, 2004, p. 5, grifo nosso).

Além do Congresso de Heidelberg, outro impulso vem ao final da década: num contexto em que “a percepção de crise da sociedade de bem-estar social, ao fim da revolta de 1968, coincidia com uma crise nas ciências sociais e humanas” (HANKE, 2012, p.104), a retomada de Max Weber aparece como uma perspectiva interessante no debate alemão. Como dissemos, a retomada das leituras de Max Weber na Alemanha Ocidental data da década de 1950, mas há no período que se inicia em 1975 um interesse renovado que merece nota. Como

⁷⁷ Ver, também, WEISS (1996).

⁷⁸ Debate que permanece relevante por vários anos, como sugere a discussão sobre “*a teoria da racionalização de Max Weber*” em *Teoria do agir comunicativo* de Habermas, publicada em 1981.

vimos, há, a partir desse momento, um crescimento bastante significativo na produção secundária sobre o autor. Isso se dá em um contexto amplo.

No mesmo momento, processo semelhante acontece com as leituras de Marx e do marxismo. Em 1970, “Helmut Reichelt, junto com Hans-Georg Backhaus, é iniciador da Alemanha [Ocidental] da ‘nova leitura’ de Marx” (COHN, 2017, p. 59) – concentrando-se especialmente sobre as implicações da teoria do valor para o conjunto do sistema de categorias do autor. No mesmo sentido, Martin Jay aponta que em 1973,

a tradição intelectual que se tornou conhecida como marxismo ocidental ainda era descrita em uma antologia americana de 1972 como uma "dimensão desconhecida", que poderia fornecer ideias úteis para as lutas do futuro. As traduções de seus textos clássicos só estavam se tornando disponíveis naquele momento (*História e Consciência de Classe* de György Lukács em 1971, por exemplo, e *Dialética do Esclarecimento* de Horkheimer e Adorno no ano seguinte), e havia uma forte sensação de tesouro intelectual ainda para ser escavado. Revistas como *New Left Review*, *Telos* e *New German Critique* tropeçavam uma sobre a outra em sua ânsia de apresentar, explicar e aplicar ideias que prometiam ajudar a subverter o *status quo* (JAY, 1996, p. 13).

Neste contexto, foi gestado um projeto que permite compreender à perfeição a polarização artificialmente criada entre estes dois autores: a edição completa da obra de Max Weber [*MWG – Max Weber-Gesamtausgabe*]. O projeto – encerrado com a publicação de seu último volume somente no ano de 2020⁷⁹ – iniciou-se em 1972. As já mencionadas revoltas estudantis de 1968 ainda agitavam o ambiente acadêmico alemão (cf. HANKE, HÜBINGER, SCHWENTKER, 2010⁸⁰ e WHIMSTER, 2012). Nesse contexto político,

a iniciativa da edição da *MWG* foi vista com frequência como um empreendimento politicamente motivado, paralelo à edição de *Obra completa de Marx e Engels* [*Marx/Engels Gesamtausgabe – MEGA*], em Berlim Oriental. Essa não era a intenção dos fundadores da *MWG*, que não pretendiam concorrer com a *MEGA*, mas sim marcar uma posição no debate científico na Alemanha Ocidental, na medida em que tomavam conscientemente partido por uma metodologia empírica e não valorativa na sociologia e na história. Foi esse o interesse político-científico original, que só pôde ser colocado em prática, no entanto, com apoio político – este sim ligado às invectivas antimarxistas mais aguçadas. A estrutura da *MWG*, descentralizada e ajustada às personalidades individuais dos editores, era de fato o contraponto burguês, liberal e individualista à *MEGA*, organizada de modo centralizador (HANKE, 2012, p. 105).

Ao contrário do que pode fazer supor o trecho acima, as implicações políticas do projeto editorial da *MWG* são em nada superficiais. A descrição que faz a Academia de Ciências da Baviera (responsável pela manutenção do acervo de Max Weber e pela organização da edição da obra completa) do empreendimento escancara seu acento político. A *MWG* é descrita como

⁷⁹ Totalizam 42 volumes (alguns deles subdivididos em vários tomos), que compõe três seções: I. *escritos e discursos*; II. *cartas* e III. *curiosos*.

⁸⁰ Este traduzido para o inglês em HANKE, HÜBINGER, SCHWENTKER (2012).

“a primeira (em todo o mundo) e mais avançada edição histórico-crítica da obra de um sociólogo e cientista da cultura *não marxista*” (BAdW, s.d., grifo nosso). Fica evidente com essa autodescrição que o projeto vai muito além de sua posição no debate acadêmico da República Federal da Alemanha, mas que marca também uma posição em relação à Ciência Social produzida do outro lado da fronteira interna. “Ao petroleiro ideológico de Berlim Oriental [representado pela] MEGA devia ser dada uma resposta completa do Oeste, *politicamente inclusive*, na forma de um imponente navio-escola” (KÄSLER, 2008, p. 592, grifo nosso).

Para tanto, o projeto gestado em Frankfurt pelo sociólogo Horst Baier⁸¹ contou com o apoio político decisivo do governo do Estado da Baviera – e, também, do alto escalão da CSU [*Christlich-Soziale Union*], partido que então governava o estado. Hans Maier desempenhou importante papel, enquanto ministro estadual da cultura. Franz Josef Strauss – então presidente da CSU e anos mais tarde Primeiro-ministro do estado da Baviera – declarou apoiar amplamente o projeto de uma edição das obras completas de Weber.

Essencialmente, o que ele extrai desse projeto foi “o teor *anti-marxista do memorando de Baier, bem como sua crítica ao estado das Ciências Sociais no período pós-1968*. Strauss, então, pediu a Maier que levasse esse projeto adiante. [...] Maier assegurou a Baier seu apoio [ao projeto] ‘sem restrições – científica, acadêmica e politicamente’” (HANKE, HÜBINGER, SCHWENTKER, 2012, p. 68-69, grifo nosso). Em termos práticos, tal apoio consolidou-se com o envolvimento da Academia de Ciências no projeto – como dissemos, ela é até hoje responsável pela manutenção do acervo de Max Weber, bem como pela organização da edição da obra completa.

A posição expressa no teor ‘anti-marxista’ de Baier é – como mencionado acima – também e principalmente, voltada para o debate acadêmico da Alemanha Ocidental. Para Baier, desde as revoltas estudantis de 1968, a Sociologia enquanto disciplina acadêmica passava por uma séria crise (evidentemente, tal avaliação insere-se no âmbito de seus próprios parâmetros de validade da ciência).

De sua experiência em Frankfurt, ele expôs que havia uma crise de legitimação da disciplina como resultado de “uma politização agressiva e do avanço de uma visão de mundo socialista no interior das faculdades de ciências sociais e suas disciplinas”. Uma nova edição histórico-crítica dos trabalhos e cartas de Max Weber apresenta uma possibilidade de fortalecer “o tipo de Sociologia enquanto uma Ciência da ação social dos homens no curso histórico das culturas estritamente empírica e livre de valores”

⁸¹ Horst Baier é ligado à pesquisa sobre Max Weber desde sua tese de Habilitação, apresentada em 1969. Entre 1969 e 1975 foi professor da cátedra de Filosofia e Sociologia na Universidade de Frankfurt am Main, sucedendo Theodor W. Adorno. De 1976 até a sua aposentadoria, lecionou na Universidade de Konstanz.

em oposição às forças no interior da disciplina críticas da sociedade liberal e hostis ao sistema capitalista (HANKE, HÜBINGER, SCHWENTKER, 2012, p.67)⁸².

Em suma, a retomada de Weber no início dos anos 1970 deve ser entendida – até certo ponto – também em oposição às teorias marxistas. Politicamente, isso aparece fundamentalmente no apoio à edição das obras completas do autor, empreendimento encarado por importantes membros da burocracia da República Federal como uma resposta à Berlim Oriental⁸³, e academicamente, isso se manifesta nas respostas às críticas a Weber vindas do marxismo ocidental. As questões postuladas por Herbert Marcuse em sua conferência sobre *Industrialização e Capitalismo* (1965) motivaram respostas que foram importantes para os debates sobre Max Weber.

Em seu estudo sobre os *Aspectos da dominação burocrática* (1972), Wolfgang Schluchter propõe uma crítica da interpretação de Weber por Marcuse. O intérprete apresenta aí as linhas de sua leitura da tipologia da dominação. Para ele, o pleno desenvolvimento de uma racionalidade burocrática formal implica, no mundo contemporâneo, na prevalência de ideais tecnológicos de vida. Este texto foi importante por chamar atenção naquele momento para o potencial analítico de Weber para pensar problemas contemporâneos (cf. MOMMSEN, 1987, p. 05). Para Schluchter, era exatamente nesse aspecto, na análise dos problemas das modernas sociedades industriais, que o debate com as leituras marxistas era mais justificável (cf. HANKE, HÜBINGER, SCHWENTKER, 2012, p.62).

Dois anos depois, quem direciona uma crítica às proposições de Marcuse é Wolfgang Mommsen. Em seu artigo intitulado *Max Weber como crítico do marxismo* [*Max Weber als Kritiker des Marxismus*], o intérprete argumenta que as linhas gerais das análises de Marx e Weber acerca do capitalismo convergem em diversos aspectos, ao contrário do que era bem aceito. Para ele, também Weber está preocupado com as consequências nefastas para o homem do pleno desenvolvimento do capitalismo. Sua diferença para com Marx está na descrença de uma possibilidade de redenção pelo socialismo, na medida em que, para Weber, isso significaria o avanço da dominação pela racionalidade burocrática.

A crítica de Mommsen à leitura de Marcuse passa por esse aspecto. O conceito de racionalidade formal capitalista que este atribui a Weber é o principal objeto das ponderações

⁸² Os trechos entre aspas no interior da citação foram extraídos do primeiro memorando apresentado por Baier com um projeto para a edição das obras completas de Weber.

⁸³ De todo modo, para além de suas implicações políticas, a partir da publicação dos primeiros volumes – em 1984 – a edição contribuiu significativamente para o debate acerca da obra e da biografia de Max Weber com importantes descobertas filológicas e com a publicação milhares de cartas desconhecidas até então.

de Mommsen (1974a, p. 273-275). Na década seguinte, Marcuse aparece novamente como importante referência no estudo de Johannes Weiss acerca da crítica marxista à obra de Max Weber. Contudo, diferentemente de Schluchter e Mommsen, Weiss é mais simpático à interpretação de Marcuse. Segundo Weiss, Marcuse oferece contribuições importantes para a adequada compreensão da produção weberiana. A principal crítica de Weiss endereçada a Marcuse está na forma pela qual o autor entende o diagnóstico weberiano da racionalização de forma inevitavelmente fatalista (WEISS, 1981, p. 147-151).

Fica claro, enfim, que as leituras de Marx e Weber foram fortemente influenciadas por questões externas a elas – que colocaram os dois autores em polos antagônicos, nem sempre verificáveis nos textos. O debate apresentado aqui – centrado em um contexto de língua alemã – não busca, evidentemente, reconstruir o problema de modo a esgotá-lo. Trata-se, antes, de apresentar linhas gerais de interpretação e de difusão das obras desses dois autores clássicos que são relevantes para nossa questão. Veremos adiante que, relidas sob o prisma de questões locais, a oposição teórica entre Marx e de Weber foi repostada em outros contextos. A ponto tal, que se pode afirmar que “desde os anos sessenta [do século passado] os marxistas das grandes universidades latino-americanas – a Universidade Nacional Autônoma do México, a de Buenos Aires e a de São Paulo – reduziram [Weber] a um ‘Marx burguês’”, o que acabou por atrapalhar a análise “séria de um autor para quem os interesses materiais ocupam lugar proeminente” (LAIZ e WEISZ, 2016, p.28-29). A reposição dessas leituras tem implicações significativas na capacidade de produzir explicações que dessem conta da complexidade das transformações modernizadoras por que passavam essas sociedades.

1.4 A modernidade como problema teórico

Há um debate bastante extenso entre os estudiosos de Weber sobre os elementos que conferem unidade aos escritos do autor. Não caberia aqui sequer a tentativa de reconstruir as principais posições desse debate (o que, por si só, constituiria objeto de uma pesquisa autônoma). Ele será referido de modo instrumental, para a compreensão de aspectos do processo de difusão das ideias, conceitos e categorias weberianas no interior de diferentes esforços intelectuais de leitura e interpretação sobre a modernidade. Para tanto, apresentamos uma hipótese geral de leitura, que destaca três grandes problemas teóricos como articuladores

da reflexão weberiana. Posteriormente, colocaremos foco na articulação de dois desses temas – em suas implicações para o pensamento do autor.

Essa questão da urdidura da obra de Weber enseja um grande debate por ser nada trivial. Mais do que um único fio cujo desenrolar possamos seguir, o que há é uma tessitura de questões que se entrelaçam. À primeira vista, poderíamos fazer como o colega e amigo de Weber, Karl Jaspers, que descrevia a obra weberiana – num texto publicado em 1932 – da seguinte forma:

Considerando-se sua *obra* como ela se apresenta, encontramos, pois, uma gama de trabalhos singulares. No entanto, são todos propriamente *fragmentos*. [...] Trabalhos que em si pareciam concluídos remetiam para além de si, requeriam trabalho ulterior, jamais algo esteve pronto no sentido de acabado (JASPERS, 1988, p.32, grifos do autor)⁸⁴.

Esse tipo de leitura sobre o conjunto da produção weberiana foi bem aceito por algum tempo. Seu caráter fragmentário foi tomado sem grandes questionamentos por várias décadas. Elas mostraram-se, contudo, insuficientes. Vários estudiosos da obra de Weber dedicaram-se, e ainda se dedicam, ao esforço de compreender a produção weberiana não como um conjunto de “enormes fragmentos [que] sobram como tijolos para a montagem de um titã” (JASPERS, 1946, p. 41), mas como um todo coerentemente desenvolvido em torno de conexões conceituais entre problemas. Tarefa que é bastante árdua, uma vez que seu desejo de fazer frente às exigências do dia não conduziu a “uma síntese teórica acabada [...]”. Weber “repudiava qualquer busca por sistemas totalizadores, tanto no domínio das ideias quanto na realidade empírica” (COHN, 2003, p. 10).

Assim, o pensamento weberiano não busca a compreensão sistemática de uma totalidade, mas se constrói na articulação de grandes questões. A primeira dessas questões possui um horizonte político bastante claro: trata-se da singular posição da Alemanha no concerto das potências europeias na virada do século XIX para o XX.

Sua universalidade, assim como muito de sua reflexão política, está sob o signo da *nação*. Uma nação bem singular, por sinal. Retardatária no cenário europeu, unificada por Bismarck à custa de numerosos compromissos, industrializada mas sem uma burguesia capaz de disputar a hegemonia com os grandes senhores rurais, dotada ao mesmo tempo do mais poderoso e bem organizado (em termos de ação rotineira) movimento operário da Europa. Uma nação cuja visão política se lançava para o Leste e a cultural para o Oeste, como aponta o autor da caracterização da Alemanha como “nação retardatária” e que, citando Nietzsche, vê os alemães como sendo “de antontem e de depois de amanhã, mas não de hoje” (Plessner, 1974, p. 54). Enfim, uma nação dividida e defasada, cujo peso na reflexão weberiana só pode ter contribuído para acentuar o caráter da sua trajetória, marcada por dilemas insolúveis. Pode-se mesmo adiantar, neste contexto, que não terá sido a presença de um capitalismo moderno na Alemanha que levou Weber a concentrar sua atenção sobre a

⁸⁴ Seguimos, para este trecho, a tradução proposta por Marcos César Seneda (cf. SENEDA, 2008, p. 25).

relação entre a conduta econômica racionalizada em moldes capitalistas e uma ética religiosa de fundo puritano. Muito mais que isso, sua pesquisa serviu-lhe para visualizar por mais um ângulo a singularidade da sua nação, na qual a ética religiosa predominante era de cunho luterano, bem mais congruente com uma postura de súdito obediente do que com uma ação inovadora, como assinalou o próprio Weber (e, antes dele, Marx) (COHN, 2003, p. 11-12, grifo do autor).

A segunda questão está mais ligada ao aspecto histórico-sociológico de sua obra: pode ser pensada como um possível eixo articulador da sociologia histórica weberiana (notadamente da produção de sua última década de vida) a forma pela qual o autor constrói o moderno ocidente enquanto uma individualidade histórica e, com isso, enfrenta o processo de modernização enquanto desafio teórico central. Nesse âmbito, podemos tomar como núcleo duro dos estudos históricos weberianos a análise causal dos processos de racionalização que culminam na modernidade ocidental em duas linhas simultâneas que se influenciam mutuamente: de um lado, a racionalização prática de formas eticamente coroadas de condução da vida, do outro a racionalização teórica das visões de mundo como sistemas valorativos eticamente fundamentados.

Por fim, a última questão dá as bases filosóficas do pensamento weberiano. O que aparece como problema que fundamenta sua teoria da cultura e dos valores é a possibilidade de tomada de decisões eticamente fundamentadas perante o mundo. Tanto sua teoria da ciência, quanto suas questões políticas levam aos limites o problema da valoração – de tal forma que “‘ação’ e ‘renúncia’ se condicionam uma à outra inevitavelmente” (WEBER, 2004, p. 153).

Interessa-nos, aqui, uma intersecção dos dois últimos problemas. A forma pela qual História e Teoria da Ciência se encontram possui consequências importantes. Pensar a posição da modernização ocidental no interior do esquema teórico weberiano enquanto racionalização prática de formas de condução da vida e racionalização teórica de visões de mundo é de especial relevância porque tal questão – embora formulada de modo claro somente tardiamente⁸⁵ –

⁸⁵ Uma preocupação explícita e sistemática ao problema da racionalização só é demonstrada por Weber naqueles projetos aos quais o autor se dedicara na década de 1910. Durante o período, o autor trabalhou, de modo intermitente, nos textos ligados ao projeto dos *Elementos de economia social* – os textos que compõem a segunda parte de *Economia e Sociedade* – intitulada “A economia e as ordens e poderes sociais” na edição de Johannes Winkelmann – foram escritos entre 1910 e 1914 e a primeira seção do livro – *Soziologische Kategorienlehre* [Teoria das categorias sociológicas], composta de quatro capítulos – entre 1919 e 1920 (cf. PIERUCCI, 2008 e RAINER LEPSIUS, 2012). Vale lembrar, como aponta Gabriel Cohn, que os fragmentos dos diferentes períodos carecem de unidade terminológica. Como exemplo, “aquilo que em 1918 se denomina ‘ação social’ era ‘ação comunitária’ em 1913” (1994, p. XIV).

Concomitantemente, Max Weber também se dedicara, em seus últimos anos de vida, aos textos que comporiam os *Ensaio de Sociologia da religião*. Inicialmente no escopo do projeto de análise da *ética econômica das religiões mundiais* [Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen]; textos que, posteriormente, seriam reescritos para a publicação dos *Ensaio de Sociologia da religião* (projeto que, assim como os *Elementos de economia social*, ficou inacabado – somente com o primeiro de seus três volumes pronto para a publicação), acrescidos de uma importante *Nota preliminar* [Vorbemerkung] e do ensaio sobre a *Ética protestante* (também reescrito).

aponta para aspectos de sua concepção de Ciência que, não somente informam aspectos metodológicos, mas, também, conformam o modo pelo qual o autor estabelece suas questões e procede sua investigação histórica. Ou, noutros termos, essa questão aponta para a forma pela qual se entrelaçam Teoria e História na produção weberiana.

Do ponto de vista da unidade temática, podemos tomar que as investigações históricas de Weber são orientadas segundo a questão enunciada pelo autor na *Nota preliminar [Vorbemerkung]* aos *Ensaio de sociologia da religião*, qual seja: “Que encadeamento de circunstâncias conduziu a que aparecessem no Ocidente, e somente no Ocidente, fenômenos culturais que se põe em uma direção de desenvolvimento de significado e validade *universais* – ao menos como tendemos a representá-los?” (WEBER, 1986, p. 1, grifo do autor). Nesta questão, Weber enuncia seu intento de entender a aurora da modernidade ocidental e os nexos causais que levaram a que esse desenvolvimento histórico se desse naquilo que o autor denomina Ocidente e não em qualquer outro universo cultural.

Interessa notar, para a problemática que aqui nos orienta, que nessa pergunta estão contidas, também, alguns aspectos centrais para a definição de sua teoria da ciência. O primeiro elemento que podemos extrair da questão acima enunciada é a representação de fenômenos culturais enquanto *universalmente válidos*. Entender o desenvolvimento histórico que culmina na modernidade impõe necessariamente a questão de como explicar um fenômeno histórico de tal proporção tendo como pressuposto tácito a incapacidade do espírito humano (finito) em compreender o mundo cultural (infinito). Ou, noutros termos, o autor defronta-se com a questão da impossibilidade de compreensão de uma civilização – ou, mais adequadamente, de uma visão de mundo – ancorada no progresso, cujo limite se coloca no infinito (WEBER, 2005, p.31).

A solução do autor passa pela proposição – central para ele – de que a ciência social deve estabelecer-se como um sistema de conceitos sempre aberto, incapaz de encontrar uma explicação teórica definitiva para os fenômenos estudados. Isso porque, em seu entender, o espírito de uma época penetra de forma decisiva na definição de um objeto de estudo e nos limites da compreensão do pesquisador acerca desse objeto. Ou, noutros termos, um “infinito e incomensurável fluxo de eventos defronta-se continuamente com a eternidade. Os problemas culturais que movem a humanidade renovam-se e ganham novos matizes a cada instante, permanecendo efêmero aquilo que, no fluxo infinito do individual adquire sentido e significado

Há uma ampla bibliografia acerca da datação dos escritos weberianos. Sobre os textos aqui mencionados ver Schluchter (1988, p. 597-634), Schluchter (1998), Mommsen (2000), Pierucci (2005), Sell (2013).

para nós, tornando-se assim em ‘individualidade histórica’” (WEBER, 1985, p. 184) e, portanto, objeto digno de ser conhecido segundo a pretensão de validade da Ciência.

Como forma de se pôr diante desse fluxo infinito de eventos, da infinitude do universo cultural, Weber propõe que “apenas um fragmento limitado dessa realidade [infinita] poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (WEBER, 2006, p. 44) ou, que apenas esse fragmento, essa *individualidade histórica*, é essencial dentro de uma investigação. Esse é um conceito central para o autor. Um fenômeno, uma individualidade histórica, só se torna relevante para as ciências sociais na medida em que particular e universal (cf. WEBER, 2006, p. 47) se encontram na construção da análise. O conhecimento de um fenômeno histórico específico só se torna cientificamente relevante na medida em que o conhecimento de tal fenômeno se mostra universalmente significativo para um determinado grupo cultural.

Nesse sentido, aquilo que o autor entende como “universalmente válido” é, necessariamente, socialmente construído. Assim, a análise empírica não trata apenas de perseguir todos os passos de uma cadeia causal, mas, principalmente, de assimilar o caráter distintivo do fenômeno estudado enquanto individualidade histórica e de explicar seu significado cultural. Em outros termos,

Weber tinha a opinião – que pode ser confirmada por sua metodologia – de que as ciências sociais só seriam dotadas de sentido se elas não se limitassem à explicação de processos factuais (através da subsunção em leis gerais), mas antes se elas *expuserem o significado cultural dos fenômenos*, porque somente assim as aparências [*Erscheinungen*] podem revelar seu sentido aos homens, permitindo, ao mesmo tempo, uma tomada coerente de posição [perante o mundo]” (TENBRUCK, 1975, p. 692, grifo nosso).

Como sabemos, para levar a cabo essa abstração dos objetos de estudo, Weber propõe a construção de modelos teóricos que ele denomina *tipos-ideais*, que visam isolar os elementos nucleares de uma dada individualidade histórica (raramente verificáveis em sua forma pura na empiria, portanto) a fim de confrontá-los com outros tipos e com os comportamentos e eventos empiricamente observados, podendo assim averiguar em que grau esses tipos metodologicamente construídos aproximam-se do fenômeno histórico (cf. WEBER, 2006, p. 71-77). Tais construções devem ser, nesse sentido, entendidas enquanto *tipos* que se pretendem o mais próximo possível do unicamente formal, vazio quanto ao conteúdo e visando a univocidade (cf. WEBER, 1994, p. 12-13). Isso implica, quando se pensa na análise de fenômenos culturais – por vezes apresentados pelo autor como objetos “espirituais” (cf. WEBER, 2006, p. 48) –, que a explicação da ação social se dá segundo uma forma específica. Primeiramente, Weber pensa na regularidade da ação.

Nos termos do autor, trata-se de “compreender interpretativamente a ação social e desse modo explicá-la causalmente” (2004, p. 3; 1980, p. 1). Para tanto, interessa o sentido subjetivamente visado pelo agente⁸⁶, que deve ser apreendido interpretativamente – em todas as suas conexões de sentido compreensíveis (cf. WEBER, 1994, p. 6). Para voltarmos aos termos de Tenbruck, a compreensão do sentido visado por uma ação social permite elucidar o “*o significado cultural dos fenômenos*”.

Num desenvolvimento deste raciocínio, a análise deve se concentrar na exposição ordenada do conjunto individual de fatores historicamente dados, bem como de sua combinação empírica e historicamente verificáveis, para, com isso, tornar inteligível a cadeia causal que explica tal fenômeno. Nos termos de Weber, trata-se de “observar como se desenvolveram as diferentes características individuais dos agrupamentos de importância para o presente, e proporcionar uma explicação histórica a partir dessas constelações anteriores, igualmente individuais” (WEBER, 2006, p. 50).

Ainda sobre a construção dos tipos-ideais, cabe lembrar que Weber sustenta que

obté-m-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um* ou *vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grandes quantidades de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo nunca, e que se orientam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, formando um quadro homogêneo de *pensamento* (2006, p. 73, grifos do autor).

Já nesse momento, Weber esboça sua preocupação central com aquilo que posteriormente – em sua sociologia da religião – é pensado em termos de *visões de mundo* [*Weltanschauungen*]. O tal “quadro homogêneo de pensamento” que compõe um tipo ideal pode ser facilmente identificado com a construção posterior que busca analisar *imagens de mundo*, tomadas enquanto concepções que alcançam validade normativa para um determinado grupo durante um período de tempo e que articulam os principais aspectos da relação humana com o mundo exterior.

Em sua sociologia da religião, interessa a Weber não a persistência das ideias no tempo (e a influência delas devido a essa persistência), mas, antes, a forma pela qual o desenvolvimento racional dessas ideias atua na história tal qual um manobreiro. Nos termos do autor, “não ideias, mas interesses (materiais e ideais) dominam de forma imediata a ação dos

⁸⁶ Como aponta Gabriel Cohn, ao delimitar que “‘sentido’ é o sentido subjetivamente visado” (WEBER, 1994, p.4) Weber não recorre a um argumento circular, na medida em que “o que interessa a Weber, neste ponto, é *introduzir uma restrição decisiva no uso sociológico do termo*, ao reservá-lo ao plano ‘subjetivo’ e distingui-lo de concepções que o tenham por ‘objetivo’ ou ‘correto’” (COHN, 1995, p. 11, grifo nosso).

homens. Mas as ‘imagens de mundo’, que foram criadas por ideias, frequentemente determinam – tal qual manobreiros – os trilhos nos quais a dinâmica dos interesses move a ação” (WEBER, 1986, p. 251). Assim, para pensar processos históricos de longa duração, a questão está em entender como ideias e imagens de mundo ou interesses influenciam no curso do desenvolvimento histórico.

Nesses termos, do ponto de vista da análise histórica, a tarefa dos estudos comparativos da sociologia da religião está em explicar quais são as forças sociais envolvidas no surgimento e consolidação de uma imagem religiosa do mundo dominante, ou seja, como essa imagem de mundo se forma e as razões de seu sucesso em relação a imagens de mundo concorrentes – sejam elas religiosas ou não. Num sentido estrito, essas imagens de mundo religiosas “devem sua existência à necessidade de, e ao esforço para, uma *interpretação coerente do mundo* criada essencialmente por pregadores religiosos [*Religionsstiftern*], profetas e intelectuais” (TENBRUCK, 1975, p. 685, grifo nosso).

Posteriormente, cabe à sociologia da religião weberiana explicar o tipo de ética econômica decorrente da relação ética do homem com o mundo contida nessa imagem de mundo, bem como o significado dessa ética econômica na relação prática do homem com o mundo. Ou, numa sentença, explicar os processos de racionalização das ideias religiosas e sua relação com a ética econômica.

Nesse contexto, vale ressaltar – como faz Weber – que a primeira conexão entre racionalismo e explicação histórica se dá no plano metodológico. O recurso à ação racional como fundamento da explicação faz sentido na medida em que a compreensão do sentido visado nesse tipo de ação alcança um “grau máximo de evidência” (WEBER, 1994, p.4; 1980, p. 1). No mesmo sentido, a construção da ação racionalmente orientada como tipo analítico permite compreender seu oposto, como “desvio”.

Assim, Weber sustenta que é tão somente “por esse fundamento de conveniência metodológica [que] o método da sociologia ‘compreensiva’ é ‘racionalista’. Naturalmente, *esse procedimento não deve ser entendido como um preconceito racionalista da sociologia, mas somente como procedimento metodológico e, portanto, não deve ser reinterpretado como uma predominância real do racional sobre a vida*” (WEBER, 1980, p. 2, grifo nosso). Deve-se ter em vista, além disso, que quando pensa em racionalização como um longo processo de

desenvolvimento histórico o autor não pensa em uma única direção de sentido⁸⁷. Antes, tem-se que a “*racionalização é o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação*” (COHN, 1995, p. 17, grifo do autor).

Nesse sentido, Weber aponta que “pode-se mesmo ‘racionalizar’ a vida de pontos de vista últimos extremamente diversos e nas mais diversas direções. O ‘racionalismo’ é um conceito histórico que encerra um mundo de contradições” (2004, p. 68-69). Disso temos que processos de racionalização de uma determinada imagem de mundo – enquanto um sistema ético-valorativo – podem ser (e frequentemente são) irracionais sob outro ponto de vista. Nos termos do autor, pode-se racionalizar as mais diversas ordens da vida “sob os pontos de vista e com direções finais extremamente diversos e aquilo que é, para um, ‘racional’ pode, quando considerado por outro, ser ‘irracional’. Racionalizações ocorreram, portanto, em diferentes domínios da vida [*Lebensgebieten*] nas mais variadas formas em todas as civilizações” (WEBER, 1986, p. 11).

Assim, para Weber, o axioma da liberdade em relação aos julgamentos de valor [*Werturteilsfreiheit*] possui consequências histórico-sociológicas fundantes, não se limitando ao *status* de postulado metodológico. A não demonstrabilidade dos valores últimos da cultura está na base da sociologia weberiana. Dado que a racionalidade dos fins ou dos valores pelos e para os quais os indivíduos orientam suas ações não é suscetível de prova, orientações de conduta bastante diversas podem ser consideradas igualmente racionais quando se pensa no sentido visado da ação. Em última instância, aquilo que se avalia como racional é fundado sobre bases irracionais (cf. TENBRUCK, 1975, p. 683-684 e WEBER, 1985, p. 147-214).

Em seu texto sobre a “*objetividade*” do conhecimento, Weber aponta que os conceitos relativos à Cultura são, invariavelmente, valorativos. Em seus termos, temos que “a realidade empírica é ‘cultura’ para nós porque, e na medida em que, nós a relacionamos a ideias de valor” (WEBER, 2006, p. 50). Nesse sentido, às ciências sociais concernem aqueles, e somente esses, dados da empiria que por meio das relações que estabelecemos entre eles e nossos julgamentos valorativos são entendidos enquanto culturalmente significativos. Como consequência fundamental disso, temos que “o *que* para nós reveste de significação naturalmente não poderá

⁸⁷ Como dissemos, a análise causal dos processos de racionalização coloca foco em duas linhas simultâneas que se influenciam mutuamente: de um lado, a racionalização prática de formas eticamente coroadas de condução da vida, do outro a racionalização teórica das visões de mundo como sistemas valorativos eticamente fundamentados. Como aponta Gabriel Cohn, estes processos se dão em dois níveis: o primeiro “é de caráter histórico-estrutural, e diz respeito à diferenciação entre linhas de ação”, enquanto o segundo “remete ao interior de cada linha de ação, no plano da constituição de sua lógica intrínseca, da ‘legalidade própria’ a cada qual” (1995, p. 13-14).

ser deduzido de um estudo ‘isento de pressupostos’ do empiricamente dado; ao contrário, é a comprovação dessa significação que constitui a premissa para que algo se converta em *objeto* da análise” (WEBER, 2006, p. 51, grifos do autor).

Assim, vemos que a forma de construção da análise de um processo histórico bastante específico está intimamente ligada com a metodologia defendida uma década antes. Aquilo que define os limites dentro dos quais opera o instrumento analítico do tipo-ideal – o significado e a relevância de um fenômeno histórico no contexto de uma determinada visão de mundo –, é, também, o que motiva a colocação das questões que orientam a análise empírica. No mesmo sentido, podemos notar que a questão da liberdade em relação aos julgamentos de valor, fundante para o ensaio sobre a “*objetividade*” do conhecimento nas ciências sociais⁸⁸ – e que, perpassa toda a discussão de seus ensaios posteriores sobre teoria da ciência –, encontra seu lugar também como elemento conformador da análise histórica. Não apenas na forma pela qual seleciona o objeto de seu estudo, mas também na forma pela qual Weber compreende os processos históricos, os julgamentos de valor são um aspecto determinante para a explicação dos fenômenos culturais.

Quando voltamos nossa atenção à já mencionada questão que abre os *Ensaio de sociologia da religião* podemos notar, agora com maior clareza, de que modo essas questões metodológicas ecoam e conformam em suas análises históricas. Como dissemos, lá Weber sintetiza os intentos de sua investigação buscando a resposta para a pergunta de “que encadeamento de circunstâncias conduziu a que aparecessem no Ocidente, e somente no Ocidente, fenômenos culturais que se põe em uma direção de desenvolvimento de alcance e validade universais - ao menos como tendemos a representá-los?”

Dessa questão podemos depreender, ainda, uma problemática metodológica relacionada à ideia de que os processos históricos são apreensíveis em uma determinada “direção de desenvolvimento”. Como dissemos, Weber adota uma ideia desenvolvimento histórico para pensar geneticamente os fenômenos históricos em uma cadeia multicausal. Nesse sentido, sem identificar-se com a ideia de *progresso* ou com o *evolucionismo* clássico, Weber propõe que estágios de desenvolvimento [*Entwicklungsstadien*] são construções conceituais que permitem analisar uma constelação singular de fatores. A construção da análise da “direção

⁸⁸ Weber aponta, logo nos primeiros parágrafos do ensaio que “a questão é: o que significa e o que pretende a crítica científica de ideais e juízos de valor?” (WEBER, 2006, p. 15).

de desenvolvimento” dos fenômenos históricos está, assim, decisivamente moldada pela forma pela qual se constroem os tipos-ideais.

Avançando na questão proposta por Weber, temos que a possibilidade de explicação causal para tal problema reside na análise dos processos de racionalização das ideias religiosas e sua relação com a ética econômica. De modo mais amplo, trata-se – como dissemos – da análise causal dos processos de racionalização que culminam na modernidade ocidental em duas linhas simultâneas que se influenciam mutuamente: de um lado, a racionalização prática de formas eticamente coroadas de condução da vida, do outro a racionalização teórica das visões de mundo como sistemas valorativos eticamente fundamentados.

Assim, a racionalização religiosa avança segundo um ponto de vista e uma lógica interna essencialmente religiosos de bases irracionais. Em seu núcleo está o problema da *teodiceia* – da distribuição desigual da felicidade no mundo (WEBER, 1986, p. 567-573). Weber enfatiza que a racionalização religiosa se dá enquanto desenvolvimento logicamente consequente da legalidade interna religiosa, “porque suas investigações concluem que os princípios que orientam a condução prática da vida e, também, o modo de confrontar-se com a realidade permanecem nos trilhos da ética religiosa” (TENBRUCK, 1975, p. 683).

O processo de racionalização religiosa se dá, nesses termos, na medida em que as imagens religiosas de mundo, com seus fundamentos irracionais, são pressionadas em sua legalidade interna para a satisfação da problemática da teodiceia, por um lado, e para uma explicação eticamente adequada do mundo a partir do ponto de vista desta teodiceia racional. Assim, paulatinamente, os bens de salvação que antes estavam limitados à experiência sensível passam por abstrações que levam à racionalização da compreensão do mundo a partir do problema da teodiceia e, simultaneamente, racionalização de uma forma de condução eticamente coroada da vida. O processo de racionalização das imagens religiosas de mundo tem seu ponto de partida na relação direta do homem com o mundo – por meio de uma relação de causa e efeito pensada apenas nos termos de suas possibilidades objetivas de sucesso, ou, de sua facticidade. Nesse cenário, a experiência da sorte e do sofrimento ultrapassa a percepção do mundo material e sua solução não pode ser encontrada através de meios técnicos de orientação finalista.

Assim, na forma pela qual Weber constrói o Moderno Ocidente – o grande objeto de suas análises empíricas – enquanto individualidade histórica convergem suas análises empíricas e sua teoria da ciência. Podemos, com isso, apontar que a hipótese de que sua teoria da ciência não só se preocupa com aspectos estritamente metodológicos, como, além disso, delimita e

conforma o modo pelo qual o autor procede sua análise histórica encontra fundamento e pode servir de base para o desenvolvimento de investigações futuras.

Capítulo 2

Max Weber no Brasil

2.1. Caminhos da obra de Weber no Brasil

No Brasil, as primeiras referências ao pensamento de Max Weber aparecem na imprensa escrita ainda da década de 1920⁸⁹ – em textos publicados em pelo crítico literário Alceu Amoroso Lima. Em texto publicado em 1925, intitulado *Aspectos Brasileiros*, Lima trata simultaneamente de Weber e Sombart, abordando estudos de ambos os autores que colocam em questão a influência da religião no desenvolvimento do capitalismo. No ano seguinte, em uma *Tréplica*, o crítico aborda, novamente, as “influências especialmente religiosas [...] sobre a vida econômica dos povos” – questão que é, segundo Lima, a que guia “a obra capital do grande economista alemão Max Weber, falecido há pouco” (LIMA, 1926). Note-se que “a obra capital” a que Lima se refere são os *Ensaio de Sociologia da religião* [*Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*], numa chave de leitura que se perderia na década seguinte. De todo modo, interessa que essas são referências que, assim como outras que a seguem, acompanham um rápido processo de espraiamento – a partir da Alemanha – das leituras da obra de Weber após seu falecimento.

Nesse processo, os volumes compilados por Marianne Weber são as referências bibliográficas centrais. Nesse caudal, interpretações influenciadas pelo ambiente acadêmico da República de Weimar – abruptamente interrompido em 1933 – podem ser pensadas como uma das correntes de leitura do pensamento social alemão (e de Weber, mais especificamente) no Brasil. Autores com trajetórias e questões tão díspares quanto – o já mencionado – Alceu Amoroso Lima, Sérgio Buarque de Holanda [1936], Otto Maria Carpeux (1942) e Emílio Willems (1945) referem-se ao pensamento alemão desse contexto.

⁸⁹ Há, antes dessas, menções ao autor que não tratam de sua obra. Alguns curtos obituários em 1920 – transmitidos por telégrafo pelas agências internacionais de notícias –, que dão nota do falecimento do “notável economista” e, em dezembro do mesmo ano, em uma entrevista de Max von Baden – publicada no *Correio da Manhã* – o autor é mencionado, tanto para justificar uma crítica ao bolchevismo, quanto para apontar a importância de sua atuação na criação da lei que instituiu a eleição presidencial na recém-proclamada República de Weimar.

Também as traduções para o espanhol de autores como Hans Freyer, Georg Simmel, Werner Sombart, Helmuth Plessner e Ferdinand Tönnies, que chegavam da Argentina em meados da década de 1930 eram pensadas no interior desse quadro. Embora “Max Weber não tivesse ainda o lugar de relevância que adquiriu, vale dizer que as publicações de editoras argentinas foram lidas e referidas pelos sociólogos brasileiros, constando os livros do acervo das primeiras bibliotecas de Ciências Sociais no Brasil” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 27), sendo, assim, uma importante passagem nos itinerários percorridos pelo pensamento alemão que chegara no Brasil.

Dentre esses autores, Hans Freyer aparece nesse momento como um mediador importante da leitura de Weber – pela edição argentina de *Sociologia como ciência da realidade* (FREYER, 1944) – tradução de *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft*, originalmente publicado em 1930 (FREYER, 1964), bastante mencionada nas referências bibliográficas dos estudos sociológicos brasileiros escritos entre as décadas de 1940 e 1960. Em seu texto, Freyer toma Max Weber como um de seus mais importantes interlocutores. Para pensar as conexões entre Sociologia e História – tão caras ao momento histórico em que escrevia Weber (cf. COHN, 2003, p. 11-19) –, Freyer retoma o uso do instrumento do *tipo ideal*, o tema da racionalização, assim como a questão da possibilidade de um conhecimento sociológico livre de valorações (FREYER, 1964, p. 154-157 e p. 199-211) e, posteriormente, dialoga com Weber para discutir os conceitos de *Comunidade e Sociedade*, assim como a estratificação social – diferenciando *classes de estamentos* (FREYER, 1964, p. 230-252 e p. 264-284).

Ainda no âmbito das traduções em língua espanhola, há, também, um terceiro dado de enorme relevância para refletir sobre os caminhos de chegada da obra de Weber ao Brasil: a publicação da tradução integral de *Economia e Sociedade* em 1944 pelo *Fondo de Cultura Económica*⁹⁰. A tradução realizada pelo sociólogo espanhol José Medina Echavarría – que emigrara para o México em 1939, em virtude da Guerra Civil Espanhola (cf. LÓPEZ, 2016) – constitui um feito notável, pois se tratou da primeira edição do texto integral realizada em língua que não fosse a original⁹¹, o que contribuiu decisivamente para a leitura de Weber na América Latina.

⁹⁰ A mesma editora publicara, dois anos antes, uma tradução de *A História social e econômica universal*, com o título *Historia Económica General*.

⁹¹ Edições em outras línguas só vieram ao lume na década de 1960. Em 1962, a edição em italiano; e em inglês em 1968. Em francês não há, até hoje, versão do texto completo; a primeira tradução data de 1971, mas compreende somente a primeira parte do livro. Em língua portuguesa, a edição publicada pela editora UnB nos anos 1990, com tradução de Karen Elsabe e Régis Barbosa, e revisão de Gabriel Cohn, é a única edição do livro completo.

Na medida em que o conhecimento do idioma alemão representava uma barreira significativa para o acesso às obras de Weber, a edição mexicana de *Economia e Sociedade* figura, também, como uma das principais fontes de acesso aos escritos weberianos por aqui (cf. DIAS, 1974, p. 49-50; SELL, 2007, p. 242 e LAIZ; WEISZ, 2015, p. 21-24). Sobre essa tradução mexicana, Fernando Correia Dias argumenta que

a primeira edição completa não-alemã da obra de Max Weber, *Economia e sociedade*, representou, no Brasil, um marco histórico na evolução do pensamento sociológico. O panorama das ideias, nesse campo, na década de 40, poderia ser descrito como de mistura de tendências, das quais se destacariam as novas influências [...], a persistência dos padrões e estilos de trabalho ensaísticos do começo do século, com forte influência europeia, os desdobramentos da escola francesa durkheimiana, as inovações da antropologia cultural. *Nesse momento, ocorre o forte impacto do pensamento weberiano. Recebido com certa perplexidade, pela compacta erudição, pelo intrincado da análise, o livro Economia e sociedade, na edição mexicana de 44, passa depois a ser uma das bíblias do moderno sociólogo brasileiro* (DIAS, 1974, p. 49, grifo nosso).

No ano que segue à publicação de *Economía y sociedad* – e motivado por ela –, Emílio Willems publica na Revista *Administración Pública* um curto artigo intitulado *Burocracia e patrimonialismo*. Ali expõe uma análise do Estado brasileiro à luz da tipologia weberiana da dominação legítima, argumentando que a administração pública no Brasil teria um caráter híbrido, oscilando entre as formas tradicional e burocrática de organização – apontando, como exemplo, para a forma pela qual uma estrutura familiar estendida (no nepotismo e no filhotismo) “ainda” influencia fortemente a administração pública⁹² (cf. WILLEMS, 1945).

Vale lembrar o importante papel desempenhado por Emílio Willems entre a geração de pioneiros da Sociologia institucionalizada no Brasil. Alemão emigrado – sua vinda é ligada à situação econômica da Alemanha no período final da República de Weimar – o autor chega ao Brasil em 1931 (cf. VILLAS BÔAS, 2000, p. 171) –, foi professor da Escola de Sociologia e Política (criada em 1933) e da Universidade de São Paulo (instituída no ano seguinte), tendo destacado papel na divulgação da obra de Weber no Brasil.

Em verdade, não só de Weber, mas de diversos sociólogos alemães. Em 1939, Willems fundou, com Romano Barreto, a revista *Sociologia*⁹³ – essa a primeira publicação especializada da disciplina no país (cf. VILLAS BÔAS, 2014). As responsabilidades editoriais eram divididas

⁹² Guerreiro Ramos sustenta que, no texto de Willems, “ficou patente o que muitos percebem de maneira intuitiva, ficou patente que a administração brasileira está atingida de pronunciada hibridês. Nela, ainda persistem muitos resíduos de patrimonialismo, tais como o regime de pistolões, a sinecura, o personalismo político, tudo isto contraposto à índole do atual estágio da civilização ocidental” (2006, p. 275).

⁹³ Sobre a revista ver (OLIVEIRA e ESTRAMANHO, 2015).

entre Willems e sociólogo norte-americano Donald Pierson (também professor da Escola de Sociologia e Política),

que estudara na Alemanha e se tornara importante divulgador da obra de Georg Simmel nos Estados Unidos. [...] Em certa medida, os sociólogos traduzidos por Willems pertencem à mesma corrente de ideias da sociologia alemã que ‘emigra’ para os Estados Unidos no início do século e encontra seus principais representantes nas figuras de Simmel, Tönnies e Leopold von Wiese (VILLAS BÔAS, 1997, p. 77).

Durante o período em que Willems foi editor da revista figuram – além dos autores mencionados –, também, Marx, Mannheim e Weber entre os autores mais mencionados nos textos do periódico. Para além dos textos publicados na revista *Sociologia*, há que se destacar o significativo impacto da tradução por Willems de *Ideologia e Utopia*, de Karl Mannheim (publicada em 1950) e, também, de seu *Dicionário de sociologia* (editado no mesmo ano). Sobre o *Dicionário*, Correia Dias aponta que

constitui pequena *summa* do conhecimento sociológico de até então, incluindo assuntos, então em voga, com definições muito criteriosas. Dentre tais assuntos [...] também os temas derivados da sociologia de Weber estão presentes. Ainda hoje [em 1974] é comum que especialistas de alta competência, em trabalhos bem estruturados, recorram aos verbetes redigidos por Emílio Willems (1974, p. 49).

Assim, sendo Willems o autor importante que era, não é difícil entender que seu texto tenha sido “lido e relido, discutido e incorporado por especialistas do porte de Vitor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*, o escrito de Willems marca um dos momentos cruciais da recepção de Max Weber no Brasil” (VILLAS BÔAS, 2008, p. 27). Quando pensando as relações entre o “coronel” e o poder estadual, bem como a capacidade daquele em – a partir de seu poder privado – desempenhar uma grande parcela da autoridade pública, Leal recorre a Willems afirmando que

com as restrições e esclarecimentos indicados são procedentes estas observações de Emílio Willems: “*No Brasil, o patrimonialismo lançou raízes nas estruturas políticas locais dominadas por latifundiários. A velha e bem conhecida competição entre poder estatal e poder ‘privado’ geralmente é favorável a este. O governo da metrópole e, mais tarde, o governo imperial e republicano são obrigados a transigir com o chamado poder privado. Com a democratização relativa do país, o poderio dos senhores locais tende a crescer, pelo eleitorado que dominam e podem jogar na balança política*” [*Burocracia e patrimonialismo*, p. 6] (LEAL, 2012, p. 132)

No ano seguinte, outro artigo de interpretação da sociologia política de Weber aponta para a importância da edição mexicana de *Economia e Sociedade*. O texto intitulado *A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração*

publicado por Guerreiro Ramos na *Revista do Serviço Público* do DASP⁹⁴ (RAMOS, 2006) apresenta – a partir da análise dos textos de *Economia e Sociedade* – aspectos do instrumental analítico weberiano que Ramos entende úteis para pensar a administração pública no Brasil: a noção de tipo-ideal, um conceito de racionalidade que ele chama de “funcional” (RAMOS, 2006, p. 270), assim como uma noção de processo de racionalização, a tipologia da dominação legítima, a análise dos conceitos de ética na política⁹⁵ e uma interpretação sobre o capitalismo. O texto de Ramos procura

chamar a atenção dos estudiosos brasileiros de administração para a relevância das categorias analíticas propostas no livro como instrumentos para exame dos problemas administrativos. Cita, a esse respeito, os trabalhos até então produzidos nessa linha, neles incluídos o de Emílio Willems e os de vários autores norte-americanos (DIAS, 1974, p.50).

Concluimos, com isso, a exposição destes três principais trajetos percorridos pela obra de Max Weber para sua circulação no Brasil, cada um deles enfatizando aspectos diversos da produção do autor. De todo modo, há ainda um grande salto para que seja possível afirmar que já nos anos 1970

os termos weberianos – carisma, líder carismático, patrimonialismo, organização burocrática – passaram ao domínio comum, são propriedade de todos. Advérbios como "patrimonialisticamente" (extenso como uma palavra alemã) aparecem com frequência em textos brasileiros de sociologia, sem que ocorra a necessidade de explicar o seu sentido e a sua fonte (DIAS, 1974, p. 57).

Os artigos de Emílio Willems e de Guerreiro Ramos apontam para o início de uma mudança em relação à leitura de Weber entre os acadêmicos brasileiros que, no entanto, apenas se consolidaria nas décadas seguintes.

Antes disso, a mais notável obra a dialogar de modo intenso e sistemático com a produção weberiana é *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, publicada em 1936 e que tornar-se-ia um dos grandes clássicos do pensamento social brasileiro⁹⁶. Para além das referências à análise histórica de Max Weber⁹⁷ – que vão desde a gênese da cidade no mundo antigo como elemento conformador de instituições políticas (HOLANDA, 2016, p. 146 e p.

⁹⁴ Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão criado pelo governo federal em 1938 e extinto em 1986.

⁹⁵ Ramos adota a tradução *ética do valor absoluto* para o conceito de *Gesinnungsethik* – conceito cuja tradução por *ética da convicção* ganhou, posteriormente, “foro de cidadania entre nós [...] por oposição a ‘ética da responsabilidade’” (PIERRUCI, 2006, p.20).

⁹⁶ Há alusões à obra de Weber no – também clássico – *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933. São, contudo, considerações marginais ao desenvolvimento dos argumentos. Freyre recorre aos estudos de sociologia da religião de Weber para justificar seu entendimento acerca da condição dos judeus em Portugal (cf. FREYRE, 1936, p. 161-163). A referência ao pensamento weberiano não é, assim, central para a economia argumentativa do texto de Gilberto Freyre. Sobre isso, ver CHACON (1988).

⁹⁷ A quem Sergio Buarque se refere, na primeira edição do livro, como “o mais eminente sociólogo moderno” (HOLANDA, 2016, p. 294)

163) até as questões ligadas à ética econômica do protestantismo ascético (HOLANDA, 2016, p. 293-295) –, Sérgio Buarque vale-se de construções tipológicas apresentadas em *Economia e Sociedade*, especialmente aquelas ligadas à racionalização do Estado no sentido da constituição de uma instituição burocrático-legal (cf. HOLANDA, 2016, p. 251-254 e WEBER, 1980, p. 815-835), como elemento de oposição ao estado patrimonialista. No mesmo sentido, a construção e a comparação de tipos conceituais de análise – segundo o molde dos tipos-ideais weberianos – é fundamental para a argumentação do autor. A análise funda-se na construção de tipos sociais pensados como pares antagônicos, que se prestam para analisar os padrões de conduta dos indivíduos⁹⁸.

A obra pode ser entendida, em alguma medida, como um desvio – isso porque só nas décadas seguintes aconteceria a consolidação de Weber como referência importante no país, lido por um número abrangente de autores. O contexto do período em que Sergio Buarque trabalhou como correspondente de *O Jornal* na Alemanha é decisivo para pensar a intensa interlocução com Max Weber em *Raízes do Brasil*, de modo bastante ligado ao debate alemão daquele momento.

O significado pessoal e profissional dos ‘*deutsche Wanderjahre*’ é inestimável. Como ouvinte, Buarque de Holanda frequentou cursos do historiador Friedrich Meineke na Universidade de Berlim, além de ler as obras de Ernst Kantorowicz, Leopold von Ranke, Carl Schmitt, Georg Simmel, Ferdinand Tönnies, Werner Sombart e Max Weber. Além disso, a ‘filosofia mítica e o irracionalismo’, bem como a boemia berlinense, deixaram uma impressão marcante (COSTA, 2014, p. 826).

Até meados da década de 1940, Max Weber era apenas mais um entre os autores da tradição do pensamento social alemão que aparece como uma das importantes correntes a influenciar a Sociologia nascente no Brasil. Como indicado anteriormente, esse cenário começa a mudar durante a década seguinte.

O autor ganha, paulatinamente, mais espaço como uma das principais referências teóricas do pensamento social brasileiro. *Bandeirantes e Pioneiros* (1954) de Vianna Moog – que, discutindo as teses apresentadas nos ensaios de Weber sobre a *Ética protestante*, compara os desenvolvimentos do capitalismo norte-americano e brasileiro – e, principalmente, *Os donos do poder* (1958) de Raymundo Faoro podem ser tomados como os grandes marcos dessa nova fase da apropriação da teoria weberiana. Apropriação que, assim como a de Sergio Buarque, busca interpretar a tipologia e o método de Max Weber de modo abrangente e sistemático.

⁹⁸ Ver MONTEIRO (1999, p. 47-89 e p. 147-226) e (2015). Também (BASTOS, 2005) e (SALLUM JR., 1999).

Numa análise histórica de longo alcance, Faoro busca compreender as raízes históricas do patrimonialismo no Estado brasileiro, pensado segundo os moldes de um estamento social que toma com fins privados suas funções políticas. Nesse sentido, a tipologia weberiana da dominação desempenha papel central. Fabio Konder Comparato aponta que

foi de Weber que Faoro tomou emprestado o conceito-chave de estamento. [...] Weber deu à noção de situação estamental uma abrangência maior e descreveu-a com contornos menos precisos. Tratar-se-ia, assim, de uma situação de privilegiada estima ou consideração social, da qual gozam certos grupos de pessoas, ainda que essa posição não seja juridicamente reconhecida. Tal situação pode ocorrer, segundo ele, tanto no tipo de senhorio político tradicional, como no tipo moderno, por ele denominado ‘poderio legal com quadro administrativo burocrático’. Ora, uma das modalidades do senhorio político tradicional, na classificação de Weber, seria a *estamental-patrimonial*, em que o estamento dominante utiliza-se do poder político como se fora sua propriedade (COMPARATO, 2003, p. 332, grifo nosso)

Assim, o estamento patrimonial – na medida em que toma a função pública como objeto de apropriação privada – é pensado por Faoro em oposição ao tipo burocrático-legal correspondente à moderna burocracia⁹⁹.

Essa questão que – em alguma medida – organiza a narrativa faoriana, qual seja, a da persistência da forma patrimonial de dominação já aparecia naqueles textos mencionados de Emílio Willems e Guerreiro Ramos, ganhando enorme relevância nos debates do período.

Vale notar que isso se faz a partir de um processo de alargamento do aparato conceitual weberiano. Guerreiro Ramos sustenta em sua resenha de *Economia e Sociedade* que

a *ratio* é, na história, um instrumento que tem servido para emancipar o indivíduo da tradição e para erradicar o medo do sagrado. Ela é, por excelência, o instrumento de secularização. A verdadeira dialética é a do racionalismo contra o tradicionalismo, a do movimento contra a inércia (RAMOS, 2004, p. 272, grifo nosso).

Ramos apresenta uma visão bastante positiva de racionalidade, à qual Max Weber pouco provavelmente subscreveria, e, na sequência toma racional e tradicional como par antagônico de polos estanques. Isso fica mais claro quando ele afirma, na sequência, que “a racionalização é a transformação da comunidade em sociedade, isto é, da organização social fundada na santidade da tradição e nos sentimentos humanos em uma organização social fundada na calculabilidade dos atos e na objetividade racional” (RAMOS, 2004, p. 272). Assim, numa compreensão alargada dos termos weberianos, Ramos toma o processo de racionalização como uma via com um único sentido. Como desenvolvimento desse procedimento, a tipologia da

⁹⁹ Sobre isso ver, por exemplo, (FAORO, 1958, p. 10-14) onde a tipologia da dominação é apresentada, ou (p. 106) em que Faoro discute estratificação social. Faoro recorre, também, aos ensaios sobre a *Ética protestante* para discutir os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo industrial em Portugal (FAORO, 1958, p. 42).

dominação é entendida como tipologia das formas de governo ligadas a esses polos: a dominação tradicional é associada ao tradicionalismo e a dominação burocrática ao racionalismo.

Esse raciocínio é mimetizado por vários autores entre as décadas de 1940 e 1960 para pensar outras ordens da vida social. O caso mais notável refere-se à organização do trabalho. No capitalismo moderno, aquilo que para Weber é “*a organização racional capitalista do trabalho (formalmente) livre*” (1986, p. 7) passa a ser tomado por organização burocratizada do trabalho e, analogamente, o patrimonialismo passa a ser entendido – também – como sinônimo de organização tradicional do trabalho.

Em um momento histórico no qual o desenvolvimentismo ganha *status* de política de Estado e em que uma sociologia do desenvolvimento representa um importante influxo para o debate (ainda que ela não seja recebida de modo acrítico) – tomando, também, o arcabouço weberiano como suporte indireto, lido de modo bastante seletivo – o tema do patrimonialismo ganha centralidade no debate, tanto para pensar a organização do Estado, quanto a organização do trabalho. Enquanto a modernização e o desenvolvimento apareciam como questões centrais, o patrimonialismo era pensado como uma das razões de nosso “atraso”, um dos “fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”¹⁰⁰.

Assim, para além de sua importância na narrativa faoriana, a tese do patrimonialismo é desenvolvida, também, em diversos outros textos publicados nos anos seguintes à publicação de *Os donos do poder*. Ela aparece como questão em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1961) – de Fernando Henrique Cardoso –, em *A sociologia industrial* – de Guerreiro Ramos (1962) –, em *Sociologia numa era de revolução social* (1963) – de Florestan Fernandes –, em *Industrialização e desenvolvimento social do Brasil* – de Octávio Ianni (1963) –, em *O sistema administrativo brasileiro, 1930-1959* – de Mário Wagner Vieira da Cunha (1963) –, em *Crise do Brasil Arcaico* (1967) e em *Desenvolvimento e mudança social* (1968), de Juarez Brandão Lopes, em *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969), de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975), em *São Paulo e o Estado nacional*, de Simon Schwartzman (1975) e *o Minotauro imperial*, de Fernando Uricoechea (1978). É retomada, como fio condutor da análise, por Faoro em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974) – assim como na segunda edição de *Os Donos do poder* (totalmente retrabalhada, publicada no ano seguinte).

¹⁰⁰ Cf. CLAPCS (1960).

No âmbito que aqui nos interessa, a análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco se destaca por dialogar intensamente com a tese do patrimonialismo – criticando-a – para pensar a formação histórica das instituições políticas brasileiras. Para a autora, a descrição da sociedade brasileira seguindo um padrão estamental não se sustenta “nem do ponto de vista teórico, nem na pesquisa empírica e histórica” (BOTELHO, 2013, p. 352). Interessa, antes, compreender a forma pela qual um padrão de ‘dominação pessoal’ é incorporado – na medida em que se repõe continuamente –

enquanto princípio mais geral de regulação das relações sociais, de um modo constitutivo às instituições políticas, o que se manifesta, fundamentalmente, no ‘exercício personalizado do poder’. E porque é a dinâmica da sociedade que cria e recria as instituições políticas, procura, portanto, dirimir qualquer dúvida quanto ao fato de que, no Brasil, público e privado fundem-se formando mesmo uma ‘unidade contraditória’ e não uma ‘oposição’ ou ‘dualidade’ (BOTELHO, 2007, p. 74).

Com isso, a autora avança, também, na interpretação do aparato conceitual weberiano, ao enfatizar o caráter histórico-genético dos tipos ideais.

A problemática do patrimonialismo não é, contudo, o único eixo temático dentro do qual o instrumental teórico ou analítico weberiano é apropriado no pensamento social brasileiro. No que tange às discussões metodológicas, o autor é discutido com vigor por Florestan Fernandes em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959). No âmbito da Sociologia da religião, há que se destacar o pioneiro trabalho de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, *Kardecismo e umbanda*. Num momento em que os estudos de religião no Brasil eram pensados fundamentalmente a partir da influência da escola francesa, Camargo recorre tanto aos fundamentos metodológicos quanto às categorias analíticas weberianas para construir sua interpretação sociológica dessas religiões mediúnicas (cf. CAMARGO, 1961).

Weber aparece como referência fundamental, também, nos estudos sobre estratificação social. Florestan Fernandes (*Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1960), Juarez Brandão Lopes (*A sociedade industrial no Brasil*, 1964), Maria Isaura Pereira de Queiroz (*As Classes Sociais no Brasil de Hoje*, 1968 e *Singularidades Sócio-culturais do Desenvolvimento Brasileiro*, 1975) e Sedi Hirano (*Castas, estamentos e classes sociais*, 1974) recorrem ao autor para problematizar a questão. Há, ainda, o texto de Mauricio Tragtenberg (*Burocracia e ideologia*, 1974) sobre o tema da burocracia. Por fim, Weber é tomado como referencial para estudos ligados ao tema da industrialização, os livros já mencionados de Octávio Ianni, Guerreiro Ramos e Juarez Brandão Lopes, bem como o texto de Gabriel Cohn (*Petróleo e*

nacionalismo, 1968) aparecem como exemplos importantes da apropriação do corpo analítico weberiano nesse sentido.

Ao final da década de 1970 – em 1979 precisamente – é publicado *Crítica e Resignação*, de Gabriel Cohn. O livro – resultado da tese de livre-docência do autor, apresentada dois anos antes – marca uma nova etapa da leitura de Max Weber no Brasil¹⁰¹. Não se trata, como antes, da apropriação do aparato conceitual weberiano para a explicação da sociedade e do Estado brasileiros, mas da exegese e interpretação da obra em si. Nas palavras de Cohn, o trabalho “está voltado para a reconstrução do esquema conceitual da Sociologia de Max Weber, visando a caracterizar o que ele tem de específico e assinalar o modo adequado de incorporá-lo e usá-lo” (COHN, 2003, p. IX). Para tanto, Cohn procura reconstruir o arcabouço conceitual de Weber segundo os pressupostos metodológicos do próprio autor: da impossibilidade com esgotar todos os aspectos do fenômeno (nesse caso, da obra) estudado, tem-se que se deve enfatizar aqueles aspectos indispensáveis para a sua adequada compreensão.

Interessam-nos, entretanto, interpretações de Weber anteriores à publicação de *Crítica e Resignação*, num período que se inicia em 1958 – tomando como referência a publicação da primeira edição de *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro – e termina em 1975 – ano da publicação da segunda edição do mesmo ensaio. Essa seleção que ganha sentido na medida em que há, no período, um horizonte de questões e um quadro de interesses compartilhado pelos autores: o processo de modernização da sociedade brasileira e as transformações da estrutura social a ele relacionadas. Num aspecto que vai além dos objetos específicos dos textos, cabe enfatizar um denominador comum que é absolutamente fundamental: a emergência de Weber como um destacado referencial teórico para esses pensadores é em nada casual, está intimamente ligada a um problema que atravessa o conjunto da produção do sociólogo alemão – a modernidade.

Para eles, a referência ao instrumental analítico weberiano está fortemente relacionada à questão da possibilidade de modernização da sociedade brasileira, assim como da identificação das razões históricas de nosso “atraso” (cf. BASTOS, 2002 e VIANNA, 1999). Essa busca procura considerar diversos aspectos da sociedade brasileira, ou, em termos weberianos, diversas ordens da vida. Na política, por exemplo, o atraso identifica-se com o patrimonialismo, que “simboliza o universo da política onde se obedecem ‘ainda’ aos homens e não aos princípios impessoais compatíveis com o princípio da reificação do mundo” (SOUZA, 1998, p. 15).

¹⁰¹ Entre outros, cf. SOUZA, 2000a; VILLAS BÔAS, 2014 e SELL, 2014.

A exposição realizada até aqui não possui a pretensão de reconstruir sistemática e exaustivamente a rotinização do pensamento weberiano no Brasil. Trata-se antes, e tão somente, de apresentar momentos chave que permitam situar adequadamente os autores e textos que aqui destacamos nos debates de um momento histórico específico. Autores que, dialogando com as questões de seu tempo olham para aspectos diversos na obra de Max Weber, tomando-a como uma importante – mas não exclusiva – mediação teórica para pensar o problema da modernização da sociedade brasileira (e o fazem num contexto de acesso a um número restrito de traduções que circulavam no país).

Assim, os textos, temas e conceitos weberianos apropriados – e, igualmente, aqueles escanteados – por esses intérpretes fazem emergir uma visão particular sobre o conjunto da produção de Weber, por um lado; e apontam para um amplo circuito de produção e circulação de ideias que se inspira, adere, recusa e modifica um corpo teórico para tentar interpretar aspectos da modernidade e do processo de modernização, num processo que acaba por alargar o próprio conceito de modernidade, por outro.

Noutros termos, a forma de seletiva de apropriação desse corpo teórico impacta significativamente no tipo de interpretação produzida por esses autores – ou, ainda, como aponta Fernando Correia Dias, no primeiro balanço feito sobre a circulação dos textos weberianos entre nós, essa apropriação da obra de Max Weber pode ser tomada “como marco histórico, que, de certa forma, muda o rumo do pensamento sociológico no Brasil. *A temática e a forma de abordagem dos problemas foram inegavelmente alteradas depois da divulgação, em idiomas mais acessíveis, das obras capitais desse clássico*” (1974, p. 56, grifos nossos).

2.2. Raymundo Faoro

Nascido em Vacaria, no Rio Grande do Sul, Raymundo Faoro (1925-2003) foi um dos últimos “pensadores que inventaram o Brasil” (CARDOSO, 2013) a alcançar grande destaque no pensamento social nacional com uma produção escrita feita – em boa medida – às margens das universidades. De uma família de agricultores, passou parte da infância e da adolescência no oeste do estado de Santa Catarina,

fez os primeiros estudos numa escola particular cujos professores adotavam um sistema moderno de ensino: proibiam que os alunos decorassem qualquer coisa e exigiam deles comentários pessoais das leituras. Mais tarde foi matriculado em um

colégio dirigido por religiosos maristas, onde o sistema de ensino era outro, na base da memorização (SANDRONI, 2003).

Regressou, posteriormente, a seu estado natal, onde se graduou em Direito na então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS)¹⁰² em 1948. Três anos mais tarde, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro (ainda capital da República) atuando como advogado. Em 1963, tornou-se procurador do Estado, função que exerceu até sua aposentadoria.

Faoro fez do Direito seu modo de “ganhar a vida”. Em seu relato, “ganhei a vida com isso, fiz até, modestamente, a minha independência econômica. Ao ponto que é, dessa idade [então com 76 anos] não ter privações. Mas *os meus estudos sempre foram em Ciências Sociais e História*” (SANTOS Jr., 2009, p. 108, grifo nosso). Assim, embora não tivesse formação em qualquer área das Ciências Sociais e, também, não estive ligado a elas no seu exercício profissional, era frequentemente apresentado como “sociólogo, historiador, cientista político, jurista” (BARBOSA, 1974)¹⁰³ – suas principais obras tiveram grande importância no debate dessas disciplinas.

Apesar de ter produzido seus textos fora da academia, na segunda metade da década de 1970 foi membro da banca examinadora de dois importantes trabalhos de livre-docência defendidos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP: *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, apresentado por Carlos Guilherme Mota em 1975, e *Crítica e Resignação: Max Weber e a Teoria Social*, defendido por Gabriel Cohn em 1977. Essas participações de Faoro passam por um caminho bastante peculiar. Segundo o relato de Carlos Guilherme Mota,

[...] são essas as estrelas [fala de Florestan Fernandes, Celso Furtado, Antônio Candido e Raymundo Faoro], os grandes formadores do novo pensamento brasileiro, e Faoro entra aqui como um grande dissonante porque, primeiro, não era um professor universitário, não tinha nem doutorado. Essa falta de títulos, aliás, quase foi um empecilho para participar de minha banca de livre-docência, em 1975. Na banca, montada pela congregação, estavam nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, a catedrática de História do Brasil, *Miriam Ellis (filha do interventor na Faculdade de Filosofia da USP)*, Francisco de Assis Barbosa, Sérgio Buarque de Holanda, com quem eu tinha mantido uma polêmica vigorosa no Estadão, por causa exatamente do conceito de estamento [...]

Meus colegas Maria Sylvia Carvalho Franco, Marilena Chauí, Walnice Galvão e Alfredo Bosi lutaram, dentro da congregação, para desmontar tal banca. E conseguiram, o que não era, digamos, usual. Depois das cassações, a USP estava muito fechada. [...] No lugar de um dos antigos entrou o Michel Debrun, cientista

¹⁰² Federalizada em 1968, pela ditadura civil-militar, chamando-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde então.

¹⁰³ Para além dessa menção de Francisco de Assis Barbosa, o autor é apresentado em termos semelhantes – entre outros – em IGLESIAS (1976), BENEVIDES (2003), nas revistas Estudos Avançados/USP (1987 e 1998) e na Revista USP (1993).

político da Unicamp, crítico notável, como também o geógrafo e historiador Manoel Correia de Andrade, do Recife. *E entrou o Raymundo Faoro. Foi quando se levantou a objeção, na congregação: “Mas o Faoro não tem título”. Com esse tipo de mecanismo da sociedade estamental é que se vetam as pessoas. Aí eu informei: “Ele é doutor por ‘notório saber’ pelo Rio de Janeiro”. E passou, com essa mentira [...] Nós mentimos e passou em votação apertada o nome de Raymundo Faoro. Entrou no estamento, digo, na banca em minha Faculdade graças a essa mentira* (2007, p 49, grifos nossos).

Também na Universidade de São Paulo – no que foi sua única experiência como docente do ensino superior – foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados durante o segundo semestre de 1986.

Notabilizou-se, para além de suas obras, também por sua atuação como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)¹⁰⁴ – entre 1977 e 1979¹⁰⁵. Durante a presidência de Faoro, a instituição acentuou suas críticas – iniciadas, de modo muito tímido, no ocaso da década de 1960, com o recrudescimento do regime – à Ditadura civil-militar. É símbolo da presidência de Faoro a luta pela restituição da garantia constitucional do *habeas corpus*, suspensa desde a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em seu discurso de abertura da Conferência Nacional da OAB de 1978, cujo tema geral era o *Estado de Direito*, o autor explicita sua posição:

As liberdades básicas – a liberdade física, a liberdade de opinião – continuam vigentes, incorporadas às liberdades que viabilizaram a presença do homem na formação da vontade comum. Seria inadmissível a associação sindical, a reunião reivindicante e pacífica, sem que, na base, estivesse a liberdade física, a liberdade de ir e vir, a liberdade de opinião, para consagrar as divergências? Banidas uma, [...] seriam as subsequentes ilusórias. Ameaçadas as últimas, sua defesa estaria, em instância válida, na garantia das primeiras. Fora daí, há o cemitério inquisitorial povoado de vítimas indefesas. [...]

O Estado de Direito é um processo [...]. Há uma sucessão de passos nessa jornada, mas não há passos principais e passos acessórios, todos são necessários para alcançar o esperado norte. *Há, todavia, o passo inicial que situamos na garantia do habeas corpus, cuja substância está na sua inteireza, pedra em que se assentam todas as liberdades* (FAORO, 1978, p. 50-51, grifo nosso).

Durante o período em que esteve à frente da entidade,

a OAB adquiriu um prestígio extraordinário, como fonte e voz da sociedade civil, graças a ele. Tornou-se um dos principais representantes dos que lutaram contra a ditadura, sendo interlocutor dos políticos e dos militares, que nele reconheceram um adversário lúcido, corajoso e livre de qualquer projeto político pessoal (BENEVIDES, 2003, p.5).

¹⁰⁴ Sobre a atuação de Faoro à frente da OAB, ver CURY (2008, p. 48-73).

¹⁰⁵ Vale destacar que, a despeito da importância de suas obras, esse é o momento histórico em que há um maior volume de menções à Faoro na imprensa.

O historiador José Murilo de Carvalho sustenta (2002, p.186-188) que a OAB – ao lado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de setores progressistas da Igreja Católica, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC) – consolidou-se como uma das principais forças civis de oposição à ditadura civil-militar. A presidência de Raymundo Faoro marca o início do período em que a instituição se opõe mais fortemente ao regime. Carvalho pondera que essa oposição da OAB à ditadura – que já vinha ganhando corpo desde 1973 – continha um importante aspecto corporativista:

O interesse profissional era óbvio, na medida em que o estado de exceção reduzia o campo de atividade dos advogados. O AI-5, como vimos, excluía da apreciação judicial os atos praticados de acordo com suas disposições. As intervenções no Poder Judiciário também desmoralizavam a justiça como um todo. Os juízes eram atingidos diretamente, mas, indiretamente, igualmente os advogados eram prejudicados (2002, p. 186, grifo nosso).

Ele continua – contudo – lembrando que “muitos membros da OAB, porém, agiam também em função de uma sincera crença na importância dos direitos humanos” (CARVALHO, 2002, p. 186). Na disputa interna pela presidência da OAB em 1977, Faoro apresentava-se como principal representante deste grupo.

Antes de chegar à presidência da OAB, Faoro foi – entre 1969 e 1977 – membro do Conselho Federal de Cultura (CFC)¹⁰⁶. Ocupou, também (embora por curto período de tempo), a cadeira do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)¹⁰⁷ reservada ao CFC¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Órgão do Governo Federal criado em 1966 e extinto em 1990. O conselho era composto “por 24 membros, diretamente nomeados pelo Presidente da República. Os conselheiros, segundo o previsto no Decreto de criação do órgão, deveriam ser escolhidos ‘dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade’, além de representarem as áreas de artes, letras e ciências” (CALABRE, 2006).

¹⁰⁷ Órgão criado em 1964, vinculado ao Ministério da Justiça. Transformado em 2014 em Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), atualmente sob o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

¹⁰⁸ Faoro renuncia ao assento no CDDPH em abril de 1972, após a reunião em que o conselho votou se – de acordo com suas atribuições – criaria uma comissão especial para investigar o caso de Stuart Edgard Angel (militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro [MR-8], assassinado por agentes do Estado no Centro de Informações da Aeronáutica [CISA] em julho de 1971). Somente o representante da OAB – José Cavalcanti Neves, então presidente da entidade – votou contra o arquivamento do caso. Raymundo Faoro se absteve da votação (cf. ROLLEMBERG, 2008). Segundo o depoimento de Cavalcanti Neves,

realmente, Faoro foi indicado para representar o Conselho Federal de Cultura no CDDPH. Na sessão em que foi julgado o caso Stuart Angel, ele compareceu e assinou o livro de presença, mas se retirou antes do término da sessão, não participando da decisão pelo arquivamento do caso. Daí por que as notícias divulgadas na imprensa, no sentido de que o único voto contra o arquivamento teria sido o meu, deram margem à dúvida quanto ao comportamento de Faoro no episódio. No dia seguinte à reunião, Faoro renunciou ao seu lugar no CDDPH e me telefonou dizendo que havia se

O autor foi, por fim, publicista. Escreveu colunas periódicas para as revistas *Istoé*, *Senhor*, *Carta Capital*, além do *Jornal da República*. Esporadicamente escrevia, também, intervenções nos jornais diários de grande circulação, como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*.

2.2.1. A província e o Quixote

Interessa nesse momento, contudo, um período anterior da trajetória do autor: seus anos de formação no Rio Grande do Sul. Em 1946, Raymundo Faoro e Wilson Chagas¹⁰⁹ passaram a reunir um pequeno grupo de estudantes da Faculdade de Direito da URGs para discutir questões literárias e filosóficas. Faoro sustenta, em suas reminiscências que

as discussões tinham sempre um timbre, embora nem sempre autêntico, embora nem sempre derivado da leitura ou da meditação, marcadamente filosófico. [...] Sempre com uma visão dos corredores e das salas de aulas, e nunca da cátedra. [...] Nesse tempo irrompeu na Faculdade de Direito, vindo de fontes partidárias e não partidárias, o estudo do marxismo e das ciências sociais. [...] O grupo estava reagindo contra o beletrismo (FAORO, 1980).

Nos desdobramentos das reuniões iniciais, juntam-se a Faoro e Chagas, Silvio Duncan¹¹⁰ e Fernando Jorge Schneider, constituindo o núcleo fundador do grupo *Quixote*¹¹¹. No ano seguinte – ao lado de Paulo Hecker Filho¹¹², Vicente Moliterno e Heitor Saldanha¹¹³ – passam a editar uma revista que leva o mesmo nome do grupo¹¹⁴. Tendo como epígrafe “vamos fazer uma barbaridade” (extraída da obra de Miguel de Unamuno), o editorial do primeiro número aponta para questões e objetivos bastante ambiciosos. Os editores sustentam que

retirado da reunião porque logo entendeu que tudo aquilo era uma farsa (BAETA, 2003, p. 49, grifos nossos).

¹⁰⁹ Nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, em 1921, Chagas formou-se – assim como Faoro – bacharel em Direito. Na primeira metade da década de 1950, graduou-se – também – em Filosofia, pela *Université de Paris*. Tornou-se, posteriormente professor de Direito da URGs. Ao longo da vida, publicou textos dedicados à teoria jurídica e à crítica literária e filosófica.

¹¹⁰ Como todos os membros aqui mencionados do grupo, Duncan era gaúcho, nascido em Santiago (em 1922). Foi auditor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e professor de jornalismo (um dos fundadores do curso de comunicação da UFRGS). No Grupo Quixote publicou poesias de sua autoria e dedicou-se à publicações e eventos especificamente voltados a essa forma literária.

¹¹¹ Em 1952, o grupo é oficializado juridicamente como uma associação cultural (cf. BIAROLI, 1994, p. 22-26).

¹¹² Porto-alegrense (nascido em 1926), Hencker era – diferentemente dos colegas de Grupo – estudante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Publicou, ao longo da vida, poesias e textos de crítica literária. Foi, também, tradutor (notadamente de poetas franceses).

¹¹³ Mais velho que os parceiros do Quixote, Saldanha nasceu em Cruz Alta, em 1910. Dedicou-se, também, à poesia, chegando – no final da vida – a ser eleito para uma cadeira na Academia Rio-Grandense de Letras.

¹¹⁴ Foram publicadas cinco revistas ao todo, sem uma periodicidade fixa: o primeiro número veio a lume em dezembro de 1947. Os seguintes em maio de 1948, setembro do mesmo ano, fevereiro de 1949 e, o último, em agosto de 1952.

esta Revista não é um movimento, mas uma tentativa. Uma tentativa de itinerário que corporifica um anseio de libertação. Um movimento não se cria nem se impõe, tem o momento exato de aparecer e influir nos destinos de uma geração. Porque então o Quixote? Porque existe entre os novos um certo número de preocupações e ideais que não encontrariam expressão adequada e autêntica nos quadros intelectuais existentes. [...] Não se trata do repúdio simplista de todo um passado. Investe-se é contra o marasmo e suficiência, contra a falta de influxo criador autêntico na geração que ora detém a liderança intelectual. [...] A essa concepção estativa do passado queremos opor a sua valorização dinâmica. Trata-se de buscar no seu fundo os elementos vivos com que possamos criar o presente, guardando as suas linhas originais por tanto tempo esquecidas. É pela aplicação desse critério que o Quixote se propõe realizar a sua função cultural em nosso meio. Não nos contentamos com o papel subalterno de zeladores de museus e relíquias históricas. (DUNCAN; FAORO; HECKER FILHO, 2018, p. 8-9).

A essas reivindicações modernistas somam-se outras, espacialmente situadas. De um lado, há uma questão local que pensa o Rio Grande do Sul “ainda” imerso “no culto anatoliano da forma” – ou noutros termos, o “novo espírito que informa as mais autênticas criações da inteligência moderna, que já se faz pressentir no Brasil em alguns escritores de exceção, está longe de haver chegado até nós. Continuamos, na Província, completamente à margem do momento que o mundo e o resto do país está¹¹⁵ vivendo” (DUNCAN; FAORO; HECKER FILHO, 2018, p. 8-9). Do outro lado, há uma preocupação com “das raízes da nossa formação e do nosso destino americano” (DUNCAN; FAORO; HECKER FILHO, 2018, p. 8).

Quando da publicação primeiro número da Revista *Quixote*, o grupo adota uma estratégia de divulgação bastante inteligente, enviando exemplares a importantes intelectuais e críticos literários. Algumas das impressões recebidas foram publicadas no segundo número da revista (publicada em maio de 1948). Otto Maria Carpeaux escreve que “a revista é ótima. É verdade que desejaria barbaridades maiores das que fizeram desta vez. Se precisarem de mais um bárbaro feroz, estou aí à sua disposição. Mas a coisa principal é a seguinte: saber – o que ninguém sabia – que existe no Rio Grande do Sul uma mocidade nova, de grandes esperanças”. O poeta gaúcho Paulo Armando diz que “é uma boa revista, perfeita na apresentação (que importa a deficiência gráfica? Vale a ordenação estética), é séria e elevada no conteúdo. Me parece, na verdade a melhor das que têm aparecido”. Cyro dos Anjos, menos entusiasmado, afirma que o grupo “conta com valores tão expressivos e que irá ter uma bela trajetória literária”¹¹⁶.

¹¹⁵ Redação tal como no texto original.

¹¹⁶ Os três comentários disponíveis em QUIXOTE (1948). Além desses, Érico Veríssimo, sustenta em carta enviada à redação da revista que “vocês moços estão tragicamente ensanduichados entre uma geração de velhos medalhões que cheiram a museu e as promessas grandiosas, mas não cumpridas da geração média – os novos de ontem, que estão hoje a caminho da fossilização ou se atiraram de ponta cabeça na política partidária” (cf. BIAROLI, 1994, p. 29).

A despeito das respostas positivas, a revista fez pouco verãõ fora de Porto Alegre. As referências a ela (e, também, ao grupo Quixote) seguem a tônica dos comentários apresentados acima, mas são escassas¹¹⁷. Décadas depois, Raymundo Faoro afirma que o grupo não soube colocar a questão do “intelectual no Rio Grande do Sul” e que, por isso, foi politicamente malsucedido. Segundo o autor,

o fato é que o Rio Grande não tinha o que fazer de seus intelectuais, voltado para seu desenvolvimento econômico e para a conquista da hegemonia política, deles esquecido. Não se supunha que tivesse havido uma ruptura: havia, pura e simplesmente, um divórcio entre a sociedade e seus interesses. [...] Nós tivemos a sensibilidade para o fato estranho, mas não a consciência do que queríamos [para mudá-lo] (FAORO, 1983)¹¹⁸.

De todo modo, a importância do grupo está, fundamentalmente, na contribuição à formação intelectual de seus integrantes – tanto do ponto de vista das questões que os motivavam, quanto das relações de sociabilidade estabelecidas. É justamente nisso que o grupo nos interessa.

Como mencionado por Faoro, seus primeiros contatos com as ciências sociais se dão nos debates do grupo. “O caráter particular do grupo [...] foi ter adicionado ao ambiente, dominado pelo positivismo jurídico, elementos como o marxismo, a história e a sociologia” (BRITO, 2015, p. 35). No relato de Cícero Sandroni,

Faoro integra o grupo de escritores, poetas e intelectuais da revista *Quixote*, [...] foi um dos seus elementos mais atuantes. [...] Não se conformava com a ordem intelectual reinante na província. “Mas seu desgosto” – acentua Guilhermino César – “não se exprimia propriamente em termos de poesia ou prosa de ficção. Carregado de preocupações filosóficas, [...] em vez da improvisação brilhante, queria algo de sistemático, que dissesse as coisas cruamente (2003).

Afirma, ainda, que Faoro “viajava muito a Buenos Aires com amigos, frequentava as grandes livrarias da cidade e começou a interessar-se por Max Weber, cujas traduções para o espanhol ali eram abundantes” (SANDRONI, 2003). Neste particular, o relato de Faoro diverge. Segundo o autor:

Conheci o Weber em 1944, logo que apareceu a edição do Fondo de Cultura [Económica]. E até hoje eu tenho essa primeira edição [*de Economía y Sociedad*] ... Bem, havia uma livraria em Porto Alegre especializada em filosofia e ciências sociais. Naqueles tempos os livreiros eram diferentes. Eles liam os livros ou sabiam do que aqueles livros tratavam. [...] Há de ver que estamos período [...] da Guerra, ainda era 1944-1945. Então não vinham livros franceses, nem vinham livros ingleses. Os livros franceses ou ingleses que a gente via em Porto Alegre, e via muito, vinham de Buenos Aires. Eram as traduções

¹¹⁷ Ver, como exemplos, (MORAES, 1948) e (Folha da Tarde, 1949).

¹¹⁸ Olhando em outra direção – numa perspectiva, também, regionalista – vários leitores apontam para a importância do grupo no campo literário riograndense. Como exemplos, ver os trabalhos de ZILBERMAN (1983 e 1992), TANCREDI (1985), SCHÜLER (1987), FISCHER (1992).

que os exilados faziam e das editoras que os exilados fizeram. Porque diversas editoras de Buenos Aires foram feitas por escritores franceses, ou alemães ou ingleses, mas sobretudo franceses. Está é a segunda onda de exilados, a primeira foi a Guerra Espanhola, que levou [José Medina] Echavarría para o México. [...] [O livreiro] comprava tudo da Fondo de Cultura Económica. [...] Entre os livros apareceu esse, o Weber. A gente passava frequentemente e ele dizia: “Olha, eu recebi este livro aí, vê para mim o que é esse Weber”. Eu não tinha a menor ideia de quem fosse e as pessoas para quem eu perguntava não tinham a menor ideia de quem fosse. Eu disse: “Bem, vou comprar os quatro volumes e vou ver”. E fiquei deslumbrado quando eu vi aquilo! Pareceu que eu estava descobrindo um mundo novo. De modo que ninguém me indicou o Weber, não. Eu tomei conhecimento por esse acaso (SANTOS Jr., 2009, p. 97-98).

A despeito das divergências entre os depoimentos (ambos de muitas décadas depois dos fatos rememorados; o de Faoro em julho de 2002 e o de Sandroni em novembro 2003), os dois apontam para a importância do ambiente intelectual portenho nas leituras de Ciências Sociais desse período de formação de Raymundo Faoro.

As referências bibliográficas da primeira edição de *Os Donos Poder* confirmam isso: Max Weber é mencionado na tradução do Fondo de Cultura Económica de que Faoro fala acima¹¹⁹; além dele, Hans Freyer é citado em tradução argentina (*La Sociologia: ciencia de la realidad*, publicada pela editora Losada, em 1944)¹²⁰, assim como Morris Ginsberg¹²¹ (*Manual de Sociologia*, pela mesma editora, um ano depois)¹²²; e Alfred Weber também é citado em tradução do Fondo de Cultura Económica (*Historia de la Cultura*, com a primeira edição mexicana publicada em 1941)¹²³.

Há, também, algumas confluências temáticas importantes entre as questões do grupo *Quixote* e aquelas que guiam a argumentação de *Os Donos do Poder*¹²⁴. A preocupação com “as raízes da nossa formação e do nosso destino americano” é central. Segundo Faoro, a constituição os Estados português e espanhol permite compreender a forma pela qual os Estados-nacionais dos “herdeiros americanos” (FAORO, 1958, p. 45) da Península Ibérica são dominados por elites patricias¹²⁵ – como consequência impede-se que “a democracia –

¹¹⁹ Cf. (FAORO, 1958, pp. 11, 14, 25, 63, 66, 106 e 267). Além dessas referências à *Economia e Sociedade*, há uma à *Ética Protestante e o espírito do capitalismo* na tradução de Talcot Parsons (FAORO, 1958, p. 42).

¹²⁰ Cf. (FAORO, 1958, p. 23).

¹²¹ O britânico Morris Ginsberg (1889-1970) teve um papel importante na consolidação da Sociologia como disciplina acadêmica no Reino Unido. Lecionou no *University College London* e na *London School of Economics*. Foi – ao longo dos anos 1930 – co-editor da revista acadêmica *The Sociological Review* e – nos anos 1950 – membro fundador e primeiro presidente da *Associação Britânica de Sociologia*.

¹²² Cf. (FAORO, 1958, p. 23).

¹²³ Cf. (FAORO, 1958, p. 42).

¹²⁴ Obra que “o grupo arrola entre suas realizações, apesar de seu autor se encontrar [geograficamente] afastado da agremiação” (BIASOLI, 1994, p. 43). Alguns meses antes da publicação da primeira edição de *Os Donos do Poder*, Faoro assina a *Apresentação* do livro *Poesia Quixote* (que, assim como seu ensaio sobre *a formação do patronato político brasileiro*, foi publicado pela Editora Globo de Porto Alegre).

¹²⁵ O termo é de Faoro.

soberania do povo – mande, sem que seja mera palavra, *vigorando em seu lugar a aristocracia funcionária*” (FAORO, 1958, p. 264, grifo nosso). A importância dessa questão fica evidente quando o autor afirma que esse fenômeno – o domínio político dessa elite patricia – é aquele “que estrutura a tese central deste estudo” (1958, p. 45).

Vale dizer que essa discussão sobre o baralhamento entre público e privado e, mais especificamente, seu tratamento sob a rubrica do patrimonialismo – fortemente influenciada por leituras de Max Weber – é, ela própria, notadamente latino-americana (embora os textos mais notáveis a tratar desta questão sejam posteriores à primeira edição de *Os Donos do Poder*).

Em texto de 1964, Richard Morse sustenta – a partir de uma perspectiva weberiana – que a tipologia da dominação patrimonial descreve com exatidão a lógica do império colonial espanhol na América. Segundo o autor, o regime de colonização se assentava em um sistema de privilégios tutelados – baseado na outorga de direitos e posições em função da origem étnica e da ocupação social. Esse sistema reproduzia o padrão administrativo verificável, também, na metrópole (cf. MORSE, 1964). Após os processos de independência, este padrão administrativo da Espanha mercantilista se funde com

os imperativos do mundo industrial moderno. Com algumas concessões ao constitucionalismo anglo-francês, frente ao colapso da autoridade monárquica, os novos regimes independentes [...] redundam] em um conjunto de repúblicas que apenas haviam rejeitado o regime absolutista e nas quais se desenvolveram fortes líderes personalistas. [...] A importante herança do patrimonialismo perdurou durante séculos e continuou permeando a estrutura das sociedades latino-americanas contemporâneas (KUPER, 2016, p. 453-454).

Tratando apenas do caso mexicano, Octavio Paz desenvolve tese semelhante (cf. PAZ, 1975, 1978 e 1982)¹²⁶.

Críticos desta tese sustentam que ela trata a experiência histórica ibero-americana como um “oriente político”¹²⁷ (SOUZA, 2016), e que, por isso, possuiria pouca capacidade explicativa (cf. SOUZA, 1998, 2000b e 2009). Com efeito, parte significativa da análise de Weber sobre o patrimonialismo trata do Oriente (sobre isso ver KUPER, 2011, p. 77-109), notadamente da China – experiência histórica em que o autor descreve “a forma patrimonial do Estado, e particularmente o caráter patrimonial da administração e jurisprudência, com suas consequências típicas – tais como, por exemplo, a existência lado a lado de um reino inabalável de tradição sagrada e de um reino de arbítrio e graça absolutamente livres” (WEBER, 2016, p. 198; 1986, p. 390).

¹²⁶ Também sobre a caracterização patrimonialista do Estado mexicano ver (KUPER, 2011, p. 145-156).

¹²⁷ Sobre o tema ver (BRITO, 2015, especialmente p. 12-34).

Outra individualidade histórica – para usar o termo de Weber – para a qual a compreensão deve recorrer ao patrimonialismo é o feudalismo na Europa. Neste caso,

em contraste com a ampla esfera de arbitrariedade e com a correspondente baixa estabilidade das posições de poder do patrimonialismo puro, encontra-se a estrutura das relações feudais. *O feudalismo é um 'caso-limite' da estrutura patrimonial*, no sentido da estereotipagem e fixação das relações entre senhores e vassalos (WEBER, 2015, p. 288; 1980, p. 625).

O que interessa, contudo, é que esta forma específica de dominação tradicional – o patrimonialismo – é utilizada por Weber para explicar a organização da administração pública nos mais diversos locais, e em diversos momentos históricos (exemplos em WEBER, 2015, p. 239-240), sempre numa perspectiva comparativa, que busca ressaltar o que há de particular em cada objeto analisado – o que “se dá em contraste puramente descritivo, sem privilégio valorativo” (COHN, 2016, p. 9).

Assim – quando se escreve que

a Nova Espanha era uma sociedade em que o príncipe considerava o governo como seu patrimônio privado e os funcionários como servos de sua família. As disposições que limitavam o poder do vice-rei constituíam um freio político, mas não negavam o caráter patrimonial do governo do vice-rei. E não o negavam porque o vice-reinado reproduzia as características e estruturas políticas da metrópole, marcadamente patrimoniais. Em um mundo de hierarquias fixas, mas sujeito a mudanças ditadas pela graça ou capricho do governante, os privilégios se traduziam não apenas em prestígio, influência e poder, mas fatalmente em bens materiais (PAZ, 1982, p. 257).

– não se trata de igualar a experiência histórica da Ibero-América ao Oriente pré-moderno (em oposição aquilo que Weber nomeia “moderno Ocidente”; cf. WEBER, 1986, p. 1), o objetivo central está compreender as especificidades desse processo histórico. Como afirma a socióloga mexicana Gina Zabludovisky Kuper,

no caso da América Latina, o reconhecimento de que as estruturas políticas da região têm suas fundações em uma sociedade senhorial, patriarcal e protecionista não levaria necessariamente a descartar nossas coincidências com os valores e instituições compartilhados com o norte da América e Europa que nos fazem situarmos dentro do que José [Guilherme] Merquior considera como “o outro Ocidente” (2016, p. 462).

Voltando ao texto de Faoro, pode-se estabelecer outra relação importante com a produção do *Quixote* nas decorrências da tese do domínio patrimonialista de uma elite funcionária. Nas conclusões de *Os Donos do Poder*, quando Faoro se pergunta se o desenvolvimento histórico brasileiro aponta para uma “civilização abortada ou detida?” (FAORO, 1958, p. 259), o autor aponta que “a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento de uma cultura genuinamente brasileira”, numa travessia marítima que “afirmou a estrutura estática portuguesa, que se aumentou e reforçou com a preocupação de digerir o bolo americano”

(FAORO, 1958, p. 269-270). O diagnóstico se opõe ao entusiasmo juvenil dos membros do Quixote. Na primeira edição da revista do Grupo, os editorialistas assim apresentam suas intenções:

o Quixote se propor realizar a sua função cultural em nosso meio. Não nos contentamos com o papel subalterno de zeladores de museus e relíquias históricas. Queremos imprimir às nossas coisas o sopro da emoção nova e da inquietação criadora que brota do atual momento brasileiro e do momento que o mundo está vivendo. E dessa síntese poderá surgir, algum dia, a expressão original da nossa personalidade [brasileira] (DUNCAN; FAORO; HECKER FILHO, 2018, p. 10, grifos nossos).

Há, por fim, relações de sociabilidade importantes:

Será aos antigos membros deste grupo que Faoro recorrerá para a revisão da obra *Os donos do poder*, bem como por este canal que o livro será publicado. [...] Mesmo com a mudança [de Faoro para a cidade do Rio de Janeiro], não deixou de colaborar com a crítica literária e os jornais porto-alegrenses. Terminou de escrever *Os donos do poder* em 1954, mas o longo processo de revisão que o autor impôs a si mesmo permitiu que apenas 1956 ele enviasse o ensaio para a revisão de seus amigos do grupo Quixote. Em 1958, publicou *Os donos do poder* pela Editora Globo. Isso ocorreu [...] pela bem sucedida diligência entre Jorge Moreira, amigo de Faoro e membro do Grupo Quixote, e o dono da Editora Globo [...] José Bertaso (BRITO, 2015, p. 36).

Não se trata, evidente, de subsumir as questões que guiam a argumentação dos textos de Faoro ao debate de seu grupo de estudantes na juventude, mas de apontar alguns pontos de afinidade. No mesmo sentido, é importante destacar que o contato inicial com a obra weberiana por um caminho diverso do que aquele que se verifica entre os cientistas sociais profissionais contemporâneos ao autor traz consequências igualmente diversas para sua obra, como será explorado nos próximos capítulos desta tese¹²⁸.

2.3. Maria Sylvia de Carvalho Franco: análise histórica e padrões de conduta

Maria Sylvia de Carvalho Franco nasceu em 1930 em Araraquara, no interior de São Paulo. Seu pai, delegado de polícia, vinha das classes médias urbanas, e a mãe das tradicionais oligarquias rurais – que no ano em que nasceu a autora perdiam espaço na política, tanto no Estado quanto no âmbito nacional. Ainda criança, mudou-se para a capital do Estado para estudar no tradicionalíssimo *Colégio Des Oiseaux*. Em 1949, ingressou na Universidade de São Paulo, formando-se bacharela em Ciências Sociais em 1952. Três anos depois, ingressou na

¹²⁸ Ao longo de toda a sua trajetória Faoro continuará tratando *Economia e Sociedade* como o “livro básico” (FAORO, 1993, p. 18) de Max Weber, sempre destacando a importância da tradução pioneira de José Medina Echavarría.

docência universitária na mesma instituição, como assistente extranumerária da Cadeira de Sociologia I – que tinha Florestan Fernandes como professor regente. Em 1959, passou a auxiliar de ensino e em 1961 a assistente - cargo em que permaneceu até 1969, quando a reforma universitária promovida pela ditadura civil-militar promoveu expurgos na Universidade, com a aposentadoria compulsória de vários professores, e extinguiu o regime de cátedras – substituídas pelos departamentos. Neste processo a FFCL foi desmembrada em várias faculdades e institutos e, a partir de 1972, as humanidades passaram a ser abrigadas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Nesse contexto, Carvalho Franco passou, em 1969, pelo recém-criado Departamento de Ciências Sociais – em virtude de um desentendimento com Florestan Fernandes¹²⁹ –, transferindo-se logo para a Filosofia (como a decana – embora fosse ainda bastante jovem – devido às aposentadorias compulsórias)¹³⁰. Para atender às exigências burocráticas de funcionamento deste departamento, apresentou em 1970 sua tese de livre-docência¹³¹, intitulada *O moderno e suas diferenças*. Em meados dos anos 1980, mudou de departamento pela última vez: ainda na Filosofia, mas agora na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – onde permaneceu até sua aposentadoria.

Segundo a autora, em seus anos de formação como cientista social e no início de sua carreira como pesquisadora e docente,

na década de 50 e mesmo de 60, os horrores da Grande Guerra, assim como a repressão do Estado Novo estavam muito presentes na lembrança. Nesse contexto, os

¹²⁹ Sobre isso, escreveu a autora ao professor Eurípedes Simões de Paula, então diretor da FFCL:

recebi do Prof. Florestan Fernandes cópia da carta a meu respeito enviada a V. Excia. Infelizmente, as palavras que este professor me dirigiu na última vez em que nos falamos constituem uma ofensa e importam um pedido de demissão. Estivéssemos ainda na vigência plena do regime de cátedra, e eu o teria formulado naquele instante. Mas assim não é; entre as transformações que se anunciam para a Universidade está, já como princípio firmado, a autonomia dos docentes. Em vista disto, e considerando também que existe um Departamento de Ciências Sociais, solicito de V. Excia, o obséquio de suas providências afim de que eu seja colocada a disposição do referido Departamento, sem vinculação a nenhuma cadeira.

Lamento muito tão grave incidente com um professor com quem trabalhei por tantos anos (FRANCO, 30/12/1968).

¹³⁰ Sobre a atuação de Carvalho Franco no Departamento de Filosofia da USP, ver (NOBRE, 1999, p. 145-149).

¹³¹ No início do ano, escreveu ela a Florestan Fernandes:

estou ameaçada de precisar dar conta da livre-docência ainda este ano, mas disto não tenho vontade. Talvez Filosofia precise desse meu título para poder se constituir em Departamento; se assim for, não terei escolha (FRANCO, 11/01/1970).

Alguns meses depois, ela confirma tal necessidade. Diz a autora:

em fevereiro, nos deparamos com o problema de completar o quadro de docentes exigido para a constituição do Departamento de Filosofia e para salvaguardar a sua autonomia. Desfalcado como ficou o Departamento, restando apenas os mais jovens, com carreira ainda bastante atrasada, coube a mim – como decana que sou – quebrar esse galho e fazer a [livre-]docência (FRANCO, 29/05/1970).

cursos de Antropologia combatiam ao racismo pretensamente científico, ao mesmo tempo que acentuavam a variabilidade dos ‘padrões de cultura’ versus a constância da natureza. A Sociologia mobilizava-se em sentido semelhante, focalizando as desigualdades e a exploração das categorias sociais reprimidas no sistema capitalista: negros herdeiros dos estigmas da escravidão, operários urbanos com seus movimentos e organizações. Tais pesquisas encontravam clima favorável na conjuntura política (1988, p. 8).

As pesquisas e o os texto produzidos pela autora nesse período dialogam fortemente com esse contexto e com essas questões mais gerais colocadas às Ciências Sociais naquele momento histórico. Seu primeiro texto de fôlego, um estudo sobre *Os alunos do interior na vida escolar e social da cidade de São Paulo* (FRANCO, 1962)¹³², insere-se nesse contexto.

Este texto é importante porque permite compreender uma visada específica da autora sobre os aspectos do aparato weberiano que permeiam sua obra. Diferentemente daquilo que acontece com Raymundo Faoro – para quem o contato com a obra de Max Weber esteve ligado a experiências pessoais específicas –, não foi possível reconstruir as primeiras leituras do autor alemão empreendidas por Carvalho Franco.

Como vimos, questões acerca da obra de Weber já estavam presentes nos debates das ciências sociais brasileiras no período de formação e início da carreira docente da autora. Isso é especialmente notável no grupo de pesquisadores ligados à Florestan Fernandes e à Cadeira I de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Vários daqueles textos que elencamos como exemplos da apropriação de aparatos weberianos no Brasil foram produzidos sob este vínculo institucional.

Mas, como também vimos, essa referência à Weber – e, em alguma medida, também aos outros dois grandes clássicos da sociologia – não era evidente. O relato de Florestan Fernandes sobre a questão contribui para elucidar isso. Segundo o autor,

eu próprio — basta ver os *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* — fui procurar ganhar solidez e terreno nos clássicos. Eu era militante do movimento de esquerda, extremado, eu poderia ter ficado um marxista dogmático; [...] E, no entanto, não fiz isso, estudei simultaneamente antropologia, sociologia, um pouco de psicologia, alguma economia, alguma filosofia, muita história. Quer dizer, fiz uma coisa que os marxistas que não são o próprio Marx às vezes chamam de orientação eclética. Na antropologia estudei muita coisa importante que se não fosse o [Emílio] Willems na Filosofia e a Escola de Sociologia Política eu nunca teria aprendido. Trabalhei muito com os antropólogos sociais ingleses, com os etnólogos franceses, discípulos de Durkheim, inclusive pelo vigor do Mauss vocês podem saber qual é o valor disso. Mas teoricamente me concentrei, apesar de ter apanhado toda a evolução intelectual da sociologia, me concentrei no Marx, no Max Weber e no Durkheim. Como autores de menor importância que estudei muito estavam, por exemplo, o Mannheim, que teve uma importância grande no meu pensamento; [...]
O que caracteriza a minha embocadura foi procurar o ponto de partida nos clássicos. Eu estava falando exatamente na minha tentativa de me fixar nos clássicos. Qual é a

¹³² Discussões preliminares sobre o tema foram apresentados pela autora em (FRANCO, 1960, 1961a e 1961b).

importância dos clássicos? Qualquer um diria: bom, estão muito distantes! O próprio professor Willems combateu sistematicamente a minha preocupação pelos clássicos. Não que ele fosse um ignorante, ele era um professor muito bem informado. Mas ele achava, como acham atualmente os sociólogos e os antropólogos dos principais centros de ensino, que a melhor investigação é a mais recente, o melhor livro é o mais novo. Ele achava que eu estava perdendo tempo. [...]

Durkheim eu já conhecia até mais do que Marx, porque inclusive já tinha dado cursos sobre *As regras do método sociológico*, e quando fiz meu exame de habilitação o texto que os franceses escolheram saiu *d'A divisão do trabalho social*, quer dizer, eles supunham que a gente já devia conhecer este livro antes de entrar na Faculdade. E, de outro lado, *Weber, porque entre os autores que trabalhavam com a sociologia formal ele foi o que pareceu mais rico e que dava uma base empírica mais sólida ao trabalho do investigador na sociologia. Procurar estas tendências significa exatamente procurar caminhos que não estão tão distantes*. Eles parecem distantes, são homens do século XIX ou do início do século XX, mas eles estão presentes porque *são correntes fundamentais dentro da sociologia e que oferecem recursos para abrir um campo. Na situação brasileira não se tratava de procurar, vamos supor, a linha dominante em Chicago e transferir para cá. O importante era apanhar dentro da herança cultural da sociologia uma base sólida para depois levantar aqui possibilidades de trabalho, explorando as técnicas de investigação, os métodos lógicos, de acordo com nossas possibilidades e com nossos recursos intelectuais. Então foi isso que eu tentei fazer* (FERNANDES, 1995, p. 12-13, grifos nossos).

Essa postura exposta por Florestan Fernandes pode ser, em alguma medida, estendida ao grupo de acadêmicos próximos a ele naquele período (além de Carvalho Franco, foram assistentes da Cadeira de Sociologia I ao longo da década de 1960 Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Luiz Pereira e Leôncio Martins Rodrigues Neto). Aquilo que os autores destacam ao ler os clássicos, contudo, varia segundo questões diversas.

Nesse sentido, o texto de Carvalho Franco sobre a integração dos alunos vindos do interior na vida universitária da capital paulista presta-se aqui a elucidar aspectos do aparato weberiano que são enfatizados pela autora em sua produção. No mesmo sentido, algumas questões levadas a cabo em suas obras posteriores aparecem aqui como esboços, possibilitando compreender os grandes problemas teóricos que guiam o pensamento da autora.

A brochura sobre o ajustamento dos alunos do interior tem por objetivo, segundo a autora

relatar uma experiência, na realização de uma pesquisa de treinamento, em que se procurou adestrar os alunos nas técnicas e métodos de investigação sociológica ao mesmo tempo que implantar a atividade e os hábitos de trabalho [...] que nos parecem fundamentais para a formação do pesquisador (FRANCO, 1962, p. 8).

Essa “pesquisa de treinamento” foi realizada no âmbito da disciplina de *Técnicas e Métodos de Investigação* – da qual Carvalho Franco era a docente responsável – do curso de graduação em Ciências Sociais da FFCL/USP. A exposição da autora articula-se em torno de dois eixos: o primeiro diz respeito ao conteúdo da pesquisa de treinamento – trazendo, também,

a análise dos resultados obtidos – e o segundo traz considerações sobre métodos e prática de pesquisa nas Ciências Sociais.

Para o primeiro deles, Carvalho Franco parte de uma contraposição entre dois modelos diversos para o sistema educacional, apontando de uma questão bastante geral. Segundo a autora,

as civilizações modernas vêm se caracterizando pelo recurso sistemático ao pensamento científico e a atividade técnica correlata. A aplicação de controles racionais à vida social e ao mundo físico se intensifica na medida em que aumenta a pressão exercida pelos problemas que escapam às soluções tradicionais e conforme o permitam, tanto o progresso das ciências de um modo geral, quanto as condições que o seu desenvolvimento está sujeito em diferentes regiões. A necessidade de se ajustar a esses padrões de organização, observado nas sociedades ‘desenvolvidas’, é requisito para todos os países que pretendem, se não assumir uma posição de liderança, pelo menos ganhar ou conservar sua independência no mundo moderno (1962, p. 5).

Ela continua, e sustenta que a esses “padrões de organização” corresponde um tipo específico de atividade científica e intelectual: aquela que consiga pensar de modo original problemas que são histórica e geograficamente localizados. Assim, não cabe a simples importação de “conhecimentos recebidos de culturas alienígenas, da maneira como ocorria entre nós até há algum tempo” (FRANCO, 1962, p. 5). Neste ponto, a proximidade aos argumentos de Florestan Fernandes expostos pouco acima fica evidente. Para ela, é preciso, nesse sentido, “o abandono completo do padrão antigo de trabalho universitário, de simples transmissão livresca de conhecimentos produzidos algures e que não podia senão preparar, na melhor das hipóteses, eruditos arroladores de citações” (FRANCO, 1962, p. 5)¹³³. De um ponto de vista prático, isso significa uma defesa enfática da pesquisa empírica como instrumento de aprendizado científico.

Assim como o ensino superior é tomado em modelos antagônicos, com sentidos diversos, também a pesquisa empírica comporta orientações diversas. O modelo “tradicional” (FRANCO, 1962, p. 6) de ensino superior tomaria, segundo a autora, “como mais alto valor”, no que tange à produção acadêmica, “a criação pessoal” (FRANCO, 1962, p. 6). Sobre esse modelo de trabalho ela afirma que “é preciso ver claramente que não existe futuro no trabalho isolado, que as gerações vindouras não poderão trazer nenhum progresso, e em alguns casos nem mesmo igualar, aquilo que as anteriores já realizaram dentro das contingências da produção individual” (FRANCO, 1962, p. 8). Opõe-se à prática científica “tradicional” – e, do ponto de vista pedagógico, a orientação para o treinamento dos pesquisadores – o desenvolvimento

¹³³ Essa oposição entre um modelo de ensino superior que toma os estudantes como receptáculos de teorias já desenvolvidas – chamado pela autora de “antigo padrão” – e outro – das “sociedades desenvolvidas”, apresentado como um projeto – que busca produzir novos conhecimentos é tomado, também, de Florestan Fernandes (1960).

científico defendido pela autora, ao qual corresponde – também – uma forma específica de trabalho científico: a pesquisa científica “moderna” (FRANCO, 1962, p. 7) é, *necessariamente*, uma realização coletiva¹³⁴.

Essa contraposição entre dois modelos de ensino superior repõe, segundo Carvalho Franco, um debate que se origina ainda no Período Imperial (1822-1889). Neste ponto, ela segue o argumento apresentado na tese de Roque Spencer Maciel de Barros¹³⁵ (1959). Naquele momento, o Partido Liberal defendia a ampliação do ensino básico para a alfabetização em massa e, do outro lado, os conservadores sustentavam que era preciso primeiro um ensino superior desenvolvido, que formaria elites intelectuais e que estas – sim – seriam as agentes da difusão do conhecimento (ponto pacífico para ambas as partes do debate é que os projetos educacionais abrangiam somente a população livre)¹³⁶.

No momento em que Carvalho Franco escrevia, a atualização deste debate podia ser entendida pela contraposição das posições de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira. Ao tratar desse debate, autora afirma pretender “isolar as ideologias que vem informando nossa política nesse campo” e, novamente, “os ideais defendidos pelos representantes dessas duas correntes tem se organizado em torno de dois polos: a ênfase na formação de elites ou peso na educação básica para o povo” (FRANCO, 1962, p. 35).

Segundo a autora, o sistema educacional brasileiro podia ser caracterizado – no momento em que ela escrevia – como um sistema restritivo, que operava por meio de várias etapas de seleção, e academicista, de moldes fundamentalmente propedêuticos. Nos seus diversos níveis, a escola se organiza, portanto, para a transmissão de conhecimentos formais necessários as etapas seguintes¹³⁷. Assim, “tanto as escolas primárias como as de nível secundário não preenchem sua função de dar ao povo uma cultura básica ou uma preparação prática para a vida” (FRANCO, 1962, p. 36). Para além da organização dos conteúdos pedagógicos, também a organização do sistema de ensino implicava na manutenção de distinções sociais, tinha-se

uma escola primária gratuita mas de reduzidas oportunidades, seguida de uma escola secundária paga que reforça a seleção e, finalmente, no ápice da pirâmide, o ensino superior gratuito mas acessível para poucos. Essa estrutura tem sido interpretada como sendo resultado da operação de mecanismos de defesa da classe dominante em decadência. Estaria com ela montado um sistema de educação de elite, para as classes

¹³⁴ As condições para essa divisão do trabalho também só estavam dadas, segundo a autora, muito recentemente (cf. FRANCO, 1962, p. 7).

¹³⁵ Então professor de *História e Filosofia da Educação* no curso de Pedagogia da FFCL.

¹³⁶ Para além da tese de Barros – republicada como livro em 1986 – há uma ampla discussão sobre os impactos desse debate entre as posições de liberais e conservadores no período final do Império. Como exemplo, pode-se encontrar uma reconstrução em (ROCHA, 2010).

¹³⁷ Sobre isso, ver TEIXEIRA (1957a).

altas empobrecidas que tinham no ensino superior uma forma de conservar sua posição social. É necessário acrescentar ainda que esse sistema seletivo de educação, integrado na estrutura de classes e no regime democrático, funcionou como um canal de ascensão social para as classes médias. Assim compreendido, o ensino superior brasileiro estaria realmente servindo a interesse das classes mais favorecidas (FRANCO, 1962, p. 36).

Criticando esse modelo, a posição defendida por Anísio Teixeira sustenta que seria necessário desenvolver “um sistema de formação do homem para os diferentes níveis da vida social mas com um vigoroso espírito de justiça, dando primeiro aos *muitos* aquele mínimo necessário de educação sem o qual a vida não terá significado nem poderá sequer ser decentemente vivida e, depois, aos *poucos*, a melhor educação possível” (1957b, p. 28, grifos do autor). Segundo esta proposta, a ênfase das políticas públicas deve recair sobre a expansão da educação básica como prioridade do sistema educacional.

No polo oposto, a posição defendida por Fernando de Azevedo, vê “nas universidades e na formação de elites as molas propulsoras do desenvolvimento do país e os instrumentos imprescindíveis para a defesa das instituições democráticas” (FRANCO, 1962, p. 37). Para ele, a democracia “exige mais do que qualquer outro [regime político], uma educação de massa e, sobretudo, uma elite poderosamente impregnada desse sentimento de interesse comum que resulta de uma alta cultura geral, como uma flor de civilização” (AZEVEDO, 1947, p. 20).

Ao fim e ao cabo, trata-se de uma concepção do ensino que visa formar uma pequena elite intelectual, portadora nos mais altos valores da Cultura. Para que esse objetivo fosse alcançado as Faculdades de Filosofia ocupavam posição especial no interior do sistema universitário, elas deviam “se organizar para os estudos puramente teóricos que pairam numa esfera superior, estranha a quaisquer preocupações profissionais e cuja finalidade se dirige no sentido de criar uma atmosfera de pesquisa, de pensamento criador e espírito crítico, de cultura livre e desinteressada” (AZEVEDO, 1947, p. 76).

Uma vez caracterizados esses modelos polares para a política educacional brasileira, Carvalho Franco ressalva que se trata de uma exposição esquemática, que acentua a divergência fundamental entre as duas linhas de pensamento. Nesse sentido, é importante destacar que não significa “que não se atribua a importância, numa delas, ao ensino superior e, na outra, a educação de base” (FRANCO, 1962, p. 38). Antes,

o que as separa é a importância relativa que atribuem aos dois níveis do sistema educacional na preservação das instituições democráticas e no processo de desenvolvimento do país. De acordo com o primeiro ponto de vista apresentado [o de Anísio Teixeira], as esperanças de renovação não são maciçamente postas nas universidades e na formação de elites. A intervenção no sistema educacional é proposta diretamente nos níveis considerados mais importantes para a transformação do sistema social mais amplo, e o primordial é cuidar da formação básica do povo.

Em coerência com esse ponto de vista, o ensino superior precisa se libertar das características de uma ineficiente ‘educação para o lazer’ e harmoniosamente se integrar no preparo de elementos produtivos para o país. E certamente, essa orientação não se coaduna com a presença uma concepção de universidade, como a defendida no segundo ponto de vista [de Fernando de Azevedo], cujo módulo é alta cultura neutra e desinteressada (FRANCO, 1962, p. 38, grifos nossos).

Como destacado acima, há para Carvalho Franco uma importância capital no sistema educacional na medida em que ele está diretamente relacionado ao fortalecimento das instituições democráticas e ao desenvolvimento nacional. Dessa ideia, que pensa de modo mais amplo a questão educacional – num contexto de aceleradas mudanças sociais, “de passagem abrupta de uma sociedade restrita, formada pela justaposição de pequenos grupos homogêneos, para uma sociedade de massa, complexa e diferenciada” (FRANCO, 1962, p. 35) – a autora passa para um debate mais circunscrito sobre as transformações na Faculdade de Filosofia Ciências de Letras e a inserção do corpo discente nesse contexto de mudança (questão que é, afinal, aquela que motiva a pesquisa de treinamento que dá título ao texto). Com essa passagem, fica claro, também, as razões para que a autora se filie a uma concepção de ensino superior mais próxima à de Anísio Teixeira¹³⁸.

Segundo a autora, quando da fundação da Universidade de São Paulo, na primeira metade dos anos 1930, um modelo tal qual o defendido por Fernando de Azevedo – “um ensino universitário de alto nível acadêmico [...] de nível excessivamente alto para as possibilidades intelectuais médias do aluno brasileiro, recém-egresso de um ensino secundário assaz medíocre” (FERNANDES, 1963, p. 58) – era bastante plausível e, até, desejável. Naquele momento, “apenas se esboçavam os movimentos de transformação hoje plenamente desencadeados. [...] o poder se concentrava, em suas várias modalidades, e inclusive no que se refere às possibilidades de participação na cultura, numa parte restrita da população”. Com isso, era uma posição de vanguarda, naquele momento, defender a “formação de elites, único canal julgado eficiente para a introdução de mudanças” (FRANCO, 1962, p. 39). Não só isso, sustenta Carvalho Franco, essa era uma posição adequada ao horizonte de possibilidades então dado e que foi responsável por mudanças dignas de nota.

¹³⁸ Posição próxima, também, à de Florestan Fernandes – expostas, por exemplo, em (FERNANDES, 1963, p. 11-139 e p. 181-200). Alguns leitores de Carvalho Franco destacam que sua posição contrária a um ensino desinteressado se contrapõe à sua origem “bem posta” de classe (PULICI, 2008, p. 145 e SPIRANDELLI, 2008, p. 116-117). Por fim, além de Maria Sylvia e de Florestan, também Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso – também pesquisadores da Cadeira de Sociologia I – publicaram, no início da década de 1960, textos sobre a questão do sistema educacional.

A manutenção desse paradigma no início dos anos 1960 era, contudo, bastante questionável. De posição modernizadora ela passara, em três décadas, a representar o polo conservador da vida social (cf. FRANCO, 1988, p. 9-11). No polo oposto, está a posição que

liga-se ao esforço de libertar o país dos padrões tradicionais de organização e acompanhar o processo de transformação em curso, atuando no sentido de acelerá-lo e de cuidar que as mudanças introduzidas em determinado setor se harmonizem com as alterações que ocorrem em outras áreas do sistema social (FRANCO, 1962, p. 39).

A autora continua, e se vincula a essa posição, afirmando que

se caminhamos para uma sociedade urbana, industrializada e para uma democracia efetiva, é necessário que o sistema educacional atenda às correspondentes solicitações. [...] Segundo tudo indica, a atenção precisa ser deslocada, no que se refere à vida universitária, da formação de pequenos grupos altamente qualificados, para problemas de adestramento de larga escala (1962, p. 39)

No caso da FFCL/USP, essa mudança de paradigma impunha significativas alterações nos cursos, na medida em que a instituição havia sido concebida sob o modelo de uma formação de uma pequena elite intelectual portadora de uma cultura ampla e desinteressada (cf. AZEVEDO, 1947). Com isso, a autora passa para a pesquisa de campo que motiva o texto. Pesquisa cujas questões inserem-se nesse debate mais amplo sobre o sistema educacional e a posição da FFCL nesse debate. Nos termos da autora, trata-se de pensar “a possibilidade de preservação desses ideais [de conhecimento puro e desinteressado], ou a necessidade de revê-los, por força de sua inconsistência com a realidade presente” (FRANCO, 1962, p. 40).

A pesquisa toma como partida o significativo aumento no número de candidatos ao ingresso na Faculdade e, também, o correspondente aumento do corpo discente (cf. FRANCO, 1962, p. 50-51) – entre 1937 e 1959, multiplica-se por dez o número de candidatos e de matriculados. Somada a esse crescimento, há a constatação de que a maior parte dos estudantes da FFCL é proveniente do interior do Estado de São Paulo (50% do total de alunos; 60% quando se considera somente os estudantes paulistas).

Nesse contexto, a pesquisa toma como ponto de partida “a constatação de que no Estado de São Paulo ocorre a transformação de estilo de vida que está levando ao afastamento progressivo dos padrões tradicionais e à sua substituição por padrões urbanos” (FRANCO, 1962, p. 40). Utilizando dados estatísticos (censitários, para questões mais amplas, ou fornecidos pela administração da Faculdade, nas questões mais diretamente ligadas ao alunato) e questionários e entrevistas, a pesquisa busca tratar a forma pela qual os estudantes vindos do interior do Estado se inserem nesse contexto de mudanças sociais. As considerações levam em conta a origem geográfica, a questão de gênero e o pertencimento de classe dos discentes.

Do ponto de vista da origem geográfica, o interior do Estado é dividido em três zonas – segundo critérios sociais e econômicos ligados ao ciclo do café: a “*velha civilização do café*, que floresceu no Vale do Paraíba, durante o século XIX” (FRANCO, 1964, p. 1, grifo nosso), a *zona nova* – o chamado “oeste” paulista e uma *zona de transição* entre elas. Em todos os casos – ou seja, para as três regiões geográficas – há um desenvolvimento econômico similar: elas “passaram por uma fase de expansão baseada na monocultura de um produto de exportação que, chegando a uma fase crítica, provocou o empobrecimento da região” (FRANCO, 1962, p. 42). Dado central é que tanto a expansão e apogeu quanto o declínio do ciclo cafeeiro se deu em momentos diversos nessas zonas geográficas: no Vale do Paraíba o declínio acompanha o fim do período imperial (e, fator decisivo nesse caso, a abolição jurídica do trabalho escravo um ano antes); nas outras duas zonas a importância econômica do café se mantém durante a República Velha. Assim, a autora entende que – para a análise empreendida – “a zona de transição e a zona nova podem ser consideradas homogêneas [...] na medida em que as condições nelas vigentes se contrapõem à situação descrita para a zona velha” (FRANCO, 1962, p. 43).

Na contraposição entre as zonas velha – de um lado – e de transição e nova – do outro – as linhas gerais que importam dão conta de que

os padrões tradicionais de vida em São Paulo conheceram os primeiros fatores de perturbação séria com a introdução da agricultura comercial, com o cultivo do café. Esse cultivo assumiu formas diversas na área compreendida pela Zona Velha, tendo sido acompanhado de diferentes modalidades de organização social e de *estilo de vida*. No ‘norte’, na zona Paulista do Vale do Paraíba, revestiu-se das características de uma organização de tipo *patrimonial* com base na grande propriedade rural autossuficiente, no trabalho escravo e na *dominação de um senhor*. Predominaram, nessa sociedade, as forças estabilizadoras da ordem social, agindo no sentido da *preservação do estilo tradicional de vida*. Na área do ‘oeste’ paulista, assumiu a forma de um empreendimento capitalista, fundando-se no trabalho livre e em grande parte satisfazendo os requisitos de racionalização da produção e da circulação de mercadorias. Essas condições propiciaram uma mudança social no sentido de delinear uma incipiente estrutura de classes em um crescimento urbano (FRANCO, 1962, p. 42, grifos nossos).

Quando tomadas nesses termos, a desagregação do “estilo tradicional de vida” na zona velha possui consequências importantes, na medida em que os efeitos dessa mudança social se estendem por um período de tempo relativamente longo. A passagem para o crescimento urbano e algum desenvolvimento industrial tomou algumas décadas, e esse período de transição implicou em uma retração na oferta de trabalho – para todas as camadas da sociedade. Interessam, aqui, estratos específicos: restam para as camadas superiores e média poucas profissões que atendam às suas demandas (tanto de um ponto de vista material, quanto do prestígio atribuído a essas ocupações). Um desenvolvimento econômico diverso e posterior tem

implicações que são – também – diversas na zona nova: nesse caso “as oportunidades de trabalho não estão hierarquizadas com clareza, nem está bem definida uma estratificação social, resultando daí uma oportunidade bastante grande nos limites de aceitação das ocupações, consideradas satisfatórias por uma gama muito grande de pessoas” (FRANCO, 1962, p. 43)

No cenário descrito para a zona velha, temos que

para os jovens das regiões velhas [...] o preparo acadêmico surge, assim, como uma solução que permite ou preservar a posição ocupada ou ascender na escala social e que é, ademais, reforçada com a ideologia desenvolvida pela geração atingida pela crise, no sentido de que é preciso dotar os filhos de uma profissão que os garganta nas situações adversas” (FRANCO, 1962, p. 43)

Isso se reflete no perfil do alunato estudado na pesquisa de treinamento: dentre os alunos provenientes do interior do Estado, chega próximo aos 90% aqueles que vêm de regiões que se encaixam no tipo social descrito como “estilo tradicional de vida” (mais facilmente identificável com a “zona velha”)¹³⁹.

O segundo aspecto analisado por Carvalho Franco diz respeito à questão de gênero: “o número de mulheres é acentuadamente maior nas sessões de humanidades [e elas] aparecem em maior proporção no grupo proveniente do interior que no de origem paulistana” (FRANCO, 1962, p. 46). Nesse aspecto, ela aventava a hipótese (contrafactual) de que isso pudesse estar, também, ligado à desagregação do “estilo tradicional de vida” – que determina às mulheres (de estratos médios e altos, novamente) posições sociais muito bem marcadas – e à subsequente ampliação de padrões urbanos e modernos. A análise sobre as alunas da FFCL provenientes do interior mostra que não é esse o caso. Nos termos de Carvalho Franco,

em nossa sociedade o grupo feminino dificilmente escapa das normas e comportamentos prescritos pela tradição e seu universo raras vezes ultrapassa os limites domésticos. Apenas em meios sociais que estão sendo sacudidos por processos de mudança é a mulher frequentemente posta frente a contingência do trabalho remunerado obrigatório ou é levada a tomar consciência e resolver através dele seus problemas financeiros ou de autorrealização. Entretanto, entre nós existem alguns setores profissionais que têm sido regularmente supridos por elementos femininos e, desses, o magistério é o mais importante. Ensinar constitui atividade feminina sancionada pela tradição, havendo em relação a ela menor carga de preconceitos do que os que cercam outras ocupações que mundo urbano moderno vem confiando preferencialmente as mulheres (1962, p. 46).

Assim, a presença feminina na FFCL não aparece como a ruptura com padrões tradicionais. Mostra, antes, sua manutenção.

Por fim, a autora trata da origem social dos estudantes vindos do interior. Como já mencionado acima, a clientela da FFCL vinda do interior é predominantemente dos estratos

¹³⁹ cf. (FRANCO, 1962, p. 43-45).

médios e altos¹⁴⁰. Há, inclusive, uma relação bastante próxima entre o percentual de alunos vindos desses estratos e o percentual de alunos cuja subsistência na cidade de São Paulo depende (total ou parcialmente) de ajuda da família (cf. FRANCO, 1962, p 82).

Repõe-se para esse grupo aquilo que apresentamos a pouco: a noção de que o ensino superior aparece para ele como meio de acesso às ocupações socialmente aceitas e desejadas. O dado novo é que esse grupo aparece, também, como portador social de uma certa concepção de ensino e de universidade: há o predomínio daqueles que justificam o ingresso na FFCL com o desejo de aquisição de uma cultura ampla, de conhecimento desinteressado (cf. FRANCO, 1962, p. 87). Nos termos da autora, é preciso “assinalar a ligação entre camadas mais elevadas da sociedade e a concepção de cultura desinteressada e apontar que esses valores estão associados, entre nós, ao cultivo das humanidades” (1962, p. 48).

O cruzamento dos três marcadores sociais analisados leva a conclusões um tanto inesperadas quando se volta para as questões que justificam a pesquisa de treinamento. A hipótese inicial é que, devido às sensíveis diferenças entre o ambiente em acentuado processo de transformações modernizadoras da cidade de São Paulo e aquele vinculado a valores tradicionais no interior do Estado, os estudantes vindos do interior teriam algumas dificuldades de ajustamento à FFCL e aos padrões de conduta “modernos”. Não é isto o que ocorre. O declínio econômico ocorrido em algumas regiões do Estado, a educação de jovens mulheres para o magistério e a formação superior de jovens dos estratos superiores da sociedade são elementos que, combinados, apontam para a reposição de valores tradicionais – e não para a sua substituição por outros, modernos.

Para tanto, dois aspectos são fundamentais: a agência da família e o pertencimento de classe. No primeiro caso, a geração mais velha – portadora dos valores tradicionais – apoia muito fortemente o ingresso dos filhos na FFCL (cf. FRANCO, 1962, p. 83), enxergando nisso não uma ruptura de seus valores em favor de outros modernos, mas, antes, a sua manutenção. No segundo, o ensino superior aparece como necessário para a manutenção posição na estrutura social e como instrumento de prestígio. Nos termos da autora,

não existe incompatibilidade entre os padrões socioculturais tradicionais e os ideais e objetivos que orientam a ação do jovem e de suas famílias no sentido da busca de qualificação profissional, apesar destes resultarem em parte, de necessidades provenientes de mudanças sociais. Desse modo, o que parece importar para a definição do tipo e do curso do processo de ajustamento [dos estudantes na Capital] não é o fato de estar em um jogo dois ambientes socioculturais diferentes, dos quais o agente participa sucessivamente e cuja as disparidades o colocam numa situação de marginalidade e de choque inevitáveis. Mais decisivas que a diversidade dos meios socioculturais quando considerados em sua totalidade, são as semelhanças

¹⁴⁰ Neste caso, não há dados sobre os alunos oriundos da capital.

partilhadas pela condição de membros de uma determinada camada social. A proveniência das classes altas; a participação num conjunto de valores e ideais (reconhecimento da importância da qualificação profissional e valorização da instrução); a existência de condições propícias para sua objetivação (controles familiares se exercitando no sentido favorável e condições econômicas adequadas), é que condicionam a mobilidade e preparam para uma acomodação rápida e pouco penosa às novas situações a serem enfrentadas (1962, p. 59-60, grifos nossos).

Reforçando a importância do pertencimento de classe para entender a vinculação do modelo tradicional de ensino superior – que vislumbra a formação de uma elite intelectual – com os valores tradicionais, a autora aponta que

faz parte da ideologia das classes altas no Brasil, a convicção de que as boas oportunidades de trabalho e os meios de manter a posição ou de ascender socialmente estão ligadas à educação superior. Não resta dúvida que a partir da desagregação da sociedade senhorial, a instrução superior tem sido necessária para aquisição ou a manutenção de prestígio. De outra parte, no Brasil, realmente, esse tipo de educação é acessível apenas as classes mais elevadas. Nelas, aos ideais que valorizam a instrução superior, se aliam a apropriação quase que exclusiva das condições objetivas para realizá-los, essa situação contribui de modo seguro para a manutenção da estabilidade da estrutura social e dos conteúdos culturais a ela associados. Essa constatação se reforça, quando lembramos que os valores e comportamentos associados a instrução superior e a profissionalização estão identificados com as duas gerações aqui consideradas: pais e filhos (1962, p. 65).

Há nessas conclusões, uma percepção muito relevante, que é extensamente desdobrada em textos posteriores da autora (tanto a tese de doutorado, apresentada em 1964, quanto a livre-docência, defendida em 1970). A hipótese inicial do estudo toma tradicional e moderno como polos antagônicos. Tal cisão se espria para as diversas ordens da vida social: o desenvolvimento econômico, a orientação do sistema de ensino, os valores que orientam a tomada de decisões. Essa oposição era corrente nas Ciências Sociais no período compreendido entre as pesquisas de treinamento e a publicação da brochura que analisa seus resultados (entre 1956 e 1962). Era, também, corrente a ideia de que a modernização levaria à “superação” de formas sociais e valores “atrasados” carregados com a tradição.

Há, assim, uma inovação teórica nada desprezível na afirmação de que “a incorporação desses novos ideais [modernos] e dos comportamentos correspondentes se faz por *superposição* aos padrões tradicionais, sem choque” (FRANCO, 1962, p. 64, grifo nosso). Essa ideia, de superposição, é central. Fica claro na análise dos dados empíricos que tradicional e moderno não se desenvolvem como polos opostos. No processo histórico de modernização os valores tradicionais são repostos de novas formas e, com isso, se mantém no tempo a estratificação da sociedade.

Essa crítica teórica nos leva para o outro eixo do texto – e aquele que mais nos interessa –, a discussão metodológica. A brochura, publicada em 1962, trata dos trabalhos de curso

realizados pelos estudantes que cursaram a disciplina de *Técnicas e Métodos de Investigação* nos anos de 1956 e 1957. Mas, Carvalho Franco ministrou esse curso em vários outros anos letivos até meados da década de 1960¹⁴¹. Isso é relevante porque há uma relação entre os problemas teóricos e metodológicos que Carvalho Franco levanta ao interpretar outros autores – Max Weber entre eles – e as questões que emergem nos debates da disciplina que ela ministrava. Também os resultados da análise – quais sejam, superposição de padrões tradicionais e modernos no desenvolvimento histórico – são compreensíveis a partir de escolhas específicas na forma de tratar o problema empírico. Em suma, a forma pela qual ela se apropria dos textos que servem de base teórica para seus estudos pode ser melhor compreendida a partir de uma visada específica – que aparece em seus cursos sobre as *Técnicas e Métodos de Investigação*.

Para a formulação do problema geral que fundamenta sua pesquisa de treinamento, Carvalho Franco parte da noção parsoniana de sistema de ação¹⁴². A apresentação abaixo serve para situar minimamente a forma pela qual ela toma esse conceito. Segundo a autora, tal instrumento presta-se a compreender – em seus termos, a *localizar* –,

tanto no que se refere ao meio social de origem, quanto ao de chegada, [...] a posição e os papéis dos jovens no *sistema de relações sociais* e os *padrões culturais* aos quais o seu comportamento (nos aspectos que dizem respeito a este estudo) estava vinculado. A intenção era a de captar os *motivos subjacentes à ação do jovem*, a *determinação do curso e do sentido de sua conduta* em São Paulo e a *definição dos objetivos por ele visados*. Tanto os motivos da ação, quanto o seu curso e quanto os seus fins foram considerados como momentos integrados de um mesmo processo referido sempre às condições do sistema social e do sistema de cultura. [...] *O conceito de sistema social implica na concepção de um conjunto de status e papéis sociais mutuamente referidos e vinculados à uma trama de relações sociais*. A operação adequada de sistema depende da satisfação de certos requisitos funcionais: é necessário que, no mínimo, expectativas de comportamentos sejam incorporadas pelos agentes e que existam condições de ordem psíquica e cultural para que essas expectativas possam ser cumpridas de modo satisfatório. Desse modo desenvolvem-se, nas sociedades, técnicas de controle no sentido de fazer com que seus membros venham a desempenhar adequadamente e de acordo com os comportamentos sancionados, os papéis inerentes a seu status (FRANCO, 1962, p. 15-16, grifos nossos).

Como ferramenta complementar desse esquema teórico, é definido o conceito de “ajustamento social”, pensado em termos do “maior ou menor grau em que o jovem foi capaz de satisfazer as expectativas definidas em relação a ele e de assumir a posição que ele foi prevista no novo meio social que se fixou” (FRANCO, 1962, p. 16).

¹⁴¹ Paulo Arantes relata que cursou esta disciplina – ministrada por Carvalho Franco – em 1965 (cf. ARANTES, 2018).

¹⁴² Sobre a questão, ver (PARSONS, 1991, p. 1-43) e, também, (PARSONS, SHILLS e OLDS, 1962).

Partindo desses conceitos, sua hipótese inicial para o estudo é de que o desenvolvimento da ordem social capitalista nos centros urbanos do Brasil implica em transformações em diversas ordens da vida social e, com isso, em “um afastamento [...] dos padrões tradicionais e à sua substituição por padrões urbanos”. No caso dos estudantes vindos do interior supõe-se “um afrouxamento ou alteração das formas tradicionais de controle social, permitindo um desligamento dos indivíduos daquelas comunidades [tradicionais]” (FRANCO, 1962, p. 16).

Como vimos, Talcott Parsons foi um importante intérprete de Max Weber e tanto a sua *Teoria da Ação Social* (na década de 1930), quanto a *Teoria do Sistema Social* (na década de 1950) espalharam pelo globo – nos vários países de mundo em que a Sociologia se consolidava no ambiente acadêmico – essa interpretação. A importância de Weber no esquema parsoniano fica evidente no léxico utilizado: motivos subjacentes à ação, sentido da conduta, objetivos visados são alguns dos termos que remetem diretamente ao autor alemão.

Vimos também que a interpretação de Parsons enfatiza o caráter normativo da ação social. Na caracterização feita por Carvalho Franco, isso fica evidente na ênfase dada às “técnicas de controle”. Nesse esquema conceitual, temos como decorrência da ideia de que “tanto os motivos da ação, quanto o seu curso e quanto os seus fins” devem ser “considerados como momentos integrados de um mesmo processo referido sempre às condições do sistema social” que há sempre uma dada técnica de controle atuando. Nesses termos, a incompatibilidade entre tradicional e moderno aparece no esquema parsoniano não como resultado da constatação de diferenças empíricas, mas – antes – como uma consequência lógica da forma pela qual se constrói o modelo teórico.

As pesquisas empíricas de Carvalho Franco apontam para a insuficiência desse modelo teórico para lidar com problemas históricos concretos. Tanto a análise sobre os alunos vindos do interior, quanto sua tese de doutoramento – esta, com muito maior ênfase, colocando no centro da análise uma questão menos explorada naquela – fornecem subsídios para um movimento teórico que tensiona as bases da sociologia da modernização aos últimos limites, mostrando um ponto de insuficiência decisivo.

Ainda de um ponto de vista do método, isso se faz com uma apropriação de Max Weber que diverge de Parsons nos aspectos enfatizados, numa leitura que se aproxima mais da forma pela qual o autor alemão analisava processos históricos.

2.4. Sobre o sentido de ser ‘weberiano’

Chegamos aqui ao final da primeira parte deste trabalho, que tinha como objetivo central situar as obras que trataremos em detalhe na seção seguinte em seus contextos de produção. Sobre isso, vale seguir a ressalva de Lilia Schwarcz e André Botelho. Sugerem eles que

é enganoso acreditar [...] que todo livro participa de seu tempo da mesma forma. E é também equivocado traçar o período de uma obra enfatizando apenas o que possivelmente há de comum entre ele e outros contemporâneos, como se a contextualização fosse necessariamente um recurso homogeneizador de todos os pensadores que viveram no mesmo momento político, social e cultural. Tampouco vale a pena imaginar que obras [...] sejam apenas um ‘reflexo’ imediato de seu tempo; são sempre mais que espelhos como crê o senso comum, pois ajudam a criar o tempo em que estão inseridas (2019, p. 9).

Além disso, é necessário lembrar que a narrativa até aqui apresentada é, necessariamente, parcial, na medida em que seleciona e acentua aqueles aspectos sociologicamente relevantes para a questão de que trata esta tese.

Com isso em vista, é possível traçar agora – ainda que provisoriamente – uma indicação do que significa a filiação teórica de Faoro e Carvalho Franco a Weber. De partida, cabe dizer que, possivelmente, ambos rejeitariam tal rótulo (e não sem razão). Como dissemos, o sociólogo alemão é uma mediação teórica importante para os dois autores, mas sob qualquer hipótese uma referência única ou exclusiva.

No prefácio à segunda edição de *Os Donos do Poder*, Faoro adverte “que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido” (FAORO, 2012, p. 23). A ressalva é correta, se entendermos por ‘linha de pensamento de Max Weber’ algo “que se poderia chamar de um weberianismo ‘ortodoxo’” (RICUPERO, 2008, p.159). Esse uso ‘ortodoxo’ de Weber era, naquele momento, ainda algo próximo ao procedimento adotado por Parsons: o recurso às categorias weberianas como um sistema classificatório generalizável e, nesse sentido, desprovido de substrato histórico-empírico. Com isso, incorria-se no problema de colocar “o saber histórico [...] como servidor da teoria, em vez de suceder o contrário” (WEBER, 2006, p. 91). Nesse sentido, muito do que se fez em nome de Weber tinha pouquíssima (ou nenhuma) afinidade ao tipo de ciência social proposta pelo autor.

De modo diverso, Faoro empresta de Weber vários dos vocábulos que são centrais para a sua argumentação, mas sempre com o cuidado de redefini-los conceitualmente segundo a

experiência histórica que é objeto de seu texto. Da mesma forma, sua análise histórica de longa duração, que busca construir geneticamente a explicação, possui muitas afinidades com o procedimento científico proposto por Weber.

A seu turno, Maria Sylvia de Carvalho Franco faz em seu texto sobre *Os alunos do interior*, uma única referência a Max Weber – o autor é apresentado como a base teórica para a formulação de uma “teoria geral da ação” (FRANCO, 1962, p. 68) – que é, no limite, acessória na economia argumentativa do trabalho. Como vimos, naquilo que é decisivo para a construção metodológica da pesquisa, a utilização de um aparato weberiano – preocupado com a análise de padrões de conduta – a autora passa pela interpretação parsoniana.

As questões que aparecem na docência de *Técnicas e métodos de pesquisa nas ciências sociais* informam o modo pelo qual a autora enfrenta seus grandes desafios teóricos. Em seus termos, trata-se de “escolher determinada posição [teórica], que forneça o fio condutor para o tratamento de vários problemas e apresentar as contribuições em termos de significado e importância a partir daquela perspectiva”. Após essa etapa, deve-se “através da descoberta de divergências, criar e desenvolver [...] um poder crítico” (FRANCO, 1962, p. 69).

Assim, Carvalho Franco aproxima-se de Max Weber por colocar no centro da análise o problema dos fundamentos ético-morais para a condução da vida. Para tanto, toma do autor alemão, também, o preceito de que a interpretação sociológica é – necessariamente – histórica. Em ambos os casos, essa apropriação de Weber passa pela crítica à interpretação de Parsons.

Em seus textos seguintes, aqueles que se tornaram grandes clássicos, a autora leva a cabo as questões esboçadas na brochura sobre o ajustamento dos alunos do interior. Opondo-se às “largas generalizações que tomam o sistema capitalista plenamente constituído como paradigma das análises sobre sociedades subdesenvolvidas”, a autora defende que tais generalizações “não apenas liquidam com todo o ‘sentido histórico’ como também se ressentem, simplesmente, de uma falta de informação histórica” (FRANCO, 1970, p. 83).

PARTE II

Capítulo 3

A pirâmide invertida

3.1. Centralização do Estado português, colonização e “feudalismo brasileiro”

Os donos do poder possui duas edições, sendo suas publicações separadas por 17 anos (a primeira em 1958, a segunda em 1975). Pode-se facilmente argumentar que se tratam de duas versões diferentes: a segunda edição revista amplia muito o volume do texto original (as 271 páginas em 1958 tornam-se mais de 700 páginas – divididas em 2 tomos – nos anos 1970). O texto todo ganha em corpo, mas é notável a maior atenção dispensada na segunda edição ao período republicano: enquanto o texto de 1958 trata de modo bastante breve as “tendências internas da República” (FAORO, 1958, p. 243-257), a edição de 1975 adiciona à análise do período dois capítulos, tratando com maior vagar questões que não apareciam antes, como o coronelismo ou as origens e os impactos do Golpe de 1930 – insurreição dos “velhos políticos, fiéis à paz republicana” que “pretendem, na verdade, abortar a revolução à custa da insurreição, já que as reformas legais não haviam sido possíveis” (FAORO, 2012, p. 897). Há, também, significativas mudanças no capítulo final do ensaio, que apontam para uma mudança de percepção acerca do horizonte possível para o desenvolvimento histórico brasileiro¹⁴³. Em seu curto prefácio à segunda edição, Faoro justifica assim as alterações no texto:

Montaigne, que nega ao autor o direito de alterar o texto de um livro hipotecado ao público, justificou as suas infidelidades ao princípio, com este subterfúgio resvaladio: “*J’adjouste, mais je ne corrige pas*”. Posso afirmar, sem receio ao olho malicioso e zombeteiro do francês quinhentista, que a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação. A forma, todavia, está quase totalmente refundida, outra a disposição dos assuntos, adequado o estilo às minhas exigências atuais. Houve o acréscimo de dois capítulos e a adição de inúmeras notas, ordenadas ao fim do volume, para orientar o leitor acerca das fontes do trabalho (2012, p. 13, grifo nosso).

A despeito das mudanças, naquilo que nos interessa a afirmação de Faoro é verdadeira. A tese central do texto, assim como as categorias que organizam a argumentação persistem.

¹⁴³ Sobre isso, ver (FERREIRA e RICUPERO, 2008).

Nesse sentido, trataremos aqui – preferencialmente – do texto da primeira edição, apontando para divergências entre as versões do texto sempre que isso for necessário.

A exposição de Faoro em *Os donos do poder* inicia-se com as origens do Estado português – o que serve tanto para fundamentar sua historiografia, que busca compreender a formação do patronato político brasileiro tomando o processo de colonização como ponto de partida, quanto para apresentar as bases teóricas que balizam sua análise.

A proposição que abre o texto – “a Península Ibérica ingressou na Idade Moderna sob o signo de Marte, formando-se e constituindo-se sua sociedade no campo da guerra” (FAORO, 1958, p. 3) – aponta para um elemento central da análise histórica faoriana. A centralização precoce do Estado português, bem como seu caráter ‘moderno’, é aspecto fundamental.

O Estado português nascente é caracterizado, assim, em contraposição ao modelo do feudalismo (a referência é o Sacro-Império, cf. FAORO, 1958, p. 5-9). O aspecto militar do poder coloca a nobreza agrária, segundo Faoro, em posição de adversário interno do rei. Isso porque, “o serviço das armas [...] *não decorreu do senhorio, em apelo à lealdade*; o recrutamento era remunerado em bens ou em promessas” (1958, p. 3, grifo nosso). Essa relação entre o rei e a nobreza destoa do vínculo feudal “– seja o feudalismo de feudo ou o prebendário – [na medida em que este] baseia-se em contratos de relações fraternais com direitos desiguais, com deveres de fidelidade recíproca. [Nele] os deveres são rigorosamente delimitados, fundados na honra cavaleiresca” (FAORO, 1958, p. 65)

Nos termos de Weber, a organização feudal favorece a racionalização de uma conduta específica por conta do desenvolvimento da cultura cavaleiresca. As relações de vassalagem rotinizam uma relação fundada no carisma e fornecem as bases para o surgimento de um código de conduta baseado na honra. A conduta do cavaleiro feudal é orientada, nesse sentido, segundo “o conceito feudal de honra e este, por sua vez, pela fidelidade de vassalo do enfeudado. Esse era o único tipo de honra estamental condicionado, de um lado, por uma disposição mental em princípio homogênea e, do outro, pela forma da relação com o senhor” (WEBER, 1999, p. 287; WEBER, 1980, p. 623).

Mas, para além de suas implicações na formação de um código específico de conduta – com implicações iniciais na formação de um corpo militar relativamente unificado –, tais relações também fornecem as bases para o desenvolvimento de algumas relações juridicamente fundadas, devido à transmissão hereditária da posse e à relação de direitos e deveres. Embora as partes tenham direitos desiguais, a relação entre senhor e vassalo funda-se em um contrato

baseado em obrigações mútuas de lealdade. No mesmo sentido, a concessão hereditária retira da relação seu caráter originalmente personalista para dar-lhe um aspecto contratual. Nesse sentido, o feudalismo oferece importante contribuição à compreensão do desenvolvimento histórico da Europa Central com “a cavalaria ocidental, com sua unificada condução intramundana da vida e, especialmente, com a fundação da ideia do caráter contratual do poder político” (SCHLUCHTER, 1988, p. 462).

Para Faoro, esse tipo de arranjo político não se verifica em Portugal - que “não foi germanizada” (FAORO, 1958, p. 5). Há, portanto, uma ruptura em relação à organização militar tradicional fundada na lealdade e na honra estamental. O rei coloca-se como antagonista da nobreza agrária, também, na medida em que os fundos que sustentam a empresa militar são provenientes da propriedade, do cultivo e da tributação da terra. Em suma, o que se tornaria o Estado português baseia-se, economicamente numa monarquia agrária.

Há, ainda, um outro elemento que importa na forma de constituição do Estado português no início da Idade Moderna. Apesar das invasões goda e árabe, segundo Faoro, persistiram na Península Ibérica (o autor estende, nesse caso, o diagnóstico ao território que se tornaria o Reino da Espanha) padrões administrativos do Império Romano (cf. FAORO, 1958, p. 5-8, p. 40-43). Para o autor, também este é um fator que impediu a plena realização do feudalismo em Portugal, já que o padrão administrativo romano se baseia no exercício das funções executadas por uma burocracia “com a competência rudimentarmente fixada” (FAORO, 1958, p.6).

Ainda no âmbito econômico, Faoro aponta que “com objetivo de transformar os ingressos agrícolas e pecuniários em moeda, [o rei] lançou mão de expediente de singular relevância na história moderna: a fundação de vilas e povoações. Criava-se, além das rendas e foros, que se convertiam em moeda, a fonte de impostos e multas” (FAORO, 1958, p. 4). Assim, não apenas a paulatina centralização em torno do rei como chefe militar – ou, em termos próximos da clássica formulação weberiana –, no surgimento de uma configuração histórica de um Estado que detém o monopólio do uso legítimo da força física, mas, também a centralização da tributação aparece como importante elemento na constituição do moderno Estado português; Além dessas, a urbanização foi também importante na medida em que foi um importante fator para a monetização da economia, graças ao comércio e à ascensão uma burguesia comercial. Segundo Faoro, “o temporão capitalismo comercial [...] criando cidades, gera, por acréscimo, o suporte econômico e social do Estado moderno (1958, p. 10). Nesse contexto, também o rei

se torna comerciante. Mais que isso, devido ao seu poder político e econômico, torna-se o mais influente ator econômico, capaz de conduzir os rumos da economia mercantil.

Assim, por um lado, “a política econômica da cidade – seja a manufatureira e rudimentarmente industrial, seja a comercial – haveria de ser ditada ao Estado [...]. Prevaleceu o *mercantilismo*, política da cidade, ‘aplicada em larga escala aos negócios do Estado’” (FAORO, 1958, p. 10, grifo do autor) e, por outro, “o estado conquista lugar de proeminência entre grupos e comunidades nacionais. As estratificações sociais por eles reguladas se lhe subordinam, e do alto, impõe direção à economia, de modo direto, pelas proibições, estímulos e especulação comercial e, de modo indireto, pela tributação” (FAORO, 1958, p. 10).

Essa tendência – que aponta, simultaneamente, para a centralização da administração pública e para o desenvolvimento de uma economia comercial politicamente orientada – se confirma com a Revolução de Avis (1383-1385). Nos termos de Faoro,

sob o reinado de D. Fernando, último rei de uma dinastia, preparou-se a revolução política que, com o mestre de Avis, queria estalar mais tarde, culminando no absolutismo. [...] A aristocracia dos campos abandonava as terras para acomodar-se na corte. [...] O quadro administrativo ampliava-se, consolidando a nova comunidade, formada em torno e à sombra do patrimônio do príncipe. Em pleno século XIV, estava o estado português constituído em bases modernas (1958, p. 14-15).

Tais bases modernas do Estado português consolidam-se com a Revolução de Avis graças a fatores ligados, principalmente, às bases sociais da facção vencedora. Enquanto a aristocracia feudal permanecera fiel à Dona Leonor Teles, João Fernandes – o mestre de Avis (posteriormente coroado como Dom João I) – era apoiado pela burguesia comercial. Destarte, o sucesso da facção liderada pelo mestre de Avis implicou na reorganização da administração do reino de Portugal. O princípio feudal da hereditariedade dá lugar à constituição de uma nobreza funcionária, burocrática, organizada segundo preceitos administrativos oriundos do Império Romano. Segundo Faoro, “a chefia deixa de ser unipessoal; dilui-se numa ‘associação de domínio’, sob a direção livre e arbitrária do rei. A nota tônica do governo desloca-se dos proprietários de terras, aristocratas feudais, para o quadro administrativo” (1958, p. 22).

Do ponto de vista econômico esse arranjo político desemboca naquilo que Faoro, seguindo Weber, chama de “capitalismo político” (FAORO, 1958, p. 12)¹⁴⁴. Em Weber, as formas de capitalismo politicamente orientados são historicamente verificáveis em diversos

¹⁴⁴ Como sinônimos, o autor também se refere a essa organização econômica como “capitalismo politicamente orientado” ou “pré-capitalismo” (FAORO, 2012, p. 819). A primeira expressão, também tomada do léxico weberiano. A segunda – a seu turno – distancia-se dele, tendo sentido mais próximo ao adotado por Marx.

locais e momentos históricos: na antiguidade mediterrânea¹⁴⁵; na China e na Índia¹⁴⁶, além do período da história europeia “que, desde Adam Smith, se chama *mercantilismo*” (WEBER, 2015, p. 523; 1980, p. 820) e cujo caso ideal-típico é, para Weber, a Inglaterra entre os séculos XV e XVIII (cf. WEBER, 2015, p. 518-525). Essas formas históricas de capitalismo político diferenciam-se por uma série de características específicas a cada uma delas. O que há de comum – e o dado elementar que permite caracterizar e compreender esse tipo específico de capitalismo – é que se trata de um “capitalismo tributário” [*Steuerpacht Kapitalismus*] (WEBER, 1986a, p. 8).

No caso do mercantilismo, o que há é

a transferência do empreendimento aquisitivo capitalista para a área política. Trata-se do Estado como se este se compusesse exclusivamente de empresários capitalistas; a política econômica em relação ao exterior baseia-se no princípio de passar para trás o adversário, de comprar mais barato e de vender muito mais caro. O fim consiste em *fortalecer o poder da direção do Estado em relação ao exterior*. Mercantilismo significa, portanto, *a formação de uma potência estatal moderna*, e isto diretamente mediante o aumento das receitas principescas, e indiretamente mediante o aumento da capacidade tributária da população (WEBER, 2015, p. 523, grifos nossos).

Em Portugal, o desenvolvimento econômico paralelo à centralização política é explicável – segundo Faoro – nestes termos. Nesse processo, “o soberano abandona a exclusiva política agrária, para buscar suas rendas nas atividades lucrativas. A nova época nasce com a participação do príncipe nas empresas e na especulação comercial” (FAORO, 1958, p. 12).

No desenvolvimento de seu argumento, Weber afirma que

o pressuposto da política mercantilista era a criação do maior número possível de fontes de receitas monetárias no próprio país. No entanto, é errôneo acreditar que os teóricos e políticos mercantilistas tenham confundido a posse de metais nobres com a riqueza de um país. Sabiam muito bem que *a capacidade tributária é a fonte dessa riqueza* (WEBER, 2015, p. 523, grifo nosso).

O desenvolvimento econômico do mercantilismo português é, igualmente, explicado em termos próximos por Faoro. Segundo o autor, ao se transformar “o Estado em empresa lucrativa do soberano e de seu quadro administrativo, a política fiscal obedecerá a essa estrutura. Dentro do regime protecionista, os encargos tributários fazem-se caprichosos, arbitrários, variando de acordo com as premências do tesouro régio” (FAORO, 1958, p. 12-13). Ainda nesse aspecto, esse aumento da capacidade tributária do nascente Estado português se fez contra a nobreza feudal: Dom Fernando, em seu reinado,

¹⁴⁵ cf. WEBER (1988a). Sobre o tema ver, também, GRIGOROWITSCHS (2012).

¹⁴⁶ cf. WEBER (1986b, p. 57-98 e p. 210-216).

abandonou a causa feudal [...]. *não se aferrou à proteção dos proprietários com violência sobre a plebe camponesa, senão que perseguiu os detentores de terras incultas e improdutivas.* A [...] Lei das Sesmarias teve em mira obrigar o cultivo e o aproveitamento da gleba, confiscando, draconianamente, as terras cujos proprietários, dentro de certo prazo, não as utilizassem, redistribuindo-as a quem o fizesse (FAORO, 1958, p. 15, grifo nosso).

Por fim – adiantando alguns séculos no desenrolar do processo histórico –, não há, para Weber, qualquer relação de causalidade entre o capitalismo mercantil (enquanto sistema) e o desenvolvimento do moderno capitalismo industrial. Em seus termos, temos que “o mercantilismo nacional *não constitui o ponto de partida do desenvolvimento capitalista [moderno]*” (WEBER, 2015, p. 524, grifo nosso). Nas decorrências desse pressuposto, a análise de Faoro diverge da de Weber. Isso porque os desenvolvimentos históricos de Inglaterra (o exemplo histórico de Weber) e Portugal (o caso de estudo de Faoro) seguem sentidos diversos. Na Inglaterra, uma camada de empresários conseguiu apoio sistemático do parlamento (no século XVIII) com o fracasso da política fiscal monopolizadora promovida pela dinastia Stuart. Contribuiu para o desenvolvimento industrial inglês o fortalecimento do sistema bancário ocorrido durante o período mercantilista (cf. WEBER, 1986a, p. 8 e 2015, p. 525). Por fim, na Inglaterra, o mercantilismo “esgotou-se definitivamente [...] com a introdução do comércio livre, obra dos *dissenters* puritanos [...] e de sua aliança com interesses industriais, que já podiam prescindir do apoio mercantilista” (WEBER, 2015, p. 525).

Em Portugal, o processo histórico segue – segundo Faoro – outro rumo:

Mercê [...] da intromissão real, o mercado não se expande livremente. Os monopólios de que se serve o príncipe, os privilégios que concede, limitam, irracionalmente o desenvolvimento da economia. O capitalismo cresce à sombra da casa real, faz-se apêndice do Estado. A economia racional, entregue às próprias leis, com a calculabilidade das operações, é frustrada no nascedouro. [...] O capitalismo, tolhido de sua manifestação plena desvirtua-se, vinculando-se à política. É o capitalismo político, que vai encontrar campo de expansão nos monopólios reais, nos arrendamentos de tributos, na venda de cargos, nos fornecimentos públicos, nos privilégios. O comércio e a indústria reduzem-se a alimentar as necessidades do Estado (1958, p. 12).

No caso português, a estas características gerais do capitalismo politicamente orientado (comércio monopolista, arrendamento de tributos, fornecimento ao Estado) soma-se o “capitalismo colonial de plantação, estimulado pelo soberano” (FAORO, 1958, p. 13). Diferente do que ocorreu na Inglaterra – em que um estrato social dissidente suficientemente numeroso e econômica e politicamente relevante funcionou como portador histórico de valores econômicos orientados racionalmente para o lucro –, sob o capitalismo político português

não consegue florescer a empresa lucrativa particular, sensível às irracionalidades da justiça, da administração e da tributação, fatores que impedem a estabilidade dos

planos longos de atividade. Ela não se pode orientar pela ‘situação de mercado’ [...], nem pôde contar com a calculabilidade oriunda do capital fixo e da racional organização do trabalho (FAORO, 1958, p. 13-14).

Assim, do ponto de vista econômico, “o capitalismo comercial florescia em ambiente de estufa, com o calor propício a seu desenvolvimento *regulado de cima*” (FAORO, 1958, p. 32, grifo nosso). Esta tônica, é – como vimos – a que define o processo político-econômico do capitalismo politicamente orientado. Nesse sentido, os empreendimentos econômicos de grande relevância – aqueles que dão sentido à economia nacional portuguesa – eram sempre controlados pela casa real e pelo corpo administrativo a ela associado. Sob essa forma de organização são compreensíveis, segundo Faoro, tanto as grandes navegações¹⁴⁷ – enquanto empreendimento econômico –, quanto o processo de colonização do Brasil – que ganha sentido como “um capítulo da expansão comercial portuguesa” (FAORO, 1958, p. 49).

Esse controle se dava de vários modos, e em vários aspectos da vida econômica: na atividade diretamente explorada pela coroa ou através de concessões (FAORO, 1958, p. 49), no monopólio real do comércio de determinados produtos (FAORO, 1958, p.28-32 e p. 49) – este, aliado à proibição de qualquer atividade comercial pelos membros da nobreza – e o controle real sobre as operações de crédito¹⁴⁸.

Dentro desse arranjo se dão os primeiros capítulos da “invenção da América” (FAORO, 2012, p. 122). Segundo o autor,

dentro dos hábitos e costumes mercantis da época, o feito de Cabral não despertou particular entusiasmo. Nesse tempo, a troca, sem investimentos locais com a colonização, havia corporificado os ideais dos negócios. Ao lado das frotas ávidas de especiarias, as naus guerreiras, em nome do Rei, escoltavam-nas, protegendo os monopólios reais e a exclusividade nacional (1958, p. 49).

Na segunda edição do ensaio, Faoro reafirma o argumento – expandindo-o. Sobre o mesmo contexto ele diz que

diante do português emergiu não apenas um mundo novo, mas também um mundo diferente. [...] O primeiro golpe de vista, embaraçado com a realidade exótica, irredutível aos esquemas tradicionais, *apenas revelou a esperança de novos caminhos dentro do pisado quadro mercantilista*. O descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar as gentes, antes de sentir a presença da religião, queria saber de ouro e prata (2012, p. 117, grifo nosso).

¹⁴⁷ Sobre as navegações, Faoro afirma que Dom Fernando se ocupava do “fomento ao comércio marítimo, armador que era ele próprio. [...] [Assim,] o comércio marítimo foi incrementado pessoalmente pelo rei, [...] detentor do monopólio de algumas mercadorias. Sob seu reinado, Lisboa constituiu-se um dos maiores empórios comerciais da Europa, rivalizando com as repúblicas marítimas italianas. De modesto exportador de vinhos, Portugal caminhava rapidamente para tornar-se o maior empresário de transportes do mundo” (1958, p. 14-15).

¹⁴⁸ Segundo Faoro, “o Rei era o maior – se não o único – banco da Nação” (1958, p. 32).

Os metais preciosos seriam encontrados só séculos depois. Sobre o “único símile das mercadorias orientais” (FAORO, 1958, p. 49) – e, portanto, objeto de interesse no quadro mercantilista –, o pau-brasil, foi declarado prontamente monopólio real. Segundo Faoro, “nesses primeiros anos, nada houve que fugisse às regras consagradas do comércio da Índia. Conservou-se o capitalismo de Estado, com o estímulo do arrendamento, modalidade de comércio dependente e jungido ao tesouro régio” (1958, p. 50). Neste caso, o monopólio não se exercia diretamente pelo soberano, mas através de licenças reais, do controle e defesa dos comboios pela Armada portuguesa e da fiscalização alfandegária.

Esse regime de exploração comercial mostrou-se logo problemático, militarmente inviável, devido à pirataria de armadores e corsários financiados pelos reinos da França e da Holanda – que não reconheciam o monopólio português, “tão destoante de suas organizações jurídicas” (FAORO, 1958, p. 50) –, cujo controle era dificultado pela extensão territorial da costa brasileira. Segundo Faoro, “os capitães que conheciam a situação americana eram unânimes em aconselhar a colonização. [Com ela] *não se pretendia a posse do território, como riqueza em si, mas a defesa do monopólio*” (1958, p. 50, grifo nosso). Com isso,

em 1530, começa o novo período da história americana, desvinculando-se do sistema oriental, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza. Embora essa providência fosse ancilar da concepção comercial de troca, em defesa do negócio real, em breve ela iria destacar-se como realidade peculiar, que daria nascimento ao novo mundo (FAORO, 1958, p. 51).

Inicia-se, assim, o empreendimento colonial, plenamente inserido no contexto do capitalismo politicamente orientado português, através da concessão das capitânicas hereditárias, sistema que, apesar de “atenuado pelo governo-geral criado em 1548, persistiu até o século XVII” (FAORO, 1958, p. 53). Economicamente, a colonização ganha sentido na exploração da riqueza local e no estímulo à agricultura. Em ambos os casos, objetiva-se “a exportação, no interesse dos dízimos e das alfândegas” (FAORO, 1958, p. 52). O que interessa centralmente ao autor, contudo, é a organização jurídico-administrativa da empresa colonial – e, nesse sentido, o estatuto jurídico da terra. Nos termos de Faoro, “a organização jurídico-social dos primeiros tempos coloniais não poderá ser plenamente apreciada sem o estudo do regime territorial. A terra, com sua possibilidade de agricultura e suas minas, era o único elemento da produção” (1958, p. 58).

Fundantes do modelo de arrendamento através das capitânicas hereditárias, as cartas de doação (que tinham por objeto as ‘capitânicas’ ou ‘governanças’, outorgadas aos donatários que recebiam título de ‘governador’ ou ‘capitão’) definem que

a capitania era inalienável, indivisível e, em caso de sucessão, passava até os ascendentes, transversais, mulheres e bastardos. [...] O donatário e seus sucessores desempenhavam a função de chefes de guerra, na defesa interna e externa, e, para tal missão, eram obrigados a possuir armas. [...]

O governador ou capitão não recebia a propriedade das terras. Ao contrário, era obrigado a distribuí-la, sem foro nem direito de qualquer espécie, salvo o dízimo devido à Ordem de Cristo, da qual, pela união dos mestrados, a coroa possuía a administração. [...] Ao donatário cabia, pelas cartas de doação, certa gleba de terra, que variava em extensão, conforme o arbítrio real. [...] O capitão a escolhia [sua gleba] no prazo de vinte anos, no sítio que mais lhe conviesse, obrigando-se a recebê-la em porções distantes umas das outras, não menos de duas léguas. O detalhe revela o propósito colonizador, com o dever de espalhar pela terra inculta os estabelecimentos, ampliando, também, os meios de defesa. Colonização para criar riquezas e segurança militar – são os escopos visados pelo rei.

Proibia-se ao capitão aumentar, por meios simulados, suas propriedades. Não podia doar sesmarias aos filhos e à mulher, nem comprar terras, salvo oito anos depois de haver aproveitado as suas. Aos parentes era vedado doar maior porção do que aos estranhos. Opunham-se barreiras à concentração da propriedade pelas heranças; o sesmeiro que herdasse a capitania deveria devolvê-la, dentro de um ano, à coroa, sob severas penas pecuniárias.

Está bem claro que o donatário exercia, além das atribuições de senhor de terras [...] atribuições de Estado, nele delegadas. [...] Existia, portanto, nítida, patente, a administração real, acumulada na pessoa do governador ou capitão, que, fundamentalmente, era um agente metropolitano.

Outras [...] eram suas atribuições públicas. O poder real fiscalizava-as e premiava os serviços, ou castigava os erros com o confisco da capitania (FAORO, 1958, p. 54-55, grifos nossos).

A caracterização continua com a análise da Lei das Sesmarias (assim como das Ordenações posteriores que a alteraram) e de suas consequências opostas na metrópole e na colônia americana. Instituído no último quartil do século XIV, o regime jurídico das sesmarias tinha como objetivo a ocupação para a agricultura do interior do reino de Portugal. Quando da instituição da lei,

procedeu o rei [D. Fernando] a um estudo da situação das terras, verificando que a falta de produção agrícola não se devia à carência de terras, mas ao desaproveitamento delas. Concedeu, em virtude de uma lei, certo prazo para os proprietários lavrarem os campos, ou fazê-los cultivar a qualquer título. Se não o fizessem, a Justiça territorial – para esse fim criada – dava-os a quem os agricultasse, pagando os novos possuidores uma taxa que seria aplicada ao *bem comum*. A medida legislativa deveria ser cumprida, sob pena de intervir o Estado com sanções draconianas contra os proprietários, os vadios e os ociosos (FAORO, 1958, p. 59, grifo do autor).

O sucessor de D. Fernando – D. João I de Avis – “estabeleceu orientação nova, segundo a qual, dentro de um ano depois de citado, se o proprietário não ocupasse a terra, o rei a daria a quem a povoasse” (FAORO, 1958, p. 59). Com isso, a antiga elite feudal, politicamente derrotada com a Revolução de Avis, perdia – também – a garantia do domínio hereditário sobre a terra, bem como a base econômica do feudalismo. Assim, em Portugal, “impediu-se o latifúndio, em favor da pequena propriedade pertencente ao lavrador” (FAORO, 1958, p. 59).

No Brasil – onde o regime jurídico das sesmarias foi vigente até 1822 – suas implicações foram diversas. Na colônia “a extensão do território propiciou a aquisição de enormes vastidões. Prevaleceu o regime da grande propriedade” (FAORO, 1958, p. 62). Assim como aos donatários, aos comissionários das sesmarias obrigava-se o pagamento do dízimo. A este custo, somavam-se outros encargos e direitos devidos à coroa: era vedada a eles a propriedade das moendas, de atribuição exclusiva do capitão-governador, e

os engenhos só podiam ser construídos com licença governativa e mediante pagamento de tributo. [...] Para montá-los era mister capitais, em dinheiro e escravos, e as sesmarias onde seriam instalados só se concediam se provassem os pretendentes terem posses para fazer prosperar o empreendimento (FAORO, 1958, p. 61-62).

Nesse sentido, o central é que “*do povoamento para a defesa, verdadeiro escopo da colonização brasileira, passou-se das sesmarias, originariamente criadas para estimular a agricultura, ao latifúndio [monocultor, de açúcar ou algodão,] e ao capitalismo territorial*” (FAORO, 1958, p. 62, grifo nosso).

O processo histórico exposto até aqui – a centralização do Estado português sob o molde moderno das monarquias absolutistas e o início do processo de colonização do Brasil inserido num contexto de capitalismo mercantil – serve para fundamentar importantes teses da economia argumentativa de Faoro. A primeira delas é a tendência à centralização política – que se mantém, na interpretação do autor, através dos séculos (mesmo após a independência) –, notável mesmo nos momentos em que o Estado era “discreto e quase ausente, deliberadamente moderado” (FAORO, 1958, p. 63). Neste particular, Faoro busca opor sua análise do período à de Gilberto Freyre, para quem a “ausência do Estado [...] contribuiu para estereotipar a ‘colônia de plantação’ em termos de família rural, escravocrata e aristocrática” (FAORO, 1958, p. 63).

Freyre sustenta que

no Brasil [...] as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, sempre somítico em Portugal, mas de corajosa iniciativa particular. Esta é que nos trouxe pela mão de um Martim Afonso, ao Sul, e principalmente de um Duarte Coelho, ao Norte, os primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte, plantas alimentares, instrumentos agrícolas, mecânicos judeus para as fábricas de açúcar, de bagaceira [...]

A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil [...] caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só o da Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus. A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (1975, p.18, grifo nosso).

A interpretação faoriana aponta, como vimos, para caminho diverso: ainda que os empreendimentos coloniais não fossem diretamente controlados pela coroa, eles eram – em todas as suas etapas – supervisionados pelo Estado português. Segundo o autor,

as colônias de plantação, confiadas à iniciativa particular, foram estimuladas pela vontade do príncipe. Facilitou a agricultura, com isenções, doações de terras, assegurando a paz nos campos com as armas de seus agentes. Martim Afonso de Souza, Duarte Coelho e outros, seja como donatários das capitanias hereditárias, seja como colonizadores, eram investidos de poderes e privilégios, conferidos com o objetivo de defender o monopólio real e, secundariamente, de estimular a agricultura, a riqueza local destinada à exportação, no interesse dos dízimos e das alfandegas.

A conquista da terra e a colonização foram obras do rei, que as orientou até nos detalhes mínimos. A iniciativa particular foi, ela própria, filha das vantagens e favores do Estado: agia sob a proteção e a tutela do rei e seus agentes. Certo, a colônia de plantação não era empresa pública, mas de interesse público, amparada pela vigilância de uma vontade onipresente, encarnada nos capitães, que cumpriam um mandato público.

Não parece acertado dizer-se que nessa gigantesca obra colonizadora, o Estado português fosse somítico e que ela se deve, exclusivamente, à ‘corajosa iniciativa particular’. Nada teve de somítico o Estado que, na época, já estava empolgado pela dinastia de Avis, de caráter absolutista. O capitalismo de Estado, diretamente pelos privilégios, isenções e doações, e indiretamente pela política fiscal, a tudo provia (FAORO, 1958, p. 52, grifos nossos).

Neste aspecto, Faoro aproxima sua interpretação da de Caio Prado Júnior¹⁴⁹, que em *Formação do Brasil contemporâneo* sustenta que

a monarquia absoluta portuguesa tem por figura central e convergente de toda vida dela o rei [...] A política portuguesa é determinada por tal circunstância. Os usufrutuários são o rei e sua Corte que ele mesmo constitui, e com quem reparte os seus proventos; não a nação portuguesa, que só indiretamente se beneficiava das possessões imensas da monarquia. Assim foi desde o início da expansão lusitana no ultramar. É aliás ao rei que Portugal deve suas conquistas: os descobrimentos lusitanos resultam de uma obra empreendida exclusivamente, desde seus primeiros passos até a última providência, por iniciativa e atos dos soberanos ou de seus delegados imediatos. Foi esta aliás a base do absolutismo português, do poder imenso e incontrastável do monarca.

Por estas razões, o império lusitano não será um desdobramento natural da nação, e esta não figurará na sua base, nem será ela o núcleo convergente da monarquia. [...] Relativamente ao conteúdo da política lusitana, em particular no que diz respeito ao Brasil. *Ela é antes de tudo um “negócio” do rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública são vistos deste ângulo particular.* [...]

O sistema colonial não é uma criação arbitrária, [...] suas raízes vão longe e mergulham no mais profundo da monarquia portuguesa de que a colônia faz parte (PRADO Jr., 2011, p. 482-484, grifos nossos).

Essa tese da centralização do Estado português, com características absolutistas, é fundamento para uma segunda conclusão – para a qual, igualmente, Raymundo Faoro confluí

¹⁴⁹ cf. FAORO, 1958, p. 63-66; 2012, p. 139-144.

com Caio Prado Jr.: a da inexistência de uma organização social feudal na colonização do Brasil.

A ideia de que há um período ao qual se possa chamar de feudalismo na história colonial do Brasil contava com muitos adeptos. Faoro aponta que “para Sílvio Romero, o primeiro século [da colonização] foi o ‘nosso século feudal’, pretendendo Martins Júnior que se houvesse prolongado essa realidade até 1800”. Além deles, também “Oliveira Martins observa [...] que Portugal empregou, no processo de colonização do Brasil, até o século XVII, o sistema feudal” (FAORO, 1958, p. 63)¹⁵⁰. A tese do “caráter feudal da colonização brasileira” era, também, amplamente “defendida pelo Partido Comunista e difundida na maior parte da esquerda” (RICUPERO, 2000, p. 88)¹⁵¹ – interlocutores que importavam mais a Caio Prado que a Faoro (ainda que ele não os ignorasse).

A concordância de Faoro com Prado Jr. se dá, contudo, enfatizando um aspecto diverso na interpretação histórica. Enquanto Prado Jr. destaca o feudalismo como modo de produção – ou noutros termos, como sistema econômico – Faoro concentra-se no fenômeno enquanto organização política. Cabe a ressalva de que ambos entendem que as análises política ou econômica não são mutuamente excludentes (pelo contrário, caminham juntas) – trata-se apenas de enfatizar um ou outro aspecto. Caio Prado afirma – assim como Faoro depois dele – que a questão da propriedade da terra é central para a compreensão da economia colonial. Na concessão fundiária “*interessava aos donatários e à Coroa não se fazerem de generosos, mas sim a produtividade da colônia [...]*; e isto naturalmente só alcançavam com a entrega da terra a quem por conta própria estivesse em condições de aproveitá-la” (PRADO Jr., 1991, p. 15, grifo nosso). A extensão territorial da colônia fez com que outros critérios que não o pecuniário tivessem sua importância reduzida a um mínimo – na medida em que havia uma grande oferta de terras disponível aos colonos portugueses. Esse aspecto da relação com a terra tem grande importância para o argumento. Sobre ela, o autor afirma que

é de grande importância essa constatação. Ela nos leva à conclusão de que no Brasil-Colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores vindos do Norte uma população densa e estável que já se dedicava à agricultura como único

¹⁵⁰ Na segunda edição de *Os donos do poder*, a questão é introduzida da seguinte forma: “o sistema de colonização do Brasil teria lançado, no mundo rural, as raízes do feudalismo indígena. Feudalismo nascido neste lado do Atlântico, gerado espontaneamente pela conjunção das mesmas circunstâncias que produziram o europeu. Feudalismo renascido na América, renovo da velha árvore multissecular portuguesa. Feudalismo, no século XVI ainda vivo na Península Ibérica, que se prolongou no Brasil. *Teses de muitas cores, teimosas todas* e fascinadas pelo mundo feudal, chave que explicaria muitos séculos de história” (FAORO, 2012, p. 151, grifo nosso).

¹⁵¹ Além do texto citado de Bernardo Ricupero, ver sobre o tema BRANDÃO (1997) e KONDER (2009).

meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. *Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu* (PRADO Jr., 1991, p. 17, grifo nosso).

Segundo Prado Jr., “esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos [entre a economia do Brasil colonial e a Europa do medievo] que não tem assento algum na realidade” (1991, p. 17).

Há, como dissemos, uma diferença de ênfase entre a explicação de Caio Prado e a de Raymundo Faoro. Enquanto aquele concentra seu argumento nas diferenças econômicas entre a dinâmica feudal e a exploração da terra sob o capitalismo de tipo comercial, este fundamenta o argumento nas diferenças de organização política no feudalismo – em que a apropriação da terra era condicionada por relações de honra estamental entre membros da nobreza – e no processo colonial – no qual a distribuição da terra “sob o regime escravocrata [...] formava-se como empresa capitalista” (FAORO, 1958, p. 63). Apesar de destacarem aspectos diversos desse processo histórico, concordavam ambos que falar em um período feudal na colonização do Brasil é possível, tão somente, como “figura de retórica” (PRADO Jr., 1991, p. 17; FAORO, 1958, p. 65)¹⁵².

A centralização do Estado Português – que politicamente resulta num Absolutismo precoce (em relação aos reinos da Europa central) e economicamente desemboca no capitalismo politicamente orientado –, assim como a dinâmica social antifeudal dele decorrente, implica num processo de colonização cujo *sentido* “toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”

¹⁵² Na segunda edição de *Os donos do poder*, Faoro afirma que “na 1ª edição [...] citamos, por equívoco, como fonte da observação de Caio Prado Júnior, a *Formação do Brasil contemporâneo*. Isso bastou para que um crítico, seduzido com o feudalismo brasileiro, ignorante da polêmica em torno do assunto, pusesse em dúvida a autenticidade da citação” (2012, p. 855). O autor elenca, na sequência, outros textos que corroboram sua tese da inexistência de um feudalismo brasileiro. Além do ensaio de Prado Jr., são lembrados *História econômica do Brasil* (de Roberto Simonsen, publicado em 1937), *Feudal and capitalistic elements in the Portuguese settlement of Brazil [Elementos feudais e capitalistas na colonização portuguesa do Brasil]* (de Alexander Marchant, em 1942), *Formação econômica do Brasil* (de Celso Furtado, com primeira edição em 1959) e *Not feudalism-capitalism* (de Andrew Gunder Frank, em 1963).

Ao contrário da questão acerca da existência de um período feudal na história brasileira – que Faoro entendia, em 1975, ainda devia ser refutada –, o autor afirma que “a tese da não existência do feudalismo em Portugal, ou, mais longinquamente, na Península Ibérica, tornou-se vitoriosa, contemporaneamente – *lugar-comum*” (FAORO, 2012, p. 842, grifo do autor).

(PRADO Jr., 2011, p. 28). Assim, temos – na tese de Caio Prado que organiza seu argumento em *Formação do Brasil contemporâneo* – que o sentido da colonização “é organizar a produção para fora; para o mercado externo. [...] É a acumulação externa do capital. [...] Não é externo ao sistema. [...] É externo à área produtiva. Não é qualquer economia que acumula capital fora da área produtiva, e é isso que caracteriza a economia colonial” (NOVAIS, 2011, p. 530-531).

Como fica claro com o exposto até aqui, Faoro subscreve à essa interpretação – ainda que não faça referência explícita à categoria de Caio Prado¹⁵³ – preocupando-se com suas implicações na organização política da colônia e, posteriormente, do Brasil independente de Portugal. A tendência à centralização política que Faoro identifica na formação do Estado português, assim como sua transposição para a colônia americana desde o estabelecimento das donatárias, ecoa no processo histórico brasileiro – segundo a interpretação do autor – ao longo dos séculos seguintes. Antes de avançarmos no desenvolvimento da História cabe, contudo, discutir um estrato social ligado a esse processo. Estrato que, assim como a tendência centralizadora, reproduz sua posição social ao longo dos séculos.

3.2. Dominação, Estado estamental e Estamento burocrático

Uma vez apresentado o desenvolvimento histórico que resulta na centralização política do Estado português – nos moldes de uma moderna monarquia absolutista – e o concomitante desenvolvimento econômico do capitalismo politicamente orientado conduzido pela Casa Real, Faoro propõe que a explicação dessa mudança histórica deve responder – também – a seguinte

¹⁵³ Esta é, para usar expressão do próprio Faoro, uma “omissão significativa”. Segundo ele, “o que não se diz significa, às vezes, mais do que aquilo que se proclama, com solenidade ou a altas vozes” (FAORO, 1974, p. 353). Neste caso, ela é relevante porque – posteriormente – o autor procurou acentuar suas divergências em relação não só à Caio Prado Jr., mas também, à Gilberto Freyre e à Sergio Buarque de Holanda (este último, amigo próximo). Oponha-se, inclusive, à importância atribuída à tríade por Antônio Cândido – no hoje célebre prefácio à quinta (e definitiva) edição de *Raízes do Brasil* (cf. CÂNDIDO, 2016, p. 355-359), publicado em 1969 – para a formação da geração que chegava à maturidade intelectual na virada para os anos 1960. No final da vida, Faoro dizia que “aquela tríade [...] não tem sentido. Tem sentido paulista!” (SANTOS Jr., 2009, p. 119). Em outra ocasião, completou que ela seria “reduzível a dois: Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. [Na medida em que,] nessa matéria não há lugar para regionalismos, aos muitos regionalismos cultivados pela USP” (FAORO, 2002). Apesar das duras críticas às grandes obras da “tríade” (cf. FAORO, 1993) – em geral acompanhadas de elogios à pessoa dos autores –, Faoro discute teses de *Casa-grande e senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Raízes do Brasil*, *Evolução política do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* em ambas as edições de *Os donos do poder* (cf. FAORO, 1958, p. 51-66; 93-96; 103-110 e 224-227).

pergunta: “Como se define e com que base social se manifesta a nova estrutura de dominação política?” (FAORO, 1958, p. 10).

A resposta a essa questão apresenta uma das principais teses, assim como um importante fundamento teórico, do ensaio de Faoro. O autor recorre a tipologia da dominação legítima de Max Weber para pensar o caráter da dominação em Portugal nesse momento. Faoro sustenta que a forma da dominação era de caráter tradicional. A vigência da legitimidade dessa forma de dominação se dá, segundo Weber, “na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade” (1980, p. 141).

No caso histórico português tem-se que “a investidura real e seus poderes baseavam-se na praxe antiga, nos exemplos do passado. Os limites rituais da tradição impediram que o soberano se extremasse no arbítrio, na tirania e no sultanato. Os atos mais livres revestiram-se no aparato histórico, procurando-se ligá-los a precedentes antigos” (FAORO, 1958, p. 11).

Em uma sequência lógico-histórica, Faoro divide essa dominação de caráter tradicional em dois tipos: patriarcal e patrimonial – igualmente seguindo a tipologia weberiana. A primeira das duas formas de dominação distingue-se por seu caráter rudimentar, anterior a formação de um quadro administrativo. O autor classifica tal formação histórica como uma “organização tradicional-estatal-patrimonial” (1958, p. 11). Essa forma de organização política, “impediu, quando da ascensão das cidades, que o comércio frísse da maior parcela do poder político. O rei desenvolveu sua economia com o tráfico, e, mercê de seu poder e de sua riqueza, regulou, incentivou e dominou a classe comercial” (1958, p.11). Este é o primeiro episódio, de muitos que permeiam a escrita – mais que isso, que marcam sua tônica – em que o autor retrata a centralização econômica e política em torno do poder político (neste caso, do monarca) como característica distintiva do patrimonialismo estatal. Nos termos de Faoro, “o regime patrimonial foi um capítulo da luta do centro, encarnado no príncipe, contra os barões. Os comerciantes, detentores da riqueza mobiliária, uniram-se ao soberano (ou a isso foram forçados pela regulação econômica do patrimonialismo), que, com tal apoio, prosseguiu fortalecendo-se, sempre mais e em maior escala” (1958, p.11).

Dessa forma patriarcal de patrimonialismo, anterior à existência de um quadro administrativo, Faoro deriva outra, seu desenvolvimento histórico. Com a complexificação da economia, o crescimento do comércio e das atividades urbanas complexifica-se, também, a administração do patrimônio real. Assim, as ações do soberano passam a se orientar no interior de uma nova ordem política e administrativa. Nesse sentido,

o patriarcalismo original, tosco e rudimentar, dissolve-se no domínio de um grupo, uma ‘associação de domínio’, um estado-maior de governo. É o *patrimonialismo estamental*, que se distingue do primitivo patrimonialismo patriarcal. *O quadro administrativo estereotipa-se, ganha cartilagens e, de mera reunião de cortesãos e protegidos, faz-se órgão de domínio*” (FAORO, 1958, p.12, grifos nossos).

O vocabulário utilizado para explicar esse processo histórico segue o léxico weberiano, mas – assim como ocorre em relação ao desenvolvimento histórico do capitalismo – o caso português analisado por Faoro difere do exemplo histórico de Weber (aqui, a Europa Central). Em Portugal, já em meados do século XVI “a revolução empreendida e completada pela dinastia de Avis sublima o conceito de *soberania nacional*, cujas consequências são a centralização monárquica e a codificação do direito” (1958, p. 33, grifo nosso). Toma forma, assim, uma estrutura administrativa em que

os reis já não confundem o reino com a propriedade doméstica. O governo não é mais a administração do ‘*oikos*’ pelo patriarca. O estamento burocrático, objetivando cargos e racionalizando as funções e fins do Estado, vence o patriarcalismo original. A soberania supera, racional e praticamente, a suserania. A administração civil diferencia-se da eclesiástica. [...] Os interesses da Coroa obedeciam à ‘razão de Estado’. [...] O poder do soberano domina sobranceiro, acolitado pelo estamento burocrático, cujo ramo mais vivaz é o exército a seu soldo. [...] O que nobilita são os postos e os cargos, abertos a nobres de origem e a plebeus que se aristocratizam (FAORO, 1958, p. 33).

A mais notável ressalva está na codificação do Direito. O Estado português moderno é – sustenta o autor – “ordenado pelas leis” (1958, p. 33). As *ordenações Afonsinas* (1446), *Manuelinas* (1521) e *Filipinas* (1603) fornecem instrumentos técnicos impessoais ao estamento de aspectos burocráticos¹⁵⁴. Faoro alerta – em outro momento do texto – que não se deve incorrer “em valorização excessiva da ficção legal, em detrimento dos costumes e da tradição, que valem mais que as normas legais no estudo da realidade social” (1958, p. 23). A ressalva aplica-se integralmente aqui. Isso porque, no contexto do Estado português administrado pelo estamento burocrático, a sistematização do Direito é “formal e objetiva apenas quanto à estrutura exterior”. Assim, “em sua aplicação prática, [o Direito] é concreto, casuístico e irracional. A interpretação é empírica e pode ser alterada pelo arbítrio real, que se sobrepõe [...] às leis e ordenações e aos costumes” (FAORO, 1958, p. 34).

Na Europa Central, o caminho é diverso. Segundo Weber, nesse contexto pode-se falar em “Estado estamental” apenas de modo analógico, com o intuito de facilitar a compreensão. Isso porque

¹⁵⁴ cf. (FAORO, 1958, p. 34).

o poder ordenador que determina a forma desta ação social, além dos poderes característicos do patrimonialismo em geral — tradição, privilégio, direito consuetudinário e precedente judicial —, consiste em *pactuar caso a caso* entre os diferentes detentores de poderes (WEBER, 2015, p. 302, grifo nosso).

Para além disso, não há nos reinos feudais da Europa Central uma série de elementos distintivos que permitem definir o Estado Moderno. Assim,

o complexo político patrimonial [...] em oposição ao sistema de ‘autoridades’ regulamentadas de forma geral por ordens objetivas e com deveres administrativos circunscritos e igualmente regulamentados, constitui, em resumo, um cosmo ou, dependendo do caso, um caos de direitos de usufruto hereditários e deveres subjetivos, concretamente definidos, do senhor, dos detentores de cargos e dos dominados, que se cruzam e se restringem mutuamente e de cuja combinação nasce uma ação social impossível de construir com modernas categorias do direito público e à qual a denominação ‘Estado’, no sentido atual da palavra, se aplica menos ainda (WEBER, 2015, p. 302).

Deve-se, portanto, entender o “Estado estamental” com a ressalva de que se trata de “uma ação social impossível de construir com modernas categorias do direito público e à qual a denominação ‘Estado’, *no sentido atual da palavra*” não se aplica (WEBER, 2015, p. 302, grifo nosso). No contexto dos reinos feudais da Europa Central essa forma administrativa surge como uma resposta, uma forma de adaptação, às “necessidades administrativas extraordinárias ou novas” (WEBER, 2015, p. 302). Isso, num contexto em que “o feudalismo representa o caso limite da direção do patrimonialismo ‘estamental’, em oposição ao ‘patriarcal’” (WEBER, 2015, p. 302). Assim, a passagem na Europa Central da associação feudal ao Estado estamental decorre, sobretudo, do “levantamento repentino de grandes quantias de dinheiro – com a qual não podiam competir os meios normais da estrutura administrativa feudal-patrimonial estereotipada” (WEBER, 2015, p. 303). Continua Weber, explicando que

não estava previsto nenhum modo de levantar aqueles meios [pecuniários] especiais [necessários à administração do território sob jurisdição dos senhores feudais], sendo, portanto, inevitável o acordo cada vez renovado, e para este fim, uma relação associativa dos detentores individuais de poderes na forma de uma união corporativa regulamentada. E é precisamente esta relação associativa que [...] transformados grupos privilegiados em ‘estamentos’, fazendo com que nasça da mera ação consensual dos diversos detentores de poderes e das relações associativas ocasionais um complexo político perene. Dentro deste complexo, as evoluções subsequentes de novas tarefas administrativas inevitáveis suscitaram o desenvolvimento da burocracia principesca (WEBER, 1980, p. 637; 2015, p. 303).

Estas diferenças entre os “encadeamentos das circunstâncias históricas e políticas” (FAORO, 1958, p. 35) na península Ibérica e na Europa Central tem implicações significativas para a compreensão daquilo que Faoro denominou como sendo a base social da estrutura de

dominação política. Nos reinos feudais as relações de suserania e vassalagem ordenadas segundo um modo cavaleiresco de condução da vida racionalizam-se no sentido daquilo que Weber denomina “estereotipagem” (WEBER, 2015, p. 251-255) das posições sociais e das funções administrativas. Há, nesse processo, um enrijecimento e uma delimitação das atividades atribuídas e cujo desempenho é esperado a determinados agentes sociais – há, noutros termos, “uma limitação fixa das exigências do senhor” (WEBER, 2015, p. 251). Com isso, espera-se dos membros da cadeia hierárquica a serviço do senhor o desempenho de funções específicas a eles atribuídas e, apenas delas. Nos casos históricos europeus aos quais Weber se refere, este processo se desenrola num sentido em que essa ‘burocracia principesca’ desenvolve-se até o ponto de

detonar a associação do ‘Estado estamental’. [...] Aproximando-se, por toda parte, no decorrer do tempo, cada vez mais do regime burocrático puro, pois universalmente obrigava a natureza das novas tarefas administrativas assumidas à introdução de autoridades permanentes, competências fixas, regulamentos e qualificações específicas (WEBER, 1980, p. 637; 2015, p. 303).

Com isso,

apareceu no Ocidente, ao lado dos tipos de dominação tradicionalmente existentes, o tipo de dominação *legal*, cuja espécie mais pura, sem ser a única, foi e ainda é a dominação *burocrática*. [...] A condição moderna dos funcionários estatais e comunais, dos padres e capelães católicos, dos funcionários e empregados dos bancos modernos e das grandes empresas capitalistas, representa o tipo mais importante dessa estrutura de dominação. Em nossa terminologia, deve-se considerar como traço decisivo o que já foi evocado: a submissão – não em virtude da crença e da entrega de si a *peessoas* dotadas de carisma (profetas e heróis), muito menos em virtude de uma tradição sagrada ou de um respeito filial por um *senhor* pessoal designado pela ordem tradicional e, eventualmente, a seus vassalos e prebendados legitimados em direito *próprio* mediante privilégio e outorga, mas sim em virtude da vinculação *impessoal* àquele dever genericamente chamado ‘dever de ofício’ em sua designação geral e objetiva, impessoal. Esse ‘dever de ofício’, assim como o direito de dominação que lhe corresponde - sua ‘competência’ - é definido por normas *racionalmente estabelecidas* (leis, decretos, regulamentos), de tal maneira que a legitimidade da dominação passa a ser a legalidade da regra geral, cogitada em vista de um fim, estatuída e promulgada segundo critérios de correção formal (WEBER, 2016, p. 62, grifos do autor).

O autor ressalva, contudo, que “este último processo não pode ser compreendido de forma demasiadamente mecânica”, na medida em que forças sociais operaram em sentidos diversos em outros contextos. Pelo mesmo motivo, pondera – também – que “*de modo algum*, a associação feudal e o ‘Estado estamental’ são elos intermediários inevitáveis à burocracia” (WEBER, 2015, p. 303, grifo nosso).

Nos reinos da Europa Central esse desenvolvimento se deu de modo paulatino – estendendo-se por séculos – em decorrência das formas tensas pelas quais se estabeleceram as relações entre o poder feudal e o (crescente) poder urbano. Em geral, atuavam os senhores feudais no sentido de fortalecer a burocracia, “interessado[s] em ampliar sua esfera de poder, [... visando] romper o poder concorrente das cidades”. Em outros momentos, contudo, “eram precisamente as cidades a parte que procurava o senhor com o pedido de que satisfizesse as exigências dos interessados de novos serviços administrativos” (WEBER, 2015, p. 303).

No caso lusitano, uma passagem análoga acontece – segundo Faoro – com o sucesso da Revolução de Avis e a conseqüente reorganização dos quadros administrativos. Passa-se, assim, como vimos, do

patrimonialismo tradicional, da forma originária e patriarcal, com o estereótipo do cargo como título de nobreza, para o tipo que chamaremos [...] de *estamental*. O patrimonialismo estamental, com a futura racionalização dos negócios públicos e sobretudo com a separação conceitual e jurídica do patrimônio público do doméstico, toma aspecto burocrático, como se verá no curso deste estudo (FAORO, 1958, p. 23, grifos do autor).

Ele propõe, contudo, que os processos de estereotipagem têm colorido diverso no desenvolvimento do Estado português. Faoro entende, seguindo Weber, que “a estereotipagem e a apropriação monopolizadora dos poderes oficiais pelos detentores, como companheiros jurídicos, cria o tipo ‘estamental’ de patrimonialismo” (WEBER, 2015, p. 253). Contudo, diferentemente do desenvolvimento histórico que Weber atribui aos reinos feudais – em que o enrijecimento progressivo das funções administrativas leva ao colapso da estrutura de dominação –, Faoro entende que o estamento burocrático no Estado português se desenvolve com “uma forma peculiar de plasticidade” (COHN, 2012, p. 9). Com a manutenção da estrutura administrativa metropolitana após a independência, essa flexibilidade permanece no estamento burocrático brasileiro. O que há de decisivo – e de diverso em relação ao caso de análise de Weber – é a capacidade do estamento burocrático (e, antes, aristocrático) de continuar a imperar “sob outro[s] molde[s]”, persistindo “com alterações puramente formais, sem nunca haver se diluído” (FAORO, 1958, p. 263).

Assim, nos momentos em que as forças sociais tensionavam o patronato político, o domínio estamental permaneceu ao conseguir se reorganizar e reacomodar em novas condições políticas ou econômicas. Teve em sua capacidade de “ajustamento [...] a causa da [sua] permanência” (FAORO, 1958, p. 265). Fica claro, com isso, que a detalhada demonstração da inexistência de uma organização feudal em Portugal – e, por conseguinte, no Brasil Colônia –

presta-se não somente para a compreensão da gênese do estamento burocrático, mas, também – e principalmente –, para entender sua persistência histórica. Como aponta Gabriel Cohn,

O contraste é claro. [...] Submetido ao impacto do capitalismo [...] o sistema feudal, de feição rígido, se estilhaça; mas não ocorre o mesmo com o sistema patrimonial de feição estamental-burocrático, capaz de acomodação e compatibilidade enquanto resiste a mudanças de forma (2012, p.9).

Partindo desse diagnóstico, cabe passar a uma discussão que visa distinguir os conceitos de classe e de estamento. Para tanto, Faoro – que recorre a Morris Ginsberg¹⁵⁵, Hans Freyer¹⁵⁶ e, principalmente, a Max Weber¹⁵⁷ – propõe a combinação dos seguintes critérios para classificação da estratificação social: “a rigidez da camada, o gênero das sanções que mantém as distinções, e o grau de coesão e diferenciação funcional” (FAORO, 1958, p. 23). Assim, segundo o autor, quanto mais rígida a forma de uma camada social, mais violentas são as sanções à transgressão e mais diferenciadas são as funções sociais por ela performadas. Nesses termos, a estratificação social em castas apresenta-se como a mais rígida. Seguida, em uma escala decrescente, pelo estamento e, por fim, pelas classes. Esta, como forma mais flexível de estratificação permite a circulação interna dos indivíduos. Esta característica é apresentada como marco jurídico fundamental (na ideia de igualdade perante a lei) e, também, como característica distintiva: nos termos de Faoro, “as classes sociais modernas se extremam dos estamentos, porque não se baseiam em diferenças de *status* legal. A igualdade perante a lei impossibilitaria a distinção, ensejando a circulação interna, sem nenhum controle” (FAORO, 1958, p. 23).

Note-se que a rigidez da estrutura social de que aqui fala Faoro difere do enrijecimento das funções sociais à que os autores denominam estereotipagem. Funções plenamente estereotipadas são claramente definidas e, por isso, vão num sentido de maior previsibilidade e favorecem a calculabilidade. Sendo assim, elas identificam-se – tipologicamente – com estruturas sociais mais flexíveis, que permitam mais mobilidade social.

Faoro lembra, ainda, que classes e estamentos podem coexistir e, empiricamente, coexistem com frequência. Embora, “em certas circunstâncias [...] mantém-se antagonicamente, pelejando aquela [a classe social] para fazer prevalecer seus valores,

¹⁵⁵ *Manual de Sociologia*, em edição argentina de 1942. O mesmo texto é também mencionado por Guerreiro Ramos em seu artigo intitulado *A sociologia de Max Weber* (2006, p.281).

¹⁵⁶ *Sociologia: ciencia de la realidad*, também em edição argentina, publicada em 1944 – tradução de *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft*, originalmente publicado em 1930.

¹⁵⁷ Na edição mexicana de *Economia e Sociedad*. Adiante no texto, quando tratando de *A ética protestante*, Faoro cita a tradução de Parsons.

derivados do mercado” (FAORO, 1958, p. 25). O fundamental para a diferenciação entre elas é compreender o princípio que confere coerência a sua organização. Segundo Faoro, “*a situação econômica*, definida no patrimônio ou na percepção de rendas, *determina a classe*, o tipo de classe a que pertence o homem. A classe não é uma comunidade, embora, com base na solidariedade que inspira, possa levar às mais variadas formas comunitárias” (1974, p. 5, grifos nossos). Nesse sentido, a compreensão ampla da ação social passa, não pelo conceito de classe, mas pelo de estamento. A ação econômica orienta-se, segundo Weber, para a probabilidade de lucro de forma contínua. Define-se em termos de eficiência, sem relação direta com uma moralidade. O conceito de classe pode servir para explicar um determinado padrão de vida, o acesso a um determinado tipo de “provisão de bens”, a determinadas “posições externas na vida”, assim como um provável “destino interior da vida” (WEBER, 1980, p. 177), mas não o para explicar um tipo específico de condução da vida. A forma de condução da vida está associada a um determinado estrato social. E através do conceito de condução da vida permite-se a compreensão do significado visado pela ação social. Temos, enfim, que “*antes de interesses e ideias*, o que domina a sociologia weberiana são os padrões de ‘condução da vida’ e as respectivas ações dos homens” (HENNIS, 1987, p. 81).

À diferença do critério puramente econômico que define as classes sociais, o estamento se delimita em outros termos: “o dinheiro andava casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases — *tradição, modo de vida, educação e origem fidalga*” (FAORO, 1974, p. 5).

O autor aponta, por fim, que

a coexistência, na mesma sociedade, da classe e do estamento, tende a configurar, em uma e outro, missões diversas. A classe, como categoria econômica, ocupa-se em se firmar, definir e qualificar, de acordo com a ocupação específica de seus membros. Tolhida, no cume, não se expande pelos próprios meios; [...] Os estamentos assumem o papel de órgãos do Estado, as classes permanecem limitadas a funções restritas à sociedade (1974, p. 7).

Nessa constituição enquanto órgãos de Estado, “o estamento burocrático prepara e educa as gerações novas para ingressar em seu serviço. Valoriza, pedagogicamente, o profissional da burocracia moderna, desenvolvendo a formação de letrados, bacharéis e militares” (FAORO, 1958, p; 268). Os estamentos garantem assim, pelo recrutamento regulado de cima de seus membros, a permanência dos valores que o sustentam e a sua continuidade enquanto forma social.

3.3. *Os donos do poder: a crítica ao ensaio*

Há certo consenso de que a primeira edição de *Os donos do poder* “passou quase despercebida do público” e que, além disso, “teria sido ignorada pela imprensa” (FARIA, 2021, p. 11). Gostaríamos de apresentar indícios de que isso precisa ser tomado com um grão de sal. É possível perceber, em relação à obra de Faoro, um processo que guarda certa semelhança ao processo de difusão dos escritos weberianos que vimos anteriormente: quando se compara à importância que obra e autor ganharam no debate nacional das décadas seguintes, o alcance da primeira edição parece mesmo muito pequeno. Não é, contudo, um volume que tenha sido esquecido nas estantes.

A edição expandida (e definitiva) do ensaio de Faoro alcançou números editoriais bastante impressionantes: somadas as apresentações divididas em dois volumes (a partir de 1975) e aquelas em volume único (de 2000 em diante) são vinte e oito tiragens de reimpressão. Em contrapartida, a primeira edição tem uma única tiragem de 5.000 cópias impressas. O número é modesto no cotejo entre as edições, mas é condizente com o momento de sua publicação. A guisa de comparação, obras de Florestan Fernandes foram publicadas à época com tiragens semelhantes¹⁵⁸. Diferentemente de Faoro – “escritor da nova geração” (DEMENEZES, 1958, p. 37) lançando sua primeira obra por uma “editora respeitada¹⁵⁹, porém regional, fora dos círculos acadêmicos e distante do coração econômico e político do país” (FARIA, 2021, p. 11) – Fernandes já era um acadêmico bem estabelecido e bastante respeitado.

¹⁵⁸ É assim com *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* e com *Sociologia numa era de revolução social* (FERNANDES, 1959 e 1963).

¹⁵⁹ A Editora Globo era “mais conhecida na área estritamente literária” (COHN, 2012, p. 1), publicando autores locais – o mais notável naquele momento era Érico Veríssimo – e traduções de clássicos europeus. O crítico Manoel Sarmiento Barata, então diretor do Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, comenta assim a atuação da editora à época: “a Editora Globo [...] tem-se limitado a lançar autores de grande público, como Érico Veríssimo, ou concentra a grande parte da sua produção editorial nas traduções de obras estrangeiras, algumas de maior importância, como as que integram as coleções ‘Biblioteca dos séculos’ [...] e ‘Nobel’.[...] Sem dúvidas é imprescindível esse trabalho de obras representativas da literatura universal, e quanto a isso, inegavelmente, a Editora Globo já apresenta uma série de iniciativas que muito têm contribuído para elevar o nível cultural do país. No entanto, é preciso dizer que sua atuação, no plano de divulgação e lançamento de obras de autores nacionais, vem-se caracterizando por restrições cada vez mais acentuadas” (1959, p. 4). Tratava-se, contudo, “da mais importante [editora brasileira] fora do eixo Rio-São Paulo” (MICELI, 1979, p. 124).

Na imprensa escrita, o livro fora anunciado algumas vezes antes de sua chegada às livrarias – sempre em notas bastante breves: no carioca *O Jornal*¹⁶⁰ e nas também cariocas revistas *Leitura*¹⁶¹ e *O observador econômico e financeiro*¹⁶². Publicado em dezembro de 1958, o livro passa a ser mencionado nos periódicos impressos no ano seguinte. No último domingo de 1958, Saldanha Coelho – numa coluna que aponta as perspectivas para o ano seguinte “na vida literária” – menciona *Os donos do poder* numa longa lista de livros recebidos em sua editoria no *Diário Carioca*. No dia 18 de janeiro do ano seguinte o lançamento do livro é, novamente, mencionado no mesmo jornal. Ainda nas listas de novas publicações o livro é mencionado na edição de fevereiro da revista *Leitura*¹⁶³ e na edição de junho da *Revista do Livro* – publicação do Instituto Nacional do Livro, órgão ligado ao Ministério da Educação e da Cultura. Por fim, em fevereiro de 1959, Astrojildo Pereira também menciona o lançamento do ensaio de Faoro em sua coluna no jornal do Partido Comunista Brasileiro – *Voz operária* –, apresentando-o como “obra de um jovem sociólogo e historiador, trabalho substancial de pesquisa e interpretação” (p. 4).

Seria bastante difícil argumentar que o ensaio de Faoro tenha se sobressaído em meio a essas listas de novas publicações. Há, contudo, menções que se alongam na apresentação do texto. No primeiro domingo de 1959, o gaúcho *Diário de notícias* entrevistou autores e livreiros a fim de destacar os “fatos literários de maior repercussão do ano” anterior. O lançamento de *Os donos do poder* é citado por três dos entrevistados. Entre eles, Guilhermino Cesar¹⁶⁴ afirma que “o livro de Raymundo Faoro, ‘Os donos do poder’, me parece uma das melhores coisas já pensada por estudiosos de assuntos brasileiros” (*Diário de Notícias*, 04/01/1959, p. 7). Uma semana depois, em 12 de janeiro, Walter Spalding¹⁶⁵ assina uma apresentação repleta de elogios ao livro de Faoro no também gaúcho *Jornal do Dia*. Ainda em janeiro, no dia 18, o *Diário do Paraná* publica uma apresentação igualmente elogiosa do ensaio de Faoro, com a conclusão de que o “volume [está] destinado com toda a certeza a encontrar ressonância entre nossos estudiosos, não só pela riqueza das teses expostas, como pela atualidade dos problemas” (p. 9).

¹⁶⁰ Nas edições de 20/05/1958 e de 04/06/1958.

¹⁶¹ Na edição de abril de 1958 e na edição de agosto de 1958 – ambas as menções na coluna assinada por Eliezer Demenezes, intitulada *Notícias de Porto Alegre*.

¹⁶² Na edição de junho de 1958.

¹⁶³ Novamente na coluna de Eliezer Demenezes.

¹⁶⁴ Então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Foi, posteriormente, professor de *Literatura Brasileira* na Universidade de Coimbra (de 1962 a 1965) e de *Literatura Brasileira, História do Brasil e Estética* na Universidade [Federal] do Rio Grande do Sul (de 1965 até sua aposentadoria em 1978).

¹⁶⁵ Historiador, Spaldin foi – entre 1939 e 1963 - diretor do *Arquivo Histórico da Prefeitura de Porto Alegre*.

Dois meses depois, o carioca *Correio da manhã* publica uma apresentação também lisonjeira, mas mais cuidadosa em apresentar – em linhas bastante gerais, evidentemente – as teses do livro. Os editores afirmam que

o maior dos males [da formação histórica do Brasil] reside no ‘estamento burocrático’ [...], herança da colônia da qual não conseguimos libertar-nos. O livro constitui uma análise da nossa vida política até os dias atuais, com certo matiz polêmico, mas sem ‘*parti-pris*’. Talvez de alguns fatos, o autor tire conclusões um pouco forçadas, mas em conjunto a obra se apresenta como um dos estudos mais sérios aparecidos ultimamente no Brasil (27/03/1959, p. 9).

Para além dessas, chamam a atenção duas resenhas publicadas no *Suplemento literário* do diário paulista *O Estado de São Paulo*, por serem mais extensas e discutirem o texto de Faoro com mais profundidade. A primeira delas de Wilson Martins¹⁶⁶, intitulada ‘A velha classe’ (em 25 de abril de 1959), e a outra de Guilhermino Cesar, que repete em seu título o nome do livro resenhado (em 23 de maio).

Antes da publicação dessas resenhas, o ensaio de Faoro é mencionado no *Suplemento literário* em fevereiro de 1959 por Manoel Sarmiento Barata, em texto da seção *Crônica de Porto Alegre* que examina, em diversas áreas do saber, o trabalho editorial da Editora Globo. *Os donos do poder* é apontado como destaque recente “em matéria de história, escritos sociológicos e memórias”, com o adendo de quanto ao autor “cumpre salientar que se trata de um escritor da nova geração, e nesse sentido a edição de seu livro pela Globo constitui exceção (que é, todavia, quase alentadora...)” (1959, p. 4).

Dois meses depois, o *Suplemento* traz a dura resenha de Wilson Martins em suas páginas. O crítico inicia o texto com uma afirmação geral pouco lisonjeira sobre o ensaio de Faoro. Diz ele que

a exata apreciação de seus pontos de vista [de Faoro] é um pouco dificultada pela falta de clareza, ideológica e de expressão, que, em conjunto, caracteriza seu livro. Realmente, o jovem ensaísta, cuja seriedade intelectual é das mais estimáveis, parece não haver estabelecido preliminarmente, com a nitidez indispensável, as grandes linhas de seu estudo (1959, p. 2, grifo nosso).

O mais notável problema conceitual estaria, segundo Martins, na delimitação do que seria o estamento burocrático – categoria que ele adequadamente identifica como aquela em que se ancora o estudo de Faoro. Em seu entender, o estamento burocrático seria “pura e

¹⁶⁶ Martins publicou críticas literárias regularmente no *Suplemento Literário* entre 1954 e 1974. Quando publicada a sua resenha de *Os donos do poder*, o crítico era professor de *Língua e literatura francesa* na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (cargo em que permaneceu até 1962). Posteriormente, lecionou Literatura Brasileira na *New York University* (de 1965 até sua aposentadoria em 1991).

simplesmente, a burocracia, o funcionalismo público” (MARTINS, 1959, p. 2). Sendo assim, sustenta ele, “andaria mal inspirado o sr. Raymundo Faoro introduzindo injustificadamente no seu estudo uma dificuldade gratuita de ordem puramente terminológica” (MARTINS, 1959, p. 2). Ele continua, afirmando que a tentativa faoriana de distinguir os estamentos das classes sociais e das castas é insuficiente. Não há, segundo o crítico, explicação de qual seria sua caracterização “individual e sociológica” (MARTINS, 1959, p. 2).

Contradizendo seu argumento de abertura do texto, Martins continua sua resenha afirmando que o estamento burocrático “não se identifica com o funcionalismo público propriamente dito” (MARTINS, 1959, p. 2). Isso porque apresenta-se como grupo social que extravasa os limites puramente técnicos da burocracia governamental. Igualmente, não se confunde com as ‘classes dirigentes’. Martins, então, provoca que seria, “pensa o leitor em desespero de causa, uma espécie de *‘intelligentsia’*, tomando a palavra num sentido, ao mesmo tempo, amplo e incorreto” (MARTINS, 1959, p. 2). Apresenta, por fim, uma delimitação concreta do que seria o estamento burocrático, citando o próprio Faoro:

o estamento burocrático, por muitos séculos, assumiu a forma aristocrática, composta da nobreza togada e titulada. Com a vitória das ideias democráticas – vitória mais aparente que real - ele continuou a imperar sob outro molde, constituído de militares, bacharéis, médicos, enfim, altos funcionários públicos ou agentes do Estado em todos os poderes (FAORO, 1958, p. 263).

Com isso, sustenta Martins, o estamento burocrático equipara-se à “velha classe”¹⁶⁷. Seria uma “velha classe dirigente que, sob uma forma ou sob outra, preencheu, na história pública (e não simplesmente política) do Brasil, as funções materiais do Estado” (MARTINS, 1959, p. 2). Repõe, na sequência, a associação – correta, embora insuficiente – entre estamento burocrático e o alto funcionalismo, para dizer que

a ideia de estudar a sua formação, constituição e predomínio nada tem de desprezível e o Brasil, formado por signos eminentemente burocráticos, signos que continuam a defini-lo e a dominá-lo, bem merecia um esforço dessa natureza. Contudo, penso que exista, na fonte desse ensaio, uma insanável inversão de perspectivas: é que o sr. Raymundo Faoro toma o estamento burocrático dos fenômenos como causa dos fenômenos que examina, quando tudo nos inclinaria a pensar que ele próprio é uma consequência de condições sociológicas e históricas determinadas (MARTINS, 1959, p. 2).

O crítico passa, então, a apresentar aquelas que entende serem as ‘condições sociológicas e históricas’ decisivas para a compreensão das instituições políticas brasileiras – o

¹⁶⁷ Wilson Martins alude, aqui, ao estudo do autor montenegrino Milovan Djilas, *A nova classe: uma análise do sistema comunista* [*Nova klasa. Kritika savremenog komunizma*], publicado em 1957.

que ocupa a maior parte de seu texto. As construções teóricas em que se apoia Martins já eram – naquele momento – bastante questionáveis, e mostraram um poder explicativo cada vez menor com o avanço das Ciências Humanas nas décadas seguintes.

Segundo Martins, há um descompasso fundante para adequada compreensão da história da colonização do Brasil, assim como de suas consequências após o processo de independência – e, por derivação, da compreensão da importância do patronato político nesse longo processo histórico. O erro de Faoro, diz ele, “consiste em ignorar a ‘idade’ sociológica do Brasil por ocasião da descoberta e sua ‘personalidade’ sociológica logo em seguida” (MARTINS, 1959, p. 2). Ancorado numa concepção evolucionista da história social, o crítico propõe que “Portugal viu-se obrigado a transportar para a Colônia as suas próprias condições administrativas – mas as condições peculiares de uma terra ainda virgem, que mal saiu do neolítico, deveriam, forçosamente, introduzir, naquelas concepções, uma certa refração” (MARTINS, 1959, p. 2).

Dessa concepção de história que vislumbra um único caminho a ser percorrido, o crítico infere que “o ‘feudalismo’ brasileiro, ou luso-brasileiro” (1959, p. 2) é um período histórico objetivamente válido – e, em sua concepção, não poderia deixar de sê-lo. A questão estaria em compreender as diferenças do feudalismo luso-brasileiro em relação àquela “encarnação histórica mais típica” (MARTINS, 1959, p. 2). Não havia aqui, relações feudais fundadas em “relações fraternais com direitos desiguais, com deveres de fidelidade recíproca [...] – rigorosamente delimitados, fundados na honra cavalheiresca” (FAORO, 1958, p. 65). Isso deriva, segundo Martins, de que “o colonizador português procurou integrar-se na idade sociológica do Brasil, que era diferente de sua idade sociológica de português” (1959, p. 2). Daí, a característica distintiva do feudalismo luso-brasileiro estaria em ser um feudalismo outorgado. Ele conclui que “basta verificar [...] a natureza e a extensão dos poderes conferidos aos donatários [...] para que a sua fisionomia feudal se manifeste de maneira inequívoca” (MARTINS, 1959, p. 2).

Não se trata, para Martins, de mera inadequação terminológica. Ele sustenta que a assimetria entre o que chama de ‘tempos sociológicos’ na metrópole e na colônia implica em uma igual diferença entre a administração na metrópole – burocratizada – e na colônia – feudal. Com isso, a tese faoriana da transposição do estamento burocrático de Portugal para o Brasil seria invalidada.

Na continuação da resenha, Wilson Martins apresenta a ideia de que a elite dirigente foi responsável por constituir a unidade e a identidade nacional. Em seus termos, Faoro estuda

o estamento burocrático “*in vitro*” e, com isso, ignora o “papel sociológico por ele desempenhado” (MARTINS, 1959, p. 2). Para ele, o

‘estamento burocrático’ não foi apenas um grupo de arranhadores de papel ou de parasitas alimentados pelo Tesouro: ‘organizando’ vida pública brasileira – quaisquer que sejam as críticas que sua ‘maneira’ nos inspire – ele lhe deu ‘organicidade’, criou nação, quero dizer, conferiu-lhe sentimento de unidade e personalidade sem o qual um povo não pode existir. O caráter das instituições públicas resultou, forçosamente, do conjunto de condições históricas e sociológicas a que acima me referi, mas a existência dessas instituições, tal como foram e não outras, diferentes, é que deu ao Brasil sua qualidade. O estamento burocrático exerceu, assim, uma função construtiva que não se confunde com as suas tarefas propriamente profissionais ou políticas: ele foi um cimento, um aglutinador da nacionalidade (MARTINS, 1959, p.2).

A análise de *Os donos do poder* converge – ao contrário do que sugere o crítico – com esta ideia. Como exemplo, podemos tomar a reação centralizadora que foi, segundo Faoro, responsável por reorganizar a política brasileira após o processo de independência¹⁶⁸. Para o autor, a reação “monárquica, centralizadora e burocrática” (1958, p. 165) foi responsável por combater as tendências liberais, tanto de um ponto de vista que envolvia a dispersão das forças políticas liberais e a aniquilação bastante violenta de “revoltas, motins e revoluções” (FAORO, 1958, p. 165) que pipocavam no país durante o primeiro reinado (1822-1831) e o período regencial (1831-1840), quanto da retirada paulatina do arcabouço jurídico de inspiração liberal que restara na Constituição de 1824 (cf. FAORO, 1958, p. 109-110 e p. 156-173).

Cabe a ressalva de que Faoro não toma o liberalismo como uma doutrina abstrata e unívoca, mas em suas manifestações históricas nas disputas políticas nacionais. No caso do processo de independência, trata-se de um pensamento que aglutina “senhores territoriais” (FAORO, 1958, p. 128), que – enquanto classe dominante – lutavam pela manutenção de seus interesses econômicos. Em texto posterior, Faoro nomeia esse liberalismo senhorial como liberalismo da “transação” ou da “conciliação” (FAORO, 1987, p. 34). Trata-se de “um pacto entre iguais, baseado em um catálogo de direitos” (FAORO, 1987, p. 39). Seu caráter liberal reside na recusa ao absolutismo (o que, no ocaso do regime colonial, não deixava de ser uma posição revolucionária). Não há, contudo, uma defesa radical das liberdades individuais. É um liberalismo que tolera, sem “nenhum constrangimento” a “escravidão” (FAORO, 1987, p. 39). Mais que isso, deseja a proteção ampla dos direitos de propriedade – aí inclusa a propriedade de escravos. Faoro sustenta, por fim, que “essa ideologia, que veio das capitanias, continuará a

¹⁶⁸ Sobre esse momento histórico, ver – também – FAORO (1973).

fluir como corrente subterrânea, pressionando para vir à tona, e *logrando vitórias incompletas*, como a Independência, a Abdicação e a República” (1958, p. 128, grifo nosso).

De todo modo, interessa que a reação conservadora “corporificava os desejos de ordem e tranquilidade” (FAORO, 1958, p. 165) e serviu – com seu programa centralizador - para a manutenção da unidade do Estado brasileiro em torno da Monarquia. Esta, por sua vez, “significava a categoria social que a sustentava: o rígido estamento que se consolidara nos quatro séculos de realeza em Portugal” (FAORO, 1958, p. 165).

A discordância entre Faoro e seu crítico se dá nesse ponto. Wilson Martins sustenta – como vimos acima – que o estamento burocrático é responsável pela unidade nacional. Faoro entende que este estrato social pode ser responsável, tão somente, pela coesão do Estado. Em seus termos, temos que “o poder minoritário, que o estamento apropria em caráter privilegiado e monopolístico, não emana da nação. Ele a preforma, constituindo o próprio Estado” (FAORO, 1958, p. 44). A formação de uma unidade nacional – num sentido bastante próximo àquilo que, décadas depois da publicação de *Os donos do poder*, passamos a chamar de comunidade imaginada – foi, sistematicamente, barrada ao longo da história brasileira. Este movimento, de ajuste das relações sociais de “cima para baixo”¹⁶⁹, dos donos do poder impondo-se sobre a sociedade civil, é o que marca a tônica da análise faoriana¹⁷⁰. Mesmo entre os liberais conciliadores só há o que Faoro chama de “elemento nacional”, que “não se trata de um pensamento nacional, de um país como nação” (1976, p. 38), mas de um conjunto não homogêneo de ideias que visava romper com o domínio do estamento burocrático.

Com a ideia de que o estamento burocrático confere unidade à nação, resta claro que a resenha de Wilson Martins tem elementos bastante questionáveis: para além desse, há uma leitura evolucionista e etapista da História e uma interpretação confusa do que seja um estamento social. Apesar disso, ela é importante para entendermos como parte do público leitor recebeu o ensaio de Faoro.

Sem o conhecimento dos autores com quem Faoro dialoga – o que não era dado evidente quando o texto fora publicado –, conceitos chave não foram adequadamente compreendidos. Sobre isso, no prefácio à segunda edição, Faoro afirma que “a perplexidade que alguns leitores da primeira edição demonstraram, ante uma terminologia aparentemente

¹⁶⁹ Os termos são de Faoro.

¹⁷⁰ Ver, como exemplos, as disputas políticas no processo de elevação a Reino Unido (FAORO, 1958, p. 124-128); o processo de organização da Constituição de 1823 (FAORO, 1958, p. 141-143); a centralização monárquica no Segundo Reinado (FAORO, 1958, p. 165-173); o exercício do Poder Moderador (FAORO, 1958, p. 185-188) ou a análise da regulação da economia (FAORO, 1958, p. 203-206).

bizarra, estará atenuada, neste novo lançamento” (2012, p. 13). Seria assim, porque, “os conceitos básicos – patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros – estão fixados com maior clareza, indicada a própria ambiguidade que os distingue, na ciência política” (FAORO, 2012, p. 13). É no mesmo prefácio que aponta para as dificuldades de alguns leitores com seu livro, que Faoro agradece a um leitor particular de seu texto: Guilhermino Cesar, “que, ainda em Porto Alegre, no carinhoso convívio de muitos anos, discutiu as hipóteses e suscitou questões novas, franqueando-me sua biblioteca para o estudo e a pesquisa” (2012, p. 14). O autor continua o agradecimento dizendo que “o próprio título do livro” – que nos originais enviados por Faoro à editora seria *Formação do patronato político brasileiro* – “saiu de uma de suas súbitas inspirações” (2012, p. 14).

Faoro deve à Guilhermino Cesar, também, uma resenha bastante generosa de seu livro, publicada um mês depois da crítica de Wilson Martins, no mesmo *O Estado de São Paulo*. Nela, o crítico apresenta o Grupo Quixote e, em seguida, busca caracterizar uma posição singular de Faoro no interior do grupo. Segundo Cesar, o inconformismo de Faoro

não se exprimia propriamente em termos de poesia ou de prosa de ficção. Carregado de preocupações filosóficas, [...] postulava com ardor a proscrição de todo sentimentalismo na apreciação dos fatos sociais. Em vez da improvisação brilhante, queria algo de sistemático, que dissesse as coisas friamente. [...] Essa inquietação divergia contudo da de seus companheiros, mais interessados na colocação dos problemas estético-literários. Faoro representava portanto o papel de desmancha-prazeres no meio daqueles artistas em germe (CESAR, 1959, p. 4).

Depois de tecer mais alguns comentários sobre as atividades do grupo Quixote, Cesar volta à apresentação de Faoro lembrando que, ainda em Porto Alegre, ele

foi atraído, de passagem, pela crítica literária, tendo publicado em jornais daqui excelentes estudos sobre Simões Lopes Neto e Érico Veríssimo. Mas, os encarou sob prisma inteiramente novo, no seu exame fez tábula rasa dos valores estéticos, para só se preocupar com o ‘documento’ que a obra de ambos os escritores não deixa de oferecer à compreensão do povo gaúcho (CESAR, 1959, p. 4).

Esta observação aponta para o procedimento que seria refinado nos anos 1970, no outro grande ensaio de Faoro: o estudo sobre *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Partindo da premissa de que, tanto para o analista quanto para o ficcionista, “a conexão entre a realidade e o valor configura o sentido da realidade, gerando o ponto de vista que a torna perceptível, relevante” (FAORO, 1974, p. 488), Faoro empreende uma leitura abrangente da ficção machadiana com o intuito de reconstruir o universo valorativo que permite compreender o contexto social do Segundo Reinado. Faoro entende, nesse sentido, que

dentro do tempo histórico e do espaço social, reintegrados na realidade da arte e do mundo, a obra literária subsiste por si, com perspectiva peculiar, inteligível por valores comuns [...] Mais do que fonte do estudo histórico, a obra de arte testemunha a autenticidade dos valores que presidem o tempo (1974, p. 490-491).

Encerrada a apresentação do autor, Guilhermino Cesar passa à discussão do texto, buscando destacar pontos que ele entende inovadores. Em seus termos, *Os Donos do poder* é “uma obra diferente, na intenção, no arcabouço e na forma” (1959, p.4). Isso porque, segundo o crítico, havia análises que estudavam as relações de poder através de seu aspecto institucional (ele cita Oliveira Viana como exemplo privilegiado), mas não na compreensão das bases sociais que sustentam e tornam “cada dia mais fundo o divórcio entre povo e dirigentes” (CESAR, 1959, p. 4) Nessa questão, Cesar entende que o texto de Faoro

enriqueceu bastante a pesquisa já iniciada, não só examinando os fatos econômicos e financeiros como a própria legislação comum, e descobrindo, aqui e ali, ângulos então inexplorados da nossa realidade histórica. O método empregado produziu bons frutos: as fragilidades intrínsecas do nosso regime democrático aparecem nesse livro em sua melancólica nudez (1959, p. 4).

O resenhista enaltece, na sequência, as qualidades de uma análise histórica de longa duração para a compreensão do problema analisado por Faoro. A persistência do estamento burocrático através dos séculos na monarquia portuguesa, bem como a transferência de estruturas administrativas da metrópole para a colônia ocupam a maior parte da resenha. Sem se alongar na questão, Cesar segue seu texto afirmando que em *Os Donos do Poder* “se examina também pela primeira vez, pelo menos em suas reais implicações, as que revestem caráter mais *transcendente*, o regime de terras imperante no Brasil desde as capitânicas hereditárias” (1959, p. 4).

Concluindo sua análise, Guilhermino Cesar diz que “do choque entre estamento e classe, poder de mando e poder econômico, estado e nação, governo e povo, que tem sido nosso drama coletivo, nasceram, segundo Raymundo Faoro, os principais equívocos do processo histórico nacional, estando o Brasil, ainda hoje, sujeito ao domínio do patriciado”. Continua ele, com a pergunta “que devemos fazer, em face a tudo isso?”, ressaltando que “o autor, prudentemente, não nos propõe soluções. Mas o diagnóstico da crise está feito” (CESAR, 1959, p. 4).

Encerramos aqui a exposição das críticas na imprensa à primeira edição de *Os donos do poder*. Chama a atenção que os textos que analisam o ensaio com maior vagar – um bastante crítico e outro mais simpático às teses de Faoro – foram, ambos, publicados no diário paulistano

O Estado de São Paulo. Fenômeno similar é verificável entre os acadêmicos leitores do texto. Os cientistas sociais que primeiro dialogam com o texto faoriano o fazem sediados em uma instituição paulistana, a Universidade de São Paulo. Trataremos na sequência desses leitores.

Capítulo 4

Sociedade, Estado e Economia: alguns debates acadêmicos nos anos de 1960

4.1. Burocracia e desenvolvimento: a leitura de Mário Wagner Vieira da Cunha

Menos de um ano após a publicação de *Os donos do poder*, em outubro de 1959, foi promovido pelo Centro Latino Americano de Pesquisas de Ciências Sociais (CLAPCS), na sede do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, um seminário internacional cujo temário enuncia uma das grandes – se não a maior – questões das ciências sociais latino-americanas naquele momento. Intitulado *Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*, “dele participaram quase 60 cientistas sociais, de diferentes especialidades, vindos de mais de 20 países da América do Sul, do Centro, do Norte e da Europa, que, durante uma semana discutiram 43 trabalhos apresentados” (COSTA PINTO, 1960, p. 6).

Nos termos do diretor do Centro, o seminário “representa um esforço consciente para colocar em termos de pesquisa científica e no campo das ciências sociais a problemática real e concreta das Nações desta parte do mundo no momento histórico que hoje atravessam” (COSTA PINTO, 1960, p. 5). Ele continua apresentando um aspecto programático desse questionamento. Em seus termos,

é como aspiração, sobretudo, que o desenvolvimento tem sido sentido e falado na América Latina. A intenção dos promotores do Seminário, que também partilham daquela aspiração, foi não somente repetir um brado ou enunciar uma reivindicação; mais que isso, foi pensar cientificamente no problema do desenvolvimento – do ângulo dos fatores que impedem ou dificultam o seu processo, atrasam o seu ritmo e desfiguram o seu sentido. [...] O problema consiste [, portanto,] em analisar, e remover, os fatores que impedem a sua realização (COSTA PINTO, 1960, p. 7-8)

Este evento é especialmente relevante porque, na sessão dedicada aos *Obstáculos institucionais ao desenvolvimento econômico* (CLAPCS, 1960, p. 169-216), Mário Wagner Vieira da Cunha – professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo – toma como objeto central para sua exposição sobre o tema o então recém publicado ensaio de Raymundo Faoro.

Cunha inicia sua exposição, intitulada *Resistência da burocracia às mudanças sociais, no setor público e no setor privado*, propondo uma construção preliminar conceitual do que seria a burocracia. Segundo o autor, naquele momento, “a concepção de burocracia adotada se

inspira, quase que de todo, nas contribuições de autores marxistas e da de Max Weber” (1960, p. 195). Ele afirma, então, que aqueles destacam “o aspecto estrutural da burocracia e daí chegaram à compreensão de suas funções” (1960, p. 195). Na medida em que entendem que “o Estado, numa sociedade de classes, serve à classe dominante por desempenhar uma função que lhe é peculiar, consistente na ação de manutenção da estrutura social como um todo” (CUNHA, 1960, p. 195), a burocracia – tanto civil quanto militar – é apresentada como o instrumento que permite levar a cabo esta manutenção da estrutura social.

Diferente da breve descrição do que toma como concepção marxista de burocracia, o entendimento da noção weberiana é apresentado com mais vagar, por ser aquele que fornece as bases para a discussão que Cunha propõe. Em seus termos, o ponto de partida de “Max Weber, seus repetidores e continuadores” está em “esclarecer os objetivos da ação burocrática para alcançar uma compreensão da burocracia *sui generis*, a que denominam estamento social” (1960, p. 195, grifo do autor). Continua, dizendo que “Max Weber insiste em que, a rigor, a burocracia governamental somente ocorre quando as relações entre o chefe e o quadro dirigente ganham feição peculiar. Em vez de serem tais relações de natureza patrimonialista, passam elas, na burocracia, a ter um fundamento racional-legal” (CUNHA, 1960, p. 165-166).

Ainda que o ensaio sobre *Os donos do poder* seja explicitamente mencionado por Cunha somente mais adiante em sua apresentação, já neste ponto é possível perceber a importância da tese de Faoro na economia argumentativa do texto. Numa leitura um tanto confusa – para dizer o mínimo –, Cunha toma as categorias que fundamentam a explicação de um caso histórico específico – o brasileiro – e generaliza suas características como se elas fossem definidoras dos conceitos que pretende discutir.

Mais claramente, ainda que se possa traçar a raiz desses conceitos à análise de formas específicas de ação social, quando Weber discute a burocracia o que está no cerne da questão é a legitimidade de uma forma de dominação. Dominação é entendida como

a probabilidade de que específicas (ou todas) as ordens encontrem obediência por um grupo específico de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer ‘poder’ ou ‘influência’ sobre outras pessoas. [...] Certo mínimo de *vontade* de obedecer, isto é, de *interesse* (interno ou externo) na obediência, faz parte de toda relação de dominação autêntica (WEBER, 1980, p. 122; 1994, p. 139, grifos do autor).

Embora os interesses sejam constitutivos das relações de dominação, não podem, sozinhos “constituir fundamentos confiáveis de uma dominação” (WEBER, 1994, p. 139). A eles soma-se a crença na legitimidade da dominação. Se é assim, cabe, na sequência do

argumento, qualificar essa ideia de legitimidade. Weber sustenta que ela deve ser tomada como “*probabilidade* de, em grau relevante, [a dominação] ser reconhecida e praticamente tratada como” legítima no interior de uma comunidade de pessoas. Assim, “o decisivo é que a própria *pretensão* de legitimidade, por sua natureza, seja ‘válida’ em grau relevante, consolide sua existência e determine [...] a natureza dos meios de dominação” (WEBER, 1994, p. 140, grifos do autor). Sendo assim, “dependendo da *natureza* da legitimidade pretendida diferem o tipo da obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação” (WEBER, 1980, p. 139).

Estas são – muito grosseiramente – as bases teóricas sobre as quais se assentam a teoria de que existem três tipos puros de dominação legítima. Um deles – a dominação carismática – de caráter extracotidiano, fundada na crença da “santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (WEBER, 1980, p. 141). Os outros dois – a dominação tradicional e a dominação legal – rotinizados. Fundados, respectivamente, na crença da santidade das tradições vigentes (e representadas como eternamente vigentes) e na crença da legitimidade de um ordenamento jurídico impessoal racionalmente instituído.

Nesse sentido, a burocracia é, por fim, um corpo de funcionários – do(s) Senhor(es), no caso das estruturas de dominação tradicionais¹⁷¹; do Estado, na dominação legal – ou, noutros termos, o quadro administrativo responsável pelo exercício cotidiano da dominação, tendo como característica distintiva

a dominação em virtude do conhecimento; este é seu caráter fundamental especificamente racional. Além da posição de formidável poder devida ao conhecimento profissional, a burocracia (ou o senhor que dela se serve) tem a tendência de fortalecer-se ainda mais pelo saber prático de serviço: o conhecimento dos fatos adquirido na execução das tarefas ou obtido via ‘documentação’ (WEBER, 1994, p. 147).

É importante notar que o quadro administrativo burocrático de tipo puro é composto por funcionários que

1. são pessoalmente livres; obedecem somente às obrigações *objetivas* de seu cargo;
2. são nomeados (e não eleitos) numa hierarquia rigorosa de cargos;
3. têm competências funcionais fixas;
4. em virtude de um contrato; portanto, (em princípio) sobre a base de livre seleção segundo
5. a qualificação profissional – no caso mais racional: qualificação verificada mediante prova e certificada com diploma;

¹⁷¹ Ver, como exemplo, WEBER (2016, p. 123-149).

6. são remunerados com salários fixos em dinheiro; na maioria dos casos com direito à aposentadoria [...];
7. exercem seu cargo como profissão única em principal;
8. tem perspectiva de uma carreira: ‘progressão’ por tempo de serviço ou eficiência, ou ambas as coisas [...];
9. trabalham em ‘separação absoluta dos meios administrativos’ e sem apropriação do cargo;
10. estão submetidos a um sistema rigoroso e homogêneo de disciplina e controle (WEBER, 1994, p. 147, grifos do autor).

Com essas definições em vista, podemos voltar ao texto de Mario Wagner Vieira da Cunha. A constituição conceitual do estamento patrimonial é fundante para o esquema analítico de Faoro, enquanto uma das categorias que articulam o desenvolvimento histórico estudado pelo autor. Max Weber, a seu turno, aponta – de modo bastante marginal na discussão sobre os aspectos definidores do que seria a burocracia – que “a burocratização *cria* um nivelamento estamental (tendência normal, historicamente verificável enquanto tal)” (WEBER, 1980, p. 130, grifo do autor). Logo em seguida, o autor ressalta que nas modernas democracias de massas isso implica em um movimento contrário constante – na medida em que, com o “interesse na *‘igualdade’*, a burocratização elimina todo nivelamento social – incluindo o nivelamento *estamental* – que visa a apropriação dos meios administrativos e poderes administrativos” (WEBER, 1980, p. 130, grifos do autor). Portanto, nem este autor tampouco Faoro sugerem que há equivalência entre burocracia e estamento social, como afirma Cunha.

Ele prossegue seu argumento afirmando que “os objetivos e a estrutura da ação burocrática, apresentados por Max Weber, são do conhecimento geral” (1960, p. 196) e elenca alguns dos aspectos definidores da burocracia (enquanto ‘tipo-ideal’). Na sequência, diz que “também, são conhecidas as relações, apontadas por Weber, entre o desenvolvimento do capitalismo e a penetração da organização racional-legal da burocracia, [tanto] no Governo como nas empresas” (CUNHA, 1960, p. 196-197). Essas relações, como descritas por Cunha, caracterizam-se pela racionalização da administração num sentido orientado para fins específicos. Seria, assim, do ponto de vista formal e técnico a forma mais eficiente de administração – segundo o autor, “para as necessidades da administração de massas de hoje, ela [a burocracia] é inteiramente indispensável” (CUNHA, 1960, p. 197). Além dessa, Cunha destaca as afinidades históricas entre o desenvolvimento do capitalismo e os processos de burocratização. Nos termos de Weber,

a necessidade de uma administração contínua, rigorosa, intensa e *calculável*, criada historicamente pelo capitalismo – não só, mas, sem dúvida, principalmente por ele (este não pode existir sem aquela) – [...] condiciona esse destino da burocracia como núcleo de toda administração de massas. [...] Do mesmo modo que o capitalismo, em

sua fase atual de desenvolvimento, *exige* a burocracia – ainda que os dois tenham raízes *históricas* diversas –, ele constitui também o fundamento econômico mais racional [...] sobre o qual ela pode existir em sua forma mais racional (WEBER, 1994, p. 146, grifos do autor).

Cunha afirma, então, que tomando desenvolvimento econômico como “um processo de expansão capitalista da estrutura econômica do país” (1960, p. 197) é possível acolher a tese de Weber sobre as relações entre burocracia e capitalismo. Com isso, prossegue o autor, “a burocracia seria entendida, não como entrave ao desenvolvimento econômico, e sim, ao contrário, como condição mesma desse desenvolvimento” (1960, p. 198). Dessa maneira, Cunha busca diferenciar um conceito sociológico de burocracia do uso vulgar da palavra – que a associa à morosidade, a um “Estado ‘cartorial’ [...], emperrado, patronal” (CUNHA, 1960, p. 204). Do outro lado, ao afirmar que “a fé de Weber na eficiência racional-legal da burocracia não é hoje tão facilmente aceita” (CUNHA, 1960, p. 198), o autor atribui a Weber um juízo de valor sobre a burocracia e o processo de burocratização da administração pública no “moderno ocidente” (WEBER, 1986a, p. 3) que não encontra qualquer eco na produção weberiana.

Max Weber entende que a moderna burocracia é – antes de tudo – inescapável, inevitável [*unentrinnbar*]. Em seus termos, “em relação a outros portadores históricos da moderna ordem racional da vida, a burocracia destaca-se por ser *inescapável* em muito maior grau” (WEBER, 1988c, p. 331; 2014, p. 201). Colocando de outra forma, ele afirma que

o banimento absolutamente inescapável de toda a nossa existência [*Existenz*] – os fundamentos políticos, técnicos e científicos de nosso ser [*Dasein*] – para o interior da prisão [*Gehäuse*]¹⁷² de uma organização de oficiais profissionais treinados [...] que são os portadores das mais importantes funções da vida social cotidiana, não é conhecida em nenhum lugar ou nenhum outro momento histórico com sentido que possui no moderno ocidente (WEBER, 1986a, p. 3)

Em outro momento, ele conjectura que o pleno desenvolvimento da burocracia – dessa prisão, “tão elogiada por nossos ingênuos literatos” (WEBER, 1988c, p. 332; 2014, p. 203) – poderia resultar numa forma de servidão “à qual, um dia, os homens estarão obrigados a se sujeitar sem resistências” (WEBER, 1988c, p. 332; 2014, p. 203).

Fica claro que Weber tinha muitas ressalvas aos impactos do avanço da burocracia nas possibilidades de condução da vida. Contudo, diria ele, “com isso ingressamos no terreno dos

¹⁷² O termo alemão *Gehäuse* traduz-se mais adequadamente para o português como *carapaça*, *concha* ou *casulo*. Adotamos aqui a opção pela versão por *prisão*, que remete à intrigante tradução de Talcott Parsons para expressão *stahlhartes Gehäuse* como *jaula de ferro* [*iron cage*] – “verdadeira transcrição [que nos] entregou definitivamente um *tópos* para as ciências humanas explorarem de mil modos, e que é em si insubstituível justamente pela riqueza de sentidos de *carrega* ou *sugere*” (PIERUCCI, 2004, p. 19).

juízos de valor e juízos de fé, com os quais [uma] exposição puramente histórica não deve ser onerada” (WEBER, 2004, p. 166). A questão histórico-sociológica relevante é compreender o significado dos desenvolvimentos históricos que permitem o surgimento desse fenômeno – que para ele era singular ao moderno ocidente – da dominação legal. Trata-se, enfim, de compreender a burocratização como parte do “encadeamento de circunstâncias conduziu a que aparecessem no Ocidente, e somente no Ocidente, fenômenos culturais que se põe em uma direção de desenvolvimento” (WEBER, 1986a, p. 1) que culminam na modernidade ocidental.

Nesse sentido, quando afirma que

a administração puramente burocrática [...] é, segundo toda a experiência, a forma *mais racional* de exercício da dominação, porque nela se alcança *tecnicamente* o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade [...] e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefa (WEBER, 1994, p. 145, grifos do autor),

Max Weber não pretende postular uma sentença dogmática universalmente válida. Tem, ao invés disso, a conclusão de uma análise histórico comparativa que entende que somente é possível afirmar que uma determinada forma histórica é “mais racional” quando se pensa no desenvolvimento histórico com um determinado sentido e no processo da racionalização visando a uma finalidade determinada. O autor aponta que “pode-se mesmo ‘racionalizar’ a vida de pontos de vista últimos extremamente diversos e nas mais diversas direções. O ‘racionalismo’ é um conceito histórico que encerra um mundo de contradições” (2004, p. 68-69). Disso temos que processos de racionalização segundo uma determinada imagem de mundo podem ser (e frequentemente são) irracionais sob outro ponto de vista. Nos termos de Weber, pode-se racionalizar as mais diversas áreas

sob os pontos de vista e com direções finais extremamente diversos e aquilo que é, para um, ‘racional’ pode, quando considerado por outro, ser ‘irracional’. Racionalizações ocorreram, portanto, em diferentes domínios da vida [*Lebensgebieten*] nas mais variadas formas em todas as civilizações (1986, p. 11).

Sendo assim, a burocratização só encontra sentido num processo histórico específico. Mario Wagner Vieira da Cunha propõe, a princípio, uma intervenção nesse sentido. Diz ele que “a passagem de formas mais ineficientes e mais antiquadas de organização da autoridade [...], tanto no governo, como nas empresas, consistiria, em grande parte, o problema a ser esclarecido nas condições atuais do nosso [latino-americano] desenvolvimento histórico” (1960, p. 198).

Contudo, ele sustenta na sequência que tratar as relações entre desenvolvimento econômico e burocracia tomando por base “as duas conceituações weberianas que acabamos de

avançar” (CUNHA, 1960, p. 198) traria poucos ganhos para a compreensão empírica das sociedades latino-americanas que pretende analisar. Seria necessário, diz ele, “reajustar indagação, revendo e acomodando às nossas condições histórico-sociais a análise de Weber da relação entre burocracia e o desenvolvimento econômico, alterando tanto a compreensão da burocracia, como a compreensão de desenvolvimento econômico” (1960, p. 198).

Essa proposição somente faria sentido se tomássemos por reais e empiricamente válidos os tipos-ideais weberianos. O próprio Weber destaca que esse procedimento seria infrutífero. Em seus termos, nenhum dos tipos-ideais de dominação

costuma existir historicamente em sua forma realmente ‘pura’. [...] Vale para todo fenômeno histórico empírico de dominação que ele não costuma ser um ‘livro bem raciocinado’, E a tipologia sociológica oferece ao trabalho histórico empírico somente a vantagem [...] de poder dizer, no caso particular de uma forma de dominação, o que há nele de ‘carismático’, de ‘carisma hereditário’, de ‘carisma institucional’, de ‘patriarcal’, de ‘burocrático’, de ‘estamental’, etc., ou seja, em que ela se aproxima de um desses tipos, além de trabalhar com conceitos razoavelmente inequívocos. Nem de longe se cogita aqui sugerir que toda a realidade histórica pode ser ‘encaixada’ no esquema conceitual desenvolvido (1994, p. 141-142).

Com isso em vista, não deixa de ser curioso que Mario Wagner Vieira da Cunha proponha que, na América Latina, a “burocracia governamental tem feições próprias que precisam ser analisadas” e que, para tanto, “se pudermos partir da noção preliminar de burocracia, avançada por Max Weber, *dela teremos necessariamente que nos afastar para penetrar no conhecimento da nossa vida pública*” (CUNHA, 1960, p. 203-204, grifo nosso). Naquilo que tange à situação empiricamente verificável na América Latina, essa consideração – e outras que seguem – é correta. Contudo, quando se pensa nas bases metodológicas dessa afirmação, há um claro descompasso entre o que propõe Weber e aquilo que Cunha dele empresta.

O mesmo ocorre quando trata da estratificação social – o ponto de passagem de Weber para Faoro na exposição de Cunha. Ele introduz a discussão sobre Os donos do poder dizendo que “numa análise recente da organização política brasileira, Raymundo Faoro, largamente apoiada em Max Weber e Mosca, chega, ao menos para o setor público, à conclusão de que vivemos sob o pleno domínio do ‘estamento burocrático’” (CUNHA, 1960, p. 199) para, logo em seguida, afirmar que “a análise de Faoro [...] necessita de uma séria correção de ordem metodológica” (CUNHA, 1960, p. 200). O grande problema, para ele, estaria na forma pela qual Faoro define conceitualmente os estamentos sociais. Propondo uma acepção funcionalista – e, neste caso, mais próxima do uso leigo do termo – Cunha sustenta que

faltou, em todo esse esforço de caracterização do estamento, a nota essencial que nos permitirá compreender a sua função social. Numa dada sociedade, se excluem a organização de classe e a de castas, na medida em que uma e outra dão a linha mestra de toda a sociedade. O estamento, por outra, não exclui a organização de classe, nem a de casta. Pode coexistir igualmente com uma sociedade de classe, ou com uma sociedade de castas. Nem por isso, porém, confunde-se com os grupos sociais menores da sociedade, cuja caracterização se faz por individuação, ou seja, de destaque em relação a outros grupos sociais semelhantes. O estamento, como a classe ou a casta, participa do caráter de grupo máximo de toda a sociedade, neste sentido de que, como a classe, ele se compreende, não em relação a outros grupos menores. É, como lembra Freyer, um grupo de cúpula; compreende-se acobertando ou servindo a toda a sociedade. Mas, esta caracterização do estamento não se esclarece se não deixarmos estabelecido, de início, o fato de que o estamento não exclui, ao contrário, prevê a existência das classes ou castas em que, fundamentalmente, se arquiteta a sociedade (1960, p. 201).

Depois de sustentar essa posição, Cunha conclui que “é ilusória qualquer tentativa de análise do estamento social, como o procurou fazer Faoro, que empreste a esse segmento social uma condição de autonomia e de poder que não tem, nem por sua natureza procura ter” (1960, p. 202). Seria assim, segundo Cunha, porque o Estado não pode prescindir – para o exercício de suas competências administrativas – de “uma burocracia civil ou militar, mais ou menos definida e disciplinada” (1960, p. 202). No mesmo sentido, diz ele, a “substituição de uns indivíduos por outros, nas posições de liderança”, resultante de conflitos no interior do corpo burocrático, se faz “sem quebra do sistema estrutural, sem prejuízo do sistema estrutural, sem prejuízo das relações entre estamento e as classes dominantes” (CUNHA, 1960, p. 202).

Há, novamente, um descompasso entre as proposições de Cunha e as do autor com que ele dialoga. O domínio do estamento burocrático não implica que ele seja uma forma social estanque, nem – tampouco – que ele se confunda com a burocracia estatal. Esta é, tão somente, “o aparato da máquina governamental, o quadro administrativo” (FAORO, 1958, p. 261) que existe em qualquer forma de governo. Nesse sentido, “não basta que o Estado confie as tarefas funcionais de governo a um grupo [...] para que se afirme o estamento [burocrático]. Além da diferenciação funcional, tem ele uma diferenciação social, agindo como comunidade e dispondo do monopólio do poder político” (FAORO, 1958, p. 261-262).

Na mesma direção, a mobilidade social não é alheia à organização estamental da sociedade. Pelo contrário, a expulsão de dissidentes e o recrutamento de novos quadros é fundamental para a permanência no tempo do estamento burocrático – bem como para a

manutenção de uma ética¹⁷³ específica de explicação do mundo que justifica o domínio desse estrato social. Assim,

o que separa o estamento da classe não é a nota de clausura, o caráter fechado, que melhor convém à casta. Há, dentro dele, a ascensão de baixo para cima em atuação permanente. A sabedoria das comunidades dominantes consiste [...] em procurar a incorporação e o recrutamento das camadas baixas da sociedade. *Exige o estamento, entretanto, que os elementos a associar sejam espiritualmente assimilados e cunhados com sua concepção de mundo. Caracteriza-se ele pela regulação de cima da corrente ascensionista* (FAORO, 1958, p. 24, grifo nosso).

Fica claro na análise dessas questões que Cunha toma o aparato weberiano (bem como a apropriação faoriana do léxico do sociólogo alemão) como um rígido sistema classificatório. Chega, com isso, a conclusões que fazem sentido partindo-se dessa premissa, mas que pouco avançam no entendimento da sociedade brasileira. Em seus termos, para “o estudo da relação entre a burocracia e o desenvolvimento econômico no Brasil [...] se exige uma cuidadosa revisão do conceito weberiano de burocracia”. Seria assim, porque o desenvolvimento econômico brasileiro se afasta significativamente “do modelo que Weber tinha em mente” (CUNHA, 1960, p. 206).

Seria difícil discordar de que as conclusões são corretas. Contudo, Cunha explicita que, se é assim, há uma capacidade explicativa limitada no aparato weberiano, sem considerar que a forma pela qual toma esses conceitos desviam profundamente da teoria da ciência de Max Weber.

4.2. Organização patrimonial da sociedade: a leitura de Fernando Henrique Cardoso

Como parte das atividades da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre 1955 e 1960, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira (este, somente nos dois primeiros anos) realizaram pesquisas empíricas sobre a situação social dos negros na região sul do Brasil, em um “programa [...] inicialmente proposto por Florestan Fernandes para ampliar o conhecimento

¹⁷³ Referindo-se aos fundamentos morais da dominação do estamento burocrático, Faoro toma como equivalentes os termos ‘concepção de mundo’ (1958, p. 24), ‘concepção de vida’ (1958, p. 227), ‘ideologia’ (1958, p. 227) e ‘ética de vida’ (1958, p. 268).

sociológico sobre o preconceito racial no Brasil alcançado em trabalhos anteriores de sua autoria e de Roger Bastide” (CARDOSO, 1962, p. 7).

Parte significativa do material coletado serviu de subsídio à tese de doutoramento de Cardoso, defendida em 1961. O texto, intitulado *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, apresenta uma interpretação histórica de longa duração – articulada em torno da estrutura econômica – da ordem escravocrata no Rio Grande do Sul (desde a formação da província com características peculiares em relação às partes mais ao norte, até o movimento abolicionista e a formação de uma sociedade de classes). Nos termos do autor,

o tema deste trabalho refere-se aos processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata rio-grandense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia. Procura-se analisar a formação de um tipo determinado de sociedade e verificar os efeitos exercidos por seus padrões estruturais sobre o comportamento dos agentes sociais (1962, p. 9)

Diferentemente dos textos em que até agora nos concentramos, o estudo de Cardoso pretende testar as possibilidades de uma interpretação marxista dos problemas sociológicos. A questão metodológica é discutida na *Introdução*, antes de iniciar a exposição dos processos empíricos que serão analisados. Nos termos do autor, “o livro visa analisar a *totalidade social concreta* que resultou da interação entre senhores e escravos na sociedade gaúcha”, numa “tentativa de utilização da interpretação dialética na sociologia” (1962, p. 9, grifo do autor).

A primeira questão decorrente dessa perspectiva metodológica está, segundo o autor, na compreensão do conceito de totalidade. Não se trata da

reprodução de todas as condições, fatores, mecanismos e efeitos sociais que interferem na produção de um fenômeno, processo ou situação social. Na explicação dialética o conceito de totalidade é utilizado como um recurso interpretativo pelo qual se visa compreender [...] não a *identidade*, o padrão da invariância, mas as diferenças em uma unidade, tal como são engendradas numa totalidade determinada. [...] A totalidade assim entendida pressupõe não apenas a existência de diferenças numa unidade, mas também a existência de “conexões orgânicas” que explicam, ao mesmo tempo, o modo de inter-relacionamento existente entre as determinações que constituem as totalidades e o próprio processo de *constituição* das totalidades. Noutros termos, quando se afirma que a análise dialética na sociologia assume uma perspectiva totalizadora, diz-se, implicitamente, que ela visa descobrir as *determinações essenciais*, capazes de explicar tanto a formação dos padrões que regem as formas de interação social quanto as condições e os efeitos de sua manifestação (CARDOSO, 1962, p. 10-11, grifos do autor).

Na sequência, o autor busca diferenciar essa perspectiva dialética de totalidade de outras noções de ‘todo’ mobilizadas por matrizes teóricas outras. Para ele, no funcionalismo a ideia de totalidade possui importância fundante, mas significado diverso: as “unidades

funcionais” articulam-se para que seja possível determinar as “funções sociais” (cf. CARDOSO, 1962, p. 11-12) Mas, isso implica, segundo Cardoso, em que “as totalidades requeridas pela análise funcionalista, mesmo quando a investigação não seja de orientação empiricista, caracterizem-se pela tentativa de reter as condições empíricas de produção dos fenômenos sociais” (1962, p. 13).

Procedimentos análogos são verificáveis – na perspectiva de Cardoso – na Antropologia Social inglesa. Os estudos etnográficos teriam a intenção de explicar “as condições globais da existência social, descritas e empiricamente explicadas na sua complexidade, unidade e diversidade” (1962, p. 13). Contudo, neles prevalece “a preocupação de explicar a realidade social nas condições de suas manifestações empíricas” (CARDOSO, 1962, p. 13).

Segundo a leitura que Cardoso propõe do marxismo, a análise dialética se afasta tanto das noções funcionalista de ‘todo’ quanto da perspectiva etnográfica, pois aquilo que “se procura determinar numa totalidade também estão referidas de maneira imediata aos processos sociais reais, e também existe o escopo de reproduzir o real como concreto” (1962, p. 13). A diferença está na premissa de que o ‘concreto’ aparece como resultado de um processo de conhecimento, de um “movimento da razão” (1962, p. 13). Mais detalhadamente, ele sustenta que

o ponto de partida imediato, o real, transfigura-se na análise dialética numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, *abstratas*) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (*concretas*). [...] Mas a operação intelectual pela qual se obtém a ‘totalidade concreta’ implica que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, ‘mistificadas’ (1962, p. 14, grifos do autor).

Em linhas bastante gerais, essas são as bases teóricas sob as quais Fernando Henrique Cardoso constrói sua análise. Bastante distantes, cabe explicitar, daquelas em que colocamos foco neste trabalho. Faz sentido, contudo, deter atenção ao texto porque ele estabelece importantes pontos de diálogo com as interpretações de que tratamos. Ainda que não haja menção direta ao ensaio, Cardoso elenca *Os donos do poder* entre as obras consultadas sobre a

“formação da sociedade brasileira” (1962, p. 319). A questão do patrimonialismo como forma de regulação das relações sociais aparece em vários momentos, na análise do

arbitrio nas relações de poder [que] é objeto do interesse de Fernando Henrique Cardoso que retrata a violência no sistema de mando do Rio Grande do Sul. O arbitrio ocorre pelo processo de regressão do patrimonialismo estatal ao patrimonialismo patriarcal. Cardoso observa que os cargos são distribuídos como prebendas típicas, porém como os direitos e deveres dos cargos numa sociedade em formação ainda não tinham sido estabelecidos, preponderam os costumes patriarcais sem os limites estipulados pela tradição (AGUIAR, 2000, p. 320).

Com mais vagar, em sua caracterização “do tipo de dominação que se desenvolveu no Rio Grande do Sul” e da “significação que a forma de autoridade legítima e os padrões estruturais de ação possuem para a investigação do sistema de relações entre senhores e escravos” (CARDOSO, 1962, p. 82), o autor propõe que a sociedade rio-grandense organizava-se, no século XIX, “nos moldes de uma estrutura patrimonialista” (CARDOSO, 1962, p. 83) – com as posições polares da estrutura social marcadas por “formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação”, sendo que “a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade” (CARDOSO, 1962, p. 83). Este arranjo patrimonialista é resultado de um equilíbrio bastante frágil decorrente do desenvolvimento de formas autocráticas de dominação durante o período colonial. Por conta das características geográficas da região, as populações riograndenses estavam constantemente expostas a saques, guerras, guerrilhas e disputas fronteiriças (cf. CARDOSO, 1962, p. 83-91). Nesse contexto, tanto entre as camadas militares quanto na camada senhorial civil, o “apelo ao arbitrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social” (CARDOSO, 1962, p. 84). O poder de mando dos chefes locais “encontrava limites apenas na força dos outros chefes e do Estado – nos momentos e nas regiões em que este se fez presente. [...] Da mesma forma, o exercício da autoridade constituída fazia-se através de recursos que se coadunavam com as qualidades dos chefes de bando: a violência e o arbitrio” (CARDOSO, 1962, p. 91).

Na explicação do autor, esse violento contexto de regulação autocrática das relações sociais se mantém ao longo do século XVIII porque não se consolidaram latifúndios que pudessem espelhar “os métodos regulares de exploração da riqueza, isto é, organizados conforme os padrões vigentes nas áreas economicamente prósperas e socialmente estáveis da Colônia” (CARDOSO, 1962, p. 86), nem, tampouco, as pequenas propriedades conseguiram

lograr importância social ou econômica. No âmbito militar, as estratégias de defesa das “tropas portuguesas [...] adestradas na Europa” (CARDOSO, 1962, p. 86) mostravam-se pouco eficientes. Prosperou, somente, a pilhagem de gado e o contrabando.

A ordem social passa a se reorganizar, na virada para o século XIX, com a distribuição de sesmarias. Na distribuição de terras com o objetivo de ocupar a região, a autoridade real (através dos capitães-gerais) passa a se fazer mais presente. Reproduz-se, na escala local, o processo de distribuição de prebendas que caracteriza a formação do Estado patrimonialista em Portugal e, com isso, as relações sociais pautadas pela dominação autocrática desenvolvem-se no sentido da formação de um arranjo senhorial-latifundiário (cf. CARDOSO, 1962, p. 99-112). Para a explicação desse processo, a caracterização do funcionamento da administração da Coroa portuguesa por Cardoso é bastante próxima aos termos de Faoro: na concessão das sesmarias “as qualidades requeridas para a confirmação da outorga eram [...] a astúcia, [...] a condição de membro de uma parentela, [...] a proteção do capitão-geral” (CARDOSO, 1962, p. 99). Ou, noutros termos, a “posição decisiva do chefe local [...], o *favoritismo do Poder Real* e os instrumentos de coerção deste mesmo Poder foram decisivos para a formação das fortunas e a inserção de seus possuidores na estrutura política e social do Rio Grande” (CARDOSO, 1962, p. 105, grifo nosso).

De modo mais detalhado, esse processo é descrito pelo autor da seguinte forma:

era impossível, na estrutura patrimonialista, tentar definir normas que implicassem a ideia de um *dever objetivo* para reger a distribuição dos bens e dos direitos pertencentes à Coroa. A subordinação puramente pessoal ao *senhor*, ou a quem lhe faz as vezes, impera como critério fundamental para a distribuição prebendaria e para concessão de *benefícios* nas estruturas patrimonialistas. A distribuição dos *cargos* necessários para a arrecadação dos tributos para a fazenda real, por exemplo, seguia os mesmos critérios. Pode-se mesmo dizer que os cargos atribuíam-se como *prebendas* típicas, com o agravante de que numa sociedade ‘nova’, em processo de formação, os limites dos direitos e obrigações inerentes aos cargos não estavam ainda estabelecidos. Assim, faltando a tradição consagradora dos limites no exercício do poder conferido, e sendo fluido o sistema de controle mantido pela administração real em área tão longínqua quanto o Rio Grande, não estranha que o arbítrio pessoal do mandatário se exacerbasse a extremos, e que os negócios da fazenda del-Rei se vissem confundidos com os ‘negócios da fazenda’ – da casa - do súdito a quem a Coroa concedia favores. O processo iniciado em Portugal de formação do Estado patrimonial sofria, por essa razão, uma espécie de regressão para um sistema mais próximo do *patrimonialismo patriarcal* e isso graças, exatamente, aos benefícios e às prebendas concedidas pelo Estado patrimonialista português como um recurso para manter-se operante. À custa da fazenda real, fortalecia-se o sistema do ‘poder doméstico’ (1962, p. 102-104, grifos do autor).

Para delimitar conceitualmente a ideia de ‘estrutura patrimonialista’ apresentada acima, o autor empreende uma reconstrução de seu entendimento da teoria weberiana. Em seus termos,

o conceito de estrutura patrimonialista é inequívoco. Utilizo-o conforme sua formulação clássica: 'A este caso especial da estrutura patrimonial de dominação, ao poder doméstico descentralizado mediante a distribuição de terras e às vezes de pecúlios aos filhos ou a outras pessoas dependentes do círculo familiar, damos aqui o nome de dominação patrimonial'. Por estrutura patriarcal de dominação se entende, ainda conforme Weber, o seguinte: 'Em sua essência não se baseia (a estrutura patriarcal) em dever servir a uma finalidade impessoal e objetiva e na obediência de normas abstratas, mas exatamente no contrário: na submissão em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal. Seu germe está radicado na autoridade de um *dominus* (senhor) dentro de uma comunidade doméstica. Sua posição autoritária pessoal tem de comum com a dominação burocrática posta a serviço de fins objetivos a continuidade de sua subsistência, o caráter quotidiano. Além disso, ambos encontram apoio, em última instância, na obediência a 'normas' por parte dos que estão submetidos ao poder. Mas estas normas são racionalmente criadas na dominação burocrática, apelam para o sentido da legalidade abstrata e se baseiam em um exercício técnico, enquanto que na dominação patriarcal baseiam-se na tradição, na crença no caráter inquebrantável do que sempre aconteceu de uma maneira determinada'.

Vê-se, pois, que a dominação patriarcal é um tipo de dominação tradicional. Weber acentua que a dominação tradicional pode ser exercida: 1) através de um quadro administrativo e 2) sem ele. O recrutamento do quadro administrativo pode ser feito tanto através do 'recrutamento patrimonial' quando os laços de 'sentimento' (piedade) unem os recrutados ao senhor (por pertencerem à mesma linhagem, por serem escravos, funcionários domésticos etc.), quanto através do 'recrutamento extrapatrimonial', quando há relações pessoais de confiança ('favoritos', livres de todas as categorias); ou através de um pacto de fidelidade com o senhor que se torna, então, legitimado com tal (vassalagem); ou quando funcionários entram livremente em relações de "sentimento" (piedade). Os casos originários da dominação tradicional eram constituídos com a ausência do quadro administrativo pessoal do imperante (na gerontocracia e no patriarcalismo originário). Quando surge um quadro administrativo e militar do senhor, toda a dominação tradicional tende ao patrimonialismo e ao sultanato. Os 'companheiros', então, transformam-se em 'súditos'.

'Chama-se dominação patrimonial a toda dominação primariamente orientada pela tradição, mas exercida em virtude de um direito próprio; e é sultanista a dominação patrimonial que se move, na forma de sua administração, dentro da esfera do arbítrio livre desvinculada da tradição. Do patriarcalismo originário se distinguem ambos, inclusive o sultanato, pela existência de um quadro administrativo'.

Caracterizarei adiante a sociedade sulina e usarei alguns conceitos na acepção weberiana. Contudo, ainda que na metodologia de Weber esteja implícita e explícita a ideia de que estes conceitos são 'probabilidades típicas de acontecer' que podem estar presentes em situações histórico-sociais diversas e cuja validade para a descrição de situações de existência que transcorrem realmente na história independem de análise concreta da forma particular pela qual se combinam as 'probabilidades diversas' no processo histórico, em nenhum momento a análise aqui desenvolvida será 'tipológica' no sentido weberiano.

Convém ainda deixar claro que, para Weber, os limites entre os conceitos típico-ideais são fluidos. Assim, a 'estereotipização e a apropriação monopolizadora dos cargos por seus titulares criaram o tipo estamental do patrimonialismo'. Nesse sentido, algumas situações históricas no Brasil permitiriam o emprego rigoroso da expressão patrimonialismo estamental. E como, por outro lado, Weber considerava a possibilidade de usufruto de certas regalias distribuídas patrimonialmente como prebendas (na medida em que eram doadas de um modo renovado, mas com apropriação individual e não hereditária), mas não deixou de considerar a transformação das prebendas em possessões patrimoniais, não seria descabido dizer que a 'apropriação' de cargos na administração colonial (e quiçá as sesmarias)

implicou a distribuição de prebendas, à base das quais se organizou a estrutura patrimonialista estamental de dominação do Estado burocrático patrimonial:

‘A base das prebendas desenvolveu-se especialmente durante os primeiros tempos do Estado moderno burocrático-patrimonial. E isto ocorreu então de modo geral, com a máxima intensidade dentro da cúria papal, na França e, com menor intensidade - por causa do escasso número de cargos - na Inglaterra. Tratava-se sobretudo de benefícios, sinecura, que foram concedidos aos favorecidos ou familiares, com a autorização de encarregar um representante mais ou menos proletário a realizar o trabalho efetivo, ou que foram adjudicados a solicitantes mediante arrendamento ou entrega de quantias fixas. Com isso se converteram as prebendas em uma possessão patrimonial do arrendatário e do comprador, existindo os mais diversos usos, até chegar à venda e à cessão hereditária’.

A prebenda dada com usufruto vitalício, diz Weber, aproxima-se muito do feudo. O feudalismo é, para Weber, um ‘caso limite’ da estrutura patrimonial: ‘Em oposição à ampla esfera da arbitrariedade e da correspondente falta de estabilidade das posições do poder dentro do patrimonialismo, encontra-se a estrutura das relações feudais. O feudalismo é um ‘caso limite’ da estrutura patrimonial no sentido da estereotipação e fixação das relações entre os senhores e os vassallos’. As ‘relações feudais’ existem ‘1) sempre entre membros de uma camada que, do ponto de vista social, se acha hierarquicamente articulada, mas que, situada acima da massa de cidadãos livres, constitui diante deles uma unidade. Trata-se de pessoas que, em virtude da relação feudal 2) estão relacionadas entre si de um modo contratual e não mediante uma relação de tipo patrimonial’. *É óbvio que não cabe, nesse sentido, qualificar de feudal a estrutura da sociedade gaúcha: inicialmente não houve a ‘estabilidade de posições’ requeridas pelas estruturas feudais, nem sequer a definição contratual das relações entre senhores e vassallos. A estabilidade que a sociedade rural gaúcha veio a adquirir no século XIX fundamentava-se já na ‘propriedade’ territorial e na exploração econômica direta da propriedade, e não na manutenção tradicional de um conjunto rentável de direitos, que constituem o fundamento sobre o qual repousa qualquer estrutura feudal para permitir o desenvolvimento de um estilo de vida senhorial nobre, baseado na utilização cavalheiresca do ócio, e não, como no sul, no negócio* (1962, p. 102-105, grifos nossos)¹⁷⁴.

Nessa conceituação, algumas questões chamam a atenção: primeiramente, vale notar que a caracterização das formas tradicionais de dominação (patriarcalismo, patrimonialismo prebendário, patrimonialismo estamental, feudalismo) é adequada, mas que o autor explicita que não pretende tomar esses termos com a validade de tipos-ideais weberiano. Em vista das considerações metodológicas que abrem o livro, podemos compreender, então, que são tomadas como mediações abstratas que conferem inteligibilidade ao concreto. Nesse processo, retira-se grande parte da capacidade explicativa dos tipos-ideais, que passam a ser tomados como conceitos classificatórios. A forma pela qual o autor funde aspectos dos patrimonialismos estamental e prebendário explicita esse processo.

Além dessa, também a forma pela qual o autor rejeita a possibilidade de uma ‘estrutura feudal da sociedade gaúcha’ merece destaque. Como aponta Cardoso, há uma série de questões

¹⁷⁴ Todas as citações de Max Weber no interior do texto de Cardoso são extraídas da edição mexicana de *Economia e Sociedade*.

que – no sistema classificatório adotado por ele – afastam a sociedade rural gaúcha do feudalismo: o regime de propriedade da terra em oposição às relações tradicionais de vassalagem e uma orientação dos indivíduos para as atividades econômicas em contraste às formas cavaleirescas de condução da vida.

Assim como acontece nos estudos de Caio Prado Jr. e de Raymundo Faoro, essa recusa do feudalismo é importante para a compreensão da relação entre a economia local e a inserção do Brasil (como Colônia e, depois, como Império periférico) no desenvolvimento do capitalismo. Para Cardoso, a concessão de terras, favores e cargos pelo Estado Patrimonial Português firmou “as bases para o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril do Rio Grande do Sul” (CARDOSO, 1962, p. 119) – que, segundo o autor, organizava-se, politicamente, de modo patrimonial-patriarcal e, economicamente, colocava-se como importante fornecedor de insumos para a produção para exportação das capitâneas ao norte.

4.2.1. Escravidão e desejo de liberdade

Como as questões que motivam a pesquisa de Cardoso sugerem, a posição social do escravizado na sociedade gaúcha ocupa parte importante do texto. Há, evidentemente, muito dessa posição que é comum a todo território brasileiro. Num aspecto fundamental – seu estatuto jurídico – “é obvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma *coisa*, sujeita ao poder e à propriedade de outrem” (CARDOSO, 1962, p. 133, grifo do autor). O que haveria de peculiar nessa posição seria, em grande parte, decorrente daquilo que o autor apresentou como organização patrimonial-patriarcal da sociedade rural nos pampas.

A explicação do que há de particular parte da refutação de uma ideia de “democracia gaúcha”, advinda de meados do século XIX. Trata-se de uma variação regional – baseada, especialmente, em relatos de viajantes franceses¹⁷⁵ – das ideias de “‘democracia racial’ e da ‘democracia rural’” (CARDOSO, 1962, p. 120). Segundo os defensores dessa teoria, os senhores locais estariam, em vários aspectos, em condição de igualdade com os dominados. Mais que isso, entendiam estes como camada homogênea – tratando indistintamente “peões, agregados” (CARDOSO, 1962, p. 120) e toda sorte de homens brancos expropriados e os

¹⁷⁵ Notadamente Auguste de Saint-Hilaire – cientista cujas expedições pelo território brasileiro foram patrocinadas pela Coroa Portuguesa no contexto da transferência da Corte para o Rio de Janeiro – e Nicolau Dreys – comerciante que permaneceu no Brasil de 1817 até sua morte em 1843, autor de *Notícia descritiva da província do Rio-Grande de São Pedro do Sul* (publicado em 1839).

negros escravizados. Concluem, com isso, que “não há [...] em todo Brasil, um lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania” (SAINT-HILAIRE apud CARDOSO, 1962, p. 119).

Trata-se, como aponta Cardoso, de “uma distorção ideológica que implica na representação idílica do passado” (1962, p. 83). O que era historicamente verificável é a menor diferenciação social das atividades – em contraste às regiões mais economicamente dinâmicas –, o que é característica, segundo o autor, da dominação patrimonial-patriarcal. Com isso, a relação entre senhores e escravizados possui menos intermediários (capatazes, capitães-domato, etc.). Não era, contudo, mais branda. Outras características notáveis desse tipo de dominação são o arbítrio e a violência como instrumentos de manutenção das posições sociais. Isso implica, “ao contrário do que estipula a ideologia da ‘democracia rural’, *um tratamento para o escravo que, além de ser assimétrico, era brutal*” (CARDOSO, 1962, p. 141, grifo nosso)¹⁷⁶.

Em suma, os autores que defendiam essa tese

partem de algo que tem base na realidade – a diferença de tratamento dos escravos negros nas diversas situações sociais de existência; atribuem às condições mais brandas da vida do escravo a qualidade de mais humanas, definindo o ‘humano’ em termos exteriores àquilo que socialmente poderia significar um tratamento simétrico; admitem a concessão feita pelo branco ao negro [...] como algo que humaniza a condição de escravo; e, finalmente, mostra que a humanização é relativa, já que as concessões ao negro eram restritas, *o que destrói, numa contradição formal com outras afirmações, o igualitarismo entre senhores e escravos* (CARDOSO, 1962, p. 129, grifo nosso).

A despeito desse tipo de inconsistência, a ideia da ‘democracia gaúcha’ ainda encontrava ecos no momento em que a tese de Fernando Henrique Cardoso fora apresentada. Em *Gênese do Brasil-Sul* (publicado em 1953), Walter Spalding defende a pertinência desse conceito (cf. CARDOSO, 1962, p. 120-122). Um ano antes, o segundo volume (póstumo) de *Populações Meridionais do Brasil* – de Oliveira Vianna – apresenta, com a “ideia do ‘arianismo’ gaúcho” (CARDOSO, 1962, p. 130) uma noção semelhante de igualitarismo. O prestígio deste autor servia, também, “para fundamentar em termos de ‘autoridade intelectual’ a tese da ‘democracia campesina’ do pampa”, com sua “síntese brilhante e às vezes literariamente bela, mas *lacunosa e equívoca*” (CARDOSO, 1962, p. 129-130, grifo nosso).

¹⁷⁶ O autor sustenta esta afirmação com uma bibliografia bastante ampla, recorrendo tanto à historiografia quanto às fontes documentais primárias.

Como aponta Cardoso, a reposição desse tipo de tese tinha implicações importantes não só na compreensão do passado, mas também, na explicação das diferenças sociais do presente. Em seus termos,

ela assume uma importância considerável no processo de avaliação atual do negro pelo branco e de racionalização dos motivos de tratamento assimétrico no presente: toda reconstrução do passado rio-grandense em termos da ‘sociedade rural democrática’ visa, ao mesmo tempo, glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, e considerar o negro como *realmente* e não *socialmente* inferior. Assim, o branco castigaria o negro (as evidências dos suplícios e as observações dos viajantes não são desconhecidas dos historiadores eruditos), porém, merecidamente; a sociedade seria democrática, mas sem ‘rebaixamento’ dos senhores aos inferiores (CARDOSO, 1962, p. 125-126, grifos do autor).

Cardoso avança a discussão extraindo dessas explicações racistas da sociedade rural gaúcha aqueles elementos que encontram fundamento empírico – que servem para elas de ponto de partida. Ressalvando que não é possível desconsiderar a evidente assimetria entre a camada senhorial e os escravizados o autor aponta que “o escravo submeteu-se, de fato, no Rio Grande do Sul, a situações variáveis de existência social e esteve sujeito a formas de tratamento que não foram uniformes” (1962, p. 132). Daí ele propõe as questões sobre as quais se debruça na sequência do texto:

quais os efeitos da diferença entre as formas de tratamento dispensadas aos negros nas diversas situações de existência em que o escravo foi empregado no sul? *Qual a significação da existência de possibilidades diversas de participação na produção e na cultura sobre o comportamento e consciência do escravo?* Noutros termos: *quais as consequências dos diferentes modos de existência do negro na determinação da condição de escravo?* (CARDOSO, 1962, p. 132, grifos nossos).

A partir desse ponto, o método marxista apresentado na introdução do texto passa a ser mais evidente, numa explicação que em muito se aproxima dos termos propostos em *História e consciência de classe* (Lukács, 2001 [1923]). Segundo Cardoso, a condição jurídica de propriedade, de coisa, ecoa em todos os aspectos da condição social do escravizado. Tem-se que “a reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente” (CARDOSO, 1962, p. 133, grifo nosso). Objetivamente, tinha a posição de capital imobilizado, de instrumento para a produção, “cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção” (CARDOSO, 1962, p. 133). Subjetivamente, a condição reificada era reproduzida na consciência na medida em que

escravo autorepresentava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que [...] exprimia, *na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores.* [...]

Nesse sentido, *a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos* (CARDOSO, 1962, p. 133, grifos nossos).

Opostamente, aos homens livres (tanto proprietários quanto expropriados) estava dada a possibilidade de “expressar socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios” (CARDOSO, 1962, p. 133).

Por fim,

a condição de senhor, por sua vez, definia-se de forma complexa e contraditória. As contradições decorriam fundamentalmente de que se o escravo era socialmente uma coisa, pois sua consciência era a consciência passiva de uma situação social dada e criada pela ação dos outros, os senhores, por outro lado, *objetivavam a existência e a vontade através da vida e do trabalho do escravo, e, nesta medida, alienavam-se* (CARDOSO, 1962, p. 133, grifos nossos).

O pressuposto geral da relação entre homens livre e escravizados, tal como apresentado por Cardoso, é que ela é entendida em termos de um processo de formação da consciência enquanto subjetividade, enquanto experiência-de-si, cujos movimentos refletem um processo de conhecimento e reconhecimento mediado pela relação com outras consciências, ou seja, na relação que os sujeitos subjetivos estabelecem entre si. Tal relação de reconhecimento traz consigo a obrigação de reciprocidade: só é possível reconhecer-se num igual.

Também na análise daquilo que Cardoso chama de “desejo de liberdade”¹⁷⁷ a condição reificada e a impossibilidade de autorreconhecimento como sujeito moral aparece como fundamento básico. Nos termos do autor, “a liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que *não encontrava condições para realizar-se concretamente*” (1962, p. 152, grifo nosso). Mais que isso, em condições tidas como normais, a relação de submissão era naturalizada: a “possibilidade de o escravo autoconceber-se como um agente social capaz de realizar os próprios desígnios era solapada continuamente” (CARDOSO, 1962, p. 154) em todos os aspectos de sua socialização.

Assim, tanto as “fugas, manumissões e reações”¹⁷⁸ quanto as “várias tentativas de morte e alguns homicídios praticados pelos escravos” (CARDOSO, 1962, p. 152) servem para

¹⁷⁷ Cf. CARDOSO (1962, p. 149, 151, 157, 159, 167).

¹⁷⁸ Sobre rebeliões escravas na charqueada gaúcha ver VARGAS (2013, p. 113-129 e 222-282).

explicitar o caráter conflituoso da relação servil, mas, também, para evidenciar – segundo o autor – a impossibilidade de mudanças na estrutura social. Isso porque

a sociedade escravocrata dispunha de mecanismos pelos quais moldava a personalidade do escravo, impedindo a formação de atitudes capazes de orientar sua ação para a concretização dos ideais de libertação. A ‘socialização parcial’ do escravo fazia com que, em geral, seu adestramento fosse incompleto, limitado como era à transmissão de técnicas e à inculcação de normas e valores que motivavam o negro apenas para o trabalho rude [...]

Por todos estes motivos, a possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena. Não tinham condições para definir alvos que levassem à destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos (CARDOSO, 1962, p. 159).

Em suma, frente à resistência isolada, tanto o regime de propriedade servil quanto os mecanismos para sua manutenção permaneciam intocados, assim como sua legitimidade mantinha-se inquestionada.

Também quando busca apresentar e analisar “modos particulares de relação entre senhores e escravos nas situações concretas de existência” (CARDOSO, 1962, p. 137) – destacando as diferenças empíricas entre as condições materiais de vida entre os escravizados nas charqueadas, nas estâncias e nas cidades; servindo a senhores mais ou menos abastados – o pressuposto geral da impossibilidade da plena formação da consciência dos escravizados se mantém como condição básica para a compreensão da sociedade escravocrata. A análise das relações servis nesses “contextos variados aponta para a existência empírica de “alguma diversidade nas formas que as relações entre senhores e escravos assumiram nos vários sistemas nucleares da sociedade escravocrata gaúcha” (CARDOSO, 1962, p. 166). Ela ajuda a deslindar, também, um segundo aspecto definidor das relações entre senhores e escravos. A variabilidade nas formas dessa relação era definida pela necessidade de explicitação ou a possibilidade de ocultamento do principal fundamento material dessa relação social. Nos termos do autor, trata-se de trazer a luz “o fundamento real do sistema escravista de dominação: *a escravidão funda-se em relações de violência*” (CARDOSO, 1962, p. 167, grifo nosso).

Numa acepção weberiana mais estrita, seria questionável tomar essa relação fundada na violência como uma relação de dominação. Contudo, o autor propõe um uso mais elástico do conceito (cf. CARDOSO, 1962, p. 82-83), do qual se pode inferir outro aspecto do processo de reificação dos escravizados: também aqui a condição humana é negada na medida em que os que atribuem a legitimidade da dominação são os homens livres. Ainda sobre a violência da relação, vale destacar que ela se relaciona com o processo de reificação, porque este aparece

como fundamento moral para aquela. Nos termos de Cardoso, “a dominação senhorial e o trabalho escravo organizado só se mantinham pela coação; a coação, por sua vez, legitimava-se diante do código moral cristão graças à racionalização permitida pela desqualificação do escravo da categoria de pessoa” (1962, p. 158).

Quando tratando da sociedade escravocrata, a dialética do senhor e do escravo possui – no que chega a parecer tautológico – bastante poder explicativo, ainda que – em vários momentos – possa-se apontar certo esforço de Cardoso em encaixar a empiria nessa teoria¹⁷⁹. Não se pode dizer, contudo, que a capacidade de explicação se mantém quando o autor passa a tratar da “desagregação do antigo regime” (CARDOSO, 1962, p. 269).

O autor entende que a abolição jurídica da escravidão resulta num processo revolucionário¹⁸⁰ de “reconstrução da ordem social nos moldes da sociedade de classes” (CARDOSO, 1962, p. 276) e que, nesse sentido, caberia investigar “uma mutação dentro da alienação, um momento de mediação entre a pura condição de passividade (ser-objeto) e a negatividade capaz de conduzir à superação dialética [da situação de classes]” (CARDOSO, 1962, p. 277). Nesse processo de proletarização dos escravizados estaria dada a possibilidade “*futura* [da] conquista efetiva pelo negro da condição de pessoa humana” (CARDOSO, 1962, p. 277, grifo do autor) que era sistematicamente tolhida no regime escravista.

O movimento teórico de Cardoso é o de atribuir aos libertos o caráter potencial de sujeito histórico revolucionário, a quem caberia a “consciência adequada” da sociedade brasileira. Nos termos do autor, essa expressão é empregada

em sentido preciso, conforme Lukács [...], pois na análise a consciência efetivamente alcançada em termos históricos, do grau possível de consciência que a ‘situação de classe’ das camadas sociais permitia objetivamente, embora historicamente a consciência possível nem sempre tivesse sido alcançada. Tentarei mostrar os limites sociais que a posição na estrutura social da camada escrava e da camada de senhores impunha à consciência da situação social. Tipicamente só o proletariado é capaz de atingir o ‘conhecimento adequado’ da sociedade, isto é, pode perceber a sociedade burguesa em sua *totalidade*, pois a compreensão das *determinações essenciais* deste tipo de sociedade não se opõe a seus interesses de classe. Ao contrário, permite-lhe, simultaneamente, criticar a sociedade capitalista e perceber que os propósitos e a dinâmica particular da classe proletária coincidem com a dinâmica objetiva da sociedade de classes (1962, p. 241-242, grifos do autor).

¹⁷⁹ A caracterização- recorrente – do escravizado como “alguém que possuía apenas ‘consciência passiva’ [...], cuja ação refletia os desígnios dos senhores”, enfim, como ser “incapaz de ação autônoma” (CARDOSO, 1962, p. 269) parece exagerada frente aos vários contraexemplos que podem ser apontados na documentação mobilizada pelo autor. São ilustrativos os textos apresentados em CARDOSO (1962, p. 149-167, p. 242-244, p. 266-268 e p. 270-275).

¹⁸⁰ Termo do autor. Qualificada como “revolução *sui generis*” (CARDOSO, 1962, p. 276-278) e “revolução de segundo grau” (p. 278).

Na tentativa de ilustrar historicamente esse processo construído em teoria, Cardoso busca o surgimento das primeiras fissuras na visão de mundo senhorial, o que – para ele – representava a “possibilidade objetiva da negação da situação de escravo” (1962, p. 270) e a consequente elevação à condição humana. O primeiro exemplo aventado pelo autor relaciona-se aos escravizados urbanos que eram valorizados por suas qualidades pessoais.

o escravo-alfaiate, o escravo-ferreiro, o escravo-tecelão, ao adestrarem-se como artífices para transformar a matéria bruta, distinguiam-se da tesoura, da bigorna, do tear, das condições inanimadas de trabalho, como senhores de uma técnica específica de manejá-los. Evidenciava-se assim a possibilidade humana que neles existia de assenhorearem-se da natureza. No trabalho mais complexo dos escravos-especialistas, eram os seus desígnios, embora servindo a terceiros, e suas qualidades *pessoais*, que permitiam o trabalho. Com isso o trabalho escravo despiam-se da aparência de atividade anti-humana que o caracterizava [...]. Noutros termos, o trabalho escravo ao desenvolver-se, tornando-se mais complexo, permitia que a contradição inerente à condição de escravo se revelasse na sua plenitude: ao trabalhar o escravo negava as representações que tendiam a fazer dele o anti-homem e, ao mesmo tempo, permitia que ficasse socialmente evidente a necessidade da coação e da violência para transformar um homem em escravo, em *coisa* (CARDOSO, 1962, p. 270, grifo do autor).

O segundo e, para o autor, mais importante universo de interações que tensiona a moralidade senhorial “localizava-se no plano das ideias relativas à vida sexual e à miscigenação” (CARDOSO, 1962, p. 272). O intercuro sexual entre brancos e negros evidencia, na perspectiva de Cardoso, a ausência de “elemento escatológico para justificar a repugnância pelo escravo” (1962, p. 271). Com isso, as relações entre senhores e escravizadas aparece como “fator potencial de desequilíbrio do sistema de normas e controles que definia as posições e a atuação social recíproca de senhores e escravos na sociedade de castas brasileira” (CARDOSO, 1962, p. 272).

Contudo, só é possível ao autor apresentar o fenômeno nesses termos porque ele entende essas relações em termos de “preferências amorosas” (CARDOSO, 1962, p. 162) dos senhores. Novamente, a construção conceitual não encontra fundamento na experiência histórica. O autor põe de lado aquele que ele aponta como fundamento primeiro do sistema escravocrata: a violência. Esses intercursos sexuais não eram relações entre brancos e negros – como propõe o autor. Eles possuíam um sentido definido: eram relações fundadas na violência entre senhores brancos e escravizadas negras.

Como aponta a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, nas sociedades escravocratas – a brasileira, evidentemente, entre elas – “a violência sexual era endêmica” (2018, p. 338). Ainda segundo a pesquisadora, em muitos autores “o tema [do estupro] é

normalmente silenciado ou idealizado como um encontro amoroso, ou quase, ocorrido sob os auspícios de uma escravidão íntima e adocicada” (2018, p. 338).

A partir dos excertos destacados acima, fica bastante claro que a análise de Cardoso pode ser enquadrada neste tipo de descrição. Mais que isso, mesmo do ponto de vista da possibilidade de fissuras nos padrões morais escravistas, as proposições de Cardoso são questionáveis. Isso porque a condição jurídica de propriedade privada implicava na negação às mulheres negras de direitos de que gozavam as mulheres brancas. Uma das poucas análises penais da violência sexual contra uma escravizada explicita isso. Na sentença¹⁸¹ em que inocenta o senhor, o Juiz da comarca de Recife aponta que

privados de direitos civis, não têm os escravos o direito de propriedade, o de liberdade, o de honra e de reputação, seus direitos reduzem-se ao da conservação e da intervenção da integridade de seu corpo, e só quando os senhores atentam contra seu direito é que incorrem em crime punível, porque não há delito sem a violação de um direito (NEQUETE, 1988, p. 67).

Assim, estava dado à “mulher branca [...] honra, família, direito à maternidade” (BENTO, 2022, p. 20, grifo nosso), o que era negado às negras escravizadas.

Por fim, há um terceiro – e último – exemplo histórico que Cardoso mobiliza na tentativa de mostra a adequação do modelo teórico a que ele adere. Trata-se do processo de negação do trabalho pelos libertos como forma de tomada da consciência de sua posição social. Assim como a valorização dos escravizados por suas qualidades pessoais e as relações sexuais entre brancos e negros, também esse processo funda uma passagem de ser-objeto para ser-consciente. Trata-se, enfim, do processo de reconhecimento da humanidade.

Nos termos do autor,

os escravos, ao tornarem-se homens livres, viram-se na contingência de agir como ‘*lumpen*’: precisavam primeiro libertar-se da condição passada, negando completamente o jugo que lhes havia sido imposto. Para isso, precisavam divorciar-se por inteiro da situação na qual os haviam plasmado como objetos. Tiveram de destruir-se como seres produtivos porque iriam destruir assim, *ipso facto*, a situação de trabalho que haviam criado para eles, mas contra eles (1962, p. 275).

Cardoso continua, mais adiante, sustentando que

recusa do negro ao trabalho assume, dessa forma, um significado bem mais profundo do que o da simples ociosidade. O processo alienador da sociedade escravocrata havia contaminado de tal forma a consciência e o sentido das ações humanas que o trabalho aparecia como a qualidade anti-humana por excelência, sendo necessário, por isso,

¹⁸¹ Datada de 20 de junho de 1884.

que o homem negro se afirmasse primeiro como ocioso, para sentir-se livre e poder recomeçar todo o caminho da lenta e penosa reconstrução de si na sociedade de classes que começava a formar-se (1962, p. 279).

Novamente, evidencia-se uma tentativa de adequar os dados históricos à teoria que não se sustenta frente a documentação mobilizada. A ‘recusa’ ao trabalho possui fundamento histórico somente nos movimentos de abandono das charqueadas e das estâncias pelos libertos¹⁸², quando estes recusam as cláusulas de contratos de prestação de serviços que impunham condições de trabalho aviltantes, análogas aquelas do regime servil recém abolido. Contudo, como aponta o autor, “durante o regime escravocrata, como é sabido, as representações sociais desenvolvidas pelos brancos livres atribuíam ao escravo uma série de qualidades que também podem ser definidas em termos de preconceitos de raça ou de cor” (1962, p. 280). Essas representações sociais operavam como elementos organizadores “da sociedade de castas” (CARDOSO, 1962, p. 281). A abolição jurídica da escravatura não implica, entretanto, na supressão dessas representações. Há, no mais das vezes, ressignificações de alguns aspectos. Mas, a visão de mundo que desenha uma sociedade estratificada com os negros ocupando a camada mais inferior permanece vigente.

Assim, a expectativa frustrada da elite branca de que os negros permanecessem em seus postos – agora sob os contratos de prestação de serviços – transmuta-se “em ato de infidelidade, como ingratição” (CARDOSO, 1962, p. 280) que passa a sustentar uma visão do negro como “desordeiro, ocioso” (CARDOSO, 1962, p. 282). Dessa forma, “de um momento para o outro, o negro – que fora sustentáculo exclusivo do trabalho na escravidão – passa a ser representado como ocioso, *por ser negro*” (CARDOSO, 1962, p. 282).

Como as fontes arroladas pelo autor demonstram, a pretensa ‘recusa’ ao trabalho se encontra com estas formas de preconceito. Somam-se a isso, a oferta bastante limitada de postos de trabalho aos libertos (cf. CARDOSO, 1962, p. 279 e p. 299-306), o difícil acesso à educação formal (cf. CARDOSO, 1962, p. 291-297), o dado de que “os canais de ascensão do negro [...] eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas” (CARDOSO, 1962, p. 299) – com a conseqüente pequena possibilidade de mobilidade social (cf. CARDOSO, 1962, p. 291-297) – e as violações do arcabouço jurídico da recém instalada República pelas forças policiais¹⁸³.

¹⁸² Cf. (CARDOSO, 1962, p. 257-268 e p. 278-279).

¹⁸³ Entre outros exemplos, o autor menciona a invasão de domicílios e de festas; e o recrutamento forçado de homens negros para servir às Forças Armadas no contexto da Revolução Federalista. Cf. (CARDOSO, 1962, p. 283-288).

Fica claro, enfim, que a tentativa de atribuir aos libertos a posição de – nos termos de *História e consciência de classe* – sujeito revolucionário capaz de alcançar a consciência adequada da totalidade social, acaba por gerar um significativo descompasso entre os dados históricos utilizados pelo autor e a construção teórica que ele propõe.

O próprio Cardoso, em releitura publicada 40 anos após a primeira edição do livro, aponta para alguns problemas dessa construção. Em seu relato, ele sustenta que

não [...] reproduziria hoje, cem por cento, as interpretações do livro. Sobretudo a parte relativa às ideias lukacsianas de ‘consciência adequada’, de ‘falsa consciência da situação de classe’, que me pareceram, na releitura, um tanto metafísicas e beirando a analogia com a caracterização do proletariado.

Hoje, eu seria mais cuidadoso na transposição da visão marxista-lukacsiana sobre a impossibilidade do escravo compreender o modo de funcionamento da sociedade escravocrata (a ‘totalidade social’) a partir de sua ‘perspectiva de casta’. Por trás desta afirmação está a ideia de que só o proletariado pode entender criticamente o funcionamento da sociedade capitalista, lançando mão dos conceitos que a desvendem e desmistifiquem. Isso porque, ao entende-la a partir da consciência de sua posição de classe [...], o proletariado pode ao mesmo tempo agir para mudar sua posição na sociedade, e mudar a de todos. Não propondo uma sociedade na qual ele domine, mas na qual desapareça a dominação de classe. Assim, seu interesse particular motiva a ação política que pode criar uma sociedade melhor para todos.

Enquanto o escravo não deseja a generalização da condição de escravo, mas sim identificar-se com a condição de seu dominador, a de homem livre, sem tocar nas bases de sustentação da sociedade capitalista. Embora a comparação esclareça algo do processo histórico ocorrido, talvez a insistência nas diferenças entre a situação de escravo e a de proletário (aliás, óbvia) possa ter ficado um tanto confusa com a reiteração dos conceitos de Lukács (CARDOSO, 2003, p. 10-11).

4.3. Florestan Fernandes: análise sociológica do subdesenvolvimento

Em um projeto de pesquisas apresentado em 1962¹⁸⁴, Florestan Fernandes afirma que, até aquele momento, “grande parte dos projetos de investigação da Cadeira de Sociologia I” dedicavam-se ao “estudo macrossociológico das condições histórico-sociais de desintegração da ordem escravocrata-senhorial e de formação da sociedade de classes no Brasil” (1963, p. 303). Ele continua, apontando que “a inexistência de recursos financeiros limitavam os projetos, forçando-nos à realização de pesquisas relativamente localizadas no tempo e no espaço” (1963, p. 303).

O texto em que Fernandes tece essas considerações aponta, contudo, para um horizonte diverso. Trata-se do primeiro projeto de pesquisas – intitulado *Economia e Sociedade no Brasil* – do recém instalado Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), vinculado à Cadeira de Sociologia I da FFCL. Segundo o professor catedrático, “com a constituição do

¹⁸⁴ Publicado em uma coletânea de artigos no ano seguinte (FERNANDES, 1963, p. 300-327).

CESIT, graças às possibilidades criadoras pelo Plano de Ação, formamos uma equipe estável de pesquisadores junto à Cadeira de Sociologia I e iniciamos uma pesquisa mais ambiciosa, sobre a estrutura da empresa industrial em São Paulo” (FERNANDES, 1963, p. 303)¹⁸⁵. Ainda sobre a constituição e dotação orçamentária do centro, Fernandes diz que

graças à doação feita pela Confederação Nacional da Indústria [CNI], pudemos dispor de recursos financeiros para alargar as bases das investigações e considerar outros elementos da situação histórico-social, que nos permitem: 1º) orientar definitivamente as nossas pesquisas na direção da análise sociológica dos problemas de desenvolvimento econômico; 2º) escolher livremente os focos centrais (por serem relevantes do ponto de vista da estratégia do próprio desenvolvimento econômico) das investigações; 3º) pensar num quadro de referência mais ambicioso para o aproveitamento teórico final dos resultados da pesquisa sobre a empresa industrial em São Paulo (1963, p. 304-305)

Em nota sobre a doação da CNI, Fernandes afirma que ela “foi conseguida graças à compreensão revelada pela Junta Administrativa da Confederação Nacional da Indústria a um pedido da Cadeira de Sociologia I, [...] e do engenheiro Fernando Gasparian, então membro da referida Junta” (1963, p. 304). Esta afirmação ajuda a compreender a dinâmica de fundação do Centro, que – a despeito de sua estrutura e objetos de pesquisa modernos – só foi possível por uma conjuntura política favorável e pela mobilização dos favores e afetos.

O *Plano de Ação* mencionado por Fernandes foi proposto pelo Governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, em fevereiro do 1959 – primeiro mês de seu mandato. Entre suas diretrizes, o plano propunha o aumento do financiamento da USP¹⁸⁶ e a criação de uma agência estadual de fomento à pesquisa. Havia, assim, “um momento político favorável a propostas de inovação na estrutura acadêmica” (ROMÃO, 2006, p. 67) na Universidade de São Paulo. No mesmo sentido, esse contexto favorável permitiu ao CESIT conseguir para si a aprovação de 24,57% do total do orçamento da área de Ciências Humanas e Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 1962, primeiro ano de funcionamento da fundação (ROMÃO, 2006, p. 123-125).

Por fim, a doação da CNI foi possível graças à atuação de Fernando Henrique Cardoso, que trabalhou ao lado de Fernandes para o estabelecimento do CESIT. Em entrevista recente – concedida em 06 de dezembro de 2017 – Cardoso relata o processo da seguinte forma:

¹⁸⁵ Sobre essa mudança no escopo das pesquisas vinculadas à Cadeira de Sociologia I, ver (SALLUM Jr., 2002).

¹⁸⁶ O plano viabilizou, por exemplo, a conclusão das obras da Cidade Universitária.

o pai dessa moça que está aqui [*na Fundação FHC*], Heliana Gasparian, chamava-se Fernando Gasparian¹⁸⁷ e era muito amigo meu. A mãe dela, essas coisas pessoais são muito curiosas, foi colega da Ruth no colégio, quando ela dava aulas. Então tínhamos uma ligação muito próxima. O Fernando era muito amigo meu. O Marcos Pereira, que foi jornalista do Estado de São Paulo, e o Rubens Paiva, que mataram, eram muito amigos do Gasparian. Mais do Fernando do que nosso. Bom, mas nós éramos muito amigos... era um grupo de coisas assim e tal, embora cada um tivesse uma posição diferente... éramos ligados por uma ideologia nacional-desenvolvimentista. [...] Então o Fernando foi nomeado por Jango, em 1962 ou 1963... para a Confederação Nacional da Indústria¹⁸⁸. Ele era bem jovem, tinha trinta e poucos anos. E era jornalista e tal. Então eu consegui que o Fernando desse uma doação para a universidade, para a Cadeira do Florestan. Foi isso que deu origem ao Centro. Nós tivemos dinheiro para comprar uma Perua, para fazer pesquisa, aparelhos de fotografia... aí fizeram o *Cesit* dentro da Cadeira do Florestan e eu fui nomeado diretor do *Cesit*, mas subordinada, obviamente, à cátedra do Florestan. [...]

Então fizemos este centro. Mas era mesmo universitário. Não tinha nada a ver com a questão política. Podia ter tido influência intelectual ou existencial. Mas o que queríamos fazer era ciência, não era socialismo. Podia até ser lá no íntimo, mas a motivação direta era de fazer pesquisa. Então foi sob a égide do Florestan que surgiu este centro. Como eu tinha sido eleito ao Conselho Universitário da USP como representante dos ex-alunos, era algo até embaraçoso, pois eu tinha talvez mais influência política nas esferas administrativas do que o Florestan (FESTI, 2018, p. 396-397)

Esse enorme folego inicial permitiu que uma quantidade significativa de pesquisadores fosse formada no contexto dos projetos de estudos de *Economia e Sociedade no Brasil* (FERNANDES, 1963, p. 300-327) e de *A empresa industrial em São Paulo* (FERNANDES, IANNI, CARDOSO, 1963, p. 328-351). Ainda que o centro tenha perdido importância ao longo da década – até a sua dissolução em 1969 –, “muitas das teses e dissertações [em Sociologia na USP] concluídas ao longo da década de [19]60 e até o início dos anos [19]70 guardam relação quase direta” (ROMÃO, 2006, p. 138) com estes projetos.

O projeto de pesquisa de Florestan Fernandes interessa-nos, primeiramente, nesse sentido. A tese de doutorado de Maria Sylvia de Carvalho Franco, defendida em 1964,

¹⁸⁷ Fernando Gasparian (1930-2006) era filho do industrial Gaspar Gasparian. Formou-se em engenharia na Universidade Mackenzie. Durante o período universitário foi presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane e a União Estadual dos Estudantes. Depois de formado passou a trabalhar nas indústrias da família. Em 1957 foi eleito diretor e depois presidente do Sindicato das Indústrias da Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo. No ano seguinte, passou a integrar o quadro de diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/CIESP).

Durante a ditadura civil-militar, “foi acusado de financiar manifestações de rua contrárias ao governo” e, por isso, deposto “todos os seus cargos em órgãos sindicais patronais, sob a acusação de não se comportar de acordo com a ordem social vigente” (LAMARÃO, s./d.). No processo de redemocratização, foi Deputado constituinte e Deputado Federal (1987-1991) pelo PMDB de São Paulo.

¹⁸⁸ Fernando Gasparian foi interventor na CNI entre setembro e dezembro de 1961, nomeado pelo então Ministro do Trabalho, Franco Montoro. Nesse período conseguiu a aprovação da doação que permitiu o início das atividades do Cesit, no “valor de Cr\$10.000.000,00. Essa era uma quantia irrisória para os parâmetros da CNI, porém, significativa para a universidade, pois equivalia a pelo menos sete vezes o orçamento anual da Cadeira de Sociologia I” (FESTI, 2018, p. 265).

estabelece importante diálogo com questões do texto de Fernandes. O projeto de pesquisas é apresentado como uma *análise sociológica do subdesenvolvimento*. O autor explicita que se trata de uma concepção de Sociologia para intervenção na sociedade. Nos termos de Fernandes,

nos ‘países subdesenvolvidos’ ainda prevalece a fórmula segundo a qual ‘só vê algo sociologicamente, quem quer algo socialmente’. A situação coletiva de existência entrelaça o ‘querer comum’ e a ‘análise sociológica’, convertida em instrumento de autoconsciência da realidade. Desse entrelaçamento, resulta que a escolha dos temas de investigação deixa de ser uma operação intelectual totalmente livre. O que importa não é ‘conhecer qualquer coisa’; mas, aquilo que, nos processos de desenvolvimento em curso, possui real significação para a renovação do horizonte cultural e a solução racional dos dilemas nacionais (1963, p. 309).

O desenvolvimento socialmente desejado seria, ainda nos termos de Fernandes,

superar, com rapidez e decisão, todas as barreiras que os [os países subdesenvolvidos] mantinham em estado de estagnação econômica, de atraso cultural e de dependência política. Todos anseiam por anular a distância histórico-cultural que os separa dos ‘países adiantados’, e por *realizar, de modo equânime e completo, os ideais de organização da vida humana consagrados pela moderna civilização ocidental* (1963, p. 300, grifos nossos).

Com esse horizonte de desenvolvimento em vista, o autor coloca como questão mais específica “saber aonde chegamos e para onde vamos no processo de expansão da *civilização industrial* no Brasil” (1963, p. 303-304, grifo do autor). O programa de pesquisa era dividido em quatro grandes blocos de análise, sendo eles: a pesquisa acerca I. da mentalidade do empresário industrial; II. das formas de atuação do Estado na economia; III. da mobilização da força de trabalho; e, por fim, IV. daquilo que Fernandes nomeia “fatores societários residuais”, buscando compreender a “forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem sucedidas na instauração da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1963, p. 305).

Cada um desses temas de análise seria “objeto de projetos especiais de investigação”, sendo a “responsabilidade de planejamento, direção e elaboração dos relatórios finais” (FERNANDES, 1963, p. 305) atribuída aos professores da Cadeira de Sociologia I. A pesquisa acerca da mentalidade do empresário industrial ficou a cargo de Fernando Henrique Cardoso; a análise da “intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral” (FERNANDES, 1963, p. 305) ficou a cargo de Octávio Ianni; Maria Sylvia de Carvalho Franco dividia com Marialice Mencarini Foracchi a responsabilidade sobre o terceiro bloco do programa de pesquisa, que

pretendia analisar historicamente as formas de mobilização da força de trabalho, “sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como para os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política” (FERNANDES, 1963, p. 305); e, por fim, o próprio Florestan Fernandes conduziria a pesquisa sobre os fatores societários residuais.

Ressaltando que as questões que orientam o projeto de pesquisa dizem – em seu cerne – respeito à Economia, Fernandes procura explicitar a singularidade da “abordagem sociológica da economia”, que estaria na “preocupação básica de assentar a explicação das *regularidades econômicas* na dinâmica das sociedades humanas” (1963, p. 307, grifo do autor). Destacar essa particularidade é importante porque, segundo o autor, “os economistas e os *homens de ação* negligenciaram largamente a importância e as implicações da análise sociológica da economia” (1963, p. 307).

Para a análise dos países subdesenvolvidos, a perspectiva da Sociologia serviria para compreender que o desenvolvimento significa,

no mínimo, diferenciação econômica, com base na modernização tecnológica do campo e da cidade, na industrialização, na elevação da capacidade de consumo *per capita* e do padrão de vida das massas. Esses alvos correspondem, naturalmente, a aspirações sociais contraditórias, mas adquirem homogeneidade e conteúdo nitidamente revolucionário nos ‘países subdesenvolvidos’. Essa afirmação é tão verdadeira, que o chamado ‘desenvolvimentismo’ precisou de um substrato moral próprio, para objetivar-se e expandir-se socialmente: o *nacionalismo*, que serviu de escudo tanto às medidas de reforma social voltadas para a integração nacional, quanto para a proteção artificial do crescimento econômico e para alterações radicais da política econômica internacional dos ‘países subdesenvolvidos’ (FERNANDES, 1963, p. 308).

Partindo deste quadro, Fernandes sustenta que haveria uma demanda importante por explicações sociológicas de problemas econômicos, por que elas permitiriam

‘ver mais claro’ como e porque os ‘pontos de estrangulamento’ do crescimento econômico se prendiam aos modelos de organização das relações dos homens entre si e à mentalidade com que eles se dispunham a enfrentar ‘as exigências da situação’. De outro, porque seus resultados alargavam, por si mesmos, as bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente, conferindo aos homens de ação novos elementos para reconhecer a natureza dos obstáculos e das condições favoráveis do ambiente às inovações empreendidas ou desejáveis. *A análise sociológica assumiu, nesse contexto, duas funções nítidas. Ela serve como fator de renovação e de alargamento do horizonte cultural herdado. E serve para apontar o grau de adequação ou de inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente, onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante forte para romper com o peso morto do passado. Oferece ensinamentos, em suma, que facilitam os propósitos de libertar a economia dos influxos negativos da herança social e estimulam a*

orientação de conjugar as inovações econômicas ao planejamento e às reformas sociais (FERNANDES, 1963, p. 308-309, grifos nossos).

O autor fundamenta assim, aquela ideia de que à Sociologia se impõe a intervenção na sociedade e conclui que, sem o conhecimento suficiente dos temas significativos da contemporaneidade nacional, estaria a sociedade fadada a “‘desejar o desenvolvimento’ sem uma ‘filosofia-política desenvolvimentista’ apropriada” (FERNANDES, 1963, p. 309).

4.3.1. Estado e desenvolvimento

Na sequência do texto, Florestan Fernandes esboça questões fundamentais para cada um dos quatro eixos temáticos do projeto de pesquisa. Quanto ao primeiro deles, a mentalidade do empresário industrial, o autor aponta que a investigação busca encontrar as qualidades desejadas para “um novo tipo de empresário, que seja ‘homem de seu tempo’, mais ajustado, intelectual e moralmente, ao complexo mundo econômico da livre-empresa e do capitalismo” (1963, p. 311). O autor aponta, também, para os impactos das transformações sociais por que passou a sociedade brasileira para os agentes desse campo social: primeiramente, a emergência de uma

camada dos *managers*, altos funcionários de direção nas indústrias, [...] composta por personalidades com aptidões para a dominação burocrática, para o jogo econômico sob a filosofia da livre-empresa e para a compreensão da natureza dos mecanismos econômicos na sociedade capitalista” (FERNANDES, 1963, p. 312);

em segundo lugar, uma melhoria educacional no campo da administração; além disso, a

expansão de firmas estrangeiras acarretou a transplantação, em bloco, de modelos de organização institucional, de técnicas e de especialistas, o que redundou no aumento quantitativo do grupo empresarial tecnicamente qualificado e na cristalização de novos focos de referência para a avaliação qualitativa dos requisitos ideais, a que deve corresponder a personalidade do empresário (FERNANDES, 1963, p. 312);

e, por fim, a expansão dos “efeitos persistentes, que afetam a racionalização progressiva dos modos de entender e de lidar com os ‘assuntos práticos’ no âmbito da empresa, da economia de mercado e da política econômica” (FERNANDES, 1963, p. 312).

O eixo seguinte a ser abordado pelo autor trata da análise da relação entre Estado e desenvolvimento. Fernandes abre a discussão propondo que o caso brasileiro deve ser pensado,

inicialmente, no escopo do desenvolvimento histórico dos países subdesenvolvidos. Nesses países “os modelos de ordenação e de legitimação do poder político, transplantados dos ‘países avançados’”, encontram “condições reais de existência social” (FERNANDES, 1963, p. 313) que impõe contradições e ambiguidades que impedem a plena realização desses modelos políticos. Além disso, a escassez de recursos – aliada à indisciplina administrativa – limita a capacidade de ação do Estado (cf. FERNANDES, 1963, p. 313-314).

Partindo dessa generalização, Fernandes busca especificar algumas características distintas do caso brasileiro. Segundo o autor, “a estratificação da sociedade brasileira imprimiu à evolução do Estado moderno no Brasil feições peculiares” (FERNANDES, 1963, p. 314) que desviam, em alguma medida, das experiências históricas e dos modelos normativos advindos dos países desenvolvidos. Assim, entre nós, “malgrado o predomínio de inspirações liberal-democráticas [...] o Estado assumiu imensa variedade de encargos e segundo tal volume, que ele bem poderia ser uma expressão do *Welfare State* hodierno, não fora a ausência da filosofia política correspondente e a falta de um estilo de ação apropriado” (FERNANDES, 1963, p. 314).

Daí, pergunta o autor sobre as condições sociais que engendraram tal tendência de desenvolvimento histórico: a constituição de um Estado que é, simultaneamente, superdesenvolvido em suas atribuições e atrofiado em sua constituição interna. Essa dicotomia seria resultante, para o autor, de um desenvolvimento histórico que resulta num estado de anomia. Estas características do Estado brasileira seriam

produtos fatais do pauperismo econômico e das inconsistências básicas do nosso padrão de ‘nacionalismo’. Assim, o Estado teve de tomar iniciativas premido pela miséria imperante e pela pressão de interesses incontidos nos limites das conveniências da Nação como um todo. Onde ele não cuidou dos problemas da instrução, das vias de comunicação, dos transportes da assistência pública, etc., as comunidades humanas ficaram entregues a um triste desamparo. Ou os serviços em causa não apareceram, ou eles se constituíram, porém, fora e acima do alcance das massas. As camadas dominantes nunca desdenharam dos grandes problemas nacionais e do seu agravamento. Nem poderiam fazê-lo, pois isso acarretaria transtornos do equilíbrio social e prejuízos para seus interesses imediatos. Contudo, *as concepções nacionalistas imperantes em seu seio, não se associaram à objetivação de obrigações cívicas imperativas nem impuseram atitudes de identificação, de zelo intocável e de desprendimento perante o poder público. Em consequência, os círculos sociais em condições de empalmar a autoridade e de exercer o poder político fizeram de ambas as coisas um privilégio, manipulando-os livremente, sem restrições nascidas de convicções íntimas ou da fiscalização exterior* (FERNANDES, 1963, p. 314-315, grifos nossos).

Disso resultam, segundo Fernandes, duas consequências importantes. Primeiramente, o autor propõe que o caso brasileiro deve ser pensado a partir da persistência histórica de uma mentalidade política originalmente associada à nobreza agrária do Império – caracterizada pela combinação da monarquia constitucional com uma forma de dominação patrimonialista – que, apesar das mudanças que significaram alguma “democratização da riqueza, da autoridade e do poder”(FERNANDES, 1963, p. 315), perduraram através do “coronelismo” e da interpretação local do “desenvolvimentismo” (FERNANDES, 1963, p. 315). Caracteriza essa mentalidade política que os grupos de poder “que patrocinavam os interesses privados na estrutura de poder da sociedade, decidiam sobre eles em nome do Estado, como se fossem, legitimamente, *questões* de interesse público” (FERNANDES, 1963, p. 315, grifo do autor).

A segunda consequência da forma de constituição do Estado brasileiro está na prevalência da concepção de que

as medidas que promoviam o alargamento e o aprofundamento da intervenção do Estado adquiriam o caráter de mero expediente para enfrentar emergências – enfim, uma sorte de mal necessário. Se elas conviessem aos interesses das camadas dominantes, sua observância indefinida passava a ser ‘algo natural’. Em caso contrário, assim que os encargos supervenientes deixassem de ser onerosos ou se tornassem compensadores, sufocavam-se os empreendimentos oficiais, atrofiando-os, paralisando-os e transferindo-os simultaneamente para a esfera da iniciativa privada (FERNANDES, 1963, p. 315-316, grifo do autor).

Esses processos têm implicações diversas nas diferentes ordens da vida social. Do ponto de vista econômico o autor sustenta que o caminho adotado era o mais provável, inevitável, e que, a despeito de “todas as inconveniências e da iniquidade dos arranjos políticos em que se envolvia o Estado, *os efeitos deles sobre o crescimento econômico*, a curto e a longo prazo, *parecem ter sido construtivos*” (FERNANDES, 1963, p.316, grifos nossos). Do outro lado,

sob a perspectiva do desenvolvimento do Estado republicano, entretanto, é patente que a adoção de procedimentos menos egoísticos e imediatistas (igualmente conciliáveis com os interesses das camadas dominantes), teria facilitado a transição da ordem escravocrata-senhorial para a ordem social democrática e, especialmente, teria contribuído melhor para a consolidação do regime democrático de governo (FERNANDES, 1963, p.316).

Como consequência, o desenvolvimento das formas econômicas modernas e da administração pública burocrática a partir de tais condições históricas implicou em um padrão de ação das camadas conservadoras da sociedade que impõe “a anulação ou a mitigação das tendências inovadoras”. Nesse sentido, segundo Fernandes, os grupos dominantes “agiram

como se temessem arriscar sua posição na estrutura de poder”; e disso resulta que agem “como se o ‘arcaico’ devesse sempre prevalecer sobre o ‘moderno’” (FERNANDES, 1963, p. 317). Noutros termos, para tais grupos políticos, “o critério básico, na seleção das inovações praticáveis ou recomendáveis, consistiu no grau de compatibilidade existente entre elas, a maneira de realizá-las socialmente e a persistência do *status quo*” (FERNANDES, 1963, p. 316-317). Ou seja, tal postura controlou e limitou o pleno desenvolvimento da ordem social competitiva e a plena realização da modernização da sociedade e da administração pública.

Em face desse diagnóstico, Fernandes propõe a democratização “da autoridade, do poder político e do aparelho estatal” (FERNANDES, 1963, p. 316-7) e a modernização do Estado como condições para o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira. A primeira, aparece como condição para “quebrar a cadeia invisível, que nos prende ao passado e ao antigo regime, e que nos põe em risco de converter o ‘desenvolvimentismo’ em fator de perversão do regime republicano no sentido de uma plutocracia”. A seu turno, a segunda proposta “constitui o requisito para se promover o expurgo gradual de procedimentos políticos administrativos anacrônicos e para introduzir-se a racionalização [...] nas atividades [...] do Estado republicano” (FERNANDES, 1963, p. 318).

No mesmo sentido, a análise da mobilização da força de trabalho é concebida por ele a partir dos obstáculos para a mudança do trabalho escravo em direção à organização livre do trabalho. Segundo Fernandes, a persistência de padrões culturais “tradicionais” impedia a plena realização de uma organização do trabalho livre moderna no caso brasileiro (cf. FERNANDES, 1963, p. 318-319). Isso implica em que “a distância entre os ‘países subdesenvolvidos’ e os ‘países adiantados’ provém da capacidade relativa de cada um deles em face da mobilização do trabalho como fator social construtivo, em todas as funções que ele precisa preencher na civilização moderna. Essa capacidade simboliza, em última instância, *como* cada um deles mobilizou os homens para vida, transfigurando os em agentes úteis e produtivos do seu próprio destino histórico” (FERNANDES, 1963, p. 321, grifo do autor).

Como vimos, o projeto de pesquisa proposto por Florestan Fernandes marca uma mudança nas linhas gerais das pesquisas produzidas sob a Cadeira de Sociologia I: passa-se da desagregação da ordem senhorial-escravocrata e o estabelecimento de uma sociedade de classes para uma problemática concentrada nos aspectos políticos e econômicos do ‘subdesenvolvimento’. A tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso de que tratamos na seção anterior insere-se no primeiro quadro. Assim como o estudo sobre *Os homens livres*

na velha civilização do café, de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Este, contudo, – apresentado em 1964 – dialoga em suas construções teóricas e conclusões com as questões do segundo projeto.

Capítulo 5

Capitalismo e mundo rural

Tendo Florestan Fernandes como orientador, Maria Sylvia de Carvalho Franco apresentou sua tese de doutoramento, intitulada *Os homens livres na velha civilização do café*, em 1964. Cinco anos mais tarde, o trabalho foi publicado como livro pela Editora do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da FFCL, com algumas modificações no corpo do texto e no título, agora *Homens livres na ordem escravocrata*. Segundo a autora, nesse “intervalo, ficou emudecido pelo veto das assessorias ortodoxas, nas editoras, à direita e à esquerda: de um lado, porque o livro era marxista, de outro, porque não rezava pela cartilha” (FRANCO, 1997).

Alguns documentos registram esse processo. Em carta ao antigo orientador – datada de 02 de setembro de 1965 –, a autora manifesta o interesse de publicar a tese pela editora da FFCL, assim como os percalços encontrados. Narra a autora:

tive alguns dissabores, num contato recente com [Mário Guimarães] Ferri [então diretor da FFCL], porque a Editora Universitária recusou financiar parte da edição de meu livro. O nosso diretor é mesmo um homem intragável e não sei como fui capaz de me controlar para não devolver-lhe¹⁸⁹ as desconsiderações que recebi. Não consegui saber nada de produtivo ao conversar com ele, e fiquei meio desconfiada de alguma discriminação conosco, pois a Editora Universitária subvencionará todos os trabalhos da Sociologia II (FRANCO, 1965, p. 5, grifo da autora).

Mais adiante, lamenta ela: “em parte a culpa foi minha, que não movi uma palha para ‘promover’ o trabalho na Editora Universitária, mas fossem outros tempos e isso não seria mesmo necessário” (FRANCO, 1965, p. 5). Por fim, escreve que irá rerepresentar o projeto no ano seguinte e espera que “o livro só sairá lá pelo primeiro trimestre de 1966” (FRANCO, 1965, p. 5)

Em artigo publicado três anos depois, a autora afirma que o “livro que tem objeto mais amplo [...] *Os homens livres na velha civilização do café*” será “brevemente publicado pela Zahar Editores” (1968, p. 22). A mesma informação é reproduzida, no ano seguinte, pelo

¹⁸⁹ Tal como o manuscrito.

jornalista Hélio Damante, que diz que o “a autora preparou [o livro *Os homens livres na velha civilização do café*] para Zahar Editores” (1969, p. 5).

Por fim, divergindo da data que consta na ficha catalográfica do livro, Carvalho Franco escreve a Florestan Fernandes em meados de 1970 afirmando que “meu livro finalmente deve sair nas próximas semanas. O [José Aderaldo] Castello¹⁹⁰, no Instituto de Estudos Brasileiros, é que o editou. Assim que estiver pronto o enviarei” (FRANCO, 20/05/1970).

Com o passar dos anos, tornou-se “uma obra clássica que fez escola” (FAUSTO, 07/07/1997)¹⁹¹. Diferentemente das obras de Raymundo Faoro de que tratamos anteriormente, o texto de Carvalho Franco teve “seu peso limitado ao meio universitário” (SADER, 1996). Tratando-se de obra destinada a um público especializado, alcançou número editoriais bastante expressivos: depois da publicação pelo IEB, teve uma segunda edição pela Editora Ática¹⁹² em 1974 – esta, com 2 reimpressões –, a terceira, em 1983, pela Editora Kairós e a quarta, em 1997, pela Editora Unesp – já em sua oitava série de reimpressão (em 2021).

O escasso número de resenhas da primeira edição, bem como seus autores – fundamentalmente, colegas de FFLCH –, confirma o caráter restrito ao círculo universitário da obra. Sobre isso, Ruy Fausto avança uma hipótese ligada às relações pessoais. Em seu relato ele afirma que

Maria Sylvia (de quem não sou amigo, mas cujos trabalhos, em parte, aprecio) não participou do primeiro seminário [de Marx, organizado por professores da FFCL]. E não somente não participou. O grupo, digamos, dirigente do seminário competia com ela – lembro-me bem – e de forma muito dura. Um economista brasileiro bastante conhecido, que residia então no Chile, se queixou junto a mim do silêncio que uma das figuras de maior destaque no seminário fazia em torno da obra de Maria Sylvia. E em São Paulo, não me esqueço da verdadeira onda que fazia uma outra figura de destaque do seminário, onda não isenta de um ranço machista, em torno ‘dessas mulheres que não terminam nunca as suas teses’ (FAUSTO, 1996).

Na revista *Ciência e Cultura*, publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Maria Isaura Pereira de Queiroz diz que

um tipo de estudo que Florestan Fernandes encontrara [...] bastante cultivado, os ‘estudos histórico-sociológicos descritivos da sociedade brasileira’ são atualmente quase inexistentes. [...] A esse respeito, Maria Sylvia de Carvalho Franco é uma

¹⁹⁰ Diretor do IEB entre 1966 e 1981.

¹⁹¹ Em resposta à autora, Boris Fausto diz que entende obra clássica no sentido de “um livro muito relevante, marco de referência obrigatória para os trabalhos subsequentes e que já realizou um percurso no tempo – maior ou menor, conforme o caso –, permitindo que a condição de clássico se afirmasse” (28/09/1997). Sobre o tema, ver também (CAZES, 2018).

¹⁹² Entre as dez primeiras obras da coleção *Ensaio*, primeira incursão da editora no campo universitário. Entre outros acadêmicos, faziam parte do conselho editorial da coleção os seguintes professores da FFLCH: Antônio Cândido de Mello e Souza, Alfredo Bosi, Aziz Simão, Duglas Teixeira Monteiro e Rui Galvão de Andrada Coelho.

exceção que confirma a regra, com seu trabalho *Os homens livres na ordem escravocrata* (1972, p. 520)¹⁹³.

Na mesma revista, três anos depois, Queiroz apresenta o livro de Carvalho Franco como

um exemplo flagrante de originalidade de elaboração [...], um dos trabalhos mais importantes sobre a sociedade tradicional brasileira.

Faz a autora uma pesquisa em profundidade na sociedade rural no século XIX, em região cafeeira tradicional: o Vale do Paraíba. Sua base de dados são autos de justiça e sua análise incide sobre a violência que rege as relações entre os cidadãos livres que formavam as diversas camadas da sociedade rural. Usando um modelo de interpretação weberiana e levando em consideração toda a peculiaridade da sociedade rural que é ao mesmo tempo capitalista e escravocrata, que tem padrões estruturais paralelos de interesse e de parentesco resultando numa ‘dominação fluida e pouco regulamentada’, caracteriza a sociedade rural brasileira como senhorial, ao mesmo tempo que coloca em discussão – à luz de dados analisados – certos pressupostos teóricos como a harmonia básica que rege as relações dos pequenos grupos: o que encontrou foi a violência como norma de conduta comunitária.

Raro, exemplo, que mostra a especificidade e peculiaridade da sociedade rural brasileira, importante mas ainda não suficientemente salientada. É a partir de estudos como este que se poderá delinear uma nova orientação sobre o meio rural brasileiro (1975, p. 612).

Em longo texto de revisão da bibliografia publicado no diário *O Estado de São Paulo*, o historiador Carlos Guilherme Mota apresenta o livro de Carvalho Franco como “obra fundamental [...], que ainda não foi objeto de estudo crítico profundo para a avaliação de sua importância na revisão da historiografia brasileira” (1973, p. 5)¹⁹⁴. Dois anos mais tarde, na *Ciência e Cultura* – também em artigo de revisão – o autor trata novamente da obra de Carvalho Franco. Desta vez no interior do conjunto da produção da Cadeira de Sociologia I. Diz ele que

muitas são as vertentes desse conjunto [de autores], em que se encontram Pesquisadores preocupados com as peculiaridades da implantação (ou não) do capitalismo no Brasil, outros com a crise do regime escravista e O crescimento e integração (ou não) de homens livres na nova ordem social, outros ainda com o papel do empresariado e do proletariado nos quadros do subdesenvolvimento. Os temas são

¹⁹³ Pereira de Queiroz também indica 1970 como ano de publicação do livro.

¹⁹⁴ Poucos meses antes, na revista *Opinião* (dirigida por Fernando Gasparian), Maria Sylvia de Carvalho Franco publicara um comentário bastante simpático ao livro *Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos* de Carlos Guilherme Mota. Um dos “méritos” destacados pela autora decorre de escolhas metodológicas bastante próximas às dela. Segundo Franco,

o prof. Carlos Mota consegue fazer com que a investigação desvende um objeto de cuja estrutura conseguiu apanhar categorias que não lhe são extrínsecas. E isto não pode ser conseguido com uma abordagem simplista. O encadeamento hipotético-dedutivo e a série causal são substituídas pela *compreensão do sentido*. No lugar de um encadeamento unívoco e irreversível de conceitos utilizados como esquema metodológico, as categorias delineadas inicialmente de modo impreciso adquirem pouco a pouco maior determinação (1973, p. 2, grifo nosso).

diversos, mas procuram seus autores, em maior ou menor grau, as especificidades dos processos histórico-sociais na formação do Brasil contemporâneo, não descurando a problemática dos modos de produção, e procurando a historicidade dos fenômenos estudados. Estes, talvez, os traços distintivos da escola (MOTA, 1975, p. 483).

Também como parte de um conjunto, o livro de Carvalho Franco aparece na única menção que não advém de um professor universitário. No carioca *Jornal do Brasil*, em texto intitulado *De São Paulo*, Carlos Drummond de Andrade afirma que

São Paulo continua produzindo riqueza dos tipos mais variados, sem esquecer o cultural. Em sua Universidade, essa última produção se desenvolve em condições de fazer inveja ao resto do Brasil. O Instituto de Estudos Brasileiros, por exemplo, organizou-se de maneira a oferecer a pesquisadores e estudiosos em geral verdadeira mina de urânio. [...] Percorro, tomado de admiração, o rol de suas publicações: estudos notáveis sobre índios, mandonismo local na vida política brasileira, *homens livres na ordem escravocrata*, leituras francesas de Mário de Andrade, inventário e análise das revistas do Modernismo (1972, p. 5)

Passemos, enfim, ao texto¹⁹⁵.

5.1. O processo histórico e seu sentido

Como ponto de partida, o texto de Carvalho Franco coloca foco sobre um objeto de estudo que é – à primeira vista – um tanto peculiar: os homens livres e expropriados. Iniciar a análise a partir deles possui algo inusitado por se apresentarem como “uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade”. Segundo a autora, é assim porque no processo econômico iniciado na colonização – que perdura durante o Império – a “agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser” (FRANCO, 1969, p. 12). Noutros termos, a produção mercantil especializada e voltada para o comércio exterior combina-se com o isolamento e a necessidade de subsistência. Por conta disso, os homens livres e pobres, marginalizados em relação ao sistema mercantil e, portanto, ao latifúndio monocultor voltado ao comércio exterior, eram, ao mesmo tempo, desnecessários à produção mercantil e fundamentais para a insipiente economia interna.

¹⁹⁵ Vale apresentar, além dessas, uma outra menção ao texto de Franco. Já no final da década de 1970, em conferência proferida no Conselho Federal da OAB, Fábio Konder Comparato introduz uma discussão sobre o trabalho de Franco qualificando – curiosamente – como uma “monografia recente” (1979, p. 62).

Não é em torno deles, contudo, que gira o estudo. Eles são o ponto de partida para a compreensão do apogeu e a posterior desagregação da “velha civilização do café que, no século XIX, floresceu nas áreas do Rio de Janeiro e se São Paulo pertencentes à região do Vale do Paraíba” (FRANCO, 1969, p. 14)¹⁹⁶. Havia, assim, a “intenção de apanhar o momento em que atingia seu ponto alto a criatividade contida na organização agrária ‘colonial’ e em que tiveram também curso livre transcorrendo em curto espaço de tempo, todo um processo de desenvolvimento e regressão” (FRANCO, 1969, p. 15).

Para tanto, o estudo é dividido em duas partes, cada uma delas composta de dois capítulos (cf. FRANCO, 1964, p. I-II). A primeira delas intitula-se *As tensões e liames interiores: autonomia e autoridade na vida rústica*; e a segunda tem como objeto *As formas exteriores de vida: gênese e perecimento*¹⁹⁷. Como dissemos, o primeiro bloco parte dos homens livres e expropriados. Analisando as relações sociais entre os membros desse grupo social a autora busca compreender, no que ela nomeia *Código do Sertão*, uma forma de ética prática que tem a violência como fundamento moral¹⁹⁸ e elemento de coesão das relações comunitárias.

A análise avança pensando a integração desse estrato na dinâmica social. O problema central neste ponto está na relação dos homens livres pobres com os fazendeiros – a elite econômica no universo rural estudado pela autora. Nessa relação, Carvalho Franco busca caracterizar a forma pela qual se institui uma forma específica de dominação que difere conceitualmente tanto da dominação tradicional quanto da noção de interesses de classe. Assim, nas relações que se estabelecem entre fazendeiros, de um lado, e tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados, camaradas e jagunços, de outro, constitui-se um padrão de *dominação pessoal* (FRANCO, 1969, p. 61-110). Diferentemente da construção ideal-típica da tradição, a dominação pessoal precisa ser continuamente reposta, também diferente daquilo que indica a diferença de pertencimento às classes econômicas, as relações de dominação pessoal se constroem sobre o princípio de reciprocidade. O caso exemplar está nas relações de compadrio, mas mesmo as relações clientelistas dependem de um reconhecimento ético-moral da igualdade do outro.

Na segunda parte do texto, a autora busca desdobrar as consequências oriundas dessa forma de dominação à análise da administração pública no Estado. O que ela verifica é a

¹⁹⁶ Como vimos, a ‘velha civilização do café’ se opõe aos padrões ‘novos’ adotados na região do “Oeste Paulista” (cf. FRANCO, 1962, p. 42).

¹⁹⁷ Esta organização do texto é utilizada na tese de doutorado. Na edição do livro a divisão explícita do texto em dois blocos é retirada. O encadeamento dos capítulos permanece o mesmo.

¹⁹⁸ Sobre o tema ver (HOELZ, 2010).

extensão da dominação pessoal à administração do Estado, implicando em conflitos entre a administração federal e os interesses locais e na confusão entre patrimônio estatal e propriedade privada. Nesse sentido, a autora entende que o conceito de dominação patrimonialista não dá conta de explicar tal constelação histórica, na medida em que não há um estamento social que se apropria sistematicamente do aparato estatal, mas, antes, a confusão entre o público e o privado seguindo o padrão de dominação que precisa ser continuamente reposto. Isso é pensado concomitantemente à forma pela qual a relação dos homens livres com o aparato estatal se dá, qual seja, de modo bastante desigual segundo o pertencimento de classe dos homens livres (o que significa, empiricamente, que o acesso à administração é mediado pelas relações clientelistas). No mesmo sentido, há um importante descompasso entre as normas jurídicas abstratas e a moralidade. Isso não significa,

evidentemente, [que] por sofrer agressões parciais, a lei não perde sua obrigatoriedade e não deixa de pesar praticamente na orientação da conduta dos que a ela estão sujeitos, inclusive nos momentos de infração. O que se procura por em evidência [...] é como se justapõe, dentro do mesmo tipo de homens, *dois princípios antagônicos de orientação da conduta ambos com iguais possibilidades de serem seguidos como válidos: um, imposto pelos quadros com ativos da lei e do direito, [...] outro, alicerçado na força do costume e tácita mente observado pela população em geral* (FRANCO, 1969, p. 127-128, grifo nosso).

Avançando a partir dessas construções, a autora propõe que seria conceitualmente inadequado pensar em termos da oposição entre 'arcaico' e 'moderno' para entender a constituição de uma configuração histórica específica do Estado no Brasil. Carvalho Franco explicita que o modelo geral, tomado das interpretações clássicas dos processos de modernização, propõe que

o desenvolvimento do modo capitalista de produção e a ordem social burguesa conduziram a uma dissociação muito nítida entre a coisa pública e os negócios privados, com isto firmando-se, no campo político, o conceito liberal de Estado e na área administrativa os princípios da organização burocrática (FRANCO, 1969, p. 144).

No caso brasileiro, contudo, uma vez que o desenvolvimento do aparato estatal aparece inserido num contexto de imbricada relação com a dominação pessoal,

os elementos que poderiam ser referidos *as estruturas 'arcaicas' ou 'modernas' constituem na verdade o mesmo conjunto*: a existência de funcionários que detinham os meios da administração e realizavam amadoristicamente suas funções, a informalidade das práticas administrativas aparecem entrosadas à remodelação do aparelho governamental, à afirmação da soberania do Estado, à intenção convertê-lo

num instrumento de controle indireto das oportunidades de exploração econômica (FRANCO, 1969, p. 145).

Por fim, em sua última etapa, o estudo histórico da autora busca situar o desenvolvimento econômico brasileiro como configuração histórica específica inserida num contexto de capitalismo mercantil. Franco aponta que traços 'arcaicos' foram necessários à integração econômica brasileira aos mercados internacionais. Na produção mercantil do café os traços 'tradicionais' foram redefinidos em seu significado, permanecendo sua forma. A necessidade de rápido escoamento da produção e a inserção do café brasileiro no mercado internacional como um produto para o consumo de massa com baixo custo a um só tempo eram favorecidas pelas condições 'tradicionais' de produção, como também, inviabilizavam uma 'racionalização' da produção (cf. FRANCO, 1969, p. 163-187 e p. 213-227). Assim, enquanto conjunto, os elementos tradicionais só podem ser entendidos no contexto da produção capitalista. Há, nesse sentido, uma continuidade entre o 'velho' e o 'novo'. Novamente, “as estruturas ‘arcaicas’ ou ‘modernas’ constituem na verdade o mesmo conjunto” (FRANCO, 1969, p. 145).

Esta são as linhas gerais da análise histórica empreendida pela autora. Para nossos fins convém, contudo, voltar aos aspectos teóricos que fundamentam essa análise.

Como vimos, a autora toma o momento histórico estudado como um período de passagem. Em seus termos, esse momento se apresenta como “movimento de constituição de uma fase do processo histórico brasileiro, carregado das determinações vindas do passado e já prenhe dos elementos que alcançariam sua expressão plena na fase seguinte” (FRANCO, 1964, p. 2). É assim, segundo Carvalho Franco, porque a ordem econômica fundada no latifúndio monocultor voltado para a exportação só poderia existir inserida num contexto capitalista. Ao mesmo tempo, a sociedade escravista tinha suas bases – a escravidão e a economia exportadora – herdadas do período colonial. Noutros termos, a análise histórica devia dar conta “de uma sociedade escravista que estava, ao mesmo tempo, nitidamente permeada de determinações do modo capitalista de produção” e de “indagar sobre o significado mais geral dos nexos estabelecidos entre os elementos constitutivos do sistema socioeconômico colonial” (FRANCO, 1964, p. 2). Assim, em termos históricos a questão se coloca para a autora em termos de “descobrir o *sentido* mais amplo do processo histórico brasileiro” (FRANCO, 1964, p. 2, grifo nosso).

Empiricamente, isso significa estabelecer “a *modernidade* da colonização portuguesa como ponto de partida” (FRANCO, 1969, p. 13, grifo da autora). Segundo Carvalho Franco, os empreendimentos coloniais portugueses alteraram significativamente a dinâmica comercial no Mediterrâneo. Primeiramente, pelo “alargamento quantitativo das operações comerciais” (FRANCO, 1964, p. 7). Num contexto em que o princípio norteador das atividades era a extração do máximo de lucro a partir de pequenas trocas, esse aspecto não é desprezível e resultou, por algum período, no controle de preço por Portugal. Esse cenário diz respeito ao comércio de mercadorias oriundas das colônias orientais: pimenta – “o lume dos olhos de Portugal” (FRANCO, 1964, p. 6) –, tecidos, óleos, perfumes e resinas. Comum a todos é o “caráter estático do modo de produção desses artigos, fundado em processos artesanais e baseado em técnicas refinadas e complicadas, tradicionalmente fixadas e firmemente integradas a estilos de vida socioeconômica que se transformavam com lentidão”. Continua a autora, sustentando que esse modo de produção artesanal “muito dificilmente poderia aparecer articulado aos processos de mudança rápida que se estavam inaugurando na Europa e que acabaram por constituir-se num dos caracteres essenciais da civilização ocidental” (FRANCO, 1964, p. 6).

A mudança cujo impacto seria decisivo viria com o povoamento das possessões atlânticas. Segundo Carvalho Franco, “no primeiro caso [...] a conquista e a exploração das riquezas não importou numa interferência no processo de produção, enquanto *no segundo se deu a implantação de todo um sistema socioeconômico visando à obtenção do produto*” (1964, p. 7, grifo nosso). Nesse sentido, “com o povoamento das colônias ocidentais, se firmou um novo tipo de articulação entre os centros produtores e a rede organizada de distribuição de mercadoria” (FRANCO, 1964, p. 7). Assim, sustenta a autora, o estágio de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo mercantil relaciona-se diretamente com o tipo específico de colonização portuguesa no ocidente. A capacidade portuguesa de controlar a distribuição de mercadorias nos centros consumidores europeus “dava-se articuladamente ao domínio ‘racional’ dos centros de produção” (FRANCO, 1964, p. 8). As sociedades coloniais surgiram, nesse sentido, “em função do núcleo vital (a atividade mercantil) desse processo de mudança. Mas surgiram, elas próprias, centradas nas atividades de *produção* de mercadorias” (FRANCO, 1964, p. 20).

A síntese desse processo se expressa na ideia de que “todo o processo do desenvolvimento do capitalismo é a história da racionalização crescente das relações econômicas” (FRANCO, 1964, p. 8). Como tal é entendido o processo de expansão do primeiro

produto da monocultura tropical nas colônias ocidentais: o açúcar. No contexto do comércio Mediterrâneo, esta mercadoria entregava altos lucros num regime baseado em pequenos volumes e altos preços. Esse modelo de comércio foi radicalmente transformado com a mudança de escala da produção e da distribuição, em sua nova “organização metódica e o escoamento regular para mercados amplos e ampliáveis. [...] O açúcar passou a ser produzido avolumadamente e a ser consumido como artigo de primeira necessidade” (FRANCO, 1964, p. 9). Essa mudança da escala, assim como a velocidade com que se operou tal mudança é, segundo a autora, largamente tributária ao regime de trabalho que possibilitou essa produção de larga escala: a escravidão mercantil. Carvalho Franco sustenta que

o trabalho escravo aparece como um dos fatores fundamentais do êxito da exploração açucareira, como elemento essencial na determinação das possibilidades de recorrência e integração entre os setores de produção e comercialização e da crescente *racionalização* de ambos (1964, p. 9, grifo nosso).

Nesse sentido, esse regime de trabalho forçado passa a se definir como um dos alicerces de uma produção vinculada ao capitalismo mercantil, “o escravo surgiu redefinido como categoria puramente econômica, assim integrando-se às sociedades coloniais” (FRANCO, 1969, p. 11)

A organização da produção monocultora de açúcar em grandes unidades produtoras ancorou-se, inicialmente, em alguns avanços de ordem tecnológica. Contudo, conforme

estabilizaram-se e rotinizaram os processos básicos de fabricação do açúcar [...] a expansão do setor da produção dependeu da intensificação da exploração dos meios de produção em termos absolutos: estender as plantações e obter maior volume de matéria-prima para alimentar os engenhos, ampliar a capacidade destes e, em função de tudo isso, *aumentar o número de trabalhadores* (FRANCO, 1964, p. 10, grifo nosso).

Segundo a autora, havia – do ponto de vista do colonizador – farta oferta de terra. Nesse sentido, a expansão da área plantada não se apresentava como problema¹⁹⁹. Segundo essa lógica, no entanto, a abundância de terra agricultável apresentava-se, também, como problema: “o que a liberava, fazia dela, ao mesmo tempo, um deserto, que *não podia prover o agente de trabalho que se fazia imprescindível*” (FRANCO, 1964, p. 12, grifo nosso). Esta demanda por mão-de-obra foi suprida na forma da escravidão moderna: “as populações africanas

¹⁹⁹ O que não significava, lembra a autora, que elas fossem “legalmente de uso comum, nem sequer que todo homem livre podia apropriar-se dela, mas apenas aqueles com capacidade aos interesses metropolitanos” (FRANCO, 1964, p. 43).

escravizadas correspondiam sobejamente às exigências de fornecer contingentes adicionais, e sempre maiores, de agentes de trabalho” (FRANCO, 1964, p. 16). Assim, ainda segundo a lógica do colonizador, “escravidão moderna, vista à luz da ação desses produtores do novo mundo, aparece efetivamente como criação sua” (FRANCO, 1694, p. 19). E o trabalho escravo, funciona, por fim, como meio imprescindível para que se efetivasse a expansão da produção. Nesse sentido, “a escravidão moderna representa um fator importante” no “processo de integração entre centros consumidores e centros produtores, cujo sentido é, essencialmente, o da *orientação racional da ação econômica, visando lucro contínuo e crescente*” (FRANCO, 1964, p. 18, grifo nosso).

A autora aponta, sintetizando seu argumento, que

configurando-se um capitalismo comercial caracterizado pela busca ininterrupta de lucro progressivo, num movimento sempre renovado, a organização racional dos mercados articula-se a um controle dos centros de produção. Vê-se, por aí, como o capitalismo comercial vinculado à exploração do açúcar já determina um modo particular de produção, submetendo-o, dentro das possibilidades definidas pelo momento histórico a que está preso, ao movimento de expansão e acumulação do capital. [...] O sentido das conexões entre as colônias portuguesas e a constituição do sistema capitalista pode ser melhor precisado. Em verdade, o seu significado relevante, tendo em vista esse processo, é que com elas se instala um modo de produção presidido pelo capital, e com elas inaugura-se a produção em massa e em volume crescente, articulada a um mercado largo e ampliável. Sem dúvida, a implantação das empresas açucareiras está vinculada ao capitalismo comercial. [...] Importa dar ênfase ao fato de que o capitalismo comercial já implicou na determinação de um modo particular de produção nas colônias portuguesas. É por essa via que se desvenda a importância dos estabelecimentos coloniais como momento de constituição do sistema capitalista, evidenciando-se como, desde os primeiros ensaios no mundo moderno, o capital vinculou-se inextricavelmente ao processo de produção (FRANCO, 1964, p. 18-19).

Fica claro com a conclusão desse argumento, que a autora refuta – também – o “esquema *escravismo-feudalismo-capitalismo* nas interpretações da sociedade brasileira, as quais, mesmo em versões sofisticadas, fazem *tábula rasa* das dificuldades de periodização histórica” (FRANCO, 1969, p. 7, grifos da autora).

Estabelecendo que as sociedades coloniais são “momentos do processo que inaugurou o modo de ser moderno das sociedades ocidentais” (FRANCO, 1978, p. 145) e que, nesse contexto, o escravizado é redefinido como categoria puramente econômica resta – entende a autora – evidenciar que em sua análise a escravidão aparece não como sistema econômico, mas como instituição, “submetida à múltiplas determinações que lhe imprimiam sentido” (FRANCO, 1969, p. 11) – na medida em que não consistia, no sistema colonial, em um princípio unificador da integração social. Nesse sentido, interessa “tentar compreender a

situação histórica [...] mediante um procedimento, sintetizador que permita [...] reconhecer o domínio e a exploração do escravo como *parte* de uma constelação social” (FRANCO, 1964, p. 40, grifo da autora). A autora entende que, nesse processo de gênese da modernidade, “o ressurgimento da escravidão, o desenvolvimento do trabalho livre, a formação da burguesia, a constituição do empreendedor colonial são categorias unitariamente determinadas: *nos tempos modernos uma não existe sem a outra*”. Na sequência, sintetiza ela, “*a mesma determinação essencial as atravessa*: em cada uma delas, se poderá encontrar a unificação dos vários e contraditórios elementos presentes no todo” (FRANCO, 1978, p. 180, grifos nossos): o capitalismo.

5.2. Diferenciação social e dominação

Segundo Carvalho Franco, a despeito do processo de independência política, com a manutenção do regime escravocrata e da economia fundada no latifúndio monocultor cuja produção é destinada ao suprimento de mercados externos, as bases da organização social descrita para o período colonial permanecem – em suas linhas fundamentais – válidas para o Brasil Império. É sobre essas bases que se assenta a velha civilização do café do Vale do Paraíba, objeto de estudo da autora.

Com isso em vista, é pertinente destacar que o regime de escravidão moderna aparece “como ‘presença ausente’, mas constante e pesada” (FRANCO, 1969, p. 7) no texto de Carvalho Franco. O que está em questão é, como vimos, o destino “dos proprietários, como também a sorte dos homens livres e pobres” (FRANCO, 1969, p. 7). Entretanto, para compreendê-los dentro de um quadro que toma o capitalismo como totalidade, como conceito inclusivo, e, portanto, que pressupõe a modernidade do processo de colonização, cabe – diz a autora – colocar em questão “a base conceitual que vem sustentando, em larga medida, as teorias sobre sociedades subdesenvolvidas, descritas como tradicionais” (FRANCO, 1969, p. 13).

Com o intuito de se contrapor a essas teorias, ela recorre às construções ideais-típicas, método “em geral avocado nessas interpretações” (FRANCO, 1969, p. 13). Assim, a autora sustenta que procurou “usar os conceitos de relação comunitária, de autoridade tradicional, e de sociedade estamental conforme os requisitos dos tipos-ideais, para esclarecer sua inadequação à sociedade brasileira” (FRANCO, 1969, p. 13). Em seus termos – que, nesse particular, seguem

Max Weber de muito perto – utilizar esses termos tal como descritos pelo sociólogo alemão resulta em pouca capacidade explicativa para a compreensão da sociedade brasileira. Ainda nesse sentido, ela explicita a advertência de “que essa objeção não se resolve com o argumento da divergência entre realidade e conceito, deste jamais ser coincidente, sem sua pureza, com as situações empíricas” (FRANCO, 1969, p. 13). O que está em questão, diz ela, é que ao recorrer às construções de tipos ideais como se fossem meros conceitos classificatórios se omite ou – em seus termos – se esquece que, “em que pese seu caráter formal, [os tipos ideais] são construções teóricas que expõe *o caráter singular dos fenômenos culturais*. Nessa medida são *históricos*. São conceitos *genéticos*, cujo rigor supõe a observância dos nexos de sentido entre seus componentes” (FRANCO, 1969, p. 13, grifos nossos).

Tem-se, enfim, que a generalização desses constructos como se fossem universalmente aplicáveis resulta em “técnica defeituosa [...] que tem levado à impropriedade no uso desses conceitos” (FRANCO, 1969, p. 13). Ou, ainda, a negligência dos requisitos teóricos para a formulação de tipos ideais “transforma-os em conceitos classificatórios que meramente sumarizam os traços comuns e certos fenômenos empíricos” (FRANCO, 1969, p. 14), nesse processo, “conserva-se apenas uma equivalência nominal dos conceitos originais, alterando-se por completo sua construção e suas funções no processo de pesquisa” (FRANCO, 1972, p. 9). Tendo esse ponto de vista teórico em mente, a autora explicita ao longo do texto que a questão central que permite compreender o universo empírico estudado na articulação entre a moralidade e a forma pela qual os valores impactam nas formas de condução da vida está na noção de tradição. Diz ela que, seguindo Weber,

sociologicamente, o conceito de tradição seria de pouco interesse se tomado apenas no sentido impreciso de transmissão, mediante o contato entre gerações, de elementos da vida social. O que diferencia a tradição do costume, do uso e do hábito, e faz com que possa se constituir como um princípio essencial de regulamentação do comportamento em certos tipos de organização social, é que *implica um julgamento de valor sobre o elemento transmitido, na crença em seu caráter sagrado e inquebrantável*. Na esfera do tradicional, saímos daquilo que existe faticamente, que foi de há muito estabelecido e que é apenas reconhecido e praticado de modo geral, para *articular a noção de antigo e consensual à de valor*. *Apenas nesses termos é que se pode reconhecer na tradição a força para cristalizar e fazer um código realmente uniformizador da conduta*, pela firme adesão das consciências às suas prescrições (FRANCO, 1969, p. 58; 1970, p. 115, grifos nossos).

Nesse sentido, a autora entende que o conceito de tradição apresenta potencial heurístico apenas quando pensado nas implicações da cristalização de padrões éticos em formas de conduta. Ela enfatiza, que “em Weber *tradição* aparece como princípio teórico constitutivo de uma das formas de dominação” (FRANCO, 1972, p. 39, grifo da autora). Não seria, portanto,

extensível como elemento articulador das relações sociais em seu conjunto. Para a compreensão das “sociedades globais”, diz ela, “a noção de tradição aparece [em Weber] *apenas como um fator*, com a conotação empírica de transmissão de elementos da vida social, aliada à ideia de estabilidade, e *não com a força de um princípio constitutivo de sistema*” (FRANCO, 1972, p. 39, grifos nossos).

Assim, a autora sustenta que é conceitualmente inadequado definir o mundo caipira em termos de sociedade tradicional. A posição marginal dos homens livres expropriados em relação ao sistema econômico e a disponibilidades de terras²⁰⁰ implicavam em

grande mobilidade dos componentes dos pequenos grupos, impedindo que se estabelecessem entre eles relações dotadas da durabilidade necessária para a cristalização de obrigações tradicionalmente aceitas. Além disso, o simples contato com a sociedade economicamente articulada, por via do aproveitamento residual, que fez do homem pobre e livre, operava decisivamente nesse sentido: havia sempre pelo menos a possibilidade de vida fora do grupo para aqueles que frustrassem as expectativas ou transgredissem os usos estabelecidos (FRANCO, 1969, p. 58-59).

Sendo assim, sustenta ela, “apesar da aparente estereotipação²⁰¹, as relações estiveram fracamente regulamentadas”. Deste modo, o dado moral que confere inteligibilidade aos padrões de conduta não é a tradição, mas a violência. Segundo a autora,

o caráter eminentemente pessoal das relações sociais [...], as existências inteiramente pobres, incipientes no domínio da natureza e rudimentares nos ajustamentos humanos, pouco se propõe ao entendimento do homem senão a sua própria pessoa. É ela que sobressai diretamente, solitária e despojada, por sobre a natureza; apenas *ela constitui o sistema de referência através do qual o sujeito consegue perceber-se*. [...] A visão de si mesmo e do adversário como homens integrais impede que as desavenças sejam conduzidas para lutas parciais, mas faz com que tendam a transformar-se em lutas de extermínio. Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser: conservar intocada a independência e ter a coragem necessária para defendê-la são condições de que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se. *A valentia constitui-se*, pois, *como o valor maior de suas vidas* (FRANCO, 1969, p. 59-60, grifos nossos)²⁰².

²⁰⁰ Carvalho Franco aponta que, ainda que este estrato social estivesse “destituído da propriedade da terra”, estava dada a possibilidade “de sua posse” (1964, p. 43). Era assim porque

dada a larga disponibilidade das terras apropriadas, e os limites impostos à exploração pelo próprio custo das plantações, ficou travada a ocupação exaustiva do solo, determinando-se uma grande ociosidade das extensões incorporadas aos patrimônios particulares, podendo, sem prejuízo econômico, serem cedidas para o uso de outros (FRANCO, 1964, p. 43).

²⁰¹ O termo é usado com o mesmo sentido que discutimos quando tratamos de *Os donos do poder*.

²⁰² Como vimos, esse sistema de valores que entende “a violência como legítima e imperativa, coloca [...] o problema de uma regulamentação normativa da conduta que é alheia (e até contraditória) ao Direito positivo” (FRANCO, 1969, p. 60).

A violência física não poderia, contudo, funcionar como fundamento moral para as relações entre os grandes proprietários e os homens livres e expropriados. As relações sociais entre estes eram reguladas pela “possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia” (FRANCO, 1972, p. 10). Entre eles e os senhores²⁰³ tem como princípio norteador “a adesão da consciência dos dominados, como se tivessem engendrado sua própria sujeição, definindo-se [...] a representação da ‘lei moral’ que garante [...] o cumprimento do dever e, *ipso facto*, a continuidade da obediência” (FRANCO, 1972, p. 14, grifo da autora), ou seja, constituem-se como uma relação de dominação. O que há de comum entre elas é que “ambos os processos [...] transcorrem num nível que é eminentemente *pessoal*” (FRANCO, 1969, p. 80, grifo da autora).

De modo análogo à forma de análise do *Código do Sertão*, interessa no caso das formas pessoais de dominação compreender o fundamento valorativo que lhes confere sentido. São, segundo a autora, erigidas sobre um fundamento de igualdade. Cabe, então, precisar o significado atribuído ao termo. Não se trata “do ‘nivelamento’ social do fazendeiro e do sitiante”, tampouco do “trato ‘igualitário’ [...] entre eles” (FRANCO, 1969, p. 81). A possibilidade de reconhecimento em termos de igualdade moral está imbricada com as decorrências jurídicas e valorativas da escravidão. Transformado em propriedade privada, ao escravizado se nega a condição humana. Do outro lado, “na representação consciente do fazendeiro, o sitiante era *pessoa*” (FRANCO, 1969, p. 89, grifo da autora). Essa representação se estende aos tropeiros, vendeiros, agregados, camaradas, jagunços, colonos, enfim, a todos os homens livres. O reconhecimento da condição humana do outro se explicita, segundo a autora,

quando se faz ver que o tipo de ajustamento elaborado entre eles, mediante a dominação pessoal, mobilizava basicamente os atributos indispensáveis para participar de uma associação moral. Em princípio, a afirmação de fidelidade encerra o discernimento entre o Bem e o Mal, entre o certo e o errado: implica a capacidade de aprovar ou rejeitar a conduta do outro, necessária para a organização da conduta do próprio sujeito no sentido de conceber e alentar a sua devoção. A lealdade inclui o reconhecimento do benefício recebido, o sentimento de gratidão por ele e o imperativo de sua retribuição equivalente. Do ponto de vista jurídico também o reconhecimento do sitiante como pessoa era completo. A condição de homem livre tornava-se integral com a prática do direito de propriedade e com o exercício de direitos políticos. Essas considerações mostram como a integração do sitiante à vida social se fazia mediante a exigência dos atributos específicos de sua humanidade: a consciência moral e faculdade da razão (FRANCO, 1969, p. 89).

²⁰³ Grande parte desses senhores rurais com altas patentes da Guarda Nacional; em número mais reduzido integrando o estrato mais baixo da nobreza imperial (cf. FRANCO, 1969, p. 219-220 e FAORO, 1974, p. 22-29 e p.37-39).

O caso que melhor exemplifica essa relação é, para Carvalho Franco, a relação de compadrio – na medida em que ela permite uma aparente quebra nas barreiras sociais entre padrinho e afilhado e, além disso, encontra por seu caráter religioso-sacramental fundamento moral de tipo tradicional. Assim,

nas suas origens, o batismo estabelece ritualmente um parentesco divino e isto entre seres que se reconhecem, também originalmente, como da mesma ordem natural, como *pessoas*. Reproduz as obrigações entre pais e filhos, essa ambivalente relação de poder e sujeição estabelecida entre indivíduos que não se veem como essencialmente diferentes, mas como potencialmente iguais. É certo que os compromissos entre padrinho e afilhado eram nuançados na medida em que também se matizavam as diferenças de posição social: no mesmo nível, a observância dos deveres tendia a ser mais rigorosa. No entanto, o respeito pelas promessas trocadas, em que pese a diversidade de posições sociais, era requisito mínimo de sua própria eficácia como técnica de dominação (FRANCO, 1969, p. 81-82, grifo da autora).

Contudo, outras formas de dominação pessoal não continham esse elemento sacramental tradicional. Mesmo nas relações de compadrio as diferenças de posição social podiam aumentar as chances de transgressão – como aponta a autora. Havia a expectativa de cumprimento dos acordos, mas sua efetivação era analisada caso a caso, de modo arbitrário. Assim, Carvalho Franco sustenta que, por seu caráter pessoal, as relações de dominação entre fazendeiros e homens livres e pobres precisam ser continuamente repostas. Sendo assim, não pode ser caracterizada como uma forma de dominação tradicional. Num polo oposto, não pode ser tratada -também – em termos de interesse de classes²⁰⁴: a obrigatoriedade de amparar um protegido poderia colocar dois senhores em conflito (FRANCO, 1969, p. 73-74); favores devidos aos senhores levava os homens expropriados a agirem contra aquilo que – externamente – poderia ser tomado como seus interesses (FRANCO, 1969, p. 83-86).

A autora aponta, por fim, para um elemento contraditório na *práxis* da dominação pessoal. Em seus termos, “o mesmo complexo que encerrava o reconhecimento, pelo senhor, da humanidade de seus dependentes trazia inerente a negação dessa mesma humanidade” (FRANCO, 1969, p. 89). Mais detalhadamente,

a visão e o proceder do senhor, em face de seu dependente, presumiam constantemente a condição humana deste último e fundavam as técnicas de dominação social. Por causa desse sentido que lhe era essencial, a prática do fazendeiro, em seu extremo, conduzia à destruição daqueles mesmos predicados que organizavam a imagem social do submetido com a categoria de pessoa. Desse modo, o fabricar de lealdades e fidelidades por meio de um processo cumulativo de recíprocos encargos e favores

²⁰⁴ Este se define, segundo a autora, em termos de “posse e não posse” (1972, p. 23) e das “condições do mercado e o princípio que o rege – a utilidade marginal” (1972, p. 23). Eles se medem, por fim, em termos da “violência instaurada pela desigualdade fundamental dos que entram nas relações de troca: os possuidores e não possuidores” (FRANCO, 1972, p. 23).

promovia, sucessivamente, a eliminação completa da possibilidade de um existir autônomo. Os efeitos desse processo não param no nível da orientação da conduta, cancelando a racionalidade mínima que implica a representação subjetiva de motivos e de fins. Eles atingem até a própria consciência do mundo social, impossível de ser concebido senão mediante o prisma formado pela encarnação do poder: este transfigura a realidade social, convertendo-a nas formas objetivadas da existência daquele que é ideado como superior, e plasma as categorias através das quais ela é conhecida, confinando-as a imagens que não podem transcender essa mesma situação vital particular, personificada e alheia. [...]

A admissão do dependente como pessoa é essencial para sua integração a uma ordem social que aniquila seus predicados de ser humano. Vê-se, por aí, a brutalidade da alienação a que está exposto. Essa dominação implantada por meio da lealdade, do respeito e da veneração estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementaridade, em que a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço, e resulta na aceitação voluntária de uma autoridade que, consensualmente, é exercida para o bem. Em suma as relações entre senhor e dependente *aparecem* como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco (FRANCO, 1969, p. 90-91, grifo da autora).

Fica claro, enfim – voltando às definições conceituais que abrem a discussão – a adesão subjetiva aos termos da dominação. Só é possível compreender esse processo a partir da compreensão do universo valorativo que fundamenta as formas de condução da vida. Com essa visada metodológica é possível passar de uma escala concentrada na compreensão interpretativa da ação social para a análise dos processos históricos. Nesse sentido, Carvalho Franco faz um movimento que avança na interpretação de conceitos clássicos e com isso, consegue, também, propor importantes elementos teóricos para interpretação do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Opondo-se às generalizações que tomam o moderno capitalismo industrial como paradigma analítico, a autora defende que de tal procedimento resulta numa concepção de sociedade “como multiplicidade de relações repetitivas, prescindindo de sua [...] localização histórica. Esses aspectos formais são justapostos sem nenhuma validação objetiva; transformam-se em nomes com pretensão de validade universal” (FRANCO, 1972, p. 36). Num sentido oposto, Carvalho Franco expõe um arcabouço conceitual que alarga a teoria no sentido de buscar uma representação teórica mais adequada para compreender o momento histórico estudado, uma forma específica no desenvolvimento do capitalismo.

Considerações finais

Em artigo intitulado *Weber e a interpretação do Brasil*, Luiz Werneck Vianna aponta Raymundo Faoro e Maria Sylvia de Carvalho Franco como destacados representantes de “duas vertentes analíticas” (1999, p. 33) da presença de Weber no pensamento social brasileiro. Seriam elas “dominadas respectivamente pelos temas do patrimonialismo de Estado [...] e do patrimonialismo de sociedade civil” (1999, p. 33). Esta oposição coloca luz sobre a separação fundamental entre as obras de que tratamos nesta tese. No momento histórico central para as duas obras – o Segundo Reinado –, *Os Donos do poder* trata de um estrato social associado ao poder central, à esfera do Poder Federal. Ainda que não se limite a isso, o foco está na capital do país: o Rio de Janeiro. O estamento burocrático é, para Faoro,

camada semi-oculta [que] faz deputados, dá a nota à sociedade e dispõe do poder político. Ligada, muitas vezes, a uma situação de classe, dela independe, se conceitualmente isolada, no seu prestígio e estilo de vida. É a sociedade dos titulares, mas *sobretudo do mecanismo além dos titulares, onde eles nascem e crescem* (FAORO, 1974, p. 8).

No mesmo sentido, o polo dinâmico da economia local estaria – segundo a interpretação faoriana – no mundo urbano. Em seus termos, “a sociedade agrária é um reflexo da sociedade urbana” (1974, p. 24). Entende ele que essa relação se constitui dessa forma porque a produção rural depende dos capitalistas urbanos (comissários e banqueiros) para a sua reprodução. Ele busca, contudo, matizar essa relação, articulando que

o binômio cidade e campo não se esgota em relações de predomínio econômico, com um termo a serviço do outro. O vínculo não é aritmético e quantitativo; é de influência recíproca, dialética. Há um setor que comanda, o setor dinâmico, mas o outro pólo não se reduz a massa passiva, fria, morta. As estruturas se interpenetram, em conflito permanente, ajustando-se e renovando seus componentes. O mundo da sociedade e o mundo da economia se fixam mal no repouso dos esquemas. Eles se dilaceram nas energias rebeldes e nas forças em busca de expansão, mal dominadas no equilíbrio. A cidade — o comércio, o crédito, a exportação — manda mas não impera, dirige mas não subjuga, orienta mas não esmaga (FAORO, 1974, p. 196).

Pensado em termos igualmente dialéticos, Carvalho Franco inverte o sentido da investigação e da exposição. Parte do mundo rural e da esfera municipal para – ao final da análise – pensar algumas das implicações que os padrões de conduta, sistemas de valores e

organização econômica que regulam as relações no campo têm no urbano. Segundo a autora, no âmbito dos governos municipais não se verifica empiricamente uma lógica estamental de organização das estruturas burocráticas. Nesse sentido, a compreensão da dominação pessoal como forma das relações de dominação é fundamental para explicar o funcionamento do governo.

Diferente daquilo que Faoro propõe em relação ao governo central, no município impera – segundo Carvalho Franco – a escassez, uma “situação crônica de penúria”, que “ao mesmo tempo [em] que forçava medidas racionalizadoras, [...] impedia que elas vigorassem” (FRANCO, 1969, p. 121). Esta trava à racionalização da burocracia decorre da indistinção entre patrimônio privado do administrador e o patrimônio público. Nos termos da autora,

em lugar do funcionário público tornar-se cada vez mais um executivo que apenas gere os meios da administração, manteve-se preservada a situação em que ele detinha sua propriedade. Isto significa, evidentemente, que ele os podia controlar autonomamente, *pois ele os possuía*. Seu era o dinheiro com que pagava as obras; seu, o escravo cujos serviços cedia; sua, a casa onde exercia as funções públicas (1969, p. 126, grifo da autora).

Com isso,

a espinha dorsal na formação do Estado moderno (a separação dos fundos públicos dos recursos privados, mais exercício despersonalizado das funções públicas e sua definição por normas gerais) não encontrava condições para se completar. O processo de expropriação das agências locais [...] freou a mudança pretendida, pois a pobreza crônica, a que ficaram relegadas aquelas agências, teceu a base material que confundiu continuamente cofres públicos e bolsos particulares. Também se fez sentir o descompasso entre a estrutura formal da Administração e o modo concreto como transcorriam seus processos. A escassez de funcionários qualificados, a desnecessidade imediata de racionalização em seus procedimentos, *a fidelidade aos valores próximos ao grupo retardaram a separação entre autoridade oficial e influência pessoal* (FRANCO, 1969, p. 162, grifo nosso).

Nesse sentido, autora sustenta que tratar essas circunstâncias históricas em termos de dominação patrimonial é insuficiente para a explicação sociológica. Tem-se, antes, que

O próprio conceito de cargo público e o seu exercício foram reelaborados instrumentalmente pelos membros do grupo local, passando a ser definidos conforme as normas e propósitos seus. Assim sendo, embora impostos de fora os novos modelos de organização administrativa e embora tomadas as providências para garanti-los praticamente, criando estímulos e controles da atuação de seus funcionários, não se logrou a produzir uma “moralidade” correspondente. Não estavam das as condições para isso, não se completando a separação entre pessoal administrativo e os meios materiais da Administração. *As coisas públicas continuaram a ser usadas diretamente pelo grupo no poder e de acordo com o tipo de relações básicas na organização social: a dominação pessoal* (FRANCO, 1969, p. 136, grifo nosso).

Sem ignorar essa diferença fundante entre os autores, é possível seguir o caminho diverso e pensar alguns pontos de afinidade entre as teses de *Os donos do poder* e de *Os homens livres na ordem escravocrata*, o que pode servir para pôr luz em aspectos das análises com um grande potencial explicativo.

Como ponto de partida, algo que hoje se apresenta como ponto pacífico, mas não era evidente quando da publicação de ambos os textos: a crítica à tese do feudalismo como etapa do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. A dura crítica de Wilson Martins ao ensaio de Faoro ou o estudo de Inácio Rangel intitulado *Dualidade básica da economia brasileira* (publicado um ano antes de *Os donos do poder*)²⁰⁵ servem como exemplos de que essa ideia era bem aceita naquele momento. Reforçam esse ponto o cuidado com que Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco – ficando apenas nos autores que ocupam estas páginas – procuram refutar essa tese.

Tanto em *Os donos do poder*, quanto em *Os homens livres na ordem escravocrata* a impossibilidade de um período feudal aparece como consequência lógica de um aspecto histórico que é basilar para os dois estudos: a concepção de que a experiência histórica da modernidade é muito anterior às revoluções burguesas do século XVIII. A constituição do Reino de Portugal em torno de uma aristocracia funcionária, assim como um sistema econômico fundado na produção em larga escala e na lucrativa distribuição dessas mercadorias são, ambos, expressões do moderno. Na análise dessa experiência modernizadora atrelada ao empreendimento colonial, os dois autores confluem, também, para perceber as mudanças sociais ocorridas não só na Colônia – polo produtor nesse momento de capitalismo político – mas também na Metrópole. A administração ultramarina impõe mudanças à legislação e à burocracia portuguesa. No mesmo sentido, a distribuição da produção colonial é o elemento organizador da economia portuguesa – o que resulta, com o passar dos séculos, em uma tendência ao engessamento. Não se trata, enfim, de preciosismo terminológico, mas de um cuidado historiográfico que ajuda a deslindar importantes aspectos das articulações de funcionamento do capitalismo comercial no Atlântico Sul.

Ainda no que tange à dinâmica do capitalismo agroexportador, os dois concordam, também, sobre a importância dos regimes de distribuição e de propriedade da terra. Não apenas para entender os processos de ocupação do território da Colônia, mas – principalmente – na compreensão da gênese e da persistência de desigualdades sociais com impactos profundos na

²⁰⁵ Cf. (FRANCO, 1969, p.9).

sociedade brasileira. A posição marginal na organização social de agregados e posseiros, consolidada no ordenamento jurídico do Império explicita esta questão.

Na análise das desigualdades está o ponto no qual os dois autores se encontram de modo mais significativo. Ambos sustentam que o critério econômico – a divisão da sociedade em classes – é insuficiente para dar conta da complexidade das relações empíricas. A igualdade moral entre os homens livre (ricos ou expropriados) – numa sociedade marcada por mais de 350 anos de escravidão – não é um dado desprezível. Não por acaso, “os homens livres alimentaram um projeto de senhores – ‘nenhum brasileiro consente jamais em servir, todos desejam ser amos’” (FRANCO, 1969, p. 211). Mesmo entre os homens livres, os critérios ético-valorativos mostravam-se reguladores importantes nas relações pessoais. Diferenças verificáveis em todos os níveis da pirâmide econômica, inclusive, no topo. A oposição entre os fundamentos morais que orientam as condutas dos senhores produtores – que negam o cultivo do ócio, o dispêndio e a opulência – e dos rentistas – apegados às liturgias no trato social e ao letramento – explicita, como exemplo, antagonismos no interior da elite econômica²⁰⁶. A análise do patronato político – o estamento-burocrático – aponta para o mesmo sentido. Tomando esse estrato social como objeto central, Faoro apresenta critérios valorativos que organizam relações sociais de várias camadas da sociedade.

Para os dois autores, colocar esses fundamentos morais da ação social como problema de investigação permite, também, compreender a legitimidade da dominação, os princípios que orientam a adesão dos dominados. Novamente, esses termos evidenciam – segundo os autores – a insuficiência da noção de interesse de classes para dar conta daquilo que se apresenta na empiria. Este é o desafio que se colocam Faoro e Carvalho Franco, construir conceitos que permitam explicar os fenômenos empíricos de modo mais adequado possível. O recurso ao aparato weberiano – mediação que não é exclusiva, vale lembrar – parece colaborar decisivamente nesse sentido. Trata-se, enfim, de “servir o conhecimento da significação cultural de complexos históricos e concretos que constitui o único fim último e exclusivo ao qual [...] está dedicado o trabalho da construção e da crítica de conceitos” (WEBER, 2006, p. 105).

Nesse sentido, revisitar esses autores não aparece como mero exercício de historiografia das ideias. O corpo a corpo com seus textos ajuda a descortinar nexos de questões que permanecem relevantes para a compreensão da sociedade brasileira.

²⁰⁶ Sobre isso, ver (FAORO, 1974, 196-268) e (FRANCO, 1969, p. 165-220).

Referência bibliográfica

- ABELLÁN, Joaquín. *Estudio preliminar* in WEBER, Max. **Por qué no se deben hacer juicios de valor em la sociología y en la economía**. Madrid: Alianza, 2010;
- ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia (1968)**. São Paulo: Unesp, 2007;
- AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo*. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, 2000;
- ALBROW, Martin. *Die Rezeption Max Webers in der britischen Soziologie* in: WEISS, Johannes (Hrsg.), **Max Weber heute: Erträge und Probleme der Forschung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita. *Einleitung* in: WEBER, Max. **Agrarrecht, Agrargeschichte, Agrarpolitik. Vorlesungen 1894-1899**. Max Weber-Gesamtausgabe, Band III-5, Hrsg. von R. Aldenhoff-Hübinger Tübingen: Mohr (Siebeck), 2008;
- _____. *Comentários sobre Mariannne Weber: vida, obra, política, impacto* in: ZANON, Breilla et. al.(orgs.) **A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, <disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/35atualidade>>;
- ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita; FEHLEMANN, Silke. *Einleitung* in: WEBER, Max. **Arbeiterfrage und Arbeiterbewegung. Vorlesungen 1895-1898**. Max Weber-Gesamtausgabe, Band III-4, Hrsg. von R. Aldenhoff-Hübinger, in Zs.-Arb. mit S. Fehleemann, Tübingen: Mohr (Siebeck), 2011;
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *De São Paulo*. **Caderno B**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 07/12/1972;
- ARANTES, Paulo. *Comentário à COHN, G. Por que Adorno odiava tanto Weber?* in: Colóquio Internacional Adorno: a reinvenção da dialética (FFLCH/USP), 24/08/2018, São Paulo;
- ARON, Raymond. **Essai sur la théorie de l'histoire dans l'Allemagne contemporaine: la philosophie critique de l'histoire**. Paris: Vrin, 1938a;
- _____. **Introducion à la philosophie de l'histoire: Essai sur les limites de l'objectivité historique**. Paris: Gallimard, 1938b;
- _____. **La sociologie allemande contemporaine**. Paris: Presses universitaires de France, 1981 [1935];
- _____. **As etapas do pensamento sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1982];
- AZEVEDO, Fernando de. **As universidades no mundo de amanhã**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1947;
- BADER, Wolfgang. *Apresentação* in: ALMEIDA, Jorge de; BADER; Wolfgang (orgs.). **Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil**. Vol. I São Paulo: Cosacnaify, 2009;
- BAdW – Bayerische Akademie der Wissenschaften. *Kommission für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Vorhaben Max-Weber-Gesamtausgabe*. sem data, [disponível em: http://www.badw.de/de/forschung/kommissionen/17_sowi/index.html]; acesso em 29 jan. 2014];
- BAETA, Hermann Assis (org.). **História da Ordem dos Advogados do Brasil: Da redemocratização ao Estado Democrático de Direito (1946 -1988)**. Vol. 5. Brasília: Conselho Federal da OAB, 2003;

BARATA, Manoel Sarmiento. *Apontamentos de fim de ano. Suplemento literário*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 21/02/1959;

BARBOSA, Francisco de Assis. [Orelha do livro] in: FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974;

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. *Tese de Livre Docência*. Universidade de São Paulo, 1959;

BASTOS, Elide Rugai. *Pensamento social da escola sociológica paulista* in: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002**. 1ªed. São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS, 2002;

_____. *Raízes do Brasil-Sobrados e mucambos: um diálogo*. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, 2005;

BENDIX, Reinhard. **Max Weber: An intellectual portrait**. London, New York: Routledge, 1998 [1960];

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Raymundo Faoro, nosso amigo*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003;

BENTO, Berenice. *Gênero: uma categoria útil de análise?* **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2022;

BERBER, Friedrich. *Aufzeichnungen (1919/20)* in: KÖNIG, René; WINCKELMANN, Johannes (Hrsg. von). **Max Weber zum Gedächtnis: Materialien und Dokumente zur Bewertung von Werk und Persönlichkeit**. Köln: Westdeutscher, 1963;

BLANCO, Alejandro. *Max Weber na sociologia Argentina (1930-1950)*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004;

BORCHARDT, Knut. *Os cursos de Max Weber: economia política geral ou teórica (1894-1898)*, **Tempo social**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012;

BOTELHO, André. *Sequências de uma sociologia política brasileira*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007;

_____. *Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia* in: BASTOS, Elide R.; BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2008;

_____. *Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco*. **Lua Nova**, São Paulo, v. 90, 2013;

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Crime e castigo: Os Sertões na cultura brasileira*. in: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de canudos**. São Paulo: Penguin classics Companhia das Letras, 2019;

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964**. São Paulo: Hucitec, 1997;

_____. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005;

BRASIL Jr., Antônio. **Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2011;

_____. *Linhas retas ou labirintos? A tradução da sociologia da modernização nos textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani (1960-1970)*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 28, n. 82, 2013a;

_____. **Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani**. São Paulo: Hucitec, 2013b;

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. **Brasil: oriente político? Uma discussão sobre o patrimonialismo estatista**. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de São Paulo, 2015;

- BRUUN, Hans Henrick. **Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology**. London: Ashgate, 2007 [1972];
- BSS - Bangladesh Sociological Society, *Patrimonialism, Culture and Religion: A Reexamination of Max Weber*, **Bangladesh e-journal of sociology**, Dhaka, v. 1, n. 1, 2004;
- CALABRE, Lia. *Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura*. in: Anais do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no mundo Ibero-americano. Rio de Janeiro: UERJ/UFF, 2006;
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Kardecismo e umbanda**. São Paulo: Pioneira, 1961;
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. *O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira*. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2003;
- CÂNDIDO, Antônio. *O significado de Raízes do Brasil* in: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil. Edição crítica: organização Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña, Marcelo Diego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016;
- CAPEAUX, Otto Maria. *Max Weber e a catástrofe* in: **A cinza do purgatório: ensaios**. Rio de Janeiro: C.E.B., 1942;
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difel, 1962;
- _____. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Difel, 1964;
- _____. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;
- _____. *Prefácio à 5ª edição: relendo papéis antigos* in: **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003;
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;
- CAZES, Pedro. *Pioneiras da Sociologia: Um estudo clássico de Maria Sylvia de Carvalho Franco*. **Horizonte ao Sul**. disponível em <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2018/08/10/pioneiras-da-sociologia-um-estudo-cl%C3%A1ssico-de-maria-sylvia-de-carvalho-franco>>, 2018, acesso em: 16/08/2019;
- CEPÊDA, Vera Alves. *O lugar da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado no pensamento político dos anos 1950* in: BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. & VILLAS BÔAS, G. (orgs.). **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2008;
- CESAR, Guilhermino. *Os donos do poder*. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 23/05/1959;
- CHACON, Vamireh. **Max Weber: A crise da ciência e da política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988;
- CLAPCS - Centro Latino Americano de Pesquisas de Ciências Sociais. Anais do seminário internacional “Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, Rio de Janeiro, 1960;
- COHEN, Jere. *Moral freedom through understanding in Durkheim*. **American Sociological Review**, Washington, Vol. 40, No. 1, 1975;
- COHEN, J. HAZELRIGG, L. POPE, W. *De-Parsonizing Weber: A critique of Parsons' interpretation of Weber's sociology*. **American Sociological Review**, Washington, Vol. 40, No. 5, 1975;
- _____. *Reply to Parsons*. **American Sociological Review**, Washington, Vol. 42, No. 5, 1977;

- COHN, Gabriel. *Alguns problemas conceituais e de tradução em Economia e Sociedade* in: WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. I. Brasília: UnB, 1994 [1991];
- _____. *Prefácio: como um hobby ajuda a entender um grande tema* in: WEBER, Max. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. São Paulo: Edusp, 1995;
- _____. **Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2003 [1979];
- _____. *Max Weber: muito além do Estado nacional* in: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (orgs.). **Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil**. Vol. I São Paulo: Cosacnaify, 2009;
- _____. *Persistente enigma* in: FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, [livro eletrônico], 2012;
- _____. *Prefácio à edição brasileira* in: WEBER, Max. **Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião**. Vol. I. [Confucionismo e Taoísmo]. Petrópolis: Vozes, 2016;
- _____. *O tempo e o modo: matrizes da dialética marxista*. in: **Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social**. Rio de Janeiro: Azougue, 2017;
- _____. *Por que Adorno odiava tanto Weber?* in: Colóquio Internacional Adorno: a reinvenção da dialética (FFLCH/USP), 24/08/2018, São Paulo;
- COMPARATO, Fábio Konder. *A função social dos profissionais do Direito em nossos dias*. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, 1979;
- _____. *Raymundo Faoro, historiador*. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 48, 2003; *Correio da Manhã*. **Livros da Semana. Correio da Manhã**. Primeiro Caderno. Rio de Janeiro, 27/03/1959;
- COSTA, Sérgio. *O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 3, 2014;
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Introdução in: CLAPCS - Centro Latino Americano de Pesquisas de Ciências Sociais. Anais do seminário internacional “*Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*”, Rio de Janeiro, 1960;
- CUNHA, Mário Wagner Vieira da. *Resistência da burocracia às mudanças sociais, no setor público e no setor privado* in: CLAPCS - Centro Latino Americano de Pesquisas de Ciências Sociais. Anais do seminário internacional “*Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*”, Rio de Janeiro, 1960;
- CURY, Isabela Volpato. **Juristas e o Regime Militar (1964-1985): atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB**. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de São Paulo, 2008;
- DAMANTE, Hélio. *A civilização caipira*. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 13/09/1969;
- Diário de Notícias. *Escritores e livreiros destacam fatos literários de maior repercussão do ano*, **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 04/01/1959;
- Diário do Paraná, *Letras e artes*. **Diário do Paraná**. Curitiba, 18/01/1959;
- DIAS, Fernando Correia. *Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 14, n. 4, 1974;
- DEMENEZES, Eliezer. *Notícias de Porto Alegre*. **Leitura**, Rio de Janeiro, n. 10, abril, 1958;
- DUNCAN, Silvio; FAORO, Raymundo; HECKER FILHO, Paulo. *Quixote: Editorial* [Projeto de Digitalização e Divulgação de Revistas de Graduandos da Faculdade de Direito]. **Res Severa Verum Gaudium**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 2018 [1947];

- EHRLE, Franz-Josef. **Max Weber und Wien**. *Dissertação de Doutorado*. Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, 1991;
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958;
- _____. *Folhetos da Independência* in: Conselho Federal de Cultura. **O debate político no processo de independência**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973;
- _____. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974;
- _____. *O Estado não será inimigo da liberdade*. in: Anais da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil: *o Estado de Direito*. Rio de Janeiro: OAB/Conselho Federal, 1978;
- _____. *A nossa velha Faculdade de Direito*. **Correio do Povo**, Caderno de Sábado. Porto Alegre, 19/04/1980;
- _____. *O testamento*. **Correio do Povo**, Letras e livros. Porto Alegre, 26/03/1983;
- _____. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1987;
- _____. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. **Revista da USP**, São Paulo, n. 17. 1993;
- _____. *Mestre Sérgio. Mais!*. Folha de São Paulo. São Paulo, 23/06/2002;
- _____. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, [livro eletrônico], 2012 [1975];
- FAUSTO, Boris. *Um mundo em ruínas. Mais!*. Folha de São Paulo. São Paulo, 07/07/1997;
- _____. *O que é mesmo um clássico? Mais!*. Folha de São Paulo. São Paulo, 28/07/1997;
- FAUSTO, Ruy. *A esquerda passada a limpo: entrevista concedida a Fernando de Barros e Silva. Mais!*. Folha de São Paulo. São Paulo, 06/10/1996;
- FARIA, José Eduardo. *Prefácio* in: FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021;
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Editora Nacional, 1959;
- _____. *Análise e crítica do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases* in BARROS, Roque S. M. de (org.). **Diretrizes e Bases da Educação**. São Paulo: Pioneira, 1960;
- _____. **Sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Editora Nacional, 1963;
- _____. *História e histórias: Depoimento a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn (depoimento realizado no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, no dia 26 de junho de 1981)*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 42, n. 2, 1995;
- FERNANDES, Florestan; IANNI, Octávio; CARDOSO, Fernando H. *A empresa industrial em São Paulo (projeto de estudo)* in: FERNANDES, Florestan. **Sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Editora Nacional, 1963;
- FERREIRA, Gabriela Nunes; RICUPERO, Bernardo. *Vinho novo em odres velhos: continuidade e mudança em os donos do poder* in: BASTOS, Elide R.; BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008;
- FESTI, Ricardo Colturato. **O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2018;
- FISCHER, Luis Augusto. **Um passado pela frente: poesia gaúcha ontem e hoje**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992;
- Folha da Tarde, *Quixote*. **Folha da Tarde**. Porto Alegre, 05/02/1949;
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *O treinamento dos Pesquisadores em Sociologia*. **II Seminário Rio-Grandense de Sociologia**, Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas/URGS, 1960;

- _____. *Ideologia do ensino superior*, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 83, v. 36, 1961a;
- _____. *Reflexões sobre o treinamento dos Pesquisadores em Sociologia*. **Sociologia**, São Paulo, v. 23, n. 2, 1961b;
- _____. **Os alunos do interior na vida escolar e social da cidade de São Paulo: técnica e resultado de uma pesquisa de treinamento**. São Paulo: FFCL/USP, 1962;
- _____. **Homens Livres na Velha Civilização do Café**. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo, 1964;
- _____. *O código do sertão: um estudo sobre violência no meio rural*. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 5, 1968;
- _____. *Carta a Eurípedes Simões de Paula*. Fundo Florestan Fernandes/UFSCar/BCo (cód. 02.09.1337), manuscrito, 30 dez. 1968;
- _____. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: IEB-USP, 1969;
- _____. *Carta a Florestan Fernandes*. Fundo Florestan Fernandes/UFSCar/BCo (cód. 01.09.5821), datilografado, 29 mai. 1970;
- _____. **O Moderno e suas Diferenças**. *Tese de Livre-docência*. Universidade de São Paulo, 1970;
- _____. *Carta a Florestan Fernandes*. Fundo Florestan Fernandes/UFSCar/BCo (cód. 01.09.8071), datilografado, 10 jan. 1970;
- _____. *Carta a Florestan Fernandes*. Fundo Florestan Fernandes/UFSCar/BCo (cód. 01.09.5821), datilografado, 29 mai. 1970;
- _____. *Sobre o conceito de tradição*. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 5, 1972;
- _____. *Por um mínimo de rigor*. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 37, junho, 1973;
- _____. *As ideias estão no lugar*. **Cadernos de Debates**, São Paulo, n. 1, 1976;
- _____. *Organização social do trabalho no período colonial* in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;
- _____. *Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco*. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 4, 1981;
- _____. *Memorial acadêmico de Maria Sylvia de Carvalho Franco*. São Paulo. Concurso público para Professora Titular. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988 (Mimeo);
- _____. *Resposta à ortodoxia*. **Mais!**. Folha de São Paulo. São Paulo, 14/09/1997;
- FREUND, Julien. *Sociologie de Max Weber*. Paris: Presses universitaires de France, 1966;
- FREYER, Hans. **La sociología, ciencia de la realidad: fundamentación lógica del sistema de la sociología**. Buenos Aires: Losada, 1944;
- _____. **Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft: logische Grundlegung des Systems der Soziologie**. Unveränderte Nachdruck der ersten Auflage von 1930. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1964;
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933;
- _____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951;
- _____. **Casa-grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975;

FUENTE, Yolanda Ruano de la. *Max Weber in the Spanish Speaking World* in: AY, Karl-Ludwig, BORCHARDT, Knut (Hrsg. von). **Das Faszinosum Max Weber: Die Geschichte seiner Geltung**. Konstanz: UVK, 2006;

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005;

GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. in: SCHWARCZ, Lilia M. (org.) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. IV. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

GRIGOROWITSCHS, Tamara. **Um outro espírito, um outro capitalismo: o papel da economia antiga na tipologia do capitalismo em Max Weber**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2012;

HABERMAS, Jürgen. *Diskussion über ‚Wertfreiheit und Objektivität‘* in: STAMMER, Otto (Hrsg.). **Max Weber und die Soziologie heute. Verhandlungen des 15. deutschen Soziologentages**. Tübingen: Mohr, 1965;

HANKE, Edith. „*Max Webers Schreibtisch ist nun mein Altar*“: *Marianne Weber und das geistige Erbe ihres Mannes* in: AY, Karl-Ludwig; BORCHARDT, Knut (Hg.). **Das Faszinosum Max Weber: Die Geschichte seiner Geltung**. Konstanz: UVK, 2006;

_____. *A obra completa de Max Weber - MWG: um retrato*. **Tempo social**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012;

_____. *Max Weber weltweit: zur Bedeutung eines Klassikers in Zeiten des Umbruchs*. In: HÜBINGER, Gangolf (Hrsg.). **Europäische Wissenschaftskulturen und politische Ordnungen in der Moderne (1870–1970)**. Munich: Oldenbourg, 2014;

_____. *Max Weber worldwide: The reception of a classic in times of change*. **Max Weber Studies**, London, v. 16, n. 1, 2016;

HANKE, Edith, HÜBINGER, Gangolf, SCHWENTKER, Wolfgang. *Die Entstehung der Max Weber-Gesamtausgabe und der Beitrag von Wolfgang J. Mommsen* in: CORNELISSEN, Christoph (org.). **Geschichtswissenschaft im Geist der Demokratie: Wolfgang J. Mommsen und seine Generation**. Berlin, Akademie Verlag, 2010;

_____. *The Genesis of the Max Weber-Gesamtausgabe and the Contribution of Wolfgang J. Mommsen*. **Max Weber Studies**, London, v. 12, n. 1, 2012;

HARTMANN, Heinz. **Moderne amerikanische Soziologie: Neuere Beiträge zur soziologischen Theorie**. Stuttgart: Enke, 1967;

_____. **Logbuch eines Soziologen: Arbeit, Ausbildung, Anerkennung im Fach (1950-2000)**. Münster: Spurt, 2007;

HENNIS, Wilhelm. **Max Webers Fragestellung: Studien zur Biographie des Werks**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1987;

HENRICH, Dieter. **Die Einheit der Wissenschaftlehre Max Webers**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1952;

HOELZ, Maurício. **Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010;

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil. Edição crítica: organização Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña, Marcelo Diego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016;

HORKHEIMER, Max. **Survey of the social sciences in Western Germany: a report on recent developments**. Washington: Library of Congress, 1952;

Instituto de Estudos Avançados/USP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, 1987;

_____. *Dossiê: 150 anos do Manifesto Comunista*, **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1987;

IGLESIAS, Francisco. *Resenha de Os Donos do Poder. Cadernos (Departamento de Ciência Política/UFGM)*, Belo Horizonte, n. 3, 1976;

ISA - International Sociological Association, **Books of the XX Century**, disponível em <<https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa/books-of-the-xx-century>>, s./d., acesso em: 13/11/2018;

JARSPERS, Karl. **Max Weber: Politiker, Forscher, Philosoph**. Bremen: Storm, 1946;

JAY, Martin. **The Dialectical Imagination: a History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950**. Berkeley, Los Angeles: University of California, 1996 [1973];

KALBERG, Stephen. **Max Weber's comparative historical sociology**. Chicago: University of Chicago, 1994;

KÄSLER, Dirk. *From Academic Outsider to Sociological Mastermind: The Fashioning of the Sociological "Classic" Max Weber*. **Bangladesh e-journal of sociology**, Dhaka, v. 1, n. 1, 2004;

_____. *Zwei Denker aus Deutschland: Eine deutsch-deutsche Editions-geschichte, Leviathan*, Baden-Baden, v. 36, n. 4, 2008;

_____. *Ein Autor und seine Darsteller, Editoren und Interpreten: Zwei weitere Bände der Max Weber-Gesamtausgabe und ein Sammelband mit Studien zu Themen von Max Weber sind erschienen*. **Literatur Kritik**, v. 18, n.4, Abril, 2010;

_____. **Max Weber**. München: Beck, 2011;

_____. *Ein „stahlhartes Gehäuse“ ist kein „Iron Cage“: Über Forscher, die kein Deutsch können*. **Literatur Kritik**, v. 20, n.1, Januar, 2012;

_____. **Max Weber: Preuße, Denker, Muttersohn. Eine Biographie**. München: Beck, 2014;

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009;

KUPER, Gina Zabłudovsky. **Patrimonialismo y modernización: Poder y dominación en la sociología del Oriente de Max Weber**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2011 [1993];

_____. *El concepto de patrimonialismo y su aplicación al estudio de México y América Latina* in: LAIZ, A. M.; WEISZ, E. (eds.) **Max Weber en Iberoamérica: nuevas interpretaciones, estudios empíricos y recepción**. Ciudad de México : Centro de Investigación y Docencia Económicas y Fondo de Cultura Económica, 2016;

LAIZ, Álvaro Morcillo. *La dominación filantrópica. La Rockefeller Foundation y las ciencias sociales en español (1938-1973)* in: LAIZ, A. M.; WEISZ, E. (eds.) **Max Weber en Iberoamérica: nuevas interpretaciones, estudios empíricos y recepción**. Ciudad de México : Centro de Investigación y Docencia Económicas y Fondo de Cultura Económica, 2016;

_____.; SCHLICHTE, Klaus. *¿Persuasión o dominación en la sociedad mundial? Racionalidad, estatutos y portadores entre la Ilustración y la UNESCO* in: LAIZ, A. M.; WEISZ, E. (eds.) **Max Weber en Iberoamérica: nuevas interpretaciones, estudios empíricos y recepción**. Ciudad de México: Centro de Investigación y Docencia Económicas y Fondo de Cultura Económica, 2016;

_____.; WEISZ, Eduardo. *La relevancia para Iberoamérica de las interpretaciones sobre Max Weber* in: LAIZ, A. M.; WEISZ, E. (eds.) **Max Weber en Iberoamérica: nuevas interpretaciones, estudios empíricos y recepción**. Ciudad de México: Centro de Investigación y Docencia Económicas y Fondo de Cultura Económica, 2016;

LAMARÃO, Sérgio. Verbete 'Fernando Gasparian' in CPDOC/FGV, sem data, [disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-gasparian>; acesso em 23 abr. 2023];

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 7ª edição, 2012;

- LIMA, Alceu Amoroso. *Tréplica*. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926. Vida Literária, p. 4;
- LÓPEZ, Laura Angélica Moya. *José Medina Echavarría: Una mirada sobre América Latina desde la sociología económica y la teoría (1952-1977)*. **Tempo Social**. São Paulo, v. 28, n. 3, 2016;
- LÖWITH, Karl. **Gesammelte Abhandlungen: zur Kritik der geschichtlichen Existenz**. Stuttgart: Kohlhammer, 1960;
- _____. **Max Weber and Karl Marx**. New York: Taylor & Francis [Routledge classics in sociology], 2003;
- LUKÁCS, Georg [György]. *A reificação e a consciência do proletariado* in: **História e consciência de classe: Estudos sobre dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2001;
- MACHADO, Helena Pereira Toledo Machado. *Mulher, Corpo e Maternidade* in: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018;
- MARCUSE, Herbert. *Industrialisierung und Kapitalismus*. in: STAMMER, Otto (Hrsg.). **Max Weber und die Soziologie heute. Verhandlungen des 15. deutschen Soziologentages**. Tübingen: Mohr, 1965;
- MARTINS, Wilson. *A velha classe*. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 25/04/1959;
- MARX, KARL. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004;
- _____. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844* in: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Werke**. Bd. 40. Berlin: Dietz, 1968;
- MELLO, João. M. C. de.; NOVAIS, Fernando. A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. in: SCHWARCZ, Lilia M. (org.) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. IV. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979;
- MOHR SIEBECK GmbH & Co. KG. *Die Geschichte des Verlages*. disponível em <<https://www.mohrsiebeck.com/verlag/geschichte>>, s./d., acesso em 29 jan. 2020;
- MOMMSEN, Wolfgang. *Max Weber als Kritiker des Marxismus*. **Zeitschrift für Soziologie**, Stuttgart, v. 3, n. 3, 1974a;
- _____. **Max Weber und die deutsche Politik: 1890-1920**. 2. überarbeitete und erweiterte Auflage. Tübingen: Mohr Siebeck, 1974b [1959];
- _____. *Introduction* in: MOMMSEN, W.; OSTERHAMMEL, J. (orgs.) **Max Weber and his contemporaries**. London: Unwin Hyman, 1987;
- _____. *Max Weber's 'grand sociology': the origins and composition of 'Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie'*. **History and Theory**, v. 39 n. 3, 2000;
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: Edunicamp, 1999;
- MORAES, Carlos Dante de. *Entrevista com Carlos Dante de Moraes*. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 28/03/1949;
- MORAES, Paulo. R. *Do milagre econômico às revoltas estudantis: teoria crítica no contexto alemão do pós-guerra* in: QUERIDO, Fabio Mascaro et al. (orgs.). **Teorias Críticas entre passado e presente**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2019;
- MORAES, Paulo. R., TUFANO, Sara, NERI, Hugo. *O estabelecimento de um programa de pesquisa weberiano: entrevista com Wolfgang Schluchter*, **Plural**, São Paulo, v. 21, n. 1, 2014;
- MORSE, Richard M. *The Heritage of Latin America* in: HARTZ, Louis (org.) **The Founding of New Societies: Studies in the History of the United States, Latin America, South Africa, Canada, and Australia**. New York: Harcourt, Brace and World, 1964;

MOTA, Carlos Guilherme. *Os fazendeiros do ar*. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 02/09/1973;

_____. *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 27, n. 5, 1975;

_____. *Raymundo Faoro e a revelação de um outro Brasil*. **Getúlio (FGV)**, São Paulo, n. 4, 2007;

MULLER, Jerry. **The Other God that Failed: Hans Freyer and the Deradicalization of German Conservatism**. Princeton University: Princeton, 1992;

NEQUETE, Lenine. **O escravo na jurisprudência brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado**. Porto Alegre: Diretoria da Revista de Jurisprudência e Outros Impressos do Tribunal de Justiça, 1988;

NOBRE, Marcos. *A Filosofia da USP sob a Ditadura Militar*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 53, 1999;

NOVAIS, Fernando A. *Entrevista* in: PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, [livro digital], 2011;

OLIVEIRA, Isabela. ESTRAMANHO, Rodrigo (orgs.). **Temas e debates na revista Sociologia (1939-1966)**. São Paulo: Editora FESPSP, 2015;

PARSONS, Talcott. "Capitalism" in *Recent German Literature: Sombart and Weber*. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 36, n. 6, 1928;

_____. "Capitalism" in *Recent German Literature: Sombart and Weber (concluded)*. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 37, n. 1, 1929;

_____. *Introduction* in WEBER, Max. **Theory of Social and Economic Organization**. New York: Oxford University, 1947;

_____. *Wertfreiheit und Objektivität* in: STAMMER, Otto (Hrsg.). **Max Weber und die Soziologie heute**. *Verhandlungen des 15. deutschen Soziologentages*. Tübingen: Mohr, 1965;

_____. **Structure of Social Action: A Study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers**. New York, Free Press, 1966 [1937];

_____. *On "De-Parsonizing Weber"*. **American Sociological Review**, Washington, v. 40, n. 5, 1975;

_____. *Reply to Cohen, Hazelrigg and Pope*. **American Sociological Review**, Washington, v. 41, n. 2, 1976;

_____. **The Social System**. London: Routledge, 1991 [1951];

PARSONS, Talcott; SHILS, Edward (eds.). **Toward a General Theory of Action**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1951;

PARSONS, Talcott; SHILLS, Edward; OLDS, James. Values, motives and Systems of Action. in: PARSONS, T.; SHILS, E. (eds.). **Toward a General Theory of Action**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1951;

PAZ, Octávio. *Nueva España y nosotros*. **Plural**, Ciudad de México, n. 46, 1975;

_____. *El ogro filantrópico*. **Vuelta**, Ciudad de México, n. 21, 1978;

_____. **Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fe**. Ciudad de México: Seix Barral, 1982;

PEDRON, Caio César. **A Gênese Social da Esfera Erótica: um estudo compreensivo sobre o contexto de emergência da erótica weberiana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2019;

_____. *Ciência e política como vocação: o esquecido legado de Marianne Weber para a sociologia contemporânea*. Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, disponível em <<https://blogdolabemus.com/2020/01/16/ciencia-e-politica-como-vocacao-o-esquecido-legado-de-marianne-weber-para-a-sociologia-contemporanea-por-caio-cesar-pedron>>, 2020, acesso em 24 jun. 2020];

PEREIRA, Astrojildo. *Notas sobre livros*. **Voz operária**. Rio de Janeiro, 14/02/1959;

- PIERUCCI, Antônio Flavio. *Tábua de correspondência vocabular*. in: WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antonio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;
- _____. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. 2. ed. São Paulo : Editora 34, 2005;
- _____. *Economia e Sociedade: últimos achados sobre a ‘grande obra’ de Max Weber*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, n. 68, 2008;
- POLLAK, Michael. **Max Weber en France: l’itinéraire d’une oeuvre**. Paris: Cahiers de l’Institut d’histoire du temps présent, 1986;
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1933];
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, [livro digital], 2011[1942];
- PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 195-1960**. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 2008;
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas de Sociologia: ontem e hoje (Análise e avaliação das pesquisas sociológicas no Brasil)*. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 24, n. 6, 1972;
- _____. *Notas sociológicas sobre o cangaço*. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 27, n. 5, 1975;
- Quixote. *Revista Quixote*. n. 2, maio 1948;
- RADKAU, Joachim. **Max Weber: Die Leidenschaft des Denkens**. München: Carl Hanser, 2005;
- _____. **Max Weber: A Biography**. Cambridge: Polity, 2009;
- RAINER LEPSIUS, Mario. *The Development of Sociology in Germany after World War II (1945-1968)*. **International Journal of Sociology**, New York, Vol. 13, No. 3, 1983;
- _____. *‘Wirtschaft und Gesellschaft’ — The Legacy of Max Weber in the light of the Max Weber-Gesamtausgabe*. **Max Weber Studies**, London, v. 12, n. 1, 2012;
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da Administração* [RSP Revisitada]. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 57, n. 2, 2006 [1946];
- REHM, Max. *Erinnerungen an Max Weber (1919/20)* in: KÖNIG, René; WINCKELMANN, Johannes (Hrsg. von). **Max Weber zum Gedächtnis: Materialien und Dokumente zur Bewertung von Werk und Persönlichkeit**. Köln: Westdeutscher, 1963;
- RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Editora 34, 2000;
- _____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008;
- RINGER, Fritz. **The decline of the German mandarins: the German academic community, 1890-1933**. Cambridge: Harvard University Press, 1969;
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *O ensino elementar no Decreto Leôncio de Carvalho: “visão de mundo” herdada pelo tempo republicano?*, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, 2010;
- ROLLEMBERG, Denise. *Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-1974* in: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008;
- ROMÃO, Wagner de Melo. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006;
- ROSSI, Pietro. **Lo storicismo tedesco contemporaneo**. Torino: Einaudi, 1956;
- _____. **Max Weber: Il metodo delle scienze storico-sociali**. Torino: Einaudi, 1958;

- ROTH, Guenther. *Political critiques of Max Weber: some implications for Political Sociology*. **American Sociological Review**, Washington, Vol. 30, No. 2, 1965;
- _____. *Socio-Historical Model and Developmental Theory: Charismatic Community, Charisma of Reason and the Counterculture*, **American Sociological Review**, Washington, v. 40, n. 2, 1975;
- _____. *Max Weber: a bibliographical essay*. **Zeitschrift für Soziologie**, Stuttgart, v. 6, n. 1, 1977;
- _____. *Rationalization in Max Weber's developmental history* in: WHIMSTER, S.; LASH, S. (orgs.) **Max Weber, Rationality and Modernity**. London, New York: Routledge, 1987;
- _____. *Between Cosmopolitanism and Ethnocentrism: Max Weber in the Nineties*. **Telos**, New York, v. 96, 1993;
- SALLUM Jr., Brasília Sallum. *Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. In: MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico**. São Paulo: Editora Senac, 1999;
- _____. *Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo*. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 1, n. 1, 2002;
- SANTOS Jr., Jair dos. *Entrevista com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor*. in: GUIMARÃES, Juarez (org.) **Raymundo Faoro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009;
- SADER, Emir. *Da águia ao tucano: resenha de Mapping the West European Left, Perry Anderson (org.)* Caderno especial. Folha de São Paulo. São Paulo, 01/01/1996;
- SCAFF, Lawrence. *Max Weber's Reception in the United States, 1920-1960* in: AY, Karl-Ludwig, BORCHARDT, Knut (Hrsg. von). **Das Faszinosum Max Weber: Die Geschichte seiner Geltung**. Konstanz: UVK, 2006;
- _____. **Max Weber in America**. Princeton: Princeton University Press, 2011;
- _____. *Max Weber in the United States*, **SOCIETÀ MUTAMENTOPOLITICA**, Firenze, v.5 n. 9, 2014;
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **Aspekte bürokratischer Herrschaft: Studien zur Interpretation der fortschreitenden Industriegesellschaft**. München: List, 1972;
- _____. *Die Paradoxie der Rationalisierung: zum Verhältnis von ‚Ethik‘ und die ‚Welt‘ bei Max Weber*. **Zeitschrift für Soziologie**, Stuttgart, v. 5, n. 3, 1976;
- _____. **Religion und Lebensführung: Studien zu Max Webers, Religions und Herrschaftssoziologie**. Band II. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988;
- _____. **Paradoxes of Modernity: Culture and conduct in the theory of Max Weber**. Stanford: Stanford University, 1996;
- _____. **Die Entstehung des modernen Rationalismus: Eine Analyse von Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998a;
- _____. *Max Webers Beitrag zum 'Grundriss der Sozialökonomik': Editionsprobleme und Editionsstrategien*. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, Köln, v. 50, n. 2, 1998b;
- SCHRÖDER, Joachim. *Max Weber in Munich (1919/20): Science and politics in the last year of his life*, **Max Weber Studies**, London, v. 13, n. 1, 2013;
- SCHÜLER, Donald. **A poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987;
- SCHUMPETER, Joseph. *Max Webers Werk* in: KÖNIG, René; WINCKELMANN, Johannes (Hrsg. von). **Max Weber zum Gedächtnis: Materialien und Dokumente zur Bewertung von Werk und Persönlichkeit**. Köln: Westdeutscher, 1963;
- SCHWARCZ, Lilia. M.; STARLING, Heloisa. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, [livro digital], 2015;
- SCHWENTKER, Wolfgang. **Max Weber in Japan: Eine Untersuchung seiner Wirkungsgeschichte 1905–1995**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1998;

- SCRIBA, Arnulf. "Ordnungszelle" Bayern in: Deutsches Historisches Museum. **Weimarer Republik: Innenpolitik**. Berlin, 2014;
- SELL, Carlos Eduardo. *Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade*. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v.43, n. 3, 2007;
- _____. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013;
- _____. *Weber no Século XXI: Desafios e Dilemas de um Paradigma Weberiano*. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014;
- _____. *Carnaval revolucionário: Max Weber e a Revolução de Novembro (1918-1919) na Alemanha*. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 30, 2019;
- SOUZA, Jessé. *A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 38, 1998;
- _____. (org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000a;
- _____. **A Modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000b;
- _____. *Para além de Raymundo Faoro?* in: GUIMARÃES, Juarez (org.) **Raymundo Faoro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009;
- _____. *Max Weber y la orientalización de América Latina* in: LAIZ, A. M.; WEISZ, E. (eds.) **Max Weber en Iberoamérica: nuevas interpretaciones, estudios empíricos y recepción**. Ciudad de México : Centro de Investigación y Docencia Económicas y Fondo de Cultura Económica, 2015;
- SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais: professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008;
- SWEDBERG, Richard. *The Changing Picture of Max Weber's Sociology*. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 29, 2003;
- TANCREDI, Angelina. **O Gupo Quixote**. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985;
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957a;
- _____. *A escola brasileira e a estabilidade social*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, 1957b;
- TENBRUCK, Friedrich. *Das Werk Max Webers*. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, Köln, v. 27, n.4, 1975;
- _____. *Deutsche Soziologie im internationalen Kontext. Ihre Ideengeschichte und ihr Gesellschaftsbezug*. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, Köln, v. 21, n. 1, 1979;
- THAPAR, Romila. *Revisiting Max Weber's Religion of India*. **Max Weber Studies**, London, v. 18 n. 1, 2018;
- TRIBE, Keith. *Max Weber's 'Conceptual preface' to General economic history: Introduction and translation*. **Max Weber Studies**, London, v. 6, *Special Issue*, 2006;
- TSAI, Po-Fang. *Between Translations and Monographs: An Exploratory Analysis of Secondary Literature on Max Weber-Reception in the Chinese Context*. **Max Weber Studies**, London, v. 20, n. 1, 2020;
- UCHIDA, Yoshiaki. *Max Weber in den japanischen Sozialwissenschaften 1905–1978*, **Bochumer Jahrbuch für Ostasienforschung**, Bochum, Bd. 4, 1981;
- Universidade de São Paulo. *Dossiê: Liberalismo / Neoliberalismo*. **Revista USP**. São Paulo, n. 17, 1993;
- VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013;
- VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 53, 1999;

VIEIRA DA MATA, Giulle. *Condição feminina e casamento a partir da obra de Marianne Weber*. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 27, 2014;

_____. **O ideal e sua forma: casamento e condição feminina na sociologia de Marianne Weber**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017;

_____. *Dominação racional legal na sociologia do direito de Marianne Weber: apontamentos* in: ZANON, Breilla et. al.(orgs.) **A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, <disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/35atualidade>>;

VILLAS BÔAS, Gláucia. *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão*. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 44, 1997;

_____. *De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville: a sociologia de Emílio Willems entre fronteiras*. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2000;

_____. *Reverendo o lugar da sociologia alemã no Brasil: do uso instrumental à pesquisa da recepção* in: RIBERIO, A. et. al. (orgs.) **A modernidade como desafio teórico: ensaio sobre o pensamento social alemão**. Porto Alegre: PUCRS, 2008;

_____. *A recepção controversa de Max Weber (1940-1980)*. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014;

WAIZBORT, Leopoldo. *Introdução* in: WEBER, Max. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. São Paulo: Edusp, 1995;

_____. *Apresentação: Max Weber hoje*. **Tempo social**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012;

WAGNER, Horst. *Die Gründung der DDP 1918*. **Berlinische Monatsschrift**, Berlin, n. 11, 1998;

WEBER, Marianne. **Max Weber: Ein Lebensbild**. Mit 13 Tafeln und 1 Faksimile. 3. Auflage, unveränderter Nachdruck der 1. Auflage 1926, Tübingen: Mohr (Siebeck), 1984;

_____. **Lebenserinnerungen**. Olms: Hildesheim, 2004 [1946];

_____. *Esposa e mãe no desenvolvimento jurídico [excertos]* in: ZANON, Breilla et. al.(orgs.) **A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, <disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/35atualidade>>;

_____. *Autoridade e autonomia no casamento* in: CASTRO, Celso (org.). **Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais**. São Paulo: FGV Editora, 2022;

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1980;

_____. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1985;

_____. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. Band I. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1986a;

_____. *Hinduismus und Buddhismus* in: **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. Band II. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1986b;

_____. *Agrarverhältnisse im Altertum* in: **Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1988a;

_____. *Geschäftsbericht und Diskussionsreden auf dem ersten Deutschen Soziologentage in Frankfurt 1910* in: **Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1988b;

- _____. *Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland: Zur politischen Kritik des Beamtentums und Parteiwesens* in: **Gesammelte politische Schriften**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1988c;
- _____. **Wissenschaft als Beruf 1917/1919 - Politik als Beruf 1919**. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I-17, Hrsg. von W. Schluchter in Zs.-Arb. mit B. Morgenbrod, Tübingen: Mohr (Siebeck), 1992;
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. I. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1994;
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. II. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 2015 [1999];
- _____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antonio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;
- _____. **A “objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais**. Tradução, apresentação e comentários de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006;
- _____. **Abriß der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Mit- und Nachschriften 1919-1920**. Max Weber-Gesamtausgabe, Band III-6, Hrsg. von W. Schluchter in Zs.-Arb. mit J. Schröder, Tübingen: Mohr (Siebeck), 2011;
- _____. **Escritos Políticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014;
- _____. **Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião**. Vol. I. [Confucionismo e Taoísmo]. Petrópolis: Vozes, 2016;
- WEISS, Johannes. **Das Werk Max Webers in der marxistischen Rezeption und Kritik**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981;
- _____. *Marx oder Weber? Politisches Denken Jahrbuch*. Stuttgart, 1996;
- WHIMSTER, Sam. *The Coming of Age of the Max Weber-Gesamtausgabe*. **Max Weber Studies**, London, v. 12, n. 1, 2012;
- WIGGER, Iris. **The “Black horror in the Rhine”**: *Intersection of race, nation, gender and class in the 1920s Germany*. London: Palgrave Macmillan, 2017;
- WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: Difel, 2002;
- WILLEMS, Emílio. *Burocracia e patrimonialismo*. **Administração Pública**, São Paulo, v. 3, n. 3, 1945;
- WINCKELMANN, Johannes. **Legitimität und Legalität in Max Webers Herrschaftssoziologie**. *Mit einem Anhang: Max Weber: Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft*, Tübingen: Mohr (Siebeck), 1952;
- _____. **Gesellschaft und Staat in der verstehenden Soziologie Max Webers**. Berlin: Duncker & Humblot, 1957;
- ZILBERMAN, Regina. *Silvio Duncan e a poesia Quixote* in: DUNCAN, Silvio. **Profetas do Cimento**. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1983;
- _____. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.